

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANDREA RAMON RUOCCO

OS USOS DE *BRASILIDADE* OU A HISTÓRIA DE UM CONCEITO IDENTITÁRIO

**FRANCA-SP
2024**

ANDREA RAMON RUOCCO

OS USOS DE *BRASILIDADE* OU A HISTÓRIA DE UM CONCEITO IDENTITÁRIO

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: História e Cultura.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Virginia Célia Camilotti

**FRANCA-SP
2024**

R944u	Ruocco, Andrea Ramon Os usos de brasilidade ou a história de um conceito identitário. / Andrea Ramon Ruocco. -- Franca, 2024 216 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientadora: Virginia Célia Camilotti 1. Brasilidade. 2. Conceito Identitário. 3. Identidade Brasileira. 4. Patriotismo. 5. Nacionalismo. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

ANDREA RAMON RUOCCO

OS USOS DE *BRASILIDADE* OU A HISTÓRIA DE UM CONCEITO IDENTITÁRIO

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção de título de Doutora em História. Área de concentração: História e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Virginia Célia Camilotti
PPGH - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

1ª Examinadora: _____

Profa. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

2ª Examinadora: _____

Profa. Dra. Karina Anhezini de Araujo
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

3ª Examinadora: _____

Profa. Dra. Jacy Alves Seixas
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

4º Examinador: _____

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria
Universidade de Brasília (UnB)

1º Suplente: _____

Prof. Dr. Antonio Edmilson Martins Rodrigues
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e PUC-Rio

2ª Suplente: _____

Profa. Dra. Daiane Vaiz Machado
PPGH - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

3º Suplente: _____

Prof. Dr. Thiago Augusto Modesto Rudi

Franca, 05 de novembro de 2024.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

À inspiradora Professora Virginia.

Aos meus amores, às melhores companhias em verões e invernos,

Renato e Cléo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES, pois sem seu financiamento a realização desta pesquisa não seria possível.

Ao PPGH por ter me acolhido como discente.

À Professora Virginia, pelo seu incansável apoio, pela orientação atenciosa e paciente. Agradeço por todo aprendizado proporcionado, na História, na vida, por estar presente como professora e amiga.

Aos colegas do Grupo Historiar, à Professora Marcia e à Professora Karina; minha formação sempre estará em dívida com vocês.

Ao meu esposo Renato... não consigo escrever palavras dignas do teu suporte.

E agradeço a Deus, que me sustentou até aqui e cuidou do caos que sou colocando tantas pessoas incríveis, amorosas, generosas e justas em meu caminho: Adair, Valter, Daniele, Rodrigo, Mayara, Melina, Beatriz, Norma, Erivelto, Nara, Thiago, Sabina, Lívia, Professor Buco.

Foram anos difíceis! Os pontos finais foram ainda mais.

Na minha pequenez e na pequenez do meu trabalho, nos acertos e nos insucessos desses anos de pesquisa... S.D.G.

RUOCCO, Andrea R. **Os usos de *brasilidade* ou a história de um conceito identitário**. Doutorado em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2024.

RESUMO

A proveniência da palavra *brasilidade* remete à primeira metade do século XX e não são poucos os trabalhos acadêmicos, incluindo trabalhos em história, que perpassam o vocábulo ao se debruçarem sobre produções culturais do período. Entretanto, em grande parte dos casos, essa *brasilidade* apresenta emaranhados de significados, em outras, opera como um termo alternativo para “identidade brasileira”. Mas o que seria essa *brasilidade*? Pouquíssimas pesquisas admitem que sua significação não é alva. Se partirmos da ideia de “identidade brasileira”, caímos em outras grandes questões: de que identidade e de que brasileiro estamos falando? Esses mesmos questionamentos podem ser aplicados, igual maneira, no uso corrente. Assim, essa tese perscruta os diversos usos, significações do vocábulo, que contribuem ou contribuíram para o engendramento do conceito de *brasilidade* em tempos distintos, mapeia os “tecidos” que se propuseram a distinguir o sentido de *brasilidade*, identificando a existência de estereótipos e de formas discursivas, bem como a existência de narrativas específicas intrínsecas a esses usos, a fim de compreender as formulações de Brasil operantes. Como um “tecido” protagonista, a pesquisa aborda periódicos publicados entre as décadas de 1920 e 1930, mas também adentra publicações situadas na década de 1940 e 1950. Ademais, inspirada por formulações foucaultianas, por trabalhos de Vilém Flusser e de Walter Benjamin e sem abandonar as propostas da História dos Conceitos formulada por Koselleck, esta tese assume que a emergência de um vocábulo não é linear, nem no tempo e nem em suas cadeias de significados. Esta não linearidade aponta o advento dessa nova palavra em meio a um campo lexical muito caro aos historiadores: entre as ideias de pátria, nação e o “me ufano”.

Palavras-chave: brasilidade; conceito identitário; identidade brasileira; patriotismo; nacionalismo; modernismo brasileiro; história dos conceitos.

RUOCCO, Andrea R. **The uses of *brasilidade* or the history of an identity concept.** Ph.D. in History – Faculty of Human and Social Sciences, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho,” Franca, 2024.

ABSTRACT

The provenance of the word *brasilidade* (brazilianness) dates to the first half of the 20th century, and there are numerous academic works, including works in history, that engage with the term when examining cultural productions of the period. However, in many cases, this *brasilidade* presents entangled meanings, and in others, it operates as an alternative term for "Brazilian identity." But what exactly is this *brasilidade*? Very few studies acknowledge that its meaning is not clear-cut. If we start from the idea of "Brazilian identity," we encounter other significant questions: what identity and what Brazilian are we referring to? These same questions can be applied in common usage. Thus, this thesis explores the various uses and meanings of the term, which have contributed to the formation of the concept of *brasilidade* at different times, mapping the "weaves" that have sought to distinguish the meaning of *brasilidade*, identifying the existence of stereotypes and discursive forms, as well as the existence of specific narratives intrinsic to these uses, in order to understand the formulations of Brazil that are in operation. As a leading "weave", the research addresses periodicals published between the 1920s and 1930s, but it also delves into publications from the 1940s and 1950s. Furthermore, inspired by Foucaultian formulations, the works of Vilém Flusser and Walter Benjamin, and without abandoning the propositions of Conceptual History formulated by Koselleck, this thesis assumes that the emergence of a term is neither linear in time nor in its chains of meaning. This non-linearity points to the advent of this new word amid a lexical field highly valued by historians: among the ideas of homeland, nation, and "*me ufano*" (sentiment of pride in one's country).

Keywords: *brasilidade* (Brazilianness); identity concept; brazilian identity; patriotism; nationalism; brazilian modernism; conceptual history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
<i>Proscênio</i>	<i>12</i>
<i>Anotações de uma meta-escrita ou a(s) escolha(s)</i>	<i>14</i>
<i>Fazendo mapas</i>	<i>27</i>
<i>Criando constelações</i>	<i>41</i>
PARTE 1 – DA EMERGÊNCIA	50
1.1 Origem são origens e foi preciso começar de algum lugar	51
1.2 A brasilidade em três (a) casos: humores e rumores na <i>Careta</i>	56
1.2.1 Nacionalização intensiva e o renomear rumo ao nada	57
1.2.2 Certos nomes são muitos nomes	59
1.2.3 Gramática a varejo e, na oferta, um sufixo	73
1.3 <i>Brasilidade</i> ou “me ufano”	80
PARTE 2 – DOS EMBATES E DA INEXPRIMÍVEL BRASILIDADE NA VITÓRIA DOS QUE PERDERAM	99
2.1 Ainda da emergência?	100
2.2 Pelo país inteiro sob o belo nome de <i>brasilidade</i>	102
2.2.1 <i>Grifando sentidos pela grafia</i>	<i>103</i>
2.2.2 <i>Da Ação Social Nacionalista para os Verde-Amarelos ou o aval de Menotti ..</i>	<i>109</i>
2.3 Disputas em diluição	125
2.3.1 <i>Diário Nacional: destituir e diluir</i>	<i>125</i>
2.3.2 <i>A Manhã: diluir para difundir</i>	<i>141</i>
2.3.3 <i>Congressos de Brasilidade: do difundir ao cristalizar</i>	<i>149</i>
PARTE 3 – DAS CRISTALIZAÇÕES E ESTEREÓTIPOS	157
3.1 A <i>brasilidade</i> nos dicionários e em materiais lexicográficos	160
3.2 A <i>brasilidade</i> nas produções acadêmicas e em títulos de livros	170
3.3 A <i>brasilidade</i> no atual uso corrente	184

CONCLUSÕES	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194
APÊNDICE A – Levantamento de Dicionários	209

*“A linguagem é meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e
por destino volto de mãos vazias.”
A paixão segundo G.H.*

*“E o mais curioso é que no momento em que tento falar não só exprimo o
que sinto, como o que sinto se transforma lentamente no que digo. Ou
pelo menos o que me faz agir não é, seguramente, o que eu sinto, mas o
que eu digo”
Perto do coração selvagem*

Clarice Lispector

INTRODUÇÃO

Proscênio

Há alguns meses, iniciei o relatório periódico de pesquisa expondo uma passagem do historiador Antoine Prost que retomava algumas proposições de Krzysztof Pomian e, mais especificamente, reflexões de Michel De Certeau¹. Eu acabara de conhecer o texto por meio da bibliografia de um estágio de docência e o trecho chamou-me a atenção por trazer não somente a recorrente discussão acerca da História enquanto uma construção narrativa, mas, sobretudo, por apresentar a questão do lapso, do hiato, da diferença entre a atividade de pesquisa e a sua escrita:

Por último, a delimitação do texto pelo enredo adotado contrasta com a abertura inerente à pesquisa. Na abordagem de um tema, o historiador sabe que teve de proceder a um recorte que será justificado por sua argumentação. No entanto, a investigação mostrou-lhe que seu objeto de estudo tinha alguma relação com numerosos assuntos conexos que, porventura, ele teria desejado abordar.

O mesmo é dizer que, entre a pesquisa histórica propriamente dita e a obra oriunda dessa alteração, existem diferenças relevantes, embora a segunda comporte vestígios da primeira. Passar da pesquisa para a escrita é transpor um Rubicão... Isso é indispensável; de fato, o que seria a pesquisa sem livros? No entanto, deve ser descartada a idéia de uma continuidade linear entre pesquisa e a escrita.²

Em outras palavras – pensando com Prost – a escrita seria resultante de uma escolha, de uma argumentação ordenada, que não compreende toda a pesquisa e que não dá conta das intercorrências, dos caminhos percorridos, dos dados colhidos, das leituras implicadas. O texto seria uma ambivalência: aquilo que possibilitaria a existência da pesquisa e aquilo que a castraria. Nesse movimento, a alteração.

¹ Nesta introdução, farei o uso da primeira pessoa do singular, bem como a inserção de comentários mais coloquiais, tornando o texto mais semelhante àqueles que produzi para as apresentações orais em meu percurso na pós-graduação. Pretendi, com isso, adotar um “tom” mais “confessional” para que eu conseguisse inserir algumas experiências que foram extremamente profícuas em minha formação, que me ajudaram a pensar a escrita da tese, porém, que eu não havia conseguido trazer ao texto sem o uso desse recurso. Adianto que essa primeira pessoa do singular não perdurará de igual em todas as partes da tese; ela retornará às entrelinhas e aparecerá ocasionalmente. Na mesma intencionalidade, mantive a marcação temporal do tempo da escritura, assim, quando pontuo “há alguns meses”, estou me referindo ao período em que a primeira versão final da *Introdução* foi apresentada e submetida a avaliação, ou seja, na ocasião do meu *Exame de Qualificação* ocorrido em 2022.

² PROST, Antoine. Cap. XII – A história se escreve. In: PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 238.

Naquele momento, esse texto sobre a diferença entre a pesquisa e a escrita levou-me à conclusão de que minha própria pesquisa comportaria uma infinidade de possibilidades e que o ponto final, sua finitude, encontrar-se-ia apenas no texto. Entretanto, tal conclusão estava envolta pela preocupação em escolher os chamados “resultados parciais”, pois, a questão da natureza ambivalente do texto parecia tender cada vez para o componente da castração, exatamente porque os “resultados parciais” eram o recorte do que viria a ser recortado de um caminho de inúmeras possibilidades ainda não percorrido.

Embora o texto do Prost tenha sido extremamente útil naquele momento para a escrita do relatório mencionado, ao retomar a escrita da tese e relembrar tais pensamentos, encontrei-me rindo. Quando é que a pesquisa acaba? A pesquisa nunca acaba! O meu desejo em concluí-la era um desejo latente de totalidade... aquela totalidade que tantas vezes eu (e pelo menos uma dúzia de colegas que eu poderia citar o nome) costumo apontar como ingênua, oitocentista, metódica, positivista etc. Um descuido e esse desejo pegou-me de surpresa! Um descuido, e, quase me esqueci de que é o tempo que encerra a pesquisa (ou, pensando com a citação, talvez o empenho do pesquisador em atravessar o famigerado Rubicão e transmutar-se em escritor, embora, por experiência própria, eu nunca tenha nem visto esse rio).

Curiosamente, outro erro crasso que eu também estava cometendo, e que eu sempre me esforcei para não cometer em relação aos textos “fontes”, foi acreditar que há um final no ponto final do texto. Possivelmente, palavras redigidas pelo medo em admitir que algo que nunca se termina – a pesquisa – também tenha como produto algo que é por natureza – o texto – inacabado.

Era nesse ponto que eu pretendia chegar com vocês, leitores³. A escolha por começar com o clichê da dificuldade com a escrita, que flerta com as permanências

³ Flusser explica que em sociedades em que a escrita (ainda) domina, como a nossa, o gesto de descrever é sempre um gesto político, pois, o gesto de escrever implica o questionamento “para quem estou aqui, quando eu escrevo?”. A ideia de que se escreve para todos não é só “megalomaníaca”, mas também um sintoma de uma “falsa consciência política”. Para Flusser “há aqueles que esquecem, ao escrever, que os textos, de acordo com sua estrutura, são direcionados a outros e que são sem sentido para si próprios”, de forma que o “esquecimento do outro ao escrever é uma consequência do autoesquecimento”, e eu não queria esquecer. Assim, escrevo, sobretudo, àqueles que serão os primeiros leitores, na lembrança e no anseio por completude desses mestres dos quais minha singela formação acadêmica é muito devedora, para quem peço licença quando eu escrevo.

FLUSSER, Vilém. **A escrita** – Há futuro para a escrita? Tradução de Murilo Jardelino da Costa. São Paulo: Annablume, 2010. p.66-67.

discursivas do sofrimento romântico, com esse quase *kitsch* que acomete o início de vários textos de mestrandos e doutorandos em História, teve, por mais amalucado e deslocado que pareça, propósitos.

O primeiro propósito foi, justamente, insistir na constatação, nem um pouco inovadora, de que o “problema” com a escrita não é exclusivo dos historiadores, mas sim uma questão de linguagem. Não obstante, a diferença entre o pensado e o escrito e a impossibilidade do pensar fora da língua são pontos cruciais e nodais das teorias da linguagem. Já o segundo propósito foi escancarar que, ao perpassar esses pontos com o intuito de entender o produto dessa linguagem – a escrita – em outros tempos, inevitavelmente eu comecei a me repensar, enquanto historiadora, dentro do fenômeno linguagem. E assim, esses primeiros parágrafos, podem ser tomados como um microcosmo do exercício maior que tenho feito na escrita da tese.

Ora, se escrever, como tenho estudado com Flusser, é um gesto que “orienta e alinha o pensamento”⁴, a meta-escrita, ou seja,

escrever sobre a escrita pode ser considerado como uma forma de reflexão, isto é, pode ser considerado como a **tentativa de organizar**, por meio de novos pensamentos, a escrita relativa aos pensamentos já elaborados, como a tentativa de sondar esses pensamentos elaborados e, então, **fazer anotações**.⁵

O seguimento dessa introdução são os vestígios das anotações de outras introduções, ou melhor, o que eu descobri com essas tentativas...

Anotações de uma meta-escrita ou a(s) escolha(s)

Em meados de 2019, ao assistir um exame de qualificação de uma querida amiga pós-graduanda⁶, dentro do Programa de Pós-Graduação em História da

⁴ FLUSSER, Vilém. **A escrita** – Há futuro para a escrita? Tradução de Murilo Jardelino da Costa. São Paulo: Annablume, 2010. p.18.

⁵ *Ibid.*, p. 18. Grifos meus.

⁶ O trabalho mencionado é o de Beatriz Rodrigues que focaliza a língua portuguesa e foi defendido em 2021. A tese *Do Brasil que escreve: língua portuguesa em debate (c. 1880-1930)*, assim como meu trabalho, se detém sobre um fenômeno linguístico que versa sobre questões de identidade brasileira. No caso de Rodrigues, essas questões identitárias eram vetorizadas nas polêmicas em torno da constituição de uma língua nacional, ou seja, muitas preocupações do trabalho de Beatriz estão

UNESP, uma arguição⁷ chamou-me a atenção para uma prática que os doutorandos estavam perdendo. Não me recordo exatamente o termo utilizado pela Professora Dra. Karina Anhezini, mas, em minha memória ressoou algo como “o estado da arte naquele momento”, no sentido de recuperar as produções que versavam sobre o tema e trazê-las para a tese, como uma das formas – e uma boa forma, dependendo do

presente neste presente trabalho. A tese pode ser conferida no repositório institucional da UNESP no link: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/204629>.

⁷ Desde que tive a oportunidade de acompanhar exames de qualificação e bancas de defesas na área de História, tenho entendido essas ocasiões como momentos preciosos de aprendizado e reflexão, sobretudo os exames de qualificação, pois, de uma maneira geral, as arguições tendem a apontar caminhos para as faltas presentes nos trabalhos – ainda em fase de construção – e as falas costumam ser menos taxativas em comparação às bancas de defesa. A premissa dessa tese, a investigação do conceito de *brasilidade*, nasceu desse exercício.

No período em que eu estava no mestrado, eu acompanhei o exame de qualificação da mestrandia Monique Batista cujo título do trabalho era *Brasildade e modernidade: folclore e sensibilidade romântica em Mário de Andrade (1920-1945)* e entendi que acompanhar a sua defesa era importante, principalmente, porque seria a primeira vez que eu acompanharia essas duas etapas de um mesmo trabalho.

Quando o trabalho de Batista foi submetido à defesa, eu já possuía uma inquietação em relação ao uso do termo *brasilidade*, isso porque, pouco tempo antes, a minha própria banca de qualificação e o Grupo Historiar (grupo de pesquisa registrado no CNPq do qual faço parte) haviam sugerido para que eu utilizasse também o termo em minha dissertação de mestrado. Nesse caso, a sugestão do termo serviria para agrupar determinadas produções de um momento específico da trajetória de Graça Aranha. Indo contra as sugestões, optei por agrupar tais produções sob o signo do “nacionalismo”, ou seja, priorizando um termo utilizado pelo próprio autor, assim como eu havia realizado com outro termo, a “latinidade”.

Na defesa de Monique Batista, que ocorreu quase que concomitantemente à minha qualificação de mestrado, estava presente o Prof. Dr. Daniel Faria como um dos examinadores, cujos trabalhos sobre modernismo brasileiro eram inspirações significativas para o meu trabalho com Graça Aranha. Surpreendentemente, a arguição do Prof. Daniel demonstrou seu desconforto com o termo *brasilidade* que, para ele, deveria ser usado com cautela, tendo em vista sua presença nos escritos de personagens conservadores e um possível paralelo com a ideia de “italianidade”, ou seja, um discurso ultranacionalista. Sua fala também atentou para a inexistência de qualquer trabalho que questionasse o termo.

Essa arguição de Faria sobre o trabalho de uma colega foi tudo o que eu necessitava para me sentir mais confiante com a escolha do “nacionalismo” para o meu estudo com Aranha. Depois dessa arguição, nunca mais deixei de prestar atenção na presença de *brasilidade* nas pesquisas, sobretudo, àquelas dedicadas às produções culturais e literárias da primeira metade do século XX.

Esse é um dos exemplos de experiências cruciais em minha formação, que eu gostaria de trazer aos leitores e que eu somente obtive sucesso na escrita ao assumir o uso da primeira pessoa do singular. Para saber sobre a pesquisa de Monique Batista: BATISTA, Monique Mendes Silva. **Brasildade e modernidade: folclore e sensibilidade romântica em Mário de Andrade (1920-1945)**. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/145027>.

Para conferir a principal obra de Daniel Faria que me inspirou no mestrado e que foi essencial também para a construção desta tese, ver: FARIA, Daniel. **O mito modernista**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

objeto – de situar o leitor sob quais ânímos “o tópico” estaria sendo discutido no campo.

Desde então, eu realmente estava convencida de que escrever algo nessa direção era interessante também para o meu trabalho, porém, eu já desconfiava, desde a elaboração do projeto, que esse “estado da arte” não se aplicava para o conceito de *brasilidade*, principalmente pelo fato de que os textos que apresentavam uma dedicação maior ao termo configuravam um tecido rico de usos a serem explorados. Para eles, o mais adequado seria dedicar-lhes uma seção⁸. Aliás, até o início do ano de 2022, o conceito de *brasilidade* nunca foi tratado como um objeto, seja na História ou em outras Ciências Humanas⁹. O vocábulo, quando protagoniza algumas publicações, geralmente é como a “brasilidade de algo”, e, na maioria das vezes, essa associação dá-se em relação a alguma produção artística, visual ou literária.

Assim, pensando um texto final da tese, comecei a redigir a primeira introdução apresentando alguns historiadores que já haviam defendido a importância de um olhar mais cuidadoso para a linguagem¹⁰, ou, que preconizavam o protagonismo da linguagem nos estudos históricos.

O texto em concepção e redação, ainda em 2020, apresentava nos primeiros parágrafos um primeiro nome, Peter Burke, por meio de duas perguntas-chave

⁸ Optei por abordar esses materiais como parte dos tecidos analisados na terceira parte da tese.

⁹ O cenário descrito manteve-se até o término da pesquisa.

¹⁰ O termo *linguagem* possui diversos significados, porém, grosso modo, há dois entendimentos principais: a linguagem referindo-se a uma ideia mais ampla de comunicação e a linguagem como um sistema linguístico específico, como a língua portuguesa. Geralmente, em português, para esses sistemas específicos utiliza-se o termo *língua* ao invés de *linguagem*, entendendo-se que, a linguagem pode comportar e/ou comporta várias línguas, ou ainda, outras manifestações simbólicas. No francês, a distinção semelhante entre as palavras *langue* e *langage* foi notada e propagada por Ferdinand de Saussure.

Essa distinção segue-se grafada na tese. Entretanto, anoto aqui, que essa divisão formal nem sempre responde satisfatoriamente fora do escopo idiomático.

Ainda acerca das *linguagens*, nessas minhas novatas incursões sobre suas definições, tenho notado muitas abordagens distintas. A linguagem entendida como um sistema formal de signos e, consecutivamente, as línguas descritas como sistemas estruturais fechados, ou seja, o estruturalismo “clássico”, advindo de Saussure, continua sendo uma peça fundamental para a Linguística atual. Na História, quando o estudo propõe discutir esse nó *língua e linguagem*, as referências aproximam-se mais da Filosofia da Linguagem. Penso que isso ocorra também porque na Filosofia da Linguagem essa amarração envolve mais um fio sendo *ideia, língua e linguagem*. Na História, entendo que o emaranhado de fios seja, a uma vez, *ideia, língua, linguagem e tempo*.

propostas na obra *A arte da conversação*: “por que um historiador cultural escreveria sobre linguagem? Por que não deixar o tópico para os linguistas?”¹¹.

Para o referido autor, “a linguagem é sempre um indicador sensível” e tal formulação no campo da História só foi possível quando os historiadores “reconheceram tal estudo como um fim em si mesmo”, o que para Burke seria “a linguagem sendo vista como instituição social, como uma parte da cultura e da vida cotidiana”¹².

Inserir Burke fazia todo sentido, pois seu discurso recaía sobre a importância de as fontes escritas serem tratadas como objeto e não como janelas para um passado. Dizendo de outra maneira, o “documento” elevado à condição de problema e de processo e não como chave e evidência para equacionar questões e possibilitar análise de processos¹³. Além disso, Burke denuncia a importância de dominarmos a linguagem das fontes, e, para tanto, a necessidade de incorporarmos as discussões da linguística e da sociolinguística para desenvolvermos tal domínio¹⁴.

De Burke, a introdução fazia uma pequena parada em Roger Chartier, como um exemplo bem conhecido de historiador que focaliza a linguagem de suportes como o livro e a imprensa; em seguida, uma parada em Pierre Bourdieu, com um pequeno deslize a Rancière para uma recolha de passagem sobre o desentendimento que replico a seguir.

A ideia de “desentendimento” para Rancière consiste em situações em que valores nomeados da mesma forma escondem diferentes substâncias, entretanto, a situação de disputa configura-se quando o acordo dos termos permite o diálogo entre as partes tornando-se, portanto, na “disputa sobre o que quer dizer”. Explica Rancière:

¹¹ BURKE, Peter. **A Arte da conversação**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 9.

¹² *Ibid.*, p. 9-10.

¹³ A ocupação da História com o fenômeno “linguagem” desenvolveu-se, segundo Mônica Pimenta Velloso, sobretudo, na década de 1990. Isto porque a linguagem, “da mesma forma que os ‘dispositivos afetivos’, o corpo, o gestual e o vestuário”, passou a “constituir-se em objeto de interesse historiográfico, devido ao crescente interesse pela vida cotidiana e privada e o avanço da história cultural”.

Aludo à Velloso, pois a autora será citada em outras partes da tese, por meio de outras publicações, tanto como uma leitura importante no entendimento de alguns literatos e dispositivos da década de 1920 e 1930, quanto como alguém que se apropria de um dos usos de *brasilidade*.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Falas da cidade: conflitos e negociações em torno da identidade cultural no Rio de Janeiro. **ArtCultura**, Uberlândia, v.7, n.11, jul. – dez. 2005. p.161.

¹⁴ BURKE, Peter; PORTER, Roy. (org.). **Linguagem, Indivíduo e Sociedade**. São Paulo: UNESP, 1993.

BURKE, Peter; PORTER, Roy. (org.). **História social da linguagem**. São Paulo: UNESP, 1997.

Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação da palavra. Os interlocutores então entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras. Há todas as espécies de razão para que um X entenda e não entenda ao mesmo tempo um Y: porque, embora entenda claramente o que o outro diz, ele não vê o objeto do qual o outro lhe fala; ou então porque entende e deve entender, vê e quer fazer ver um objeto diferente sob a mesma palavra, uma razão diferente no mesmo argumento.¹⁵

Entretanto, se Bourdieu havia me ajudado imensamente com a noção de “campo de possibilidades” e de “trajetória”¹⁶ em minha dissertação de mestrado¹⁷ e a mesma noção continuou me ajudando na leitura das ditas fontes¹⁸, sobretudo, diante dos personagens ou as redes de sociabilidade dos anos 1920 e 1930, sua inserção na introdução que não vingou, ao lado dessa passagem sobre o desentendimento em Rancière, apenas corroborava com o desenvolvimento da ideia de que eventos linguísticos são eventos políticos, ou melhor, disputas linguísticas são disputas políticas. Embora “apenas” não seja uma boa palavra, pois essa crença é uma das principais, se não a principal crença que aplico neste trabalho. E, deste modo, Bourdieu me permitia chegar em Foucault e em um dos primeiros textos que me inspirou adentrar a pesquisa.

Lembro-me que foi no último ano da graduação que conheci e me encantei com “Nietzsche, a Genealogia e a História” e, desde então, eu cismei em passar pela experiência de fazer uma pesquisa genealógica. O débito da pesquisa com essa cisma foi tão grande que este texto de Foucault esteve presente no projeto, na primeira introdução e o trago (em repetição) nessa anotação.

¹⁵ RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento** – Política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996. p.12.

¹⁶ Sobre ambas as noções conferir: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2008.

¹⁷ RUOCCO, Andrea R. **As formulações de nação na trajetória de Graça Aranha**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152518>.

¹⁸ Menciono “fontes”, “documentos” ou “*corpus documental*” com enorme cautela, pois há uma grande sinuosidade entre eles e o referencial teórico desta pesquisa, pois vários textos mantêm essa dupla função de material analisado e suporte para análise, e, todos os textos contribuem para a observância do conceito de *brasilidade*.

Nesse artigo, Michel Foucault faz um estudo dos termos *Ursprung*, *Herkunft* e *Entstehung*¹⁹ nos escritos nietzschianos, elaborando – ao endossar a crítica de Nietzsche sobre seus próprios escritos e sobre os historiadores de sua época – uma proposta de escrita da História. Logo na primeira sentença do texto, temos uma curta definição de genealogia, ela “é cinza”! Mas é pela descrição do que a genealogia não é que se pode entender melhor ao que ela se refere:

A genealogia não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa de “origem”.²⁰

A proposta não viria suprimir altivamente as pesquisas históricas, mas se opor àquelas que buscam uma origem fixa das coisas, uma “essência exata” – aos moldes platônicos – uma “forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo”, uma “identidade primeira”²¹. O genealogista, para Foucault, que tiver o cuidado de escutar a história perceberá que

atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”, não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. [...]. O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, o disparate.²²

Para tanto, para “conjurar a quimera da origem” seria preciso reconhecer os “acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta do atavismo e das hereditariedades”. E, neste sentido, estes acontecimentos não seriam reinos, batalhas ou tratados

mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um **vocabulo retomado e voltado contra seus utilizadores**, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada mascarada.²³

¹⁹ Os três termos podem ser apresentados como sinônimos e traduzidos como “origem”, entretanto, eles também se conectam com outros significados como as ideias de proveniência, emergência, surgimento e formação, havendo, portanto, nuances que os diferenciam.

²⁰ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p.16.

²¹ *Ibid.*, p. 17.

²² *Ibid.*, p. 18.

²³ *Ibid.*, p. 28. Grifo meu.

E assim eu concluía a primeira introdução enfatizando, a partir de Foucault, a linguagem como *lócus* da disputa política, mas, antes do grande ponto final, ainda utilizei a analogia da árvore genealógica, das entrelinhas de Nietzsche e Foucault, com a finalidade de justificar algo que vocês perceberão que levei à risca em relação ao *corpus* documental e ao recorte temporal, ao sempre permitir uma fonte ou testemunho a mais e um recorte móvel.

Isto porque a proveniência do conceito (e a proveniência é uma opção dada por Foucault em substituição à busca pela origem) é um tronco que desemboca em inúmeros galhos. A origem é senão começos, plurais, ramificações cujo alcance só pode ser estabelecido na extensão da pesquisa, ou seja, sendo necessário que a pesquisa “volte ou avance no tempo” o quanto for necessário para tornar os jogos, as disputas, os discursos mais claros, o “cinza” mais brando. Portanto, delimitar de antemão os marcos da incidência do conceito de *brasilidade*, balizando seus usos em um recorte temporal antecipado e restringindo o *corpus* documental por esse balizamento, seria correr o grande risco de silenciar as inúmeras tramas.

O *gran finale* contava com a descrição do *corpus* selecionado até o dado momento e a ordem dos capítulos. Um texto tão amarrado quanto uma redação para ser entregue em um processo seletivo²⁴. Era um bom texto, porém, que se desenvolvia apenas pela confluência de afirmativas em textos de autores distintos. Deixei de lado outros Foucaults, escondi Koselleck. Temia o desacordo.

O fato é que, quando pensei essa primeira introdução, colocar esses autores lado a lado – Foucault e Koselleck – parecia-me um problema. Fui alertada que fazer isso seria correr um grande risco de rechaço [saudades das conversas de corredor]. Para reescrever a introdução promovendo debate (que me traria mais contentamento) eu necessitava expandir minha apreensão da produção de ambos. Assim, reorganizei mais uma vez meu cronograma de leituras para atender essa antiga/nova demanda.

²⁴ Refiro-me aos processos seletivos que participei tanto no mestrado quanto para o ingresso no doutorado do Programa de Pós-Graduação em História de Franca. A terceira etapa consistia em uma prova de redação, onde o candidato redigia um texto sobre um ponto selecionado utilizando-se, em grande medida, das bibliografias indicadas no edital. Em ambas as ocasiões, senti que deveria escrever citando o maior número de referências possíveis, de forma concisa para demonstrar aos avaliadores meu conhecimento da bibliografia e que, acreditando ou não no que eu estava escrevendo, eu deveria manter o diálogo entre os diversos autores sob exímia coerência textual, mesmo que isso provocasse certas simplificações.

Adensando minhas leituras, passei a pensar com Koselleck outros pontos da pesquisa e cada vez mais este historiador tornou-se companhia ao longo do trabalho. Não o mencionar na introdução soava-me, portanto, cada vez mais desonesto e comecei a pensar que também poderia ser decepcionante para vários leitores, colegas.

Abro aqui um outro parêntese, sem a ferramenta do rodapé, para ajudar na explicação desse “decepcionante”.

Nesse processo de reorganização do meu cronograma de leituras, visando a afamada reescrita da introdução, eu cursava os últimos créditos obrigatórios em disciplinas. Uma das disciplinas eu escolhi cursar justamente com o intuito de me auxiliar nessa tarefa.²⁵ A aula de 30 de setembro de 2020 do curso de “História da Historiografia: Problemas e Debates”, intitulada “O Conceito de História”, iniciou-se pela discussão do texto “A configuração do moderno conceito de História”, de Reinhart Koselleck, e a partir da seguinte observação: que nós – alunos pós-graduandos, pesquisadores do campo da História – somos devedores metodologicamente da História dos Conceitos de matriz alemã. Era a primeira vez que eu escutava a História dos Conceitos sob essa perspectiva, o que fez todo sentido para mim ao recordar certas experiências.

A cada início de curso, início de disciplina, a cada encontro de historiadores, semanas de História, colóquios, que contam com aquelas situações ritualísticas onde o aluno pós-graduando se apresenta e apresenta sua pesquisa, não houve uma única vez na qual eu não tenha sido abordada como alguém que está “trabalhando com Koselleck”. Mencionando-o ou não, o *feedback* que recebo dos outros pós-graduandos e estudantes de história é sempre “Ah, então você é da História dos Conceitos!”, como se a constatação encerrasse a abordagem teórica e metodológica do trabalho. Ora, por que Koselleck é um pressuposto de um “modo de fazer”? Que grupo é esse que eu pertenceria se, neste agora, eu não consigo lembrar-me de qualquer colega no Brasil que tenha caído na armadilha de focalizar um conceito, seja no mestrado ou no doutorado em História, a não ser o do próprio conceito de História dentro de determinados grupos?

²⁵ Disciplina ministrada pela Prof^a. Dr^a. Karina Anhezini no segundo semestre de 2020. As reflexões contidas nos próximos parágrafos integram as reflexões do trabalho final, um texto elaborado como exigência parcial do cumprimento do curso, intitulado “Breves reflexões sobre História dos Conceitos e Historiografia como analítica da historicidade”.

Em um artigo, indicado como bibliografia complementar do programa da disciplina supracitada, o professor Valdei Lopes de Araujo explica que esta atenção privilegiada aos fenômenos teóricos e historiográficos de orientação germânica é uma agenda recente da historiografia brasileira²⁶. Ainda na década de 1990 havia uma queixa comum entre os jovens historiadores sobre certo monopólio da tradição francesa na historiografia brasileira²⁷. Segundo o autor, visto em retrospecto, seria menos um problema em relação às origens dessa presença hegemônica da tradição francesa e mais um problema ligado a outros fenômenos, a saber:

a) a prevalência, ao menos da historiografia produzida na era da especialização (anos 1980 e 1990), de uma concepção de história que não reservava muito espaço para os problemas teóricos, enfatizando mais a pesquisa "dita" empírica e a metodologia; b) a carência de traduções de autores de língua alemã e de historiadores brasileiros capazes de lê-los no original; c) a percepção de que na ausência dessa recepção ficava prejudicada uma abordagem mais teórica da historiografia, já que não era possível ignorar sem consequência a longa contribuição para este campo na língua de Goethe.²⁸

Assim, Araujo expõe que a carência de traduções contribuiu para recepção tardia desses textos, mas que a própria concepção de História – afirmando uma preferência dos pares por determinados tipos de pesquisas – fez com que a própria discussão teórica das produções da dita História dos Conceitos só se tornasse uma pauta efetiva anos depois das publicações em língua original, e que, ainda, o primeiro contato foi possível por intermédio das traduções em língua inglesa. A saber, o primeiro livro traduzido foi *Crítica e Crise* por iniciativa da editora da UERJ em 1999, mas a obra é resultado da tese do autor defendida em 1953. Já o livro *Futuro Passado*, por exemplo, foi publicado originalmente em 1979 e traduzido no Brasil apenas em 2006.²⁹ Consequentemente, somente “na primeira década do século XXI que

²⁶ ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, p. 34-44, 2013.

²⁷ ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos conceitos e História da Historiografia: um percurso brasileiro. In: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César (org.). **Escrever história: historiadores e historiografia Brasileira nos Séculos XIX e XX**. Serra/ES: Editora Milfontes, 2017. p. 37-63.

²⁸ *Ibid.*, p. 37.

²⁹ Segundo Araujo dois “eventos editoriais podem nos servir de marco deste processo, o primeiro, em 1992, foi a publicação na revista Estudos Históricos da conferência de Reinhart Koselleck “História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos” (ARAUJO, 2017, p. 42), traduzida por Manoel Luis Salgado Guimarães, não por acaso, jovem historiador que se tornaria referência para ampliação do interesse

começamos a perceber o interesse, a produção e recepção mais sistemática no Brasil [...], um interesse que, podemos arriscar, não perdeu seu entusiasmo e relevância”³⁰ e, como eu arrisco cogitar, um interesse que hoje se confunde com uma unanimidade de aplicação para determinados objetos.

Como resultado, no cotidiano do doutorado, a curiosidade de outrem por minha pesquisa, geralmente, reduz-se ao “Como?”, ou seja, “Qual método?”, logo sucedido pela pergunta/afirmação “Ah, então você está trabalhando com o Koselleck?”.

Sintetizando, vimos por Araujo que apropriação metodológica da História dos Conceitos de matriz alemã resulta de movimentos relativamente recentes, ademais, o que Araujo pontua como outro dado da recepção de Koselleck no Brasil é o fato de suas produções serem muito mais assimiladas por suas aplicabilidades metodológicas (a exemplo da curiosidade que mencionei) do que pelas questões teóricas que as envolvem, o que para Araujo sinaliza um eco de uma tradição historiográfica brasileira cujos problemas teóricos permaneceram e ainda permanecem coadjuvantes.

Nesse artigo citado e em outros de Araujo, seu olhar está, obviamente, voltado à importância da autonomia da História da Historiografia como subárea e da consolidação de uma comunidade acadêmica dedicada a ela. Um ponto comum desses textos, uma proposta de Araujo para tal autonomia e consolidação, é que a História da Historiografia não pode limitar-se a uma subárea auxiliar de outras pesquisas – excluindo a ideia da disciplina historiografia enquanto uma história intelectual das teorias – e nem se limitar a uma questão de método.

Destarte, Araujo aponta outro foco que competiria à História da Historiografia, e, que acederia um caminho teórico³¹ e bem mais profícuo: pensar o tempo, ou melhor,

pela História da Historiografia no Brasil”, e, o segundo, a já citada publicação de *Crítica de Crise*, sucedida pela publicação de *Futuro Passado*.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos conceitos e História da Historiografia: um percurso brasileiro. In: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César (org.). **Escrever história: historiadores e historiografia Brasileira nos Séculos XIX e XX**. Serra/ES: Editora Milfontes, 2017. p. 37-63.

³⁰ ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos conceitos e História da Historiografia: um percurso brasileiro. In: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César (org.). **Escrever história: historiadores e historiografia Brasileira nos Séculos XIX e XX**. Serra/ES: Editora Milfontes, 2017. p. 40.

³¹ Diante disso, cabe explicitar a diferença entre metodologia e teoria para o autor: metodologia enquanto procedimentos para compreensão do material de trabalho, análise externas ao suporte – ou seja, competência necessária a todo historiador/pesquisador, e, teoria como um conjunto de reflexões que guiam uma abordagem, que fundamenta a pergunta do pesquisador (ARAUJO, 2006, 2013, 2017). ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, p. 34-44, 2013.

pensar como determinada sociedade transformou o tempo em tempo histórico e como os sujeitos do passado construíram o seu tempo atualizando passado e futuro. É nesse ponto que Araujo reconhece a contribuição de Reinhart Koselleck como decisiva para uma teoria do tempo histórico na História, por sua perspectiva historiográfica “a partir da incorporação do debate fenomenológico” cuja abertura teórica teria “permitido grandes avanços em termos de pesquisas em história da historiografia ou sobre a experiência geral do tempo histórico”³². Pois, ao descrever “densamente situações conceituais passadas”, tornou evidente “o quanto de continuidade e descontinuidade subjacente existe entre o nosso presente e os seus passados”³³ e permitiu que historiadores visualizassem transmissões de experiências históricas entre gerações, bem como a existência de crises nessas transmissões.

Porém, quando um vocábulo como *brasilidade* é recorrentemente tomado por um Brasil projetado, um Brasil no futuro, ou ainda, o que se quer de Brasil, a experiência do tempo torna-se central à sua compreensão. Assim, para os curiosos, as questões metodológicas estarão diluídas na redação da tese. Para o plausível desgosto do Professor Valdei Lopes de Araujo, aqui estou recorrendo à subárea solicitando auxílio em todos os seus desdobramentos que lhe seriam específicos. Para àqueles cujos desencontros nos corredores da universidade infelizmente foram furtados pela pandemia³⁴, simplifico grosseiramente que o maior distanciamento entre Koselleck e Foucault – sem adentrar questões epistemológicas a respeito do sujeito moderno e do sujeito de conhecimento – repousa sobre as unidades de análise.

Foucault adentra e adensa seu entendimento da linguagem pela unidade *discurso* e Koselleck pela unidade *conceito*, embora possamos considerar que a

ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos Conceitos e a história da historiografia: um percurso brasileiro. In: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César (org.). **Escrever História: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX**. Vitória: Editora Milfontes, 2017. p. 37-63.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**, Juiz de Fora, v. 12, p. 79-94, 2006.

³² ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, p. 34-44, 2013. p. 41.

³³ *Ibid.*, p. 45.

³⁴ Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou a COVID-19 como uma pandemia e as aulas presenciais foram suspensas. As aulas foram retomadas de forma *online*, porém, o cenário das salas virtuais era uma novidade para os docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP. No meu caso, foi a primeira vez que estive em uma sala de aula *online*. Parte da escrita da tese deu-se ao longo da pandemia, enquanto os encontros presenciais, tanto no *Campus* de Franca quanto em outros ambientes de sociabilidade, não eram possíveis por não serem seguros de acordo com a OMS.

menor unidade de análise para Foucault seja o *enunciado*. De qualquer forma, a partir dessas distintas unidades chegaram, inclusive, a discernimentos similares. Ambos os autores rejeitam, para uma história das ideias, qualquer abordagem atemporal; ambos admitem a correlação entre mudanças na linguagem e mudanças políticas, sociais e econômicas; ambos fazem uma crítica à modernidade por meio de estudos voltados para o ponto de viragem da linguagem humana e ambos reconhecem que esse ponto se localiza no tempo intervalar entre os séculos XVIII e XIX. Interessantemente, ambos demonstraram também que suas unidades de análise são espaços de exclusão.

Acerca dos espaços de exclusão, Koselleck demonstrou a existência de conceitos antitéticos assimétricos, que funcionam como contra-conceitos, classificando por oposição e assimetricamente o “outro”³⁵. Em outros casos, o autor observou que a exclusão ocorre por conceitos que se sobrepõem semanticamente para criar e delimitar um “nós” em exclusão a um “eles”. Destarte, Foucault visualiza os espaços de exclusão indagando quais regras permitem que certos enunciados sejam proferidos e outros não. Para essa dinâmica de trabalho denominou *método arqueológico*, onde Foucault inclusive situou os conceitos – ou sequências de sistemas conceituais – como pontos importantes na dispersão de enunciados.³⁶

Foucault e Koselleck não dialogaram diretamente em vida e não houve, após a morte de Foucault, escritos de Koselleck que enviassem aos escritos de Foucault. Todavia, o trecho a seguir, direcionado a Quentin Skinner e a Pocock, parece pertinente para pensarmos também as relações possíveis entre conceito e discurso:

Embora os conceitos básicos funcionem sempre no interior de um discurso, eles são os pivôs em torno dos quais todos os argumentos giram. Por esta razão, **não acredito que a história dos conceitos e a história do discurso possam ser vistas como incompatíveis e opostas. Uma depende inescapavelmente da outra.** Um discurso requer conceitos básicos para expressar o que está falando. E uma análise dos conceitos demanda o conhecimento tanto dos contextos linguísticos como dos extralinguísticos, incluindo aqueles fornecidos pelos discursos. Só através de um tal conhecimento do contexto pode o analista determinar quais são os múltiplos significados de um

³⁵ KOSELLECK, Reinhart. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006. p. 191-232.

³⁶ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 67. Grifo meu.

conceito, seu conteúdo, importância e a extensão em que é disputado.³⁷

Ocorre que o *conceito* para Koselleck é a unidade básica que permite sua investigação histórica e não a investigação histórica. Imagino que, embora não compita a uma historiadora imaginar, Koselleck não tenha empregado suas energias em debater os trabalhos de Foucault porque questões anteriores – como alguns binarismos explicativos dentro da História, que apunham análises linguísticas e extralinguísticas e alocavam a linguagem em oposição à realidade – já demandavam grandes energias de Koselleck, perdurando até o final de sua vida.

Em uma entrevista publicada originalmente em espanhol no ano de 2006, Koselleck foi indagado por “sua insistência na necessidade em distinguir cuidadosamente entre a realidade concreta dos fatos e a sua apreensão linguística”. Para os entrevistadores isso remeteria “a um problema epistemológico”, pois,

uma vez que não há experiência possível sem conceitos, mesmo que não sejam negadas as realidades extralingüísticas, em nosso mundo pós-kantiano e pós-positivista, parece difícil imaginar sequer um evento histórico “em si mesmo”, à margem de sua apreensão conceitual, de um modo ou de outro, pelos observadores humanos que articulam os fatos e lhes dão sentido.³⁸

Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes concluíram a questão perguntando a Koselleck se ele não creia que a partir de tais premissas não seria “difícil manter essa estrita distinção entre “os fatos” em si e sua apreensão lingüística”. A resposta foi “sim”, e que “teoricamente podem ser dadas duas respostas extremas nesse ponto” e que “qualquer uma delas reduz a linguagem a uma reação ante os acontecimentos”. Para o indagado, “para uns, a linguagem seria meramente um espelho, e um espelho deformador”, nesse caso há a posição de “prioridade radical do ‘real’”, e, para outros, “tudo está lingüisticamente mediado, e, portanto, a prioridade reside na interpretação lingüística dos fatos”. Os exemplos dados por Koselleck foram: em um extremo os bons marxistas e no outro Gadamer. Entretanto, para Koselleck,

³⁷ KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (org.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006. p. 104.

³⁸ Entrevista com Reinhart Koselleck. Entrevistadores: Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (org.). **História dos Conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006. p. 145.

nenhuma das duas posições basta para desenvolver uma investigação adequada e “sempre teremos que optar entre uma ou outra direção” e a decisão entre uma ou outra vai depender da pergunta que “inicialmente havíamos feito”³⁹.

Se eu tivesse abraçado unicamente Koselleck, talvez esse fosse o grande momento de escolher. Digo que esse seria um momento, pois, se os primeiros nomes que citei na introdução, que reescrevi e reescrevo, abordam a linguagem como uma instituição social que diz do real ou um veículo de representações (e representar é apresentar uma segunda vez e, portanto, formar outra coisa ou, ainda, deformar – tendência presente nos escritos dos historiadores sociais da linguagem e/ou os historiadores culturais da linguagem) logo mais seguirei pensando juntamente com um autor que afirma que a linguagem cria realidade.

Contudo, como insiste Koselleck, qualquer “que seja a opção escolhida, quer se incline por uma postura de tipo materialista ou idealista, essa decisão só pode ser tomada, inescapavelmente, no terreno da linguagem” e mesmo que não se tenha “preferência entre os argumentos lingüísticos ou não-lingüísticos, o campo de batalha é a linguagem”. Por fim, Koselleck conclui sua resposta aos entrevistadores: “Afirmar que a decisão é lingüística em si mesma não é o mesmo que atribuir a prioridade à linguagem”⁴⁰.

Enquanto eu tentava compreender a “linguagem” em (e de) Koselleck e Foucault, enquanto eu caía pouco a pouco no buraco de redigir uma outra introdução por similitudes, enquanto eu procurava razões que não me impedissem de colocá-los dialogando em favor do meu trânsito pela *brasilidade*, fiz-me atravessada por Flusser.

Fazendo mapas

A primeira vez que escutei o nome de Vilém Flusser foi através de meu esposo Renato. Como minhas lembranças costumam ser fugidias, principalmente com datas, não me recordo se foi quando ele cursava a especialização em fotografia, ou, quando cursava o mestrado em Artes Visuais. Provavelmente, foi durante o seu mestrado,

³⁹ Entrevista com Reinhart Koselleck. Entrevistadores: Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (org.). **História dos Conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006. p. 146.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 146-147.

entre os anos de 2015 e 2016, pois, quem tem ou teve um companheiro ou companheira na pós-graduação sabe o quanto *vira-e-mexe* a gente assume a posição de primeiro leitor, editor, corretor ortográfico e principal interlocutor. De qualquer forma, meu primeiro encontro com Flusser foi pouco interessado, foi através da *Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*, quando minhas preocupações estavam voltadas para questões de literatura. Porém, a primeira impressão que tive, permaneceu: um texto denso, muito enxuto, com sínteses extremamente precisas. Anos depois, descobri que essas características eram resultantes de um processo minucioso de escrita: Flusser, poliglota, traduzia seus textos para várias línguas até encontrar a forma final na língua de publicação. Entre as línguas: o tcheco, o alemão, o inglês e o português.

Soube, naquele tempo, que *Filosofia da Caixa Preta*, juntamente com os textos reunidos em *O mundo codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação*, eram obras muito citadas nos trabalhos de Fotografia, pesquisas em Arte Contemporânea e nos estudos recentes de Comunicação Social. Nesses trabalhos, Vilém Flusser parece prefigurar quase como um guru que previu a *gameficação* e a *codificação*, “conceitos de trabalho”⁴¹ em voga entre tais pesquisadores, principalmente diante da intensificação do uso das redes sociais e da produção infindável de imagens digitais. Por outro lado, *Língua e Realidade*, primeira obra publicada no Brasil, é muito citada por outras áreas de conhecimento, como em estudos de Teoria Literária e Linguística, porém, as citações parecem não ultrapassar em muito a definição e o protagonismo dado à língua.

Destarte, nessa minha não tão longa incursão por Flusser, encontrei um autor relativamente conhecido dentro de alguns nichos, mas, pouco estudado “em si”, inclusive, porque aqueles que recorrem ao autor parecem não discutir suas teorias tecendo comunicabilidade entre obras, salvo algumas exceções⁴². Esse cenário é comum a diversos teóricos, entretanto, essa recorrência de apropriações de Flusser

⁴¹ Aqui aplica-se a ideia de “conceito de trabalho”, ou ainda, de “conceito operatório” segundo Koselleck.

⁴² Destaco aqui uma das exceções que tem me ajudado nesta incursão por Flusser. Gustavo Bernardo Krause, Doutor em Literatura Comparada e Professor Associado de Teoria da Literatura no Instituto de Letras da UERJ tem várias obras dedicadas ao autor, entre elas estão *A dúvida de Flusser: filosofia e literatura* (2002); *A ficção de Deus* (2014); e três obras como organizador, *A filosofia da ficção de Vilém Flusser* (2011); *Vilém Flusser: uma introdução* (2008), organizada ao lado de Anke Finger e Rainer Guldin; e *Vilém Flusser no Brasil*, organizada juntamente com Ricardo Mendes (2000). Krause também é prefaciador de algumas obras de Flusser, como a reedição de *Língua e Realidade* e a publicação em português de *Fenomenologia do Brasileiro*.

sem diálogos entre suas obras (não que esta dinâmica seja obrigatória no entendimento de todo e qualquer autor, mas, no caso de Flusser, há uma comunicabilidade que ele mesmo demarca em seus textos para o desenvolvimento de determinados conceitos), tende provocar certa sensação de que o autor faz um salto brusco da posição que ocupa a língua perante a realidade para o *status* da imagem perante a realidade. Entendo que essa impressão de salto pode ser corrigida pelas ideias de *escrita* e *pós-história*.

Flusser entende a história como uma “função do escrever e da consciência que se expressa no escrever”⁴³. A ideia de escrita está colada à ideia de consciência histórica. Assim, quando Flusser questiona se com o advento das imagens técnicas há futuro para a escrita, questiona também se ainda é possível pensar historicamente. Há também uma justaposição entre linearidade e história, que não se relaciona com qualquer ideia pejorativa de historicismo, porque o próprio “escrever” é uma “organização de sinais gráficos em linha”⁴⁴. Para não deixar de mencionar, brevemente, a noção de “pós-história”, utilizo-me do próprio “Glossário para uma futura filosofia da fotografia” elaborado por Flusser que introduz *Filosofia da Caixa Preta*: nele a *história* é descrita como “tradução linearmente progressiva de ideias em conceitos, ou de imagens em texto”⁴⁵; a *consciência histórica* aparece como “consciência da linearidade (por exemplo, a causalidade)”, enquanto a *pós-história* é descrita como “processo circular que retraduz textos em imagens” e a *pré-história* “domínio de ideias, ausência de conceitos; ou, domínio de imagens, ausência de textos”⁴⁶. Portanto, se estamos, como acreditava Flusser, na *pós-história*, há uma preponderância da língua/imagem (ou códigos digitais) em detrimento da língua/escrita, daí provém, para Flusser, as dificuldades da comunicabilidade dos historiadores e outros homens da ciência que organizam seus pensamentos em texto com os falantes externos à academia.

Por fim, não perdendo a oportunidade de uma pequena provocação possível a partir do mesmo glossário, *conceito* para Flusser é “elemento constitutivo de texto”, ou seja, conceito forma texto, portanto, passível de enunciado e discurso.

⁴³ FLUSSER, Vilém. **A escrita** – Há futuro para a escrita? São Paulo: Annablume. 2010. p. 22.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 22.

⁴⁵ FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume. 2011. FLUSSER, 2011. p. 18.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 19.

Mas, deixemos essas ideias de *escrita* e *pós-história* – por ora – de lado, façamos o mesmo salto que outros colegas pesquisadores, conversemos sobre a língua, mas, antes de entrar nessa *conversação*⁴⁷, falemos sobre o caminho até o atravessamento.

Um segundo Flusser chegou a mim por indicação de minha orientadora. As incertezas que surgiram nas leituras de Koselleck e Foucault levaram-me a crer que eu precisava dar, novamente, outro passo atrás para compreender as diferentes abordagens, ou melhor, os debates acerca da linguagem, sobretudo aqueles que se desenrolaram na segunda metade do século XX e, somente depois, escolher uma dessas abordagens, a mais assertiva, a mais límpida, para segurar forte com uma das mãos e escrever com a outra.

Lembram daquele anseio por totalidade? Creio que a Professora Virginia anteviu que, paulatinamente, ele estava migrando para outras “totalidades” ainda mais absurdas, pois pensei em recuperar tais debates em uma possível introdução. Nesse *looping* de sempre haver um antes (uma ideia genealógica estragada por esteroides) chegaríamos a Platão, ou antes disso como, diga-se de passagem, bem faz Flusser.

Felizmente, não insisti na estupidez desse trabalho monumental e inapropriado para meu momento de formação; a introdução não passou de uma escaleta e a principal dúvida – Por quem começar o adensamento das leituras? Por algum estruturalista, pós-estruturalista e/ou desconstrucionista? – chegou à orientação. Naquele dia saí com um texto de Leyla Perrone-Moisés⁴⁸ nas mãos e com a promessa

⁴⁷ A ideia de *conversação* é um ponto importante em Flusser que desenvolverei adiante.

⁴⁸ Menciono aqui “Pós-estruturalismo e Desconstrução nas Américas” de Perrone-Moisés pois esse texto foi muito esclarecedor para mim. Ele revela, ironicamente, o quanto a recepção no Brasil dessas ideias “francesas” deram-se por intermédio dos estudos norte-americanos. Leyla Perrone-Moisés pontua que o termo “pós-estruturalismo”, ao contrário do “estruturalismo”, foi cunhado no cenário acadêmico anglo-saxão e permaneceu por certo tempo excluído do cenário francês, e, que sua emergência esteve vinculada com a agenda dos *cultural studies* – pós-colonialismo, feminismo, estudos de etnia, estudos de gênero etc. – com destaque para o acolhimento dessa agenda nos departamentos de literatura, como da renomada Yale, onde Jacques Derrida teve notável aceitação. O que Perrone-Moisés explica é que a difusão rápida desses estudos e discussões, incluindo o pensamento derridiano, sobretudo nas Américas, se deu às custas de simplificações e “embaralhamento” de ideias que, de certa forma, chegaram também à minha formação, como a planificação entre “pós-estruturalismo”, “pós-modernismo” e “desconstrução”.

Em outras palavras, a leitura desse texto foi esclarecedora não somente por sua carga informacional, mas, por propiciar ver-me inserida nos ecos dessa difusão/recepção no Brasil. Daí as expressões “estupidez” e “monumental” desse parágrafo não serem hiperbólicas, mas grifos do desembaralhar-se deste eco na compreensão da linguagem desse embaralhamento, um difícil trabalho para qualquer pesquisador em Ciência Humanas que, de certo, na empreitada não encontrarão “limpidez”. Sobre a

de dar uma olhada em duas obras de Flusser: *Língua e Realidade* e *Fenomenologia do Brasileiro*.

De volta à língua, em *Língua e Realidade*, logo nas primeiras páginas da introdução subjaz a máxima do livro: “conhecimento, realidade e verdade são aspectos da língua”⁴⁹. Os títulos dos capítulos, como expõe Gustavo Bernardo Krause, formulam os “axiomas geradores da sua concepção”: I) A língua é realidade; II) A língua forma realidade; III) A língua cria realidade; e IV) A língua propaga realidade.

Para Krause, esses “axiomas” não implicam em “recusa da realidade”, mas que o “conhecimento deve ser visto como menos imediato”, a realidade “menos fundamental” e a verdade “menos imediata”. De qualquer forma, sendo todos “aspectos” da língua, a visibilidade dá-se exclusivamente nela.

Embora Flusser desenvolva a ideia de “que vivemos em realidade dupla: na realidade das palavras e na realidade dos dados ‘brutos’ ou ‘imediatos’”, “este conjunto de dados brutos” estaria lá dado e “brutal”, próximo do intelecto, “mas inatingível”⁵⁰. Vejam, o fora ou o dentro da língua não são problemas cabíveis dentro do pensamento flusseriano, e, por um viés ontológico, esse dito “caos do dado bruto”, “que tende transforma-se em palavras” não tem “a dignidade do *ser*, mas do *poder ser*”⁵¹. O longo trecho a seguir expõe a dinâmica de uma das principais conclusões dessa obra de Flusser, língua é, sobretudo, *potencialidade*.

O intelecto, participando da conversação, se “realiza”. Torna-se real no sentido de participar do tecido da conversação que é o corte horizontal da correnteza da língua. Se considerarmos a língua (como agora já somos obrigados a fazer) como conjunto de palavras, isto é, dados brutos realizados, como o cosmos do ser surgido do caos do *poder ser*, e se considerarmos que estas palavras aparecem em nós, chamados intelectos, e em fios entre os nós, chamados conversação, somos obrigados a dizer que um intelecto em conversação está realizado. A língua como um todo é a soma das conversações e dos intelectos em conversação através das idades. O intelecto em conversações enriquece a língua em dois sentidos. Propaga-a em direção ao futuro. E estende-a em direção horizontal, aumenta-lhe o

“desconstrução” que tanto me preocupava... escolhi “brasilidade”, pois, como bem coloca Perrone-Moisés “o que é a desconstrução? Primeiramente, uma palavra”.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Pós-estruturalismo e Desconstrução nas Américas. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). **Do positivismo à desconstrução**: ideias francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004. p. 213-236.

⁴⁹ FLUSSER, Vilém. **Língua e realidade**. São Paulo: Annablume, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2012. p. 41.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 65.

⁵¹ *Ibid.*, p. 60.

número de palavras e de combinações de palavras. Cria palavras e cria pensamentos (frases). O intelecto em conversação conserva e aumenta o território da realidade. Realizando-se, realiza.⁵²

A citação também traz uma adequada iniciação da ideia de *conversação* que é retomada várias vezes em *Língua e Realidade* e em outros estudos de Flusser. É na “grande conversação” que se dá o conhecimento, é no “vem e vai da língua” que o caos tem a possibilidade de se transformar em cosmos⁵³ e, nesse sentido, a “ciência é a conversação em sua forma mais perfeita e rigorosa”⁵⁴. E notem, o homem é real como intelecto participando da conversação; não há indivíduos em Flusser e os sujeitos só aparecem enquanto elementos sintáticos.

Uma das motivações, para a concepção dessas várias noções, ainda nessa primeira publicação do autor em língua portuguesa, seria o mergulho de Flusser em Wittgenstein, e mais especificamente, na ideia de que a “língua gira em circuito fechado”⁵⁵. Como explica Krause acerca da leitura de Flusser sobre a língua em Wittgenstein:

A língua espelha o comportamento das coisas entre si, o qual, por sua vez, espelha a língua, como dois espelhos pendurados em paredes opostas num quarto vazio. Se um juízo reflete uma situação, é certo, mas vazio. Se não o reflete, é mero ruído. As situações consistem de conceitos que são as sombras das palavras, como as palavras são as sombras dos conceitos. Em suma, a realidade, para além das situações, para além do comportamento das coisas umas em relação às outras, seria intelectualmente inatingível.⁵⁶

Ou seja, o que é possível então atingir intelectualmente? Situações, fenômenos, que são, por fim, fenômenos e situações da língua⁵⁷. Por isso para Flusser toda a filosofia e toda a ciência – mesmo aquelas que não se percebem assim – são ciências da língua. Entretanto, é em relação às ciências especializadas, aquelas que

⁵² FLUSSER, Vilém. **Língua e realidade**. São Paulo: Annablume, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2012. p. 61.

⁵³ *Ibid.*, p. 58.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 171.

⁵⁵ KRAUSE, Gustavo Bernardo. Prefácio. In: FLUSSER, Vilém. **Língua e realidade**. São Paulo: Annablume, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2012. p. 16.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 16.

⁵⁷ Embora nessa introdução a ideia de língua refira-se principalmente ao território das palavras, por focalizar justamente a língua em fontes escritas, é importante entendermos que Flusser trabalha com a ideia de língua amplificada, não restrita, portanto, a fenômenos linguísticos. Daí a incursão de Flusser por símbolos auditivos e visuais, pela música e pelas artes plásticas.

se ocupam da língua, que repousam seus maiores desconfortos, pois, para ele, nessas ciências a língua é tomada como um entre fenômenos ou como aparência. Flusser comunica aos leitores que a língua compreendida de tal modo, como entre fenômenos e/ou aparência, não serve como base para o conceito de língua entendido em *Língua e Realidade*, porém, pontua que é impossível ignorar os “aspectos iluminados” por essas ciências⁵⁸. Ignorá-los seria sair da conversação.

Assim, na medida em que eu mergulhava em Flusser mergulhado em Wittgenstein e nesse *ouroboros*, maior era minha curiosidade para iniciar a leitura de *Fenomenologia do Brasileiro: em busca de um novo homem*. Como esse autor que nomeava seu trabalho como fenomenológico, que pensava a língua como estrutura e estruturante da realidade, mas sem admitir para si o rótulo estruturalista, e que afirmava que tantas são as realidades quanto são as línguas, diria do “brasileiro”? Por que predicá-lo como “novo homem”?

A verdade é que eu nutria a esperança de ali encontrar *brasilidade*, nenhuma menção! A esse ponto, eu deveria ter imaginado que o minucioso trato do autor com as palavras o impediria de usá-la. Primeiramente, pela malemolência da palavra [entendam isso como um pequeno *spoiler* das conclusões sobre seus usos], mas também porque os textos de *Fenomenologia do Brasileiro* foram produzidos entre os anos de 1960 e início da década de 1970 [cujo uso parece aproximar-se de um ufanismo não cabível na escrita de Flusser] e, porque os textos dessa obra foram pensados para dois cosmos, para os intelectos da língua alemã e do Português Brasileiro [sendo *brasilidade* palavra de difícil tradução]⁵⁹. Porém, eu também nutria

⁵⁸ FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. São Paulo: Annablume, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2012. p. 42.

⁵⁹ *Fenomenologia do brasileiro: em busca de um novo homem* foi publicado no Brasil apenas em 1998, não possui reedições e está esgotado há vários anos. Entretanto, os textos teriam sido elaborados até o ano de 1971. A versão alemã foi lançada pela editora Bollmann Verlag em 1994, três anos depois da morte de Flusser. Segundo Rodrigo Duarte, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais “Consta que, quando um editor de Freiburg solicitou a ele que organizasse uma coletânea de filósofos brasileiros, Flusser aproveitou e enviou o manuscrito alemão de seu livro sobre o Brasil. O editor, porém, recusou o texto e não devolveu os originais datilografados. Depois, em nova tentativa, o autor enviou suas cópias-carbono a um editor na Suíça, mas este também não quis publicar o texto e não devolveu o material. Assim, o filósofo ficou privado tanto do original datilografado quanto das cópias-carbono, e não dispunha de outras”. Segundo Duarte, a versão alemã só não se perdeu porque, em 1993, dois anos após a morte do filósofo, Edith Flusser, viúva do autor, recebeu o original datilografado que o editor afinal localizara. Em 1994, seguiu-se a publicação da obra em alemão com o título: *Brasilien oder die Suche nach dem neuen Menschen* (Brasil ou a busca pelo novo homem), que estimulou a publicação da versão em português. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/acervo/o->

outra esperança: encontrar ali um pouco mais sobre o *tempo* do brasileiro, tendo em vista um exercício que o autor faz dentro de *Língua e Realidade*, comparando o tempo em algumas línguas flexionais⁶⁰, por meio de verbos específicos de cada língua e do posicionamento do sujeito sintático diante de tais verbos.

Da realidade encontrada por Flusser, que diz respeito especificamente aos brasileiros em ambas as publicações supracitadas, foram principalmente suas observações sobre o *tempo* que mais me interessaram. Eis que o *tempo* tornou-se ponto-chave do alongamento desse atravessamento, portanto, penso que seja interessante esclarecer mais um dos porquês do meu grande interesse em Flusser.

Em *Língua e Realidade* há um diálogo nominal com Heidegger, das primeiras até as últimas páginas. Heidegger também é retomado em *Fenomenologia do Brasileiro*, mas, juntamente com outros filósofos, é citado com menos frequência, em função do texto adquirir um formato de ensaio mais fluído.

Quando Reinhart Koselleck inicia *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* – obra que vocês perceberão que também estará comigo das primeiras até as últimas páginas – logo no prefácio, o autor lança uma pergunta “Que é o tempo histórico?”. A primeira constatação que Koselleck apresenta aos seus leitores (direcionando-se aos seus pares historiadores em 1979) é que essa “é uma das perguntas mais difíceis de se responder no campo da historiografia”, visto que

a questão nos leva necessariamente a adentrar o terreno da teoria da história, sob uma perspectiva ainda mais profunda do que a habitual. Pois as fontes do passado são capazes de nos dar notícias imediata

pais-do-novo-homem/. Texto originalmente publicado no *sobreCultura* 17 (outubro de 2014). Acesso em: 17 fev. 2022.

⁶⁰ Grosso modo, Flusser identifica três tipos de língua: flexionais, aglutinantes e isolantes, o que implicaria três grandes grupos de mundos nos quais o intelecto vive. A civilização ocidental pertenceria ao território das línguas flexionais, as línguas “isolantes tiveram como resultado a civilização oriental, inclusive a japonesa” (FLUSSER, 2012. p. 81), já as línguas aglutinantes “não resultaram em civilizações no sentido que damos a esta palavra”, vide, pois, os “mongóis, os tártaros, os turcos, os hunos, todos estes grupos linguísticos mal definidos que irrompiam, periodicamente, no território das duas civilizações [...] representam para nós, o caos” (FLUSSER, 2012. p. 100). Entretanto, Flusser enfatiza que toda língua é um sistema aberto, aceitando elementos externos, inclusive de línguas de tipos diferentes e não podendo ser rigorosamente classificada. Flusser exemplifica que línguas flexionais como o alemão e o sânscrito têm tendências aglutinantes (FLUSSER, 2012. p. 80). Para desenvolver a questão do tempo, Flusser traz exemplos do tcheco, do alemão e do português, línguas das quais o autor demonstrava maior intimidade, mas também do inglês.

FLUSSER, Vilém. **Língua e realidade**. São Paulo: Annablume, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2012.

sobre fatos e ideias, sobre planos e acontecimentos, mas não sobre o tempo histórico⁶¹

Admitindo a dificuldade de tecer uma resposta, Koselleck também recorre as proposições heideggerianas sobre a historicidade, sobre o tempo intrínseco à experiência humana, para compor seu projeto historiográfico.

Segundo José Reis, “o segredo para entender o pensamento de Heidegger no que respeita ao tempo está na distinção que ele estabelece entre os três tipos de entes”, que seriam: “o *Dasein* por um lado e, por outro, quer o *à-mão* (*Zuhandenheit*) quer o que *está-aí* (*Vorhandenheit*)”, sendo esse primeiro “uma consciência”⁶². Grosso modo, a história em Heidegger é a estrutura ontológica do que ele chama de *Dasein*, um “ser no mundo”, uma existência só possível no tempo. Destarte, essa existência do homem seria constituída de “temporalidade” por ser essencialmente marcada pela finitude, pela certeza e expectativa da morte. É em consequência disso que Heidegger reconhece que a existência do homem supõe determinada forma de orientação temporal, orientação que constitui a base de sua ação no mundo. Ademais, a “temporalidade heideggeriana passa-se no domínio da consciência e quer o passado quer o futuro, embora referidos como o antes e como o depois, são referidos no presente”⁶³.

Somente pelo “o ser” do homem ser constituído de temporalidade/finitude e, por conseguinte, do presente “do ser” conter passado e futuro, é que o historiador poderia pensar e teorizar a temporalidade histórica. Entretanto, o que nota Koselleck é que os historiadores não se encontram em uma posição privilegiada, dado que também escrevem partilhando uma forma de experimentar o tempo. Sob tal perspectiva, o tempo deveria deixar de ser base neutra e inquestionável das operações do discurso histórico para se tornar um problema fundamental da escrita da história e do fazer historiográfico. Traçando um paralelo com Michel De Certeau, as reflexões de Heidegger revelaram para Koselleck o principal “não dito” nos escritos cunhados por historiadores ou que dizem da epistemologia da História: o próprio *tempo*.

⁶¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006. p. 13.

⁶² REIS, José. O tempo em Heidegger. **Revista Filosófica de Coimbra**, n. 28, p. 369-414, 2005. p. 369.

⁶³ *Ibid.*, p. 371.

Por essas reflexões, a perspectiva do autor de *Futuro Passado* vai bem além da ideia de que cada presente reconstrói o passado a partir de problematizações geradas na sua atualidade, mas, que cada presente ressignifica tanto o passado como o futuro, e ainda, que cada “presente” se relaciona de maneira diferente com o futuro e com o passado, de maneira que “é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico”⁶⁴.

Ora, se a pergunta pela “natureza” e estrutura do tempo histórico é para Koselleck a atitude teórica fundamental de nosso campo de estudo, tal pergunta também deve orientar o trabalho com conceitos, especialmente para aqueles estritamente de corte político ou que assim se transformam. Isso porque em cada conceito estaria também em jogo a relação entre “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”⁶⁵; caberia ao historiador perquirir essa relação, sendo esta perquirição uma das principais particularidades da História no trato da linguagem.

Uma das críticas recorrentes ao trabalho de Koselleck repousa justamente sobre seu trato com um dos conceitos que mais interessa aos historiadores, o conceito de “história”. Temístocles Cezar no texto “História *magistra vitae*. Ensaio sobre a (in)definição do *topos* nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX”⁶⁶, expõe claramente que a passagem do “mundo antigo” para o “mundo moderno” sob uma nova percepção de tempo, bem como o advento de uma nova concepção de história, não se deu da mesma forma em todos os locais espalhados pelo globo, sobretudo não eurocêntricos, sendo necessário, portanto, cautela e critérios para endossar os estudos do historiador alemão sobre esse conceito específico. Minha percepção sobre esse quesito é que, embora Koselleck explicita que seus estudos

⁶⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006. p. 313.

⁶⁵ As duas categorias de análise não são opostas, pelo contrário, são complementares no entendimento do tempo na perspectiva adotada por Koselleck. Enquanto a primeira categoria diz respeito à tradição recebida e experiências que informam o presente, a segunda refere-se ao elemento de projeção futura, de transformação. Ou ainda, “o espaço de experiência” correspondendo ao passado atual, o presente efêmero que se relaciona com as experiências ressignificadas, que se atualiza e reatualiza-se das experiências vividas consciente ou inconscientemente, em processos de incessantes ressignificações, enquanto o “horizonte de expectativa” seria a projeção do que se espera experimentar.

⁶⁶ CEZAR, Temístocles. *Historia magistra vitae*. Ensaio sobre a (in)definição do *topos* nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX. In: PROTÁSIO, Daniel Estudante. (org.). **Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém**. Lisboa: Editora do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019. p. 21-44.

são dedicados à língua alemã, há ainda um tom imperativo nesse atrelamento mundo moderno/nova percepção de tempo e história, que seria extensivo a outras partes do globo, faltando apenas a identificação do quando.

A cautela, para mim, pode ser resolvida com o posicionamento assumido por Flusser. Em primeiro lugar, por meio de uma noção que mencionei anteriormente (a mesma que o autor repete por várias vezes em *Língua e Realidade*): cada língua constitui um cosmo, então, se “história” ou “tempo” forem objetos de investigação, serão diferentes em cada língua. Em segundo lugar, pela observação de que “toda língua flexional tem estrutura ontológica diferente, mas até certo ponto semelhante. Essa semelhança permite a comparação entre as estruturas”, e, sobre semelhanças, o *tempo* faz parte da estrutura de todas as línguas flexionais, “aproximadamente no mesmo sentido em que podemos dizer que a dama faz parte do jogo de xadrez e do jogo de damas”⁶⁷. Já a respeito do *tempo histórico* em Flusser, há muito mais que semelhanças entre cosmos, pois o *tempo histórico* tem uma conotação muito distinta daquela entendida por Koselleck. É inerente ao surgimento da língua enquanto língua escrita.

Assim, com essa inserção de Koselleck em meio às ideias *flusserianas*, exemplifico melhor o atravessamento ocorrido, que vai além da admiração por um autor cuja paixão pela língua imprimiu-se em um trabalho vasto e cheio de provocações. A leitura de Flusser me colocou numa constante dúvida, que, ao invés de ser paralisante, colocou-me em um movimento circular de repensar as leituras que antes pareciam sólidas para a pesquisa.

Se há um tempo me perguntassem “O que faz um historiador?”, eu responderia, como já respondi, “um historiador dedica-se a estudar a linguagem no tempo”. No início do doutorado, essa resposta cambiava entre “a linguagem no tempo” e “o tempo na linguagem” (créditos especiais a Koselleck, mas também a outros cuja temporalidade encontra-se no cerne de suas discussões, como François Hartog, Hans Ulrich Gumbrecht, Araújo e Pereira⁶⁸, que foram leituras que conheci e aprofundi a

⁶⁷ FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. São Paulo: Annablume, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2012. p. 109.

⁶⁸ Sobre esses autores, refiro-me a um trabalho específico que Valdei Araujo e Mateus Pereira propõem uma nova categoria para entender o processo de aceleração da experiência do tempo, a ideia de “atualismo” partir da ressonância do termo *update* e variações como *updatism*. A leitura sobretudo da Introdução desse trabalho foi, inclusive, importante para que eu incorporasse algumas ferramentas de busca online para mapear a *brasilidade*.

partir do ingresso no doutorado). Entretanto, após Flusser, talvez eu respondesse, sem anular as outras respostas, apenas “a história estuda ‘linguagem’”, ou, numa hesitação nervosa, equivocar-me-ia propositalmente e como em um espasmo diria “tempo é linguagem” para, então, conseguir dizer daquilo para o que tenho despendido esforços: “a história observa ambos, *tempo* e *linguagem*, em um fenômeno – *língua*”.

Confesso que inserir Flusser na tese desde a introdução tornou-se uma necessidade ainda maior quando não consegui encontrar nada de Flusser ou sobre Flusser nas publicações de Teoria da História e de História da Historiografia no Brasil. Nem mesmo a ideia de *pós-história*, elaborada em português e em solo brasileiro, frutificou nas discussões sobre *temporalidades*. Espero que essas poucas páginas ajudem a fomentar o interesse pelo autor também nessa direção.

Por fim, a outra faceta do atravessamento de Flusser – na tese, em mim – desloca-se dessa discussão teórica acerca do tempo, da linguagem, da língua, para a discussão sobre a forma textual que assumirei, por vezes, no discurso de demonstração desta pesquisa, ou seja, para o ensaio como forma e para a criação de mapas, ou, para uma cartografia a realizar-se do conceito de *brasilidade*.

Em *Fenomenologia do Brasileiro*, a primeira parte intitulada “Em busca de um novo homem” é dedicada mais a explicar e problematizar como serão expostas as percepções de Brasil do imigrante tcheco, do que fazer uma apresentação do “novo homem” em referência ao brasileiro, sugerindo que a busca desse outro novo homem é também uma busca de si. Flusser esclarece que as páginas que se sucederão “são um ponto de vista”, ao mesmo tempo que explana que toda tentativa de visão é individual, o que não significa que toda tentativa é necessariamente subjetiva e que nada comunica. É nesse ponto que ele descreve a ideia de mapa:

[...]. Mapas verdadeiros não podem existir e, portanto, não existem. Mas seriam desnecessários se existissem. Pelo contrário: mapas não devem ser verdadeiros, se quiserem orientar-nos. Um mapa de uma cidade, que seria fiel se a reproduzisse por inteiro, seria tão confuso

quanto o é a própria cidade, e não teria utilidade alguma. Um elemento de simplificação e de exagero é essencial para todo o mapa, [...].⁶⁹

Embora delineie que mapas tendem à simplificação e ao exagero, Flusser diz que esta não é a meta de *Fenomenologia do Brasileiro*, mas sim “distanciar-se da situação e projetar de um determinado ponto de vista um mapa sobre ela”, oferecendo ao leitor “um ponto de vista, a partir do qual poderá ver, de um ângulo determinado, a situação na qual estamos e acrescentar a visão resultante a outras visões para poder orientar-se”⁷⁰.

Esse fragmento foi muito importante para que eu partisse para um encerramento de minhas buscas por novos tecidos e fontes que possivelmente exibissem algum uso do conceito de *brasilidade*. Ora, um dos objetivos específicos desta investigação era justamente a ideia de efetuar um mapeamento, mas, foi necessário que Flusser me dissesse que mapas “não são a coisa mesma” para que eu parasse o exercício infundável de buscas por ocorrências de *brasilidade* e iniciasse o movimento de mapear de fato. Ora, vimos há poucas linhas que o movimento de mapear para Flusser parte de um ponto de vista determinado para a sucessiva elaboração do mapa, e não o contrário. Mapas são elaborações de imagens.

O formato escolhido por Flusser para exibir mapas é o ensaio. Deveras, todas as obras do autor podem ser classificadas como ensaios. Flusser costumava associar o gênero a uma honestidade que, para ele, era difícil de acontecer na escrita acadêmica. Segundo ainda o pensador tcheco, o estilo acadêmico “reúne honestidade intelectual com desonestidade intelectual, já que quem a ele recorre empenha o intelecto e tira o corpo”. Como característica, no estilo acadêmico evita-se o uso do pronome “eu”. Explica: “Substitui o ‘eu’ pelo bombástico (embora aparentemente modesto) ‘nós’, ou pelo ‘se’, que não compromete”⁷¹. Desse modo, “o ensaio seria um formato privilegiado para a comunicabilidade, pois ofereceria uma comunicação dialógica que o coloca frente ao outro-de-si-mesmo”⁷².

⁶⁹ FLUSSER, Vilém. **Fenomenologia do Brasileiro**. Tradução e organização de Gustavo Bernardo, Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 33.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 33.

⁷¹ Flusser *apud* MENEZES, José Eugênio de O.; KÜNSCH, Dimas A. O terraço é o mundo: Vilém Flusser e o pensamento da compreensão. **Galaxia** (São Paulo, *online*), n. 35, p. 119-131, mai./ago. 2017. ISSN 1982-2553. p. 129.

⁷² MENEZES, José Eugênio de O.; KÜNSCH, Dimas A. O terraço é o mundo: Vilém Flusser e o pensamento da compreensão. **Galaxia** (São Paulo, *online*), n. 35, p. 119-131, mai./ago. 2017. ISSN 1982-2553. p. 129.

Krause, ao analisar a ideia de mapa em outra obra de Flusser, *Natural:mente*, escrita anos mais tarde de *Fenomenologia do Brasileiro*, chega à conclusão que os mapas de Flusser correspondem também às teorias. De sorte que, não serviriam para o viajante quando “ele precisa tomar uma decisão ou fazer uma escolha, porque toda decisão só se dá no concreto, no que ainda não pôde ser classificado, generalizado ou formalizado”⁷³. O estudioso de Flusser observa que para o autor “toda a decisão pertence ao campo do impreciso”⁷⁴, e o ensaio seria o caminho que permitiria essa imprecisão latente.

Essa ideia de ensaio vai ao encontro do entendimento adorniano do gênero ensaio. Diz Adorno, obviamente, em tom muito mais sisudo que Flusser:

No ensaio como forma, o que se anuncia de forma inconsciente e distante da teoria é a necessidade de anular, mesmo no procedimento concreto do espírito, as pretensões de completude e de continuidade, já teoricamente superadas. Ao se rebelar esteticamente contra o método mesquinho, cuja única preocupação é não deixar escapar nada [...].⁷⁵

Em outras palavras, não tendo a pretensão de abordar um objeto em sua completude, oferece outras maneiras de explorá-lo, mas, segundo Adorno, anular a pretensão de completude e continuidade não significaria que o ensaio deduz o objeto, pois, é “inerente à forma do ensaio a sua própria relativização: ele precisa se estruturar como se pudesse, a qualquer momento, ser interrompido. [...] A descontinuidade é essencial ao ensaio; seu assunto é sempre um conflito em suspenso”⁷⁶.

Assim sendo, concluo aqui meu mapa Flusser. Adiante, concluo esta introdução recorrendo a outro ensaísta.

⁷³ KRAUSE, Gustavo Bernardo. **A dúvida de Flusser**: filosofia e literatura. São Paulo: Globo, 2002. p. 89.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 89.

⁷⁵ ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor W. **Notas de Literatura I**. Rolf Tiedemann (org. da edição alemã). Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34. (Coleção Espírito Crítico). p. 34.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 34-35.

Criando constelações

Agora, após esse alargamento, creio que posso anunciar que o material resultante da investigação sobre a *brasilidade* em tempos distintos – na e da língua – foi pensado também enquanto um mapa aos moldes *flusserianos*.

Vimos que Flusser enfatizou que *exageros* e *simplificações*, embora fossem características próprias de um mapa, não eram a meta de *Fenomenologia do Brasileiro*. Entretanto, nessa mesma obra aprendi com Flusser que, na construção de um mapa, algo de exagero e de simplificação, ou podemos dizer, de estereótipo, sempre haverá. Comumente, evita-se tanto o uso quanto o exame de estereótipos em textos acadêmicos. Entendo que isso deva-se ao fato de que estereótipos são dispositivos que escondem “coisas” (por exemplo, no construto de figuras como “o brasileiro”, o estereótipo suprimirá características a fim de compor a generalização de um ser uno), e, como entende-se que a movimentação “natural” do pesquisador é realizar desvelamentos, estereótipos são abordados rapidamente, com certo constrangimento. Porém, por estereótipos esconderem coisas, não significa que não dizem algo. Dizem muito! É o que explica Jacy Seixas:

Consideremos, pois, o estereótipo não pelo que supostamente ocultaria, mas por aquilo que ele é e que o distingue como linguagem – um ‘ato mental que consiste a levar o singular para uma categoria geral dotada de atributos fixos’. O estereótipo age porque simples e esquemático em vez de complexo, porque resiste às mudanças, porque entrava o movimento e dificulta o pensamento, porque indiferencia – sua ação decorre precisamente dos atributos que lhe são consagrados pelos estudos literários e pelas ciências sociais.⁷⁷

Para mim, os textos de Seixas são muito inspiradores, pois *por* e *com* estereótipos compõe mapas. A autora interpela “imagens internalizadas” como “evidência e lugar comum de intensa visibilidade identitária”⁷⁸, isso a permitiu encontrar imagens como “*Brasil, país sem memória*” (figuração mental da qual Seixas

⁷⁷ SEIXAS, Jacy Alves. Formas identitárias e estereótipo: o brasileiro jecamacunaímico e a gestão do esquecimento. In: NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virginia. (org.). **Conceitos e linguagens: construções identitárias**. São Paulo: Intermeios: CAPES, 2013. p. 253.

⁷⁸ *Id.* Brasil, país do futuro: políticas do esquecimento e imagens identitárias da denegação. **Impulso**, Piracicaba, p. 161-178, set./dez. 2015. p. 162.

chama de “*brasileiro jecamacunaímico*”⁷⁹) e a imagem “*Brasil país-do-futuro*”. Cada imagem, como esclarece Seixas, é um estereótipo “entendido não como uma expressão deformante do real, mas como forma singular instituinte desse real, de modos de existir e agir alinhando estética e ética”⁸⁰. Sua conclusão é que essas imagens possuem relações de reciprocidade e “parecem participar das linguagens do esquecimento, desdobrando-se em outras tantas imagens e representações identitárias”⁸¹. A saber, essa última imagem, “*Brasil país-do-futuro*”⁸², em muito se conecta às reflexões de Flusser sobre o Brasil e a reconheci nos materiais admitidos para esta pesquisa. Em suma, encontrar estereótipos e trabalhá-los como imagens na composição do *mapa brasilidade* tornou-se também uma das metas deste trabalho.

Todavia, se o trabalho com as “fontes” ambiciona um mapa, e, a ideia de *mapa* tenha contaminado as *anotações* que eu teimo em dizer *introdução*, há também uma outra *imagem* que me *contaminou* e que, de certa forma, permite que o trabalho teórico avance para além dessas primeiras páginas. Da imagem *mapa* vou à imagem *constelação*. Sua referência encontra-se em Walter Benjamin, o outro ensaísta que me referi ao final do tópico anterior.

Aliás, é importante salientar que vários estudos sobre Flusser têm exibido aproximações entre Flusser e Benjamin, portanto, não há pioneirismos aqui, e, de acordo com Osmar Gonçalves,

Do interesse pela tradução – atividade que ambos desenvolveram durante toda a vida – ao estudo da linguagem, do fascínio pela obra de Franz Kafka à análise das imagens técnicas, da crítica da cultura à filosofia da mídia são, de fato, muitas as ressonâncias, os pontos de contato que aproximam os dois pensadores.⁸³

⁷⁹ SEIXAS, Jacy Alves. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTTIÉRREZ, H.; NAXARA, M.; Lopes, M.A de S. (org.). **Fronteiras – paisagens, identidades**. São Paulo: Olho d’Água, 2003. p. 161-183.

⁸⁰ SEIXAS, Jacy Alves. Brasil, país do futuro: políticas do esquecimento e imagens identitárias da denegação. **Impulso**, Piracicaba, p. 161-178, set./dez. 2015. p. 163.

⁸¹ *Ibid.*, p. 163.

⁸² Essa imagem é iluminada pela expressão concisa “Brasil, país do futuro” de Stefan Zweig – ele também um imigrante, falante de alemão, exilado no Brasil em decorrência do nazismo – que intitulou seu livro, publicado em 1941, sobre o Brasil e os brasileiros.

⁸³ GONÇALVES, Osmar. Estética da Fotografia: um diálogo entre Benjamin e Flusser. **Flusser Studies**, n. 15. Texto apresentado no Simpósio Flusser em Fluxo, realizado entre os dias 24 e 25 de maio de 2012 na Universidade Federal do Ceará (UFC). p. 1.

Em vista disso, grande parte dos trabalhos recentes dedicados a Flusser mencionam Benjamin. Essa recorrência pode ser observada facilmente nos textos publicados na revista internacional *Flusser Studies*⁸⁴.

Partindo da incursão em Benjamin para a incursão em Flusser, ou seja, em um movimento um pouco diferente dos vários textos publicados na revista supracitada, estão os textos de Márcio Seligmann-Silva⁸⁵, que há alguns anos também tem realizado paralelos entre os dois autores. Para Seligmann-Silva, Flusser e Benjamin tiveram o mesmo gesto de identificar a desconstrução dos nossos “hábitos de pensar e sentir” diante das mudanças tecnológicas e das violências do século XX e “procuraram ‘soprar’, sobre este novo homem e esta nova paisagem, palavras e imagens que deveriam nos ajudar a perceber nossos novos contornos”⁸⁶.

Em 2019, Seligmann-Silva e Rachel Cecília de Oliveira propuseram o Dossiê “Vilém Flusser e Walter Benjamin”. No editorial do Dossiê, os organizadores enfatizam que apesar

de haver quase meio século de distância entre as análises benjaminianas do caráter pós-aurático das imagens produzidas pela fotografia e pelo cinema e as afirmações, muitas vezes, controversas de Vilém Flusser [...] sobre o lugar da técnica na configuração de uma nova forma de estar no mundo, percebe-se inúmeras proximidades e afinidades eletivas entre as teorias. Principalmente [...] entendendo como Benjamin foi extremamente sagaz ao lidar com a emergência das tecnologias na arte desde o seu início; e como Flusser representa uma espécie de atualização de algumas das teses benjaminianas

⁸⁴ *Flusser Studies (Multilingual Journal for Cultural and Media Theory)* é uma revista eletrônica internacional de pesquisa acadêmica dedicada ao pensamento de Vilém Flusser. A revista busca promover estudos sob diferentes aspectos, com abordagens interdisciplinares e multilíngues que, como reforçam os editores, o próprio Flusser desenvolveu ao longo de sua carreira como escritor e filósofo. Segundo a revista, essas abordagens vão da Teoria da Comunicação aos Estudos da Tradução, da Antropologia Cultural às Novas Mídias. A *Flusser Studies* publica duas edições ao ano e está ativa desde 2005. Os idiomas de publicação incluem inglês, alemão, francês, português, tcheco, espanhol e italiano. Textos resultantes de conferências, simpósios, eventos sobre o autor, que foram realizados por outras instituições, também são republicados no portal da revista.

FLUSSER STUDIES. ISSN 1661-5719. Disponível em: <http://www.flusserstudies.net/>. Acesso em: 5 maio 2022.

⁸⁵ Márcio Seligmann-Silva é professor titular de Teoria Literária na Unicamp. Possui um vasto trabalho, de ensaios à organização de publicações sobre o pensamento benjaminiano. Também traduziu a seguinte obra de Walter Benjamin para o português: BENJAMIN, Walter. **O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão**. Tradução, introdução e notas de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras: EDUSP, 1993. (Coleção Biblioteca Pólen).

⁸⁶ Walter Benjamin: O legado e a ‘cultura da memória’ na América Latina. Entrevista com Márcio Seligmann-Silva. **Jornal da Unicamp**. Campinas, 2 a 8 ago. 2010. p. 7.

tendo em vista a diferença substancial do desenvolvimento tecnológico no momento em que ele escreve.⁸⁷

No sentido explorado acima, as reflexões de Flusser e Benjamin emergem, sobretudo, de um ponto comum: a relação arte e técnica. Isso porque, segundo Oliveira e Seligmann-Silva, ambos se dedicaram a “pensar de que modo essa técnica exige uma mudança em nosso estar no mundo” e porque ambos viam a “produção artística como o corolário da mudança tecnológica”⁸⁸.

É importante notar que apesar da existência dessas “coincidências” temáticas, e embora vários pesquisadores decodifiquem o autor como um leitor de Benjamin, Vilém Flusser não dialogava diretamente com a figura de Benjamin em seus estudos. Apenas em uma das obras que consultei há uma menção direta. Na obra *Comunicologia: reflexões sobre o futuro*, Flusser cita Walter Benjamin em um pequeno trecho intitulado “Da perda da aura e da morte do autor”. A seguir, a transcrição integral:

O desaparecimento do autor e da autoridade, o desaparecimento daquilo que Walter Benjamin chamou de aura é o que temem as pessoas que querem ser autores, as pessoas que querem fazer valer seu “eu”, sua individualidade, dizendo: “Vejam este quadro, fui eu que Fiz”. Quando vejo um quadro sintético, gerado numericamente, não há um autor ali. Existe, sim, um especialista em computação, um homem de *software*, um artista plástico, um técnico de computação, mas nenhum autor. Isso significa a destruição da cápsula do eu. **Talvez Benjamin tenha dito isso melhor do que eu.** Quando cai a aura da obra de arte, no momento da reprodutibilidade técnica, caem o autor e a autoridade. No lugar do autor surge a criatividade gerada por competências cruzadas entre homens e inteligências artificiais. No lugar da autoridade entram as mídias. Essa talvez seja a essência da revolução da comunicação. É uma crítica cultural importante, graças à comunicologia.⁸⁹

Um trecho curto, porém, muito expressivo. Em primeiro lugar, porque não poderia haver maior elogio provindo de Flusser, ou seja, preferir as palavras de um outro ao invés de suas próprias palavras. Em segundo lugar, por colocar a *imagem*

⁸⁷ DE OLIVEIRA, Rachel Cecília; SELIGMANN-SILVA, Márcio. Editorial. **ARTEFILOSOFIA**, Revista do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFOP. n. 26, jul. 2019. ISSN 2526-7892. Disponível em: <http://www.artefilosofia.ufop.br/>. p. 1.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 1.

⁸⁹ FLUSSER, Vilém. **Comunicologia: reflexões sobre o futuro**. As conferências de Bochum. Tradução: Tereza Maria de Souza Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2015. (Publicado originalmente em alemão). p. 177-178. Grifo meu.

técnica – conceito desenvolvido por Flusser que tem mais facilmente penetrado o meio acadêmico – como nodal no entendimento de uma mudança na comunicação. E por fim, aquilo que eu entendo como o mais importante, por este trecho mostrar que a questão da arte/técnica integra uma discussão muito mais ampla: a diagnose da migração da escrita para a comunicação imagética, onde inexistia a autoria.

Para mim, há uma fala concisa de Jeanne Marie Gagnebin que, para a autora, resume todo o investimento de investigações de Benjamin e que, também, vestiria muito bem Flusser.

[...]. O pensamento de Benjamin se ateve a questões que ele não resolveu e que ainda são nossas, questões cuja irresolução, justamente, torna-as urgentes. Talvez nossa tarefa consista em colocá-las de forma diferente.

Uma dessas questões essenciais e sem resposta poderia ser definida, em termos benjaminianos, como **o fim da narração tradicional**.⁹⁰

Assim, além da justaposição de que *constelações* serviram de *mapas* noutros tempos, entendo que a preferência desses dois autores pela escrita ensaística é, na verdade, um experimento diante de um diagnóstico comum que, inclusive, deve ser considerado em quaisquer que sejam as aproximações entre seus textos: a percepção de uma revolução na comunicação e/ou o fim da narração tradicional.

Dentro desse diagnóstico, Flusser e Benjamin perceberam que para dizer de um mundo cada vez mais imagético, textos precisam arriscar comporem imagens. Caso contrário, pensando com Flusser, não haverá *conversação* e nem futuro para escrita. Caso contrário, pensando mais com Benjamin, instaura-se o problema da incomunicabilidade e dela decorre a barbárie. Daí a urgência de Benjamin em tratar do narrador/historiador.

O termo *constelação* surge na abertura de uma das obras consideradas mais importantes de Walter Benjamin, no “Prólogo epistemológico-crítico” de *Origem do*

⁹⁰ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (org.). **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Unicamp. 2004. p. 83. Grifo meu.

drama trágico alemão, obra publicada originalmente em alemão em 1928 e que, segundo o próprio Benjamin, teria sido esboçada em 1916 e escrita em 1925.

No Brasil, habituou-se a referir esta mesma obra com outro título, *Origem do drama barroco alemão*. No entanto, no título alemão, *Ursprung des deutschen Trauerspiels*, não consta a palavra "barroco", sendo essa uma opção da tradução brasileira. As intercorrências advindas da tradução de Benjamin recaem sob o próprio termo *constelação*, explica Georg Otte e Mirian Lúcia Volpe:

[...] na língua alemã, há um certo abuso do termo *Konstellation* no sentido de não haver consciência do sentido original da palavra ('conjunto de estrelas'). Mesmo em português, língua neolatina, o termo constelação passou por um certo desgaste, talvez pelo fato de que o parentesco entre *stella* e estrela não seja mais tão óbvio, pois transformou-se num simples sinônimo de configuração – tanto que o principal tradutor de Benjamin no Brasil, Sérgio Paulo Rouanet, tem utilizado um termo pelo outro.⁹¹

Para Volpe e Otte, não “se trataria de um lapso de tradução”, isso porque “de acordo com o dicionário, constelação e configuração podem ser substituídos mutuamente”, entretanto, Rouanet teria ignorado “um aspecto importante do discurso benjaminiano que é justamente o de voltar ao sentido original das palavras” e Benjamin “retraduz o latinismo *Konstellation* para o alemão *Sternbild*, ‘imagem de estrelas’”. Em vista disso, a expressão

Não se trataria apenas de um conjunto (con-stelação), mas de uma imagem, o que significa, em primeiro lugar, que a relação entre seus componentes, as estrelas, **não seja apenas motivada pela da proximidade entre elas, mas também pela possibilidade de significado que lhes pode ser atribuída**. As diferentes narrativas traçadas sobre os agrupamentos de estrelas através dos tempos seriam, assim, resultado de longas observações, ou então considerações, termo este que tem como origem provável *sidera*, significando, portanto, leitura de estrelas.

Dessarte, se é possível resumir sem imensas perdas, com a *constelação*, Benjamin mostra a relação de algo singular com conjuntos agrupados sob linhas imaginárias. Esse delineado não é definido pela proximidade das estrelas, pois as

⁹¹ OTTE, Georg; VOLPE, Miriam Lúcia. Um olhar constelar sobre o pensamento de Walter Benjamin. **Fragmentos**, Florianópolis, n. 18, p. 35-47, jan./jun. 2000. p. 37. Grifo meu.

estrelas são os pontos extremos que compõem a forma, e, há de ter-se extremos para haver conjunto e possibilidades de traçados.

O que Otte e Volpe notam é que a “metáfora” da constelação aparece e reaparece “desde os primeiros até os últimos escritos” e que o “discurso benjaminiano” teria “aspectos constelares, uma vez que o uso do mesmo termo em textos cronologicamente e ideologicamente distantes estabelece uma ligação entre eles”⁹².

Na primeira menção no “Prólogo epistemológico-crítico”, a constelação aparece como uma analogia no empenho de Benjamin em fazer uma primeira diferenciação de ideias, fenômenos e conceitos, e é nesse contexto que o autor escreve: “As ideias relacionam-se com as coisas como as constelações com as estrelas”⁹³. Nos parágrafos seguintes, a analogia transmuta, paulatinamente, para a função de ser o aspecto particular pelo qual um ser/objeto é percebido, exemplo:

as ideias são constelações eternas, e se os elementos se podem conceber como pontos em tais constelações, os fenômenos estão nelas dispersos e salvos. E aqueles elementos, que os conceitos têm por tarefa destacar os fenômenos, são mais claramente visíveis nos extremos da constelação.⁹⁴

Assim, Otte e Volpe trabalham com a ideia de metáfora, o que não está incorreto, mas, como entendo que a constelação de Benjamin tem existência fora de termos comparativos, opto por chamá-la, sobretudo, de *imagem*. De qualquer modo, é possível percebermos que a ideia de “extremos” é um aspecto importante na constelação:

[...] do mesmo modo que cada estrela marca o ponto extremo para o traçado das linhas imaginárias que as interligam, o uso que se faz da palavra em textos e contextos às vezes bem distantes marca os limites da mesma. [...]. Quanto maior a distância entre os textos, mais se faz valer a singularidade constelar da palavra que neles aparece. Não existiria um núcleo semântico ao qual as palavras pudessem ser reduzidas: o centro das constelações é vazio e as marcas que definem seu traçado são seus extremos. Como as constelações, as palavras se caracterizam pelo “singular-extremo”.⁹⁵

⁹² OTTE, Georg; VOLPE, Miriam Lúcia. Um olhar constelar sobre o pensamento de Walter Benjamin. **Fragmentos**, Florianópolis, n. 18, p. 35-47, jan./jun. 2000. p. 38.

⁹³ BENJAMIN, Walter. Prefácio epistemológico-crítico. In: BENJAMIN, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. Edição, apresentação e tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004. p. 13.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 21.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 38.

Em suma, essas articulações introdutórias do “prólogo” seriam “uma espécie de programa para a própria escrita”, de maneira que caberia “ao leitor ‘contemplar’” os textos e ver – à maneira do observador de estrelas – quais os elementos que se destacam e quais as ligações que poderiam ser estabelecidas entre esses pontos”⁹⁶. Um dos exemplos de escrita constelar, caracterizado pela liberdade de estabelecer ligações entre partes dispersas, seria um texto muito caro, conhecido e comentado pelos historiadores: “Sobre o conceito da História”⁹⁷.

Ao longo das dezoito teses disposta nesse texto – ou dezoito estrelas – não há ali qualquer definição fechada do conceito “História”, o que há é a descrição do “anjo da história”, descrições dos limites do materialismo histórico, do historicismo etc. O conceito “História” navega no espaço vazio, construído a partir dos extremos dos fenômenos que estão agrupados a partir de suas diferenças, exigindo do leitor a máxima atenção para que não escapem as interligações entre as partes, sem anular a interdependência das imagens contidas em cada uma delas e, portanto, exigindo que o leitor imagine junto com o autor o delinear.

Gagnebin, dissertando sobre esse mesmo prólogo de *Origem do Drama Trágico Alemão*, porém, focalizando o conceito de *darstellung* (que teria como sua melhor tradução o termo “exposição”), observa que este texto específico, de páginas “densas, obscuras”, mas, “rigorosas” prossegue a reflexão “sobre o valor retórico e heurístico da ‘exposição’ na filosofia e elabora uma teoria da escrita filosófica, em particular da forma do ‘tratado’”, que, segundo a autora, Theodor Adorno retomaria mais tarde nas reflexões de “O Ensaio como forma”⁹⁸. Nele, as reflexões de Walter Benjamin

[...] visam um alcance especulativo determinado; não se trata somente de insistir no papel essencial da ordenação dos diversos elementos pesquisados à disposição do escritor. Trata-se, antes, de elaborar e defender um certo modo de aproximação contemplativa da verdade. Em outros termos: não temos em Benjamin somente uma questão

⁹⁶ BENJAMIN, Walter. Prefácio epistemológico-crítico. In: BENJAMIN, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. Edição, apresentação e tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004. p. 39.

⁹⁷ *Id.* Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas – Volume I. São Paulo: Brasiliense. 7. ed. 14 reimpressão. p. 22-32.

⁹⁸ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Do conceito de *darstellung* em Walter Benjamin ou verdade e beleza. **KRITERION**, Belo Horizonte, n. 112, p. 183-190, dez. 2005.

retórica ou metodológica, por mais importante que possa ser, mas também a defesa da especificidade especulativa do itinerário de pensamento filosófico. A exposição não diz respeito apenas à ordenação de elementos já escolhidos, mas ao próprio recolher e acolher desses elementos pelo pensar. Para Benjamin, portanto, não se trata somente de analisar as várias formas de exposição que pode adotar o conhecimento filosófico; mais radicalmente, trata-se de resguardar uma outra dimensão do pensamento e da escrita filosóficos: não levar a conhecimento(s), mas expor/apresentar a verdade.⁹⁹

Assim, a noção de *constelação*, não somente insere-se aqui para justificar a necessária convivência de ideias distintas como forma de construção de conhecimento, bem como de autores discordantes e de ideias distintas na formulação de conceitos, que acometerá esta pesquisa, mas, por ser uma imagem extremamente provocativa, pois sugere que construto e imaginação são dispositivos da exposição da verdade.

Numa conclusão um pouco precipitada, discordo daqueles que dizem que um conceito é um evento. A emergência de um conceito é uma grande catástrofe e, em situação de catástrofes, para o resgate dos mortos e sobreviventes às profundezas, há de se aceitar todo o tipo de ajuda. Espero fazer jus aos que me ampararam na construção do *mapa* (dessa catástrofe) que se seguirá adiante, e que minhas escolhas/não-escolhas sejam suficientes para atravessá-los comigo por este rio-tese, que está mais para grande mar... Ainda bem que existem *estrelas*! Que eu possa enxergar nelas alguma *constelação*.

⁹⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Do conceito de *darstellung* em Walter Benjamin ou verdade e beleza. **KRITERION**, Belo Horizonte, n. 112, p. 183-190, dez. 2005.

PARTE 1
DA EMERGÊNCIA

1.1 Origem são origens e foi preciso começar de algum lugar

Na longa introdução, narrei um primeiro episódio cujo termo *brasilidade* era associado, por uma pesquisadora, à produção de Mário de Andrade, e, um segundo episódio em que colegas e professores sugeriram a mim o uso deste mesmo termo para indicar uma produção de substrato nacionalista do autor José Pereira da Graça Aranha (1868-1931), que correspondia, em grande medida, ao período de sua aproximação com outros nomes do modernismo brasileiro.

De antemão, eu iniciei a pesquisa com um dado interessante: a palavra *brasilidade* não aparecia em nenhum dos escritos de Graça Aranha, nem nas obras publicadas – livros e artigos, nem no volume de cartas ao qual tive acesso e trabalhei na pesquisa de mestrado¹. Mesmo em sua famosa conferência “O espírito moderno”, proferida na Academia Brasileira de Letras em 19 de junho de 1924, e, em sua carta aberta a ABL comunicando sua saída em 18 de outubro daquele mesmo ano, não havia qualquer menção ao termo.

Reforcei esse relato porque a minha primeira incursão por fontes foi impulsionada pela desconfiança de que o termo era externo aos escritos modernistas e que ele poderia ser um termo criado pela crítica literária ou pelos historiadores da literatura para referir-se às criações de um certo período e com determinadas características. Havendo essa confirmação, eu seria jogada para outras gêneses, e para outros grupos documentais.

Assim, atrás dessa desconfiança, fui em busca de um primeiro *tecido* e iniciei minhas investigações em fontes produzidas na década de 1920, pedindo socorro a uma compilação de Maria Eugênia Boaventura, *22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*, que reúne escritos publicados ao longo do ano de 1922 (de 3 de janeiro a novembro de 1922) remontando às polêmicas divulgadas na imprensa acerca da Semana de Arte Moderna, ocorrida entre os dias 13 e 17 de fevereiro desse mesmo ano.

A obra referida contém cento e vinte e seis textos, publicados em diversos periódicos, e que foram compilados e distribuídos pela organizadora em três partes.

¹ Cartas ativas a José Veríssimo entre 1899 e 1902; cartas ativas e passivas trocadas entre Graça Aranha e Ruy Barbosa em 1915; cartas ativas e passivas trocadas entre Graça Aranha e João de Barros em 1919; e cartas trocadas entre Graça Aranha e Nazareth Prado (irmã de Paulo Prado) entre 1913 e 1925.

A primeira parte, “Bárbaros e futuristas”, reúne artigos favoráveis à Semana, entre os autores estão: Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Hélios (pseudônimo de Menotti Del Picchia), Oswald de Andrade, Antonio Piccarolo, Francisco Lagreca, Monna Lisa (pseudônimo não identificado), Henri Mugnier e Serge Milliet (Sérgio Milliet), e outros artigos anônimos.

Na segunda parte, intitulada “A consagração da vaia”, temos os textos antagonistas da Semana, elaborados por: Cândido (pseudônimo de Galeão Coutinho), Clodomiro Santarém, Oliveira Castro, Plínio Salgado, Pauci Vero Electi, Oscar Guanabarro, Júlio Freire, Mário Pinto de Andrade, Lima Barreto, entre outros nomes, além de artigos anônimos e assinados por possíveis pseudônimos que não foram identificados pela organizadora e tampouco por mim, como: A.F., O 3º Andrade, Orpheus, Ataka Perô, P.B.C, e João Garoa.

O “Apêndice”, por sua vez, é dividido em outras duas seções: “A semana na boca do povo”, agrupando notas jornalísticas breves e que tratam, sobretudo, do que teria sido a recepção popular da Semana; e “A semana em notícia”, que reúne textos do gênero *notícia* publicados nos dias anteriores à realização do evento, durante e logo após o evento.

Em meio a tantos escritos de tantos nomes, há apenas uma única menção à *brasilidade* em um artigo publicado no jornal *Fanfulla*, em 21 de fevereiro de 1922. A menção ao termo encontra-se no parágrafo transcrito a seguir:

Eis a razão pela qual segui com simpatia, com admiração, com fé e ainda com entusiasmo o movimento reacionário artístico destes dias, tanto mais que me permitiu conhecer e avaliar outros temperamentos artísticos de grande valor como Menotti del Picchia [sic], um dos mais eficazes defensores da **brasilidade literária** com seu encantador *Juca Mulato*, como Guilherme de Almeida, que, segundo uma feliz e magnífica expressão de Graça Aranha, é o canário de São Paulo.²

Por esse trecho, percebemos que “brasilidade literária” é apresentada como um quesito valorativo. Entre parágrafos que exibem um jogo de “morde e assopra”, Monna Lisa situa a arte brasileira como reacionária, sobretudo, ao referir-se aos artistas cariocas que compuseram os saraus, ao mesmo tempo que destaca o potencial dos artistas rumo ao futurismo. Há, por fim, um parecer elogioso sobre a iniciativa realizada

² BOAVENTURA, Maria Eugênia (org.). **22 por 22**: a semana de arte moderna vista pelos seus contemporâneos. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 110. Grifo meu.

no Teatro Municipal, sobretudo, pela ousadia. Um “grito de audácia”, escreve Monna Lisa. Ousar seria o caminho para a arte e o caminho para sua renovação, desde Horácio aos futuristas, mas, a *brasilianità* está ali, em meio ao caminho.

Sim, a menção ao termo nessa obra de compilações de artigos de imprensa não é exatamente uma menção exata, é resultante de uma tradução, tendo em vista que o artigo original foi publicado em italiano. A palavra que aparece no artigo “*Le tre ‘serate’ futuriste*” na coluna “*Cronache D’Arte*” é *brasilianità*³, um provável paralelo à *italianità*, termo que já circulava na língua italiana e que ganhou, paulatinamente, notoriedade na década de 1920 com as estratégias de difusão do fascismo italiano, como explica Carla Brandalise no artigo “Fascismo italiano na América Latina: entre *romanità* e *latinità*”:

A noção de *latinità*, da qual já haviam se apropriado os ‘nacionalistas’ italianos, é novamente entendida como um fenômeno de *romanità*. O fascismo retoma a metáfora de *Roma caput mundi*. Inúmeras são as manifestações nessa direção, como a do prefeito de Roma nos anos 1925-1926, Filippo Cremonesi, “Roma vive de vida perene e nós não somos os herdeiros, mas os continuadores da inexaurível força civilizadora. Os latinos da América [...] têm o direito de se considerar romanos, em sua glória do passado, em sua generosa vontade de iniciativas presentes.” Um primeiro passo é dado em direção aos ‘italianos partidos ao exterior’, onde conjuga-se *latinità* com *romanità* e agrega-se *italianità*, na expectativa de aproximação com sua comunidade espalhada pelo mundo.⁴

Em suma, *italianità* apresentava-se como uma expressão de pertencimento, mas que exercia uma função clara de chamamento, cuja finalidade era despertar a nação italiana espalhada pelo mundo, como explica Emílio Gentile:

[...] o termo *italianità* foi adotado pelo nacionalismo e pelo fascismo, não apenas para designar a inclusão, através da cidadania, no estado italiano, como também, em uma acepção que pretendia ser politicamente mais acentuada. Ela deveria indicar o sentimento e a consciência de pertencer à nação italiana e exaltar a vontade, em meio aos italianos que viviam fora da Itália, de preservar na sucessão de

³ Os números do *Fanfulla* encontram-se no acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP, porém, embora digitalizados, as edições ainda não estão disponíveis para consulta digital online. Agradeço a servidora historiógrafa Jacy Machado Barletta que, gentilmente, em tempos pandêmicos, forneceu-me o n.10047 para consulta.

⁴ BRANDALISE, Carla. Fascismo italiano na América Latina: entre *romanità* e *latinità*. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 199-233, jul. 2016. p. 201-202.

gerações, os vínculos de língua, de cultura, de interesses e de afeição com a nação de origem.⁵

O referido artigo assinado por Monna Lisa encontra-se compilado também em um importante trabalho de Aracy A. Amaral⁶, mas, tanto Amaral como Boaventura não esclarecem a quem pertence o pseudônimo, e, infelizmente, não consegui identificá-lo em minha pesquisa⁷. Entretanto, sabemos que o *Fanfulla* (SP), fundado em 1893, tornou-se o mais importante periódico em língua italiana publicado no Brasil; que desde 1894, em São Paulo, sua tiragem tornou-se diária, e, que embora tenha sofrido modificações de periodicidade e número de páginas nos primeiros anos, alcançou projeção nacional ao longo das primeiras décadas do século XX. Sua tiragem diária era de 15 mil exemplares em 1910. Em 1934, sua impressão alcançou a marca de 40 mil exemplares diários⁸. Segundo Teresa Malatian:

A rápida difusão e a ampliação do público leitor são atestadas por sua estratégia de propaganda, pois, apesar de seus artigos serem publicados em italiano, circulavam também no periódico anúncios comerciais em português, nas suas oito páginas em grande formato. Foi bastante inovador ao adquirir em 1904 uma rotativa Albert de Frankenthal e quatro linotipos canadenses, avanço tecnológico que nos anos seguintes foi também adotado pela grande imprensa paulistana. [...]

Havia nele seções de política brasileira, cultura, variedades e esportes. Não adotava uma linha política específica antes da era Mussolini, nem militava junto ao movimento operário socialista/anarquista, embora defendesse o trabalhador imigrante.⁹

Coincidentemente, a ascensão do *Fanfulla* ocorreu em parelho com a ascensão de Benito Mussolini. Foi no mesmo período em que ele esteve no poder que o jornal

⁵ GENTILE, Emilio. L'emigrazione italiana in Argentina nella politica di espansione del nazionalismo e del fascismo. **Storia Contemporanea**, a. XVII, n. 3, jun. 1986. p. 355 *apud* BRANDALISE, Carla. Fascismo italiano na América Latina: entre romanità e latinità. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 199-233, jul. 2016. p. 202.

⁶ MONNA LISA. Os três 'saraus' futuristas (nossa colaboração particular). In: AMARAL, Aracy A. **Artes plásticas na semana de 22**. 5. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 280-282.

⁷ Ao longo da tese, citarei vários pseudônimos dos quais não consegui atrelar a outros personagens, figuras públicas, ou autores identificáveis por nomes reais de registro. Sabemos que o uso de pseudônimos na imprensa brasileira era extremamente comum desde o século XIX, e, nas primeiras décadas do século XX, especialmente em colunas de opinião e satíricas, encontramos muitos textos assinados por pseudônimos uma única vez ou durante um curto período, tornando mais difícil o desvelamento da autoria ligada a um nome próprio.

⁸ MALATIAN, Teresa. Imprensa italiana em São Paulo e o fascismo: o *Fanfulla* (1921-1942). **História (São Paulo)**, v. 34, n. 1, p. 195-215, jan./jun. 2015. ISSN 1980-4369.

⁹ *Ibid.*, p. 197-198.

teve sua circulação consolidada tanto na capital quanto no interior do estado de São Paulo, onde os falantes e leitores de italiano concentravam-se em maior quantidade¹⁰. De certo, a redação destinada a um largo espectro social “e não apenas à classe operária, da qual não foi porta-voz específico”¹¹, deu condições para que o *Fanfulla* ampliasse sua tiragem e se tornasse um dos principais veículos de divulgação do fascismo no Brasil.

Segundo João Fábio Bertonha, até 1927, não havia um apoio direto a Mussolini, mas teriam sido poucas as críticas publicadas em relação às leis contra a liberdade de imprensa e à “violência excessiva dos esquadristas”. Ademais, a

ideia corporativa e a política externa do regime também foram fortemente apoiadas pelo jornal. A alteração de seu corpo de redatores onde, até pelo menos 1925 conviviam pessoas de fé fascista e antifascista, é um fator indicativo dessa caminhada em direção ao regime, pois esses redatores de esquerda foram sendo lentamente substituídos por outros mais próximos do fascismo, o que fez, aliás, vários dos redatores antifascistas se transferirem para a imprensa antifascista.¹²

O fato é que, em fevereiro de 1922, no mesmo número em que se comentava os “três saraus”, aludindo à “brasilidade literária”, a capa exibia a foto de Mussolini precedido do título “*L’ultima impresa fascista*”¹³. Benito Mussolini teria salvado o dia

¹⁰ Conforme a Assessoria de Comunicação do CEDEM da UNESP, em 1941, o jornal passou a ser editado em língua portuguesa “visando atender as determinações legais sobre publicações em língua estrangeira no Brasil”. O periódico não circulou durante a Segunda Guerra Mundial e voltou a ser publicado diariamente, em italiano, em 1947. No final da década de 1960, voltou a ser semanal, com o nome *La Settimana*, e, em 1979, passou a chamar-se *La Settimana del Fanfulla*. Retomou o título original em 2001, tornando-se quinzenal em 2011. Desde 2014, o *Fanfulla* tornou-se uma publicação estritamente digital e apresentando-se como “*O jornal dos italianos no Brasil desde 1893*”.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CEDEM. *Fanfulla* está on-line no site do CEDEM, repercute Acervo Estadão: Jornal da comunidade italiana no Brasil é procurado por pesquisadores. **Site do Centro de Documentação e Memória da UNESP**. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/431/fanfulla-esta-on-line-no-site-do-cedem-repercute-acervo-estadao>. Acesso em: 25 mai. 2022.

¹¹ MALATIAN, Teresa. Imprensa italiana em São Paulo e o fascismo: o *Fanfulla* (1921-1942). **História (São Paulo)**, v. 34, n. 1, p. 195-215, jan./jun. 2015. ISSN 1980-4369. p. 198.

¹² BERTONHA, João Fábio. Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1919-1945. Tese (Doutorado em História Social), Unicamp, Campinas, 1998. p. 121. *apud* MALATIAN, Teresa. Imprensa italiana em São Paulo e o fascismo: o *Fanfulla* (1921-1942). **História (São Paulo)**, v. 34, n. 1, p. 195-215, jan./jun. 2015. ISSN 1980-4369. p. 204.

¹³ *O último empreendimento fascista*. (Tradução minha).

L’ultima impresa fascista. **Fanfulla**. São Paulo, n. 10047, ano XXX, 21 fev. 1922. p. 1.

na Câmara, sua empreitada contivera os socialistas! Ao final da coluna “*Gli aspetti dela crisi*”¹⁴, o jornal agradece publicamente o feito:

*L'Italia è stata quindi salvata dal pericolo di una nuova reincarnazione di Ciccio Saverio Nitti, dalla prontezza e dalla vigilanza della prima sentinella fascista, dall'on. Benito, Mussolini. Rendiamogliene pubbliche grazie.*¹⁵

Se a compilação *22 por 22* tinha sido um primeiro e pequeno passo no sentido de investigar se a *brasilidade* era uma questão para os modernistas e/ou modernismo(s), o encontro com essa única e imprecisa menção trouxe-me outra grande suspeita: a *brasilidade* teria emergido de um “caudilho italiano” como publicado na revista *Careta* anos mais tarde?

1.2 A brasilidade em três (a)casos: humores e rumores na *Careta*

Fundada por Jorge Schmidt, a revista *Careta* (RJ) foi um periódico brasileiro de cunho humorístico que circulou, ininterruptamente, entre os anos de 1908 e 1960. O carro-chefe da revista – constantemente trabalhado por vários historiadores que se dedicam a imprensa do período – era a crítica política e de costumes através de crônicas de humor, mas, sobretudo, através de charges e caricaturas que, inclusive, compunham suas capas. Em vista desse destaque dado à comunicação gráfica, entre seus colaboradores estavam artistas conhecidos no país nos anos de sua circulação, como os chargistas e caricaturistas Raul Pederneiras, K. Lixto (Calixto Cordeiro) e J. Carlos¹⁶, que além de ser ilustrador, atuou no periódico como diretor.

A conhecida e icônica capa de lançamento da *Careta* apresentou a caricatura do então presidente Afonso Pena, contudo, foi o artigo de fundo desse primeiro número, entre várias páginas de anúncios, que pontuou seu caráter editorial satírico e humorístico e o público que objetivava atingir, um público com “P” maiúsculo:

¹⁴ *Aspectos da crise*. (Tradução minha).

¹⁵ *A Itália foi, portanto, salva do perigo de uma nova reencarnação de Ciccio Saverio Nitti, da presteza e vigilância da primeira sentinela fascista, pelo Exmo. Benito Mussolini. Tornamos público nossos agradecimentos*. (Tradução minha).

L'ultima impresa fascista. **Fanfulla**. São Paulo, n. 10047, ano XXX, 21 fev. 1922. p. 1.

¹⁶ Em 1921, J. Carlos deixou a revista para se dedicar à direção do *O Malho*, retornando em 1935 à *Careta*, onde trabalhou até sua morte, em 1950.

“Lançando à publicidade este semanário, é preciso confessar, e contritamente o fazemos, que a *Careta* é feita para o Público, o grande e respeitável público, com P grande!”¹⁷. São nessas mesmas linhas que encontramos outra atenção especial dispendida pela revista e que muito interessa a esta pesquisa... A língua e a grafia da língua são temas recorrentes desde o início da *Careta*, e, configuram-se como ferramentas importantes na criação de suas críticas e do refinamento de seu tom humorístico. Não à toa a aparição da *brasilidade*, enquanto uma nova palavra, insere-se em textos cuja tópica é o próprio ato de nomear.

1.2.1 Nacionalização intensiva e o renomear rumo ao nada

A primeira menção da palavra *brasilidade* na revista *Careta* ocorre em 22 de janeiro de 1921, grafada em um artigo sob o título “Nacionalização intensiva”. Nas páginas finais da edição de número 657, o artigo assinado ironicamente por *Jonathan*¹⁸, pseudônimo de Lima Barreto¹⁹, expõe a ação de outra revista publicada em Salvador, não nomeada, que havia proposto um concurso para nacionalização de certos sobrenomes de origem estrangeira. Segundo Jonathan, queria “ella que se pusessem em língua nacional os appellidos” para os nomes/sobrenomes de origem estrangeira – alemães, franceses, italianos, ingleses – e “o leitor ou a leitora que melhor o fizesse receberia um premio”. Continua Jonathan:

Ha nomes estrangeiros em nacionais ilustres que só podem dar aos nossos inimigos de fora, a noção de que somos governados por estranhos, tanto são elles respeitados nos jornaes em virtude dos altos cargos da administração e da política que seus portadores exercem. Vejam só: Frotin, o dr. Paulo; Muller – o dr. General Lauro; Van Erven – o das <<Aguas>>; Schmidt, o senador; Rondon, o General; Ellis, o da defeza do café e da louça; Ripper, o do occulos; e tantos outros

¹⁷ Artigo de Fundo. **Careta**. Rio de Janeiro, n. 1, 6 jun. 1908. p. 9.

¹⁸ Jonathan é a variante inglesa do nome hebraico *Yonatan*, que em português seria grafado como Jônatas, ou, mais provavelmente, Jónatas, conforme a redação da revista no período. Os artigos assinados por Jonathan, quase sempre casos comentados problematizando a tópica da nacionalização, prefiguram na revista durante os anos de 1920, 1921 e 1922.

¹⁹ De acordo com a pesquisadora Auristela Rafael Lopes (2018), esse é um dos pseudônimos que o autor Lima Barreto desenvolveu para assinar os textos publicados na *Careta*.

LOPES, Auristela Rafael. **Um riso carnavalesco na belle époque carioca**: as crônicas barretianas, sob pseudônimos, e seu diálogo com os deserdados da cidade. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2018.

que sempre ocupam as columnas dos jornaes officiaes e não, com seus sobrenomes evidentemente estrangeiros que convem nacionalizar inteiramente, em obediencia aos **altos interesses da brasilidade**.²⁰

Se em um primeiro momento há simpatia expressa pela ação, em um segundo momento, Jonathan indaga se realmente seria o caso de modificar os nomes estrangeiros de “verdadeiros brasileiros” já conhecidos como “valorosos patrícios”: “Não é o caso do notavel chimico Dr. Nicoláo Ciancio? Não é o caso do joven e já celebre poeta paulista **Menotti de Picchia** [sic]?”²¹. Embora exponha a dúvida, conclui que “as agglomiações nacionalistas devem tomar uma providencia a respeito, já e immediatamente” seguindo o exemplo do concurso, renomeando inclusive os accidentes geográficos, a começar pelos nomes advindos de outras línguas que não são “a nossa”, como nomes de proveniência inglesa, francesa, espanhola, etc., “deixando para depois, as portuguezas, que não são, portanto brasileiras genuinamente”²², devendo caminhar para os nomes originários de idiomas africanos, e então:

Depois dos sabidos estabelecerem que são autochtonos, no, nossos caboclos, poderemos conservar as denominações indígenas; mas se o resultado das pesquisas for o contrario, devemos varrer da nossa nomenclatura topográfica; Guanabara, Nicteroy, Manáo, Itamby, Cuyabá, Goyaz. Ipanema e centenas de outras, por não serem perfeitamente nacionaes.

A nossa nomenclatura comvem seja genuinamente nacional em todos os aspectos e trata-se do que tratar. Estamos na obrigação de radical-a ao nosso sólo, de irmos buscar o seu fundamento no falar do nosso Adão particular, que, segundo parece foi o botucuco da Lagôa Santa. Sendo assim, como complemento fatalmente lógico, teremos que abandonar os actuaes nomes portugueses de Silva, Guimarães,

²⁰ Optei por reproduzir todos os trechos em grafia original pois as modulações da língua interessam a este trabalho, e, por entender que a questão formal da língua era uma da pauta importante para os intelectuais, homens de letras, literatos da primeira metade do século XX, período em que se concentram grande parte das fontes. Vemos que a questão era discutida como um problema político, estético e identitário. Sendo assim, não realizei readequações na grafia. Em raros casos, ao longo da tese, o leitor encontrará a indicação “[sic]”, sinalizando algum erro em obras teóricas, traduzidas ou reeditadas, cuja nova norma gramatical atual já se encontrava em vigor.

JONATHAN. Nacionalização intensiva. **Careta**. Rio de Janeiro, n. 657, 21 fev. 1921. p. 40. Grifo meu.

²¹ Destaquei o nome de Menotti Del Picchia pois retornaremos a ele mais adiante. Del Picchia será um dos nomes importantes na emergência do vocábulo *brasilidade*.

JONATHAN. Nacionalização intensiva. **Careta**. Rio de Janeiro, n. 657, 21 fev. 1921. p. 40. Grifo meu.

²² *Ibid.*, p. 40.

Mascarenhas, substituindo-os por outros que o nosso sólo fez brotar, sem auxilio extranho, [...]²³

A adoção da medida teria o seguinte efeito: chegaríamos à uma língua destituída de substantivos. Assim, a primeira aparição da *brasilidade* acontece em meio a sátira sobre o purismo linguístico, cuja conclusão sarcástica a associa a um nacionalismo extremo, que nada acrescentaria à cultura, ou melhor, só esvaziaria as potencialidades de criação da e na língua em território nacional.

1.2.2 Certos nomes são muitos nomes

A próxima menção na *Careta* será pouco mais de dez anos depois, em 21 de novembro de 1931, em uma pequena crônica intitulada “Certos nomes...”. Esse intervalo entre a primeira e a segunda aparição é um dado significativo, pois esse espaçamento não ocorrerá da mesma forma em outros periódicos, ao exemplo do *Correio Paulistano* que veremos na continuidade da tese. Vejamos o trecho de 1931:

- E eu – disse o Agostinho – estava escrevendo um soneto para o País e terminei uma quadra faltando me rima para a palavra «imbecilidade». Procurei, procurei e da minha memória não havia meio de sair a palavra «Brasilidade». Que diabo é «convertas»? onde diabo li essa palavra?
Ao que o Agelo, funcionario da Repartição de Aguas e Exgotos, deu uma bruta gargalhada.²⁴

A chacota nos dá o indício de que o vocábulo não foi prontamente assimilado. Pela assonância *imbecilidade/brasilidade*, obviamente, o uso da palavra para *Bogatyr* que assina mais de cinquenta textos entre 1929 e 1934²⁵, um dos vários pseudônimos de Domingos Ribeiro Filho, seria pouco inteligente.

Segundo Mônica Pimenta Velloso, as revistas do período da Primeira República possuíam uma particularidade em relação à autoria, pois intencionavam uma escrita plural e de criação coletiva. Nas revistas semanais ilustradas, com destaque para as revistas ilustradas de humor como a *Fon-Fon* e a *Careta*, recorria-se frequentemente

²³ JONATHAN. Nacionalização intensiva. *Careta*. Rio de Janeiro, n. 657, 21 fev. 1921. p. 40.

²⁴ BOGATYR. Certos nomes... *Careta*, n. 1222, 21 nov. 1931. p. 3.

²⁵ Há quatorze textos assinados por Bogatyr e quarenta textos assinados por Bogatir, grafado com “i”.

aos pseudônimos e os textos, muitas vezes assinados pelos “personagens-símbolos”, “interpelavam vivamente os leitores”²⁶.

Para Velloso, tal procedimento denotava “a força das tradições orais no sistema cultural brasileiro, abrindo-se espaço expressivo para a denominada ‘literatura de aconselhamento’” que iria de “cuidados médicos e sugestões de tratamentos higiênicos às receitas culinárias e de beleza, passando pelo consultório sentimental, moda, estética, astrologia e economia doméstica em geral”²⁷.

Embora possamos perceber que muitos artigos carregavam questionamentos em tom confrontativo, o expediente para o aconselhamento na *Careta* era menos pela interpelação, forjava-se no riso. Noutras palavras, na medida em que os vários autores/pseudônimos articulistas – ou “personagens-símbolos”, repetindo o termo de Velloso – compartilhavam os causos que lhes provocavam risadas, na medida em que qualificavam o que deveria provocar o riso, aconselhavam e orientavam o leitor acerca do que era ridículo no comportamento do brasileiro, especialmente, no que dizia respeito ao cenário político. Com efeito, a mensagem de “bom senso” residia no contrário da causa da risada e o leitor era impulsionado à posição daquele que ri junto com os redatores, de forma a distanciar-se daqueles e daquilo que motivava a facécia.

Seriam necessários muitos outros parágrafos para abordar, de forma satisfatória, os recursos do humor na estratégia discursiva nesses escritos de periódicos brasileiros da primeira metade do século XX, portando, não me estenderei mais, com exceção de alguns apontamentos que se relacionam à enormidade de pseudônimos presentes nas revistas de humor ilustradas, pois creio que nos ajudará na exploração do trecho de 1931 supracitado.

É comum vermos os historiadores dispendendo esforços – e eu não escapei dessa tradição – para descobrir quais os autores escondidos atrás desses tantos pseudônimos; é também recorrente a menção, sobretudo nos trabalhos dedicados à história da imprensa, aos pseudônimos como ferramentas de proteção contra as perseguições políticas; também é muito notado o fato de que esses pseudônimos permitiam que uma quantidade reduzida de colaboradores publicasse diferentes

²⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. As modernas sensibilidades brasileiras: uma leitura das revistas literárias de humor na Primeira República. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Débats, 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1500>. DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.1500>. Acesso em: 20 jun. 2021.

²⁷ *Ibid.*

textos para um mesmo número – fruto do processo de consolidação da profissionalização dos jornalistas e escritores, e, mais especificamente nas revistas ilustradas, pela demanda de textos curtos, tão característicos desses periódicos. Outro entendimento comum entre os pesquisadores é o de que pseudônimos, de uma maneira geral, agrupam textos. Essa última é uma constatação óbvia, mas, muito relevante quando não tratada como perfunctória, sendo imprescindível e profícua se a pesquisa se dispõe a pensar a *função-autor*²⁸.

Mencionei esses caminhos, já conhecidos, porque todos eles dão substância às análises que se seguem, mas, no caso da *Careta*, há uma dinâmica pouco (ou nada) explorada, que me parece muito peculiar aos pseudônimos da revista, que talvez possa ser estendida a outras revistas de humor ilustradas. Sabemos que há uma primazia de textos curtos, compostos por poucos parágrafos, textos muito anedóticos, escritos em primeira pessoa, que simulam situações e diálogos cotidianos e que são assinados por pseudônimos. Nesses casos, o pseudônimo prefigura como *autor* e como um dos *atores*, ganhando total protagonismo na composição da mensagem. Assim, além das complexidades assinaladas no parágrafo anterior, o pseudônimo opera como um personagem dentro de uma série ficcional, e, a cada nova assinatura, o perfil do personagem se aprofunda... há um pouco de *Carlitos* (*The Tramp*)²⁹ nas aparições e repetições dos nomes que assinam.

Outrossim, é importante notarmos que esses nomes são criados para fundirem-se e confundirem-se com a *criatura*, e, portanto, aquele erro crasso de interpretar o

²⁸ Acerca da *função-autor*, refiro-me principalmente às proposições de Michel Foucault apresentadas em 1969 (Conferência na *Société Française de Philosophie*) e 1979 (em 1970, na Universidade de Bufalo, ele apresentou uma versão modificada dessa conferência, que foi publicada em 1979). Foi indagando-se sobre “O que é um autor?” que Foucault refletiu acerca das diferenças na correspondência entre o *nome do autor* e o *nome próprio*. Embora ambos tenham características comuns – possuem caráter indicativo, designativo e descritivo – essas características se manifestam de maneiras diferentes em cada *nome*. Enquanto o *nome próprio* indica, designa ou descreve uma existência singular, o *nome do autor* aponta para um aglomerado de textos, designando, descrevendo ou indicando certa relação do nome com a textualidade. Sendo assim, o nome do autor une discursos sob uma assinatura e “torna possível uma limitação da proliferação cancerígena, perigosa das significações [...]. O autor é o princípio de economia na proliferação do sentido” (FOUCAULT, 2001, *Nota 13*). Ademais, um ponto importante assinalado por Foucault é que o autor – ou melhor, o nome do autor – não é um elemento anterior a obra, pois surge na própria trama dos discursos.

FOUCAULT, Michel. O Que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**: Estética – literatura e pintura, música e cinema (Volume III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

²⁹ Personagem de Charles Spencer Chaplin Jr. A primeira aparição de *Carlitos* ocorreu em um curta-metragem em 1914 e tornou-se o personagem mais popular de Chaplin a partir do longa-metragem intitulado *The Tramp* (1915) ou *O vagabundo* no Brasil. O personagem foi o protagonista de vários filmes.

pensamento revelado pelo personagem em texto com o pensamento do autor/pseudônimo, ali também criatura, deixa de ser erro para ser um acerto. Nesse subgênero ficcional, o pseudônimo é estratégia de escrita do nome que subjaz o assinante, é extensão das linhas escritas e condensa discursos em si mesmo.

Diante disso, o que aconselhava Bogatyr? Ao que tudo indica, o pseudônimo de Domingos Ribeiro Filho foi inspirado no personagem da cultura eslava oriental, de mesmo nome, maiormente presente em contos épicos e folclóricos russos, sendo uma figura muito retomada na literatura e na iconografia russa³⁰. Ora, entre 1928 e 1929, Ribeiro Filho traduziu e publicou versões de poemas e contos russos na *Careta*³¹, nos dando um forte indício de que ele dominava as redes de significados atribuídas ao tal personagem lendário.

Retratados como figuras fascinantes, valorosas e dotadas de grande força física e bravura, o dever dos bogatyrs era proteger as terras russas contra os invasores estrangeiros, sobretudo os tártaros³². No final do século XIX e início do século XX, os bogatyrs foram avivados como símbolos nacionais, e, após a Revolução de 1917, o proletário, de acordo com a dissertação de Marcos Francisco N. Ferreira, foi equiparado ao novo bogatyr³³.

Voltemos à pequena crônica de humor... nela Bogatyr conversa com amigos que, aparentemente, dividem o mesmo ambiente profissional. Por outras crônicas anteriores, sabemos que Bogatyr trabalha em alguma repartição pública. Nesse episódio, Bogatyr e seus amigos estão em uma roda de conversa, presumivelmente, numa conversa descontraída após o término do trabalho, quando, narra Bogatyr:

³⁰ Numa simplificação didática, podemos traçar semelhanças entre os bogatyrs e os cavaleiros medievais da Europa ocidental, especialmente, por ambos representarem homens idealizados, que foram retomados, apropriados e ressignificados em tempos e regimes distintos. Na Rússia contemporânea atual, a palavra bogatyr ainda rotula o herói corajoso, o homem atlético e fisicamente forte, e é comum que os nomes mais conhecidos de bogatyrs sejam dados aos clubes de esportes. Em 2017, o longa-metragem dos estúdios Disney, gravado em idioma russo, *Poslyedniy Bogatyr* (tradução livre: O Último Bogatyr) obteve recorde de bilheteria na Rússia, que antes pertencia ao filme *Stalingrado*, de Fiódor Bondartchuk. No Brasil, o filme foi lançado como *O último guerreiro*, e nos países de língua inglesa, como *The Last Warrior*.

³¹ MARTINS, Angela Maria R.; DE LIMA, Mariana da S. Rodrigues. Uma voz libertária na revista *Careta*: Domingos Ribeiro Filho e a crônica como literatura útil. **Revista de História da UEG**, v. 9, n.1, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9647>. p. 9-10.

³² BOGATYR. In: The Editors of Encyclopaedia Britannica. **Encyclopedia Britannica**, 9 jul. 2015. Disponível em: <https://www.britannica.com/art/bogatyr>. Acesso em: 21 jun. 2022.

³³ FERREIRA, Marcos Francisco Nery. **A metáfora do bogatyr**: o corpo acrobata e a cena russa no início do século XX. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. São Paulo, 2011.

[...] o poeta Agostinho chegou na nossa roda houve um momento de atenção igual áquele que se lê em grifo em seguida ao nome dos comunicados do governo publicados no Diário Oficial.

Isso, porém, não impediu que cada um de nós, embora voltado para o eminente poeta, continuasse a falar e a pensar no que mais dizia com os próprios egoismos.³⁴

A princípio, pensei ser interessante verificar se os nomes dos amigos de Bogatyr referiam-se a personagens externos, empíricos ou ficcionais, se diziam de algum personagem político ou escritor, especialmente, o nome de Agostinho a quem eram direcionadas as críticas, mas, percebi que o risco de ceder à *superinterpretação*³⁵ era imenso. Tentei ler *Agostinho* como uma possível referência a Augusto dos Anjos, depois, me passou pela cabeça algo acerca do rigor da retórica de Santo Agostinho. Em seguida, enveredei para acontecimentos ocorridos em meses de agosto. Como leitora paranoica, imensas possibilidades, atendo-me ao texto, só pude ter a garantia de que Agostinho é ali um poeta, e, de que sua presença não era a mais querida, justamente porque sua habilidade com as rimas entediava os demais. Enquanto Agostinho se pronunciava, cada amigo encontrava-se noutro lugar.

Eu, por exemplo, estava me lembrando de uma perna magra que vi num bonde de Laranjeiras e que, entretanto causára-me uma impressão perfeitamente favorável. O Lucas por sua vez, estava intrigado com o nó da gravata que lhe trepava pelo colarinho, e o Angelo, fazendo horríveis caretas, **queria a todo transe desentupir a piteira com um palito que ia se quebrando dentro do pito cada vez que ele investia contra o sarro.**

³⁴ BOGATYR. Certos nomes... **Careta**. Rio de Janeiro, n. 1222, 21 nov. 1931. p. 3.

³⁵ Aqui, emprego a ideia de *superinterpretação* no sentido desenvolvido por Umberto Eco em sua conferência "Superinterpretando textos", proferida no Seminário Tanner de 1990. Para Eco, a *superinterpretação* diz respeito aos excessos interpretativos oriundos de leituras paranoicas, em que perguntas são feitas ao texto como se sempre houvesse algum segredo oculto a ser descoberto. Em sua concepção, não existem regras que definem a melhor e mais adequada interpretação, mas, "existe ao menos uma regra para definir quais são as "más"" (ECO, 2005, p. 61) interpretações, ou superinterpretações, que é o princípio de economia. Tentando explicar esse princípio, o filósofo diz que um indício pode ser "considerado um signo de outra coisa [...] quando não pode ser explicado de maneira mais econômica; quando aponta para uma única causa (ou uma quantidade limitada de causas possíveis) e não passa um número indeterminado de causas diferentes; e quando se encaixa com outro indício" (ECO, 2005, p. 57), ou seja, quando a hipótese não conflita com outras hipóteses respaldadas pelo texto. Decorrente dessa reflexão, uma conclusão de Eco, da qual endosso, é sobre os limites da interpretação, dada na conferência subsequente, "Entre autor e texto": "entre a intenção inacessível do autor e a intenção discutível do leitor, está a intenção transparente do texto, que invalida uma interpretação insustentável" (ECO, 2003, p. 93).

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Mas o Agostinho tomou o nosso movimento de atenção como excepcional homenagem às suas qualidades de rimador e de metrificador, às quais devia ele a eminente posição que ocupa na **legião do cruzeiro do sul**.³⁶

No primeiro trecho grifado da citação acima, temos Bogatyr descrevendo a ação de Angelo com rimas e uma cadência que quebra a prosa fluída. Teria a presença de Agostinho contaminado a narrativa? Bogatyr faz uma provocação aos rimadores: a ele não faltaria destreza para ser poeta! Se fosse seu desejo, faria também o que Agostinho faz. Ao mesmo tempo, Agostinho envolto em sua vaidade, mesmo diante de várias demonstrações de desinteresse, lê no desdém dos colegas uma homenagem às suas qualidades. Agostinho está ali como metáfora para a distância da linguagem do artista/escritor/poeta e a linguagem dos homens trabalhadores comuns. A poesia de Agostinho não os acessa, não os sensibiliza. Há um total desentendimento. Não há comunicação.

O segundo grifo destaca a menção à Legião do Cruzeiro do Sul. Essa sim uma referência extratexto mais explícita. Por acaso, um Agostinho – José Agostinho dos Reis – professor e ex-diretor da *Escola Polytechnica* do Rio de Janeiro, foi um dos fundadores dessa organização e atuou como seu primeiro vice-presidente. Aberta para adesão de associados em 1925, apresentou em seu “manifesto-programma” dez “intuitos primordiais do movimento legionário”: 1) saneamento político; 2) o nacionalismo econômico; 3) a educação nacional; 4) saúde, higiene e saneamento; 5) defesa nacional; 6) cultura cívica generalizada; 7) liberdade de consciência, liberdade da escola, liberdade de manifestação de pensamento; 8) organização sindicalista e cooperativista; 9) unidade nacional e 10) revisão da constituição “tornando-a mais consentanea com as tradições brasileiras”. Nas linhas finais do manifesto, o seguinte chamamento:

Em nome desses ideaes, estamos dispostos a incorporar em nossas fileiras, aqui e nos Estados, de um extremo a outro do paiz, todos os elementos capazes de comnosco se irmanarem, todas as vontades decididas **a combaterem pela brasilidade**, todos os esforços que queiram lealmente colaborar na “Legião Cruzeiro do Sul”, todos os cidadãos, emfim, que **amem a nossa terra e sejam capazes de sacrificar tudo pelo Brasil**.³⁷

³⁶ BOGATYR. Certos nomes... **Careta**. Rio de Janeiro, n. 1222, 21 nov. 1931. p. 3. Grifos meus.

³⁷ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9371. 15 ago. 1925. p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/21914. Grifos meus.

Há aí um primeiro exemplo de uma tendência de uso vigente em vários textos de períodos diferentes, que é dada pelo emprego de *brasilidade* na composição de parágrafos de forte carga afetiva, conclamando o *amor à terra* e o sacrifício para defendê-la, ou seja, posicionando a *brasilidade* dentro do mesmo campo semântico que prefigura *pátria*. Acerca desse campo, ou melhor, acerca da genealogia do vocábulo “pátria”, Fernando Catroga expõe que é costume situá-la em

Homero, onde *patris*, (e seus derivados: *patra*, *patrões*, **patrios**, *patriôtês*) remetem para a “terra dos pais” (*hê patris*) e possuem uma semântica que engloba, tanto o enraizamento natálico, como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia.³⁸

É nesse sentido que o termo *pátria* “arrasta consigo uma forte carga afetiva, resultante da sobredeterminação sacro-familiar que o recobre, ancestralidade que tinha o seu ponto nodal no culto dos túmulos”.³⁹ O que nota também Catroga é que essa prática extrapolava o privado, pois possuía importância cívica e ideológica na medida que “visava inculcar o reconhecimento e unir, eficazmente, a pequena comunidade, em ordem a conduzir os indivíduos a aceitarem os imperativos do grupo, doação que podia ir até ao sacrifício da própria vida”⁴⁰. Diante do exposto, Catroga considera que

o efeito conotativo mais marcante da palavra se traduza na suscitação de sentimentos “quentes”, função protectora bem plasmada pela configuração *antropomórfica* e *antropopática* que lhe dá corpo. É que, se, literalmente, ela insinua a presença memorial do “pai” – a “terra dos pais” –, a linguagem mais lírica, afetiva e interpeladora que a exprime metaforiza-a como um corpo moral, mítico e místico, num jogo semântico que, evocando um acto pristino, visa interiorizá-la, sobretudo, como *mátria*.⁴¹

³⁸ CATROGA, Fernando. *Pátria, nação, nacionalismo*. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando T.; SOUSA, Julião S. (coord.). **Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. p. 9. Grifo meu.

³⁹ *Ibid.*, p. 9.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 10.

⁴¹ *Ibid.*, p. 10.

A *pátria* transfigurando-se em *mátria*, simultaneamente, “transubstancia a ‘população’ numa *frátria de compatriotas*, na qual os ‘irmãos’, os ‘patrícios’, são incitados a reconhecerem-se como ‘filhos da pátria’ e, por conseguinte, a aceitarem, em nome da honra e do juramento, o cariz sacrificial do devotamento à ‘mãe comum de todos’”.⁴² Assim, embora no manifesto da Legião do Cruzeiro do Sul opere o campo lexical de “nação”⁴³ – nas repetições de “nacional”, “nacionalismo” – é a ideia de pátria que vigora ali. É como se na dissonância do emaranhamento entre o campo lexical de *nação* e o campo conotativo de *pátria* insurgisse a *brasilidade*.

É em outra ocasião no mesmo ano de 1925, no jornal *A Noite* (RJ), que entendemos um pouco mais do apelo prático da Legião aos “irmãos pátrios”, daquilo que implicava o “tudo pelo Brasil”. Em entrevista, Agostinho dos Reis revela que as

⁴² CATROGA, Fernando. *Pátria, nação, nacionalismo*. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando T.; SOUSA, Julião S. (coord.). **Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. p. 10.

⁴³ Em outro pequeno ensaio, também decorrente dos estudos elaborados em *Geografia dos afetos pátrios*, Fernando Catroga sinaliza que a “não confusão entre os campos semânticos de ‘pátria’, ‘nação’ e ‘Estado’ é igualmente aconselhada quando se analisa a densidade dos sentimentos coletivos, campo em que parece ter pertencido à idéia de nação o papel de ‘instância de conexão’ entre a de pátria e a de Estado, caldeando a ‘frieza’ deste com a ‘quentura’ que a conotação daquela irradia.” (CATROGA, 2009. p. 22). Entretanto, embora esteja “claro que a ‘nação’ é ôntica e cronologicamente posterior à ‘pátria’” (CATROGA, 2009. p. 23), é errôneo pensar “a nação sem a colocar numa pátria (real ou imaginária)” (CATROGA, 2009. p. 24). Observa Catroga que o contrário “não é verdadeiro, pelo menos até a Revolução Francesa e, sobretudo, a partir do século XIX” (p. 24), isto porque existem “pátrias que não são nem querem ser nações, conquanto se saiba que outras, em determinados estádios, serviram de “matéria-prima” para a emergência de nações, tanto culturais como políticas” (CATROGA, 2009. p. 24).

Para concluir essa nota, cito uma colocação importante para a presente pesquisa, pois nos provoca a pensá-la tanto epistemologicamente quanto metodologicamente, além de reforçar o indício da emergência de *brasilidade* num “entre” nação e pátria nos textos de determinados grupos: “Se é erro iludir a questão da(s) pátria(s) quando se equaciona a da nação, também o será fundir ambos os conceitos”, pois isso implica “torná-los equivalentes e reduzir a pluralidade dos sentimentos pátrios ao único e hegemônico patriotismo nacional, o qual, devido ao seu cariz político e menos espontaneamente ligado à vida social, requer, a montante, a doutrinação de “intelectuais” (ao nível individual ou ‘orgânico’) e, a jusante, o comprometimento destes coadjuvado pela ação produtora e reprodutora de idéias, valores e símbolos (sistema educativo) do Estado. E a subsunção do patriotismo das “pequenas pátrias”, no seio deste novo patriotismo comum, será tanto mais intensa quanto mais o tipo de Estado-Nação implantado for de cariz unitário e homogeneizador, modelo que teve a sua expressão cimeira na solução “jacobina” e, depois, nas suas versões mais totalitárias do século XX” (CATROGA, 2009. p. 24-25).

CATROGA, Fernando. *Pátria e nação*. In: DORÉ, Andrea; SANTOS, A. C. (org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2009, p. 13-34.

ações da Legião naquele momento eram de organização e de propaganda, porém, almejando intervenções diretas na política:

A Legião não intervirá ainda nas eleições de março. Entretanto, cogita-se e é quase certa a sua intervenção na renovação do Congresso, em fevereiro de 1927. Pretendemos, ao entrar em fogo, fazel-o em prol de candidatos próprios e com segurança de êxito. Até lá, porém, faremos algumas demonstrações de força mais cenográficas do que práticas [...].

A essa demonstração, outras se seguirão para encher de esplendor a cidade e recordar na alma dos brasileiros o animo do presente e a esperança do futuro. [...]. E espero que o soar dos metaes das nossas bandas, o ritmo forte das nossas vozes unidas, o colorido rutilante dos nossos symbolos, despertarão neste pesado occaso de vontades e consciencia, **a luz anunciadora da redempção da Patria!**⁴⁴

Quando abordado se teria “razão de ser o que se proclama a respeito da afinidade da Legião com o Fascismo”, Agostinho dos Reis responde:

- Inteiramente. Os moldes são os mesmos. A Legião é o “Fascio” adaptado ao Brasil. Houve inteiro cabimento na sugestão das “camisas verdes” para distintivo, tanto que o adoptamos. Os italianos, ainda influenciados, talvez, pela sumptuosidade algo sombria da época dos Cesares, elegeram a “camisa preta”. Nós, povo de imaginação ardente e gostos alacres, ficamos admiravelmente bem com o verde.

Só não ha razão é em atribuir á Legião o proposito de copiar o “Fascio”. Sim, pois a nossa instituição assignala a sua primeira tentativa de organização – e exactamente sobre as mesmas bases que a regem hoje – no anno de 1913, quando não existia ainda campanha italiana. O fascismo agitou-se em 1918 e a marcha sobre Roma teve logar a 29 de outubro de 1922. Se ha primazia, é nossa.⁴⁵

É nesse sentido que a Legião do Cruzeiro do Sul (ou Legião Cruzeiro do Sul), segundo João Fábio Bertonha, é considerada precursora da Ação Integralista Brasileira (AIB), formada em 1932. Sua existência anterior⁴⁶ demonstra que, antes da

⁴⁴ O ideal de renovação cívica no Brasil. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XV, n. 5063, 24 dez. 1925. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/16149. Grifo meu.

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ Em 23 de dezembro de 1925, no jornal *A Noite*, noticiou-se o evento de comemoração do terceiro aniversário da fundação Legião Cruzeiro do Sul, confirmando, portanto, a informação da fundação em 1922 apresentada por João Fábio Bertonha.

A Noite. Rio de Janeiro, ano XV, n. 5062, 23 dez. 1925. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_02/16141.

AIB, havia manifestações de movimentos nacionais totalitários, simpatizantes do fascismo italiano, já organizados e empenhados em desenvolver doutrinas próprias, um fascismo por e para brasileiros⁴⁷. Bertonha lamenta que os “primórdios do Fascismo” no Brasil sejam pouco estudados, mas, para ele não há dúvida de que esses primórdios foram

inspirados pelo Fascismo italiano e por sua atividade no Brasil. De fato, já em 1922 surgiu, com clara inspiração fascista, a Legião Cruzeiro do Sul. Os movimentos posteriores, como o Partido Nacional Fascista/Ação Social Brasileira de J.. [sic] Fabrino, a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista de Olbiano de Mello, o Partido Fascista Brasileiro, a Ação Imperial Patrianovista Brasileira e a Legião 3 de Outubro também tiveram, ao lado de um enraizamento no clima intelectual brasileiro, uma inspiração – que era expressa diretamente em seus manifestos e que, obviamente, variou de movimento para movimento – na Itália de Mussolini.⁴⁸

De certo, são tão pouco estudados e conhecidos que, para que eu conseguisse qualquer outra informação sobre a Legião, a única opção era mesmo recorrer aos periódicos do período. Não há artigos acadêmicos, não há menção na *Wikipedia*. Daí a pertinente preocupação de Bertonha de, nesse artigo solitário, ao menos elencar as várias organizações, pois elas indicam um processo menos meteórico e, portanto, mais paulatino do enraizamento das ideias “ultranacionalistas” na primeira metade do século XX, principalmente quando estamos diante do alto número de integralistas associados a AIB nos anos subsequentes: cerca de 20 mil em 1933 e, em 1937, mais de um milhão de inscritos.⁴⁹ Ademais, a permanência de alguns símbolos, como as “camisas verdes” dos integralistas e o próprio cruzeiro do sul que, juntamente com a letra sigma estampou a bandeira dos *jovens plinianos*⁵⁰, só reafirma a pertinência de explorar as organizações mencionadas em conjunto.

⁴⁷ BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 85-105, 2001.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 88.

⁴⁹ ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder**: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma, SC: UNESC; EDIPUCRS, 2012. p. 38.

⁵⁰ CALDEIRA NETO, Odilon. “Adeus, verde esperança!”: integralismo e a morte de Plínio Salgado. **Locus**: Revista de história, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 1-19, 2019. ISSN 2594-8296.

Guardemos os Agostinhos e Bogatyr para retornarmos a eles em breve. Ainda falta abrimos espaço para pelo menos mais um nome de autor antes de algumas considerações.

Domingos Antônio Alves Ribeiro Filho (1875-1942) é um autor pouco estudado. Dentre as pouquíssimas publicações científicas dedicadas a ele, pude compreender sua importância e atuação na revista *Careta* através de um artigo de Angela Maria Roberti Martins e Mariana da Silva Rodrigues de Lima⁵¹, publicado em 2020 e fruto de um trabalho de iniciação científica, que elenca os inúmeros pseudônimos do autor criados para a revista.

Ribeiro Filho iniciou sua participação logo nos primeiros anos da *Careta*, em 1911, com uma coluna de crítica teatral. Em “A semana theatral”, depois renomeada “Pelos Theatros”, o autor comentava atrações do teatro e do cinema assinando como *Conde de Luxo em Burgo*. Até junho de 1912, publicou um conto, assinado com o pseudônimo de *Dierre Effe*, e uma crônica em seu próprio nome. Após um longo intervalo, retornou à revista em 1919 como um dos principais editores, além de atuar mais assiduamente como escritor, permanecendo nessas funções até 1934.

Durante esse largo período, publicou na revista vários tipos de texto: crônicas, editoriais, frases com pequenos pensamentos e **verbetes para projetos de dicionários**. [...].

Assinou seus escritos na *Careta* com diferentes pseudônimos, com seu nome e abreviações. Entre suas assinaturas, estão: D.; D.R.F.; D.R.; R. e R.F. Usou também de pseudônimos e variações destes, como: Pierre Effe, Erre, Pierrot Pierre Effe, Derefê, De Erre, D. Effe, D. Dierre, Dierre, Dierre F.; Erre F.; D. Erre Effe, Dierre Efe, Riefe, **E. Riefe** (também encontrado como E. Rieffe), Nagaika (visto também como Nagaica e abreviação N.) usado a partir de 1928, **Bogatyr** (encontrado também como Bogatir) usado a partir de 1930, Big Boy (aparecendo também como Bigue Boi e Bigue Bói) e O Reporteiro (também encontrado como Reporteiro, sem o artigo).⁵²

É, inclusive, nessas propostas de verbetes que encontramos a terceira ocorrência de *brasilidade* na revista. Entre duas fotografias sobre “A Revolução em S.Paulo”⁵³, estão alguns verbetes sob o título “Contribuição Vocabular para Organização de um léxico político de emergência” assinados como *E. Riefe*. Esses

⁵¹ MARTINS, Angela Maria R.; DE LIMA, Mariana da S. Rodrigues. Uma voz libertária na revista *Careta*: Domingos Ribeiro Filho e a crônica como literatura útil. **Revista de História da UEG**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9647>.

⁵² *Ibid.*, p. 9-10. Grifo meu.

⁵³ **Careta**. Rio de Janeiro, n. 1269, 15 out. 1932. p. 20-21.

“projetos de dicionários” configuravam-se em desconstruções e subversões de significados pela sátira sobre seus usos, atribuindo aos vocábulos outros significados que estariam mais coniventes com a ocasião econômica do país e as movimentações políticas. Vejamos o exemplo:

Nação – Amalgama de indivíduos dispostos a aguentar firme as maluquices de qualquer grupo armado.

Nacional – Qualidade de todos os generos caros e ruins.

[...]

Nativismo – Forma universal da **brasilidade**.

Nativista – Proventuario da convicção das gentes brabas.⁵⁴

Uma pena não haver um verbete elaborado especificamente para *brasilidade*, mas percebe-se facilmente, nas construções dos outros vocábulos, que a palavra está em circulação, e, provavelmente, circulando nas falas dos envolvidos no conflito de 1932⁵⁵. Diferentemente, não é fácil reconhecer os sentidos aplicados à *brasilidade* nessa formulação enxuta, “Nativismo – Forma universal de *brasilidade*”, porque a ideia de “nativismo” é também ali muito nebulosa e polissêmica. A hipótese mais plausível é que a ideia de “nativismo”, por coerência com os temas suscitados nas outras descrições de E. Riefe, repouse sobre a ideia de uma atitude política com a finalidade de favorecer os habitantes nativos em detrimento do que é considerado estrangeiro, ou ainda, sobre uma aversão a elementos estrangeiros. Se assim for, o uso de *brasilidade* nesse trecho aproxima-se ao primeiro exemplo citado, de autoria de Lima Barreto.

Em relação ao “gentes brabas” do verbete subsequente, é interessante a escolha da grafia com “b”, cuja gênese é o latim vulgar *brabus* e o latim *barbarus*⁵⁶. Se a forma com “v”, da palavra sinônima “bravas”, pode nos remeter ao bravo, tempestuoso, na acepção com “b” outros significados são mais aflorados, como os adjetivos de pessoa inculta, não civilizada, rude, ignorante, ou mesmo indicando a pessoa facilmente irritável. Pensando nesses desdobramentos de “brabas”, é possível

⁵⁴ E. RIEFE. Contribuição Vocabular para Organização de um léxico político de emergência. **Careta**. Rio de Janeiro, n.1269, 15 out. 1932. p. 20-21. Grifo meu.

⁵⁵ A publicação desse número deu-se há apenas onze dias da rendição paulista, em 04 de outubro de 1932.

⁵⁶ BRAVA. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [online]. 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/brava>. Acesso em: 05 jul. 2022.

percebermos que a redação da *Careta*⁵⁷ não está sendo elogiosa com aqueles que buscam o nativismo, ou melhor, que buscam a “forma universal da *brasilidade*”.

Para Martins e De Lima, Domingos Ribeiro Filho empreendia e propunha uma “literatura útil”, atribuindo “à literatura uma função social, tornando-a um meio para a difusão dos ideais que encampava”⁵⁸. Isso porque, para as autoras, Ribeiro Filho almejava uma escrita libertária de difusão de valores anarquistas, ou seja, fazia de sua escrita uma “arte utilitária”, como conceituou José Adriano Fenerick analisando a produção de Lima Barreto, amigo íntimo de Ribeiro Filho:

A arte utilitária, para os anarquistas, é um meio de ação social. Partem da premissa de que toda arte é, antes de mais nada, um fenômeno social e como tal deve ter um fim social. Para isso, é necessário “documentar com sinceridade” a realidade em que está inserida, contudo, não nos moldes realistas e/ou naturalistas que conduzem (supostamente) a uma mera e simples imitação ou reprodução do modelo. Na concepção estética dos anarquistas, o “realismo” embutido nas obras deve se fazer presente apenas para proporcionar ao leitor, no caso da literatura, a tomada de consciência necessária para produzir uma “nova realidade”, uma nova sociedade, fruto de uma praxis [sic] social.⁵⁹

Ribeiro Filho, assim como Bogatyr, era funcionário público⁶⁰, ocupou o cargo de amanuense na Secretaria de Guerra, onde foi colega de repartição de Lima Barreto, com quem manteve grande amizade. Eram “colegas de boemia e

⁵⁷ O termo “braba” aparece por várias vezes nos textos da seção “Cartas de um Matuto”, entre os anos de 1909 e 1916, como parte de um linguajar caipira. Já “Brabos não sejam!” é um bordão que aparece em algumas ocasiões na *Careta* desde o número de 10 de junho de 1911. A primeira aparição, inclusive, intitula um texto que, justamente, brinca com os vários significados possíveis de “brabos”, narrando uma situação fictícia em que a frase “da moda” era usada para “todos os propositos e mesmo sem proposito nenhum”. Em outros textos, vemos que o bordão é usado nas vozes de alguns personagens de histórias fictícias para repreender alguma atitude narrada, sobretudo, de ações e palavras proferidas de forma precipitada, irritadiça e desnecessária.

D’ANNUNCIAÇÃO, Tiburcio. Cartas de um Matuto. **Careta**. Rio de Janeiro, n. 40, 6 mar. 1909. p. 11. Brabos não sejam! **Careta**. Rio de Janeiro, n. 158, 10 jun. 1911. p. 22-23.

⁵⁸ MARTINS, Angela Maria R.; DE LIMA, Mariana da S. Rodrigues. Uma voz libertária na revista *Careta*: Domingos Ribeiro Filho e a crônica como literatura útil. **Revista de História da UEG**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9647>. p. 4.

⁵⁹ FENERICK, José Adriano. A literatura anarquista dos anos 1900/20: um estudo da recepção em dois quadros críticos. **Mneme** – Revista de humanidades. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 5, n. 10, abr./jun. 2004. p. 21.

⁶⁰ LINS, Vera. Em revistas, o simbolismo e a virada do século. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta; LINS, Vera (org.). **O Moderno em revistas**: Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond: FAPERJ, 2010. p. 30.

frequentadores do Café Papagaio no qual faziam parte de um grupo “Esplendor dos Amanuenses”⁶¹, conciliando o cargo público com o trabalho de jornalista e escritor.

Desde o início de sua carreira, de acordo com Martins e De Lima, Ribeiro Filho produziu para diversas folhas operárias de cunho anarquista como *A Lanterna*, *A Guerra Social*, *A Vida*, *Na Barricada*, *A Plebe*, *Spartacus*, a revista *Renascença*, além de uma passagem no *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro* em abril de 1918. Na grande imprensa, publicou contos no *Correio da Manhã* e foi secretário da revista *A Avenida*. Em revistas humorísticas, contribuiu com *Fon-Fon!*, *A Maçã*, *D. Quixote*, e, *O Degas*. Ribeiro Filho também contribuiu com revistas literárias como a *Novíssima*, o *Boletim de Ariel: Mensario Critico-Bibliographico*, e colaborou com Lima Barreto na *Floreal*, revista que durou poucas edições. Entre 1903 e 1919 publicou ao menos seis romances. Ribeiro Filho escreveu muito! Em homenagem e recordação ao terceiro ano de morte do amigo, Astrojildo Pereira (1890-1965) escreve:

A sua vocação mais legítima, penso eu que foi a de panfletário. Sua capacidade de trabalho era enorme, sua verve combativa inesgotável, e ele sabia manejar a língua com rara virtuosidade, em que se adosavam por igual, a limpidez, a flexibilidade e o vigor. Neste sentido, o melhor que ele produziu – melhor e em muito maior quantidade – se encontra nas páginas da revista *Careta*, de que foi o principal redator durante 17 anos, e onde além da crônica inicial, sempre assinada com o próprio nome ou com o pseudônimo de Dierre Effe, se multiplicava em numerosas sessões e notas avulsas.⁶²

Findo as colocações que desejei para este nome, Domingos Ribeiro Filho (autor) a fim de retomá-lo no intercruzamento com os outros três nomes e suas funções: Bogatyr (pseudônimo/personagem/autor/autor-personagem), Agostinho (personagem/poeta-rimador) e Agostinho dos Reis (personagem empírico extratexto), por meio dos quais intercrozei vários textos.

Respectivamente, com finalidade demonstrativa para recapitular os vários parênteses que abri para compor este subtópico, simplifico alguma ideias e condenso esses nomes em alguns estereótipos: a *brasilidade* não está na boca do *anarquista* e do escritor que pensa seu trabalho como propulsor de mudanças sociais; a *brasilidade* não está na boca do *trabalhador* comum brasileiro, não diz deles não a eles, nem está

⁶¹ MARTINS, Angela Maria R.; DE LIMA, Mariana da S. Rodrigues. Uma voz libertária na revista *Careta*: Domingos Ribeiro Filho e a crônica como literatura útil. **Revista de História da UEG**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9647>. p. 5.

⁶² PEREIRA, Astrojildo. Domingos Ribeiro Filho. **Tribuna Popular**. 15 jul. 1945, p. 10.

na boca dos *simpatizantes do comunismo russo* e cavaleiros do comunismo; a *brasilidade* é substrato para os poetas que não se comunicam para além de seu próprio nicho; a *brasilidade* está na boca dos *simpatizantes do fascismo*.

Em seguida um de nós disse a esmo :

- Ha certas palavras que só quebrando a cara de quem as inventou.
- Jáú ! por exemplo !
- **legião** ! disse outro.
- Mas ha outras muito bonitas e muito inteligentes – replicou o Angelo
- por exemplo : Serenidade.
- Esta vai ; - fez o Agostinho. Nos meus versos eu falo em serenidade toda vez que posso.
- Mesmo sem proposito ?
- **Ela sempre é a proposito.**

O Lucas atalhou :

- E ha outras palavras que a gente pronuncia, repete, **torna a repetir e não sabe nem onde as leu nem o que significam.**
- É exato. Outro dia eu estava com o terno «Nagaika» na boca, a repeti-lo incessantemente, o dia inteiro, e só no dia seguinte foi que descobri que é uma palavra russa que significa chibata, vergalho.⁶³

E o final da pequena crônica, sobre a *brasilidade* e a gargalhada, os leitores já conhecem e convém repeti-lo para rirmos junto:

- E eu – disse o Agostinho – estava escrevendo um soneto para o País e terminei uma quadra faltando me rima para a palavra «imbecilidade». Procurei, procurei e da minha memória não havia meio de sair a palavra «Brasilidade». Que diabo é «convertas» ? onde diabo li essa palavra ?
- Ao que o Agelo, funcionario da Repartição de Aguas e Exgotos, deu uma bruta gargalhada.⁶⁴

1.2.3 Gramática a varejo e, na oferta, um sufixo

Em 1950, o tom de escárnio em relação ao termo *brasilidade* perdura na *Careta*. A passagem é bem curta, porém, as linhas de “Gramática a varejo” apontam uma tópica importante: o questionamento da predileção pela nova palavra, com a terminação “dade”, assim como “italianidade”, ao invés de outros substantivos

⁶³ Reproduzo o espaçamento da pontuação que foi impressa no periódico. A pontuação empregada na *Careta* assemelha-se a pontuação da atual língua francesa. Usa-se um espaço antes dos dois pontos, do ponto de exclamação e do ponto de interrogação. Mantive as aspas angulares, também conhecidas como aspas francesas.

⁶⁴ BOGATYR. Certos nomes... **Careta**. Rio de Janeiro, n. 1222, 21 nov. 1931. p. 3.

construídos sob o sufixo “ismo” como *brasilismo* e *brasileirismo*, sendo esta última uma opção já existente e comumente utilizada no período para fins semelhantes. Vejamos:

Não aplaudimos o termo “brasilidade”, inventado talvez porque “brasileirismo” sabe a **patriotada**. Podíamos, porém, adotar “brasilismo”, que não faria má companhia a “americanismo”, já consagrado, principalmente engatado ao “pan”. Para que imitarmos a “italianidade” do caudilho italiano?⁶⁵

Acerca dessa predileção, na dissertação *Estudo semântico e diacrônico do sufixo ‘-dade’ na língua portuguesa*, Lisângela Simões observou que, embora o sufixo “dade” seja comumente caracterizado por ser formador de substantivos abstratos a partir de adjetivos que expressam qualidade, caráter, atributo, estado, pluralidade etc., a maioria das palavras formadas não havia sido criada na língua portuguesa, “mas teriam surgido como empréstimos do latim e/ou de outros idiomas”⁶⁶. A pesquisadora verificou também que o sufixo possuía “vários sentidos parafraseáveis por: “o fato de ser x”, “propriedade / qualidade de ser x”, “atitude / ação de quem é x”, “aquele / aquilo que é x”, “conjunto do que é x””, ou seja, sendo um sufixo com “alto grau de produtividade”⁶⁷.

Outro dado pertinente apresentado por Simões é que “ao compararmos –dade com outros sufixos concorrentes, ativemo-nos ao fato de que ele esteve presente no português em formações de palavras desde o século IX. Atinge seu auge no século XVII; a partir daí, sofre considerável queda e aparentemente volta a crescer entre os séculos XIX e XX”⁶⁸, ou seja, o período da emergência de *brasilidade*, ou, a retomada da construção de novas palavras sob esse sufixo no Brasil é, coincidentemente, o mesmo período de entrada de inúmeros imigrantes no território, sobretudo falantes de outras línguas neolatinas⁶⁹, principalmente o italiano, o que poderia explicar uma fatia

⁶⁵ GLOTÓFILO. Gramática a varejo. **Careta**. Rio de Janeiro, n. 2199, 19 ago. 1950. p. 38. Grifo meu.

⁶⁶ SIMÕES, Lisângela. **Estudo semântico e diacrônico do sufixo ‘-dade’ na língua portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009. p. 152.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 153.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 54.

⁶⁹ Optei por utilizar a expressão “línguas neolatinas” seguindo a linha de raciocínio da pesquisadora, pela ênfase nos empréstimos do latim. A expressão “línguas românicas” é outra possibilidade utilizada pelos pesquisadores como sinônimo de “neolatinas”. Ambas se referem aos mesmos idiomas (como o português, o italiano, o espanhol, o francês, o romeno) que integram o vasto conjunto das línguas indo-

dessa predileção, inclusive por proximidade sonora das palavras com término em “ità” (tão comum ao italiano) e “idad” (no espanhol).

Entretanto, além do escárnio, nesse trecho de 1950 é possível notarmos, através do “nós não aplaudimos”, que a recusa é um posicionamento da revista. Procede que, tal posicionamento relaciona-se, novamente, com um outro conceito já mencionado: *pátria*.

Ao realizar a aproximação de *brasileirismo* com *patriotada*, tendo em vista que *patriotada* pode ser interpretada no texto tanto como “grande número de patriotas” quanto no sentido de “falso patriotismo”, Glotófilo⁷⁰ distancia a *brasilidade* da ideia de *pátria*, ou seja, na duplicidade do significado de *patriotada*, a *brasilidade* emerge como um termo desnecessário e inadequado tanto para os vários quanto para os falsos amantes da *pátria*. Indo mais adiante, para o Glotófilo e os editores, o “caudilho italiano” e *patriotismo* não condescendiam.

Ainda acerca da derivação vocabular advinda de *pátria*, a jocosidade parece ter cumprido um papel importante de cristalização de vários termos. Como observou Fernando Catroga, levando em consideração o caso português:

Uma outra novidade diz respeito à inclusão de uma série de verbetes que cristalizavam, entre a ironia e a jocosidade, as críticas aos excessos retóricos e às hipocrisias subjacentes à exploração dos termos citados. Alguma literatura (portuguesa e brasileira) das últimas décadas de Oitocentos teve um papel importante na sua criação e divulgação – relembre-se, entre todos, Eça de Queirós, Rui Barbosa, Fialho de Almeida –, e a posterior catolicização da ideia de *pátria*, realizada pelo Estado Novo (Deus, *Pátria* e Família), transformou-os ainda mais em armas de luta ideológica. E os revisores do *Morais* não se esqueceram de os dicionarizar, ao fixarem termos em que a própria fonética insinua a sua intenção conotativa. Foram eles: “patriotaça”, “patriotada”, “patriotador”, “patriotagem”, “patriotarrecas”, “patriotasno”,

européias que teriam se originado de variações, principalmente, do latim vulgar. Não localizei pesquisas específicas que justifiquem e/ou defendam a preferência pelo uso dessas expressões.

⁷⁰ A seção “Gramática a Varejo” foi publicada de 23 de abril de 1938 a 21 de outubro de 1950. Glotófilo, pseudônimo de Edgard Barbosa de Barros, comentava sobre o uso de expressões tanto na língua portuguesa falada no Brasil quanto em relação à sua forma escrita, sobretudo nas redações dos jornais. Há algumas publicações que se atentam a questões de sintaxe e significados de palavras, inserindo, por vezes, alguns exemplos cômicos e fazendo correções com um humor “ácido”, dinâmica comum a outras seções da redação da *Careta*, mas, em muitas edições, Glotófilo responde as dúvidas e comentário que teriam sido enviados por leitores da revista. Aliás, continuando na onda dos sufixos, o sufixo “filos” forma palavras indicando a ideia de amizade; partidário; indicando aquele que ama e tem dedicação por algo (ex.: cinéfilo, cinófilo, enófilo, lusófilo).

“patrioteiramente”, “patrioteiro”, “patriotice”, “patriotinho”, “patriotista”.⁷¹

O resultado é que este periódico, de 1909 a 1964, faz menção ao termo apenas trinta e três vezes⁷², e *brasilidade* ou aparece como termo satirizado, como nos exemplos selecionados, ou, na maioria das vezes, em meio a textos sem qualquer destaque, como uma palavra despercebida em textos de colaboradores especiais e esporádicos, o que corrobora com a conclusão de que evitar seu uso foi uma escolha dos editores.

Se nos primeiros anos de emergência do vocábulo há uma crítica sutil ao seu uso por uma tendência ácrata de seus redatores, há nesse exemplo da década de 1950 um exemplo de recusa à *brasilidade* para demarcar uma oposição ao projeto de Brasil varguista.

Sabemos que a relação entre a Ação Integralista Brasileira e Getúlio foi marcada por aproximações e por distanciamentos, e, que as aproximações foram suficientes para que o golpe do Estado Novo contasse com o apoio de membros da AIB. Sabemos também que a aproximação existente era dinamizada, sobretudo, pela existência de inimigos em comum – os anarquistas como Ribeiro Filho já não preocupavam mais e a vez era dos comunistas amigos de Bogatyr – mas, além dos inimigos, a AIB e o Governo Vargas compartilhavam pautas semelhantes como a necessidade de um Estado forte e centralizador, e, o apelo às classes populares. Para

⁷¹ Notem que o Estado Novo, citado por Catroga, se refere ao caso português, ao regime ditatorial de Portugal que durou quarenta e um anos ininterruptos, entre os anos de 1932 e 1968. Entretanto, o slogan “Deus, pátria e família” também teve sua aparição catolizada no Brasil. Foi a frase tema dos integralistas, e, teve suas aparições tanto no Estado Novo quanto na ditadura militar iniciada em 1964. Em novembro de 2019, em ocasião da entrada de Jair Bolsonaro no partido Aliança pelo Brasil, criado para abrigar o então presidente, Jair Bolsonaro replicou o mesmo lema nas redes sociais: “Nossa força é o Brasil! Aliança pelo Brasil. Deus, pátria, família”. A tríade apareceu na fala de vários apoiadores do governo de Bolsonaro.

CATROGA, Fernando. Pátria, nação, nacionalismo. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando T.; SOUSA, Julião S. (coord.). **Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. p. 35.

⁷² Através das ferramentas de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, pudemos localizar trinta e três ocorrências (aparições do vocábulo *brasilidade*) entre os anos de 1909 e 1964. Trinta e dois deles são grafados com “s” e apenas uma única vez com “z”, em 05 de junho de 1926 (Edição 0937) em um texto assinado por Ildefonso Falcão e intitulado “Os ambientes de arte, no Brasil”. O texto mais longo difere, inclusive, dos padrões normais da revista (p. 20-21), e, diferentemente da redação corriqueira da *Careta* nesse mesmo ano, nesse texto específico – Brasil, brasileira, brasileiros, brasileiramente e brasilidade – são grafados com “z”. Em textos posteriores do diplomata, a grafia é corrigida para o “s”. Ildefonso é um desses exemplo de colaboradores esporádicos que adotam o termo.

Vargas, o sentimento de *brasilidade* era central nesse apelo, entretanto, isso merece mais que novos parênteses... muitos outros nomes!

A Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital), vinculada à Fundação Biblioteca Nacional, disponibiliza aos pesquisadores, de forma livre e gratuita, a consulta *online* ao maior acervo de periódicos brasileiros.⁷³

Entre as publicações mais antigas da imprensa do século XIX estão: *O Espelho*, *Reverbero Constitucional Fluminense*, *O Jornal das Senhoras*, *O Homem de Cor*, *Marmota Fluminense*, *Semana Illustrada*, *A Vida Fluminense*, *O Mosquito*, *A República*, *Gazeta de Notícias*, *Revista Illustrada*, *O Besouro*, *O Abolicionista*, *Correio de S. Paulo*, *Correio do Povo*, *O Paiz*, *Diário de Notícias*, e até mesmo os primeiros jornais das províncias do Império. Em relação ao século XX, pode-se consultar revistas como a mencionada *Careta*, *O Malho*, *O Gato*, *Revista da Semana*, as conhecidas revistas modernistas como a *Klaxon*, a *Revista Verde* e jornais como *A Noite*, *Correio Paulistano*, *A Manhã* e *Última Hora*. Há um trabalho contínuo de novas digitalizações⁷⁴, sobretudo, de materiais dos séculos XIX e XX, e, embora não seja o principal foco da Hemeroteca, existem materiais digitalizados produzidos também no século XXI.

A pesquisa no portal da BNDigital pode ser realizada por título, por período e por local de publicação, combinando-os entre si, e, com a possibilidade de combiná-

⁷³ Atualmente, creio que seja difícil existir algum historiador brasileiro que desconheça o acervo *online* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Nos dois anos mais críticos da pandemia de COVID-19, o acervo da Hemeroteca foi essencial para muitos pesquisadores, permitindo que muitas pesquisas continuassem em movimento, inclusive esta. Portanto, com o detalhamento do tipo do acervo disponível e as ferramentas de busca do portal nos parágrafos que se seguem, primeiramente, pretendo evidenciar e dar dimensões aos leitores dessa minha dívida com a Hemeroteca; em segundo lugar, tenho a intenção de registrar as ferramentas, as benesses e as limitações no momento em que esta pesquisa habita, para que os historiadores de outros tempos entendam algumas ações que foram possíveis nesta pesquisa, justamente porque essas ferramentas digitais mudam, e, mudam rápido, e ainda, porque nas “idas e vindas” de certas *políticas de destruição*, às vezes elas “somem”. A ferramenta de busca referida encontra-se disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁷⁴ Um exemplo de material que foi digitalizado e disponibilizado pela BNDigital durante a pesquisa, ainda no ano de 2022, foi a revista *Brasilidade*, publicada na cidade de Santos/SP. Anteriormente, apenas alguns números, do ano de 1946, encontravam-se disponíveis digitalmente no site da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

los à pesquisa por palavras. A consulta por período é disponibilizada em intervalos de dez anos, iniciando em 1740 a 1749 (com o *Folheto de Lisboa: entre Douro e Minho*, de 1741) até a década de 2010 a 2019, e, recentemente, permitiu-se a busca pelo intervalo dos anos de 2020 a 2024⁷⁵.

A busca por palavras, que interessa muito a esta pesquisa, é possível devido à utilização da tecnologia de reconhecimento ótico de caracteres, que proporciona uma busca satisfatória com pouquíssimas incidências de erros. Diante dessas especificidades, para traçar um primeiro panorama da emergência, realizei buscas por período associada ao vocábulo “brasilidade” e “brazilidade” (grafada com Z), registrando as ocorrências de década a década em um recorte bem amplo: de 1830-1839 até 2010-2019. Foi dessa maneira que concluí que o aparecimento da palavra se deu na década de 1920, e, que sua primeira menção na imprensa foi no próprio ano de 1920⁷⁶, e não, não foi na *Careta*!

Para cada intervalo temporal, a Hemeroteca exhibe uma listagem de periódicos ordenados pela quantidade de ocorrências, ou seja, os jornais e revistas que mais mencionam o termo, dentro da década selecionada, encontram-se no topo da lista. A ferramenta não exhibe a ordem cronológica das menções, mas, acessando as pastas individuais de cada periódico, as ocorrências encontram-se ordenadas cronologicamente. Como a minha curiosidade, às vezes, se sobrepõe à ideia de proveniência de Foucault, abri cada pastinha.

As primeiras menções ao termo ocorrem em 12 de março de 1920 e 25 de março de 1920, respectivamente no *Jornal do Brasil*⁷⁷, em um texto assinado por A.C (provavelmente Affonso Celso) intitulado “Base do nacionalismo” e acompanhado do subtítulo “A família nacional – É preciso saturar-a de brazilidade”, e na *Gil Blas*⁷⁸, na carta de um filólogo que elogia a escolha da grafia de Brazil com “z” pelos editores do periódico. Em ambas as ocasiões, *brasilidade* é grafada com “z”.

⁷⁵ Até o início de 2024, permitia-se apenas buscas até o ano de 2022.

⁷⁶ Além das ferramentas de busca da Hemeroteca, explorei outras ferramentas de busca *online* como o *Google Books Ngram Viewer* e o *Google Trends*, a fim de inter cruzar informações e conferir tal constatação. Os resultados dessas buscas resultaram no texto da Comunicação Oral do Simpósio Temático (ST 31) “De narrativas identitárias e sensibilidades políticas III” no 31º Simpósio Nacional de História (ANPUH) intitulado “Novas ferramentas para pesquisas de vocábulos e conceitos: a “brasilidade” nas ferramentas de análise e de buscas de dados *online*.”.

⁷⁷ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 71, 12 mar. 1920.

⁷⁸ **Gil Blas**: Pamphleto nacionalista. Rio de Janeiro, ano 2, n. 59, 25 mar. 1920.

Essas ocorrências contradizem os registros de dicionários, como o *Novo Diccionario Nacional*, de 1928, e a quarta edição do *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, de 1939⁷⁹. A seguir, transcrevo integralmente o verbete *brasilidade* contidos nos dois dicionários:

BRASILIDADE s. f. propriedade distintiva do Brasileiro e do Brasil. “Sem duvida, como Bispos catholicos e brasileiros, cultivaremos, sempre, o verdadeiro espirito da Egreja e a lidima *brasilidade* dos nossos jurisdiccionados...” (D. João Becker, Resoluções do Episcopado da Provincia Eccl. de Porto Alegre, tomadas na I. Conferencia de São Leopoldo, 1920). “Propugnamos... o que achamos a *brasilidade*, isto é, a preservação, a defeza, o exalçamento integraes dos supremos direitos e interesses materiaes e moraes do Brasil.” (Affonso Celso, Jornal do Brasil, Rio, 27-2-1921, pg. 4).⁸⁰

Brasilidade: vocabulo de ha poucos anos criado (Candido de Figueiredo não o registrou na 4.^a Edição de seu Dicionario) para nomear o sentimento de fidelidade e amor à grande Patria Brasileira. Teschauer que o registra parece indicar que o primeiro que usou este vocabulo foi o Arcebispo de Porto Alegre D. João Becker em 1920, citando em seguida a frase de Affonso Celso publicada no “Jornal do Brasil” de 27 de Fevereiro de 1921: “Propugnamos... o que chamamos a *brasilidade*, isto é a preservação, a defesa, o exalçamento integraes dos supremos direitos e interesses materiaes e moraes do Brasil”. O vocabulo generalizou-se depois: talvez não haja exemplo de palavra que mais rapidamente se impuzesse ao vocabulario de todos os brasileiros. Não nos furtamos ao prazer de transcrever aqui as seguintes palavras do saudoso professor Vicente Licinio Cardoso, ao tomar posse de sua Cadeira na Escola Politecnica do Rio de Janeiro em 1927: “Formadores de almas, apelidaram os gregos, ilustres e serenos nas suas glorias de espirito, aos professores. No Brasil, embora fortes as esperanças, mas traiçoeiros os impecilhos e desabalados os desenganos, creio antes, em reacção aos proprios trechos vencidos da nossa evolução historica, os professores deviam ser, muito especialmente, *professores de brasilidade*, formadores em summa da consciencia brasilica da propria mocidade”. A respeito deste vocabulo Aducto Castello Branco publicou interessantes artigos no “Correio Paulistano”, nos quais alude às formas por outros recomendadas, ou sejam *brasiliedade*, *brasilianidade*.⁸¹

⁷⁹ Agradeço as servidoras públicas da UNESP, Elaine M. Teixeira Batista (Supervisora Técnica de Serviços do Atendimento ao Usuário e Documentação da Faculdade de Ciências e Letras - *Campus* de Araraquara) e Eliana Cristina da Silva (Bibliotecária da Seção Técnica de Referência da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - *Campus* de Franca) por me auxiliarem no acesso a estas obras durante o período pandêmico, quando as bibliotecas da universidade estavam fechadas ao público.

⁸⁰ TESCHAUER, Carlos S. J. **Novo Diccionario Nacional**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928. p. 144.

⁸¹ SOUZA, Bernardino José de. **Dicionário da Terra e da Gente do Brasil**. 4.^a Edição da “Onomástica Geral da Geografia Brasileira”. Brasil: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 58.

Eu poderia ter começado pelas menções de março de 1920, eu poderia ter começado pelos textos assinados por Affonso Celso, ainda, eu poderia ter começado por um telegrama da *Acção Social Nacionalista*⁸², ou, eu poderia ter começado pelo periódico que mais mencionou o termo na primeira década de sua emergência, o *Correio Paulistano*. Nesses periódicos e para Affonso Celso, sobretudo, a *brasilidade* vem ao texto para exaltar e para ser exaltada, mas, origem são origens e é impossível ver o plural sem contrapontos. Daí a *Careta*, que para além da jocosidade, sinaliza a recusa; daí um primeiro aprendizado ao habitar as volumosas fontes da *brasilidade*: na disputa por significados, há de se considerar também a ausência do uso.

1.3 *Brasilidade* ou “me ufano”

“Sou profundamente brasileira e vou estudar o gosto e a arte dos nossos caipiras. Espero, no interior, aprender com os que ainda não foram corrompidos pelas academias”. - T.A.

Tarsila do Amaral (Capivari, SP, 1886-São Paulo, 1973) é uma das maiores artistas brasileiras do século 20 e figura central do modernismo. Esta é a mais ampla exposição já dedicada à artista, reunindo 92 obras a partir de novas perspectivas, leituras e contextualizações.

[...]

O enfoque da exposição é o “popular”, noção tão complexa quanto contestada, e que Tarsila explorou de diferentes modos em seus trabalhos ao longo de toda a sua carreira. O popular está associado aos debates sobre uma arte ou identidade nacional e a invenção ou construção de uma *brasilidade*. Em Tarsila, o popular se manifesta através das paisagens do interior ou do subúrbio, da fazenda ou da favela, povoadas por indígenas ou negros, personagens de lendas e

⁸² A primeira ocorrência da palavra *brasilidade* no *Correio Paulistano* consiste em uma menção isolada dentro da publicação de um telegrama da Acção Social Nacionalista (ASN), no dia 19 de setembro de 1920. Segundo Luciana Lilian de Miranda, a ASN foi fundada em 1920 em meio ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e a “associação foi idealizada por Delamare, responsável pela redação dos seus objetivos concentrados em propor uma grande campanha de nacionalização do país. No entanto, este não ocupou cargos na direção da entidade, os quais foram destinados a políticos e intelectuais influentes. Tinha como presidente Afonso Celso e na presidência de honra figurava Epiácio Pessoa (1865-1942), então no Governo do país. Como vice-presidentes foram indicados: Álvaro Bomilcar, o então deputado Camillo Prates, o senador Justo Chermonts e o dr. Raul Guedes” (MIRANDA, 2015. p. 31). Ainda, no mesmo artigo, a pesquisadora afirma que o termo *brasilidade* fora criado por Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938), conhecido por Conde de Affonso Celso. Entretanto, Miranda não apresenta documentação ou demais referências acerca disso. MIRANDA, Luciana Lilian de. Nacionalismos e nativismos nos anos de 1920: João de Barros e a aproximação luso-brasileira. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, UNESP, v. 11, n. 2, p. 21-51, jul./dez. 2015. ISSN 1808-1967.

mitos, repletas de animais e plantas, reais ou fantásticos. Mas a paleta de Tarsila (que serve de inspiração para as cores da expografia) também é popular: “azul puríssimo, rosa violáceo, amarelo vivo, verde cantante”.⁸³

Houve uma pausa na escrita da tese separando o item anterior do item que se inicia. No início desse hiato, ocorreu meu *Exame de Qualificação*. Menciono o ensejo não sem propósito; chegarei à citação acima. Por enquanto, peço aos leitores que tomem nota do grifo feito pelos autores na palavra *brasilidade*, e, deixem ressoar o trecho atribuído à Tarsila do Amaral: “Sou profundamente brasileira e vou estudar o gosto e a arte dos nossos caipiras” e sua esperança no “interior” do país; e guardem o enfoque dado a “paisagens”.

Nas primeiras páginas da tese, narrei numa longa nota de rodapé que algumas *Defesas públicas* e *Exames de Qualificação* públicos foram momentos importantes da minha formação e que, inclusive, a ideia primordial da tese surgiu de uma dessas ocasiões. Tive o privilégio de vivenciar mais uma dessas ocasiões por meio do *Exame* e logo concluí que seria incoerente não o pontuar no *corpo* do texto, pois dele vieram reflexões importantes em direção à travessia da tese que não seriam honradas nas referências bibliográficas. Essas reflexões indicaram a necessidade de fazer um outro caminho demonstrativo a despeito de três questões principais que, antes, eu pretendia expor na conclusão desta primeira parte e retomar na conclusão tese. Não foi uma indicação específica da banca examinadora, mas, se a história não é um romance, por que adiamos o clímax e deixamos “desfechos” para o final do texto? E seguimos com a *escrita palimpsesta*⁸⁴, mas, desta vez, sem esmiuçá-la em mais parágrafos.

Condensei as três questões em perguntas; elas são: 1) A *brasilidade* aparece como vetor de uma epopeia paulista, ou seja, da construção de uma identidade paulista pretendida como nacional? 2) Sendo o verde-amarelismo um projeto comum entre os autores que discorreram sobre a *brasilidade* nesse período de emergência do vocábulo, qual a relação desse movimento com o termo? 3) Diante dos usos atuais,

⁸³ PEDROSA, Adriano; OLIVA, Fernando. **Tarsila Popular**. Folheto de divulgação da exposição “Tarsila Popular”, 2019. Grifo dos autores.

⁸⁴ Em alusão ao palimpsesto, um pergaminho (ou papiro) cujo texto primeiro foi raspado para permitir a reutilização do material e dar lugar a outro texto. Um termo proferido pela orientadora da pesquisa ao ler meus textos iniciais; uma fala que me ajudou a perceber a dinâmica do meu próprio texto e apostar em sua continuidade.

teriam os significantes do *verde-amarelismo* se sobreposto aos dos demais movimentos modernistas, ou ainda, teria o discurso *verde-amarelista* vencido?

Adiante, tentarei elucidar a significância dessas perguntas para o entendimento do conceito e demonstrar como elas estão profundamente conectadas.

Na década de 1920, a imprensa no Brasil passou por importantes transformações. Baseando-me nos estudos de Tânia Regina de Luca⁸⁵, destaco algumas características marcantes dessas transformações, especialmente, no que diz respeito aos jornais, são elas: modernização tecnológica; aumento do número de jornais; forte atuação na arena política.

Acerca da modernização, sabemos que o início de século foi um período de avanços tecnológicos na imprensa com a chegada de novas máquinas de impressão e técnicas de composição tipográfica. Isso possibilitou uma produção mais rápida e eficiente dos jornais, melhorias na qualidade da impressão e impressões mais baratas.

Imbricada, ou, em consequência da característica anterior, temos o crescimento do número de jornais: a produção mais barata e mais rápida permitiu o aumento considerável de jornais e de outros periódicos de formato aproximado (como veremos, os *panfletos*). Essa expansão da imprensa deu-se em várias regiões do país, entretanto, Rio de Janeiro e São Paulo permaneceram como os principais centros de publicação.

Por último, e não menos importante para as reflexões desta pesquisa, temos uma forte atuação dos jornais na arena política. Tal característica não significa que a imprensa não atuava nesse papel anteriormente, porém, que notoriamente houve uma intensificação dessa participação, cobrindo e expondo os debates da época e indo além. Esses novos periódicos expressavam diversas posições ideológicas e

⁸⁵ Tania Regina de Luca é uma historiadora que, atualmente, integra o PPGH da UNESP e que tem contribuído significativamente para os estudos sobre a imprensa brasileira e para entendimento da imprensa como agente histórico. De Luca tem publicado extensivamente sobre o assunto desde a década de 1990. Seus trabalhos abordam diversos aspectos da imprensa no Brasil, explorando temas como a imprensa periódica, jornais abertamente de cunho político, imprensa operária e a relação entre imprensa e poder. Alguns dos livros consultados para esta tese foram: *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação* (2001), *Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)* (2011), *Imprensa e Cidade: São Paulo em tempos de chumbo* (2013) e *História da Imprensa no Brasil* (2015).

partidárias, envolviam-se diretamente com partidos políticos e movimentos/organizações sociais e, muitas vezes, tornavam-se porta-voz oficial de algum partido, atuando na defesa e na campanha de candidatos de sua preferência.

Dessa leva de novos jornais, sob as características mencionadas, mas mantendo certo caráter de revista⁸⁶, nasceu também o semanário *Gil Blas*. Com uma vida curta, publicado apenas por 4 anos (entre 13 de fevereiro de 1919 e 6 de maio de 1923), o periódico merece nossa inquirição a começar de seu título, que foi inspirado em um romance do século XVIII e em uma publicação francesa do século XIX que, por sua vez, já havia se inspirado nesse mesmo romance⁸⁷.

Abrindo o primeiro número do *Gil Blas*, na “A guisa de programma”, assinada pela “a direccção”, ou seja, em um texto de abertura com objetivo de expor aos leitores as diretrizes que guiariam a redação, possivelmente elaborado pelo diretor e redator chefe Alcebíades Delamare, há um trecho do romance com falas do personagem principal; no último trecho transcrito temos:

Se leres as minhas aventuras sem prestares atenção aos ensinamentos moraes, que nellas se contêm, não colherás nenhum fructo desse trabalho. Mas se souberes aproveitar minhas licções, encontrarás sempre, segundo o preceito de Horacio, o útil reunido ao agradável.⁸⁸

Sucedendo as falas do personagem Gil Blas de Santillane⁸⁹ sobre sua própria trajetória, a apresentação é encerrada com o seguinte comentário:

⁸⁶ Paulatinamente, os grandes jornais transformam-se em grandes empresas, com posicionamento político “partidário” específico, enquanto as revistas permaneceram como lugares privilegiadamente de associação de homens de letras que pautavam o debate político.

⁸⁷ Em 1895, no Rio de Janeiro, o prestígio da revista francesa motivou a criação de outro periódico com nome quase idêntico ao **jornal** francês, exceto pela adição do hífen: *Le Gil-Blas*, que levava o subtítulo “diário da tarde, social, artístico e satírico”. Esse periódico também se encontra no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

⁸⁸ LESAGE, Alain-René *apud Gil Blas*. Rio de Janeiro, n. 1, fev. 1919. p. 2.

⁸⁹ *Gil Blas de Santillane*, ou, somente, *Gil Blas* é um romance escrito pelo francês Alain-René Lesage, publicado entre os anos de 1715 e 1735. A história aborda as aventuras do jovem órfão Gil Blas, que busca sua fortuna na Espanha do século XVII. Através de uma série de encontros com personagens excêntricos e situações cômicas, o protagonista passa por diversas ocupações e experiências. Conciliando realismo e humor por meio da sátira social, o romance intenciona expor a hipocrisia e as injustiças da sociedade da época, como pontua Evaneide Araújo da Silva (2008). Embora não haja uma lição moral específica, há algumas lições e reflexões destacadas no arco narrativo do personagem. Ao longo do romance, Gil Blas encontra-se em várias situações desafiadoras, sendo exposto à corrupção e à busca desenfreada pelo poder e riqueza. Ele próprio cede a algumas tentações e comete erros. No entanto, à medida que suas aventuras avançam, Gil Blas desenvolve

Á guisa de programma, offerecemos ao leitor amigo esta pagina de Le Sage, cheia de uma preciosa lição de moral.

“Gil Blas”, inspirado nella, entra na grande liça dos combates da imprensa, trazendo um unico lemma no seu escudo: - *Dizer a Verdade em Beneficio do Povo*.

Sem ligações políticas de qualquer especie, livre quaesquer compromissos, prompto sempre para a defesa das boas causas e de riste em punho para atacar os vícios e os males. “Gil Blas” pede ao leitor amigo que saiba sempre perscrutar os nobres intuitos, que invariavelmente o guiarão, em qualquer caminho que elle tome, no cumprimento do seu programma, traçado no lemma, que adoptou.⁹⁰

Na página seguinte, a apresentação da proposta do recém-criado periódico continua nas palavras do convidado especial Basílio de Magalhães (1874-1957), que menciona novamente o romance, mas, antes, pontua o jornal francês como uma grande referência a ser seguida pela “mocidade patrícia” que se dispunha a fazer uma nova imprensa. Para o mineiro, integrante do IHGB, ex-diretor interino da Biblioteca Nacional (biênio 1917-1918), se a mocidade conseguisse “imitar os processos de crítica e a quintessência de graça do francês de que tomou o nome famoso” satisfaria “sem dúvida ao fito especial de seu programa”⁹¹.

uma maior compreensão das complexidades da natureza humana e da sociedade. Uma das lições que Gil Blas aprende é a importância da sabedoria e da prudência. Ele testemunha as consequências de suas ações impulsivas e das ações dos outros personagens, percebendo que decisões precipitadas e ambições desmedidas levam a resultados indesejados. Além disso, Gil Blas também vê a importância da autenticidade e da integridade moral, e da prática de refletir sobre seus próprios valores e princípios, passando a valorizar a honestidade, a lealdade e a justiça, e, concluindo que esses são atributos mais valiosos do que as aparências e ganhos materiais. Sob esse novo prisma, retorna à sua cidade natal. Para Da Silva (2008), o romance, embora não seja tão estudado no Brasil, pode ser considerado uma das principais obras contribuintes na configuração do romance realista e do romance moderno.

Ainda, segundo Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus, que estudou o periódico brasileiro e que teceu também alguns comentários sobre o romance, “juntamente com Miguel de Cervantes, Lesage ocupa lugar de destaque na criação de romances de anti-heróis e pícaros, razão pela qual sua obra é frequentemente comparada a Dom Quixote” (2011, p. 26).

SILVA, Evaneide Araújo da. O realismo popular de *Historie de Gil Blas de Santille*. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3018>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, Evaneide Araújo da. As faces do realismo: Gil Blas e a tradição realista do século XVIII. **Revista Lettres Françaises**, n. 9, 2008.

DE JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. **Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Campus Assis, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2011. 202 p.

⁹⁰ A guisa de programma: “Gil Blas” ao leitor. **Gil Blas**: Pamphleto de Combate. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 13 fev. 1919. p. 2. Grifo do autor.

⁹¹ *Ibid.*

O convidado sugere que o programa deveria manter-se eclético e dotado de um nacionalismo apartidário, reforçando o “sem ligações políticas” presente na “guisa”:

Para tanto, muito e muito se prestamos pontos de mira colimados pelo novo órgão de combate: a política, a ciência, as questões sociais, econômicas e financeiras, as ciências, as letras, as artes. [...].

O *Gil Blas* não tem peias partidárias. [...].

Entretanto, na elevada directriz que ele se prestaçou está o escopo do mais decidido nacionalismo. É tão violento, tão irresistível o empuxe desse vagalhão, que nos compelle a caracterizar-nos definitivamente, a formar uma nação sem retalhos de importações espúrias, sem sobrevivência de dogmas rotineiros dos nossos fatores étnicos, a menos que o Brasil queira entrar para o rol dos países condenados a ter vida curta na História.⁹²

Acerca do formato, além da tiragem semanal, há poucas, ou nenhuma, semelhança entre o periódico francês e o brasileiro. *Le Gil Blas*, um jornal literário fundado em Paris por Augustin Alexandre Dumont, contava com colaboradores de prestígio do período como Guy de Maupassant; Paul Arène, conhecido por sua escrita lírica e por retratar vividamente a vida e a paisagem da Provença em suas obras; e, inclusive, o autor e popular conferencista em terras brasileiras, Anatole France; além de Émile Zola, que publicou na década de 1880, nesse exato jornal, as obras *Germinal* e *L'oeuvre* em folhetim. No início da década de 1890, o jornal literário francês passou a distribuir um suplemento semanal, com a direção de René Mizeroy, dando origem ao *Gil Blas Illustré*, uma revista que se tornou tão conhecida quanto o próprio jornal, circulando até 1903.

Sabemos que um dos traços marcantes dos jornais literários do século XIX era o foco na literatura e nas artes e que grande parte de suas páginas eram dedicadas à publicação de contos, poemas, ensaios e críticas literárias. Essas publicações buscavam seu protagonismo na imprensa apresentando trabalhos de qualidade literária, muitas vezes selecionando-os com rigor e estabelecendo o que deveria ser considerado critério de excelência. Como nos conta De Jesus – autor da tese *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)*, pesquisa orientada por Tania De Luca – o periódico francês, tanto em sua fase de jornal como em sua fase de revista,

⁹² DE MAGALHÃES, Basílio. “Gil Blas”: sempre jovem, sempre ardente e sempre intrépido. **Gil Blas**: Pamphleto de Combate. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 13 fev. 1919. p. 3.

conseguiu esse protagonismo e tornou-se “sinônimo de qualidade material, intelectual e de crítica política”⁹³.

Em suma, adotando tal nome, o *Gil Blas* brasileiro transmitia a mensagem de que trabalharia para ser uma referência qualitativa, porém, o carioca não era um jornal literário, então, qualidade em relação a quê, ou melhor, quais “processos de crítica” deveriam ser imitados segundo o convidado Basílio? O que não podemos perder de vista é que no momento de mais popularidade do jornal francês, a crítica literária e a crítica política não eram dissociadas da crítica moral.

Assim como no caso da revista *Careta*, no *Gil Blas* poucos artigos eram assinados. Também não havia seções fixas e elas apareciam e desapareciam de um ano para outro. Entre aquelas que tiveram destaque temos: “*No convívio dos pais da Pátria*”, sobre o Congresso Federal; “*O Momento Social*”, direcionada ao público operário; e “*Correspondencia de São Paulo, Amazonas e Para*”, sobre as notícias e movimentações políticas de outros estados, em meio a sessões sobre a vida social do Rio de Janeiro.⁹⁴ Ora, esses exemplos de títulos de seções parecem contradizer a apresentação do periódico que se dizia apartidário ou, ainda, contradizer sua insistência, ao longo de todos os anos de publicação, em descrever seus conteúdos nacionalistas como desprovidos de interesses políticos. Embora isso soe uma aberração, o embate político e o discurso nacionalista, no entendimento dos editores do *Gil Blas*, não eram problemas propriamente políticos, muito menos partidário, era uma questão moral. Diante disso, e não do fato de ter, provavelmente, proferido uma primeira menção do termo *brasilidade* na imprensa, é que Affonso Celso, nesse mapeamento, é um *cul-de-sac*.

“Pamflete de Combate”, do primeiro número à edição de 26 de junho de 1919; “Pamphleto Semanal”, até o número 33; “Pamphleto Nacionalista”, a partir de 02 de outubro de 1920; “Pamphleto Nacionalista: pela brasilidade e pelo catholicismo” de 20 de outubro de 1922 até o último número, de 6 de maio de 1923; com a aparição

⁹³ DE JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. **Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Campus Assis, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2011. 202 p.

⁹⁴ *Ibid.*

esporádica da frase “O Brasil para os Brasileiros” em algumas edições; esses foram os subtítulos do panfleto *Gil Blas*, que como observou De Jesus, deu continuidade ao projeto da revista *Brazileia* (1918-1919), sendo porta voz de um nacionalismo jacobino e antilusitano.⁹⁵

Em 1920, ainda segundo De Jesus, a entrada de Affonso Celso a convite de Delamare e Álvaro Bomilcar que, porventura, era um dos editores da *Gil Blas* e que também havia integrado o projeto da *Brazileia*, provocou uma mudança editorial. Para De Jesus, a forte ligação de Affonso Celso com o presidente Epitácio Pessoa foi um dos motivos.⁹⁶

O panfleto⁹⁷ tornou-se um grande apoiador do presidente que, por sua vez, tentava distanciar-se de um discurso xenófobo associado às confusões de rua. A entrada de Affonso Celso amenizou o discurso antilusitano, entretanto, por outro lado, sua presença assídua trouxe o catolicismo para centralidade do debate nacional e inseriu a questão da *brazilidade*, sempre grafada com “z”, como tópica essencial para pensar o nacionalismo, que era o principal tema dos artigos do panfleto.

Concomitantemente com a entrada de Affonso Celso como colaborador, está o início da atuação do panfleto como porta-voz oficial da *Acção Social Nacionalista* (ASN). Obviamente, não por acaso, pois Bomilcar, Delamare e Celso farão parte da organização. A maioria das primeiras menções à *brasilidade* aparece nos textos assinados por Affonso Celso e, especialmente, nos textos de Celso que mencionam a organização.

Em 15 de abril de 1920, Affonso Celso, então presidente da recém-criada ASN, demonstrou a seguinte preocupação em carta aberta publicada no *Gil Blas*: “críticos estão denominando a *Acção Social Nacionalista* como xenófoba” por conta “de alguns artigos escritos por colaboradores”. Na continuidade da carta, pedia

⁹⁵ DE JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. **Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Campus Assis, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2011. 202 p.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 119-121.

⁹⁷ Notem que o periódico se denominava panfleto, embora não atendesse ao formato comum de um panfleto que, geralmente, continha número menor de páginas, além de mensagens abertamente propagandísticas para divulgação de ideias. Pelos historiadores da imprensa no Brasil, o periódico tem sido referido e analisado, muitas vezes, como um tipo de revista. Em minhas leituras comparativas com outros periódicos do período, noto muitas semelhanças do *Gil Blas* com os jornais do período, especialmente em relação à diagramação e a linguagem dos artigos publicados.

“prudência nas publicações de artigos mais exaltados, pois não se deve perder o foco do movimento que é a construção da brasilidade”⁹⁸.

Além do trecho acima ilustrar as movimentações anteriormente mencionadas, ele torna-se muito interessante e dotado de contradição, tendo em vista que a *brasilidade* prefigura como um trabalho, como uma construção, enquanto noutros textos de Celso podemos encontrá-la como um sentimento, como algo inato, portanto, nem político e nem partidário, e, ainda, noutras vezes, como condição ligada à terra pátria.

Afonso Celso⁹⁹ é um desses personagens preteridos pelos pesquisadores no campo da História; situação que parece não condizer com a relevância do personagem no cenário intelectual de seu tempo ou com os ecos de sua produção. Foi justamente isso que Lúcia Maria Paschoal Guimarães notou na década de 2000¹⁰⁰, e, o que continuou diagnosticando Viviane Ferreira Conti em sua dissertação de mestrado sobre a trajetória intelectual do autor, defendida em 2023¹⁰¹.

Os primeiros trabalhos a recuperarem o nome de Celso foram os de Ângela de Castro Gomes e de Lúcia Lippi Oliveira, publicados da década de 1990, “a primeira destacando Affonso Celso como um dos autores com maior destaque nas publicações de revistas culturais do governo do Estado Novo (1937-1945) e a segunda articulando a construção da identidade nacional com a definição heroica nos livros”¹⁰².

Para Guimarães essa lacuna foi provocada, em parte, por uma “conspiração de silêncio”, ocorrida na França e que “teria atravessado o Atlântico”: um silêncio advindo de autores universitários laicos e republicanos “contra um conjunto de historiadores e letrados de tendência católica e regalista” como o caso dos historiadores envolvidos com a *Revue des questions historiques*, que circulou na

⁹⁸ CELSO, Affonso. Carta. A Palavra do Mestre. **Gil Blas**: Pamphleto nacionalista. Rio de Janeiro, ano 2, n. 62, 15 abr.1920. p. 2.

⁹⁹ Optei por grafar o nome de Affonso Celso com duas letras “f” pois era assim que o autor assinava no período e nas fontes citadas. Nas pesquisas recentes, seu nome tem sido grafado com apenas um “f”.

¹⁰⁰ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Por uma história ultramontana: Afonso Celso. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2003.

¹⁰¹ CONTI, Viviane Ferreira. “**Republicano no Império, Monarquista na República**”: a trajetória intelectual de Afonso Celso (1892-1938). Dissertação (Mestrado em História). UNESP, 2023.

¹⁰² *Ibid.*, p. 4.

França de 1866 a 1939. Esses historiadores silenciados teriam sido responsáveis “pelo aparecimento de uma historiografia providencialista, ultramontana e legitimista, que se desenvolveu sobretudo no último quartel do século XIX”, da qual podemos fazer comparativos e aproximações com a produção historiográfica de Affonso Celso. Para exemplificar esse silenciamento, Guimarães nos lembra que o “historiador Sérgio Buarque de Holanda nem sequer o relaciona” entre os historiadores do período¹⁰³.

Algo que tanto a dissertação de Conti quanto o artigo de Guimarães evidenciam é que o nome de Affonso Celso, dentro do debate intelectual brasileiro contemporâneo, é pronunciado com reservas e fazendo parecer que sua produção restringe-se à obra *Porque me ufano do meu país* (1901), livro que fora escrito em comemoração ao quarto centenário da chegada dos portugueses ao Brasil, destinado principalmente ao público infantojuvenil, e que o próprio Celso qualificou como “*ligeiro trabalho de vulgarização*”¹⁰⁴.

Entretanto, enquanto o artigo de Guimarães focaliza o discurso providencialista como uma das grandes características da escrita de Celso, Viviane Conti revela que as várias características que marcaram a escrita da história em Celso - ultramontano, ufanista, monarquista e nostálgico - não eram repelidas pelos lugares institucionais por onde Celso circulava. O que é mais significativo é que esses lugares não foram poucos.

Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938), ou o Conde de Affonso Celso¹⁰⁵, teve uma carreira multifacetada, atuando como parlamentar, literato, jurista, professor, diretor, reitor e historiador. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo e, inicialmente, um republicano em meio a monarquistas, entrou para o

¹⁰³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Por uma história ultramontana: Afonso Celso. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2003.

¹⁰⁴ CELSO, Affonso. **Porque me ufano do meu paiz**: right or wrong, my country. 4. ed. Edição revista. Rio de Janeiro: H. Garnier: Livreiro-Editor, S/D. p. 204.

¹⁰⁵ Conde é um título concedido pela Igreja Apostólica Romana. Affonso Celso o recebeu pela Santa Sé durante o papado de Leão XIII. Celso era membro da Ordem Pro Ecclesiae et Pontífice, da Santa Sé, sendo condecorado em 1901. Foi também comendador da Ordem de Leopoldo da Bélgica, oficial da Legião de Honra da França. Todas essas afiliações demonstram sua grande proximidade com o catolicismo e com a Igreja Católica, institucionalmente.

CONTI, Viviane Ferreira. **“Republicano no Império, Monarquista na República”**: a trajetória intelectual de Afonso Celso (1892-1938). Dissertação (Mestrado em História). UNESP, 2023. p. 2. IHGB. Perfil dos Sócios Falecidos. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acdconde.html>. Acesso em: 26 nov. 2023.

parlamento em 1882, sendo eleito deputado geral por Minas Gerais e exercendo a função de 1º Secretário na Assembleia Geral. Em 1889, com a Proclamação da República, abandonou a política e partiu para o exílio a fim de acompanhar e defender seu pai, o Visconde de Ouro Preto.

Na imprensa, colaborou por mais de trinta anos no *Jornal do Brasil*, porém, sua colaboração estendia-se a outros órgãos de imprensa, por onde seus artigos foram disseminados, como: *A Tribuna Liberal*, *A Semana*, *Renascença*, *Correio da Manhã*, *Almanaque Garnier*, sem nos esquecermos de sua colaboração na já citada revista *Brazílea* e no panfleto *Gil Blás*.

Após regressar ao Brasil, ingressou na qualidade de sócio efetivo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1892, sendo elevado a sócio honorário em 1913 e a grande benemérito em 1917. Em 1906 foi eleito orador oficial da instituição e, com a morte do Barão do Rio Branco, em 1912, foi eleito presidente perpétuo, permanecendo no cargo até o ano de sua morte, 1938.

No magistério também obteve “atuação destacada, tendo exercido a Cátedra de Economia Política na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, da qual foi diretor por alguns anos e reitor da Universidade do Rio de Janeiro”¹⁰⁶.

Ademais, Affonso Celso integrou as atividades da Academia Brasileira de Letras (ABL) como um dos membros fundadores e foi presidente da ABL em duas oportunidades: em 1925 e em 1935.

E aqui fechamos o *hiperlink* Celso na dança das cadeiras¹⁰⁷ para irmos à dança das palavras, e, nesse caso, iremos para o lugar comum dos trabalhos sobre Celso e

¹⁰⁶ ABL. Perfil no site oficial da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/afonso-celso/biografia>. Acesso em: 26 nov. 2023.

¹⁰⁷ Em alusão ao livro de João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, *A dança das cadeiras*, originado de sua dissertação de mestrado na UNICAMP, que examina os primeiros quinze anos da Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897. A pesquisa desconstrói a ideia do projeto inicial da ABL como uma instituição “despolitizada” e “puramente literária”, que buscava ser uma associação honorária dedicada à preservação da língua portuguesa e da tradição literária brasileira, supostamente isenta de conflitos internos e debates sobre questões políticas externas. A primeira parte do livro, acerca da fundação, destaca as tentativas iniciais de escritores de criar uma academia patrocinada pelo Estado, que foram frustradas devido à resistência do regime republicano em patrocinar uma associação composta parcialmente por opositores notórios e monarquistas – dos quais Affonso Celso compunha o bojo – culminando na formação de uma instituição independente que, posteriormente, conseguiu auxílio financeiro do Estado.

As partes subsequentes do livro dão seguimento ao escrutínio dos ritos de passagem criados pela instituição e a sucessão de escolhas dos membros diretores, e pontua a ocasião da reforma ortográfica – a língua – como parte da disputa política. O que corrobora com a ideia dessa pesquisa de que a disputa na língua e a disputa política por cadeiras confluem em uma só dança.

voltaremos ao *Porque me ufano do meu país*. É preciso investigar repetições, pois elas podem ser marcos no mapa e extremidades na constelação.

Concebido para celebrar o quarto centenário do “descobrimento da Pátria”, o famigerado livro de Affonso Celso foi finalizado em Petrópolis em 8 de setembro de 1900, como consta no final do último capítulo¹⁰⁸, entretanto, a primeira edição saiu pela editora Laemmert em 1901, esgotando-se rapidamente, e, resultando em uma nova edição ainda no mesmo ano¹⁰⁹.

A publicação inicial, de acordo com a Maria Helena Câmara Bastos, saiu em formato in-16 com 204 páginas e foi sucedida por edições que mantiveram o número de páginas, porém, em formato in-18. Para termos um termômetro da demanda, listo algumas edições: quinta edição, 1912; sétima edição, 1915; décima edição, 1926; décima primeira edição, 1937; décima segunda edição, pela F. Brigue, 1943. A décima edição de 1926, revisada e atualizada, integrou a “Coleção dos Autores Célebres da Literatura Brasileira”, obtendo uma significativa tiragem de dez mil exemplares numerados. Além das várias edições em território brasileiro, o sucesso refletiu-se em edições traduzidas para alemão, francês, italiano e inglês. Em 1910, por exemplo, a tradução alemã alcançou sua terceira edição¹¹⁰.

Duas considerações icônicas acerca da primeira edição, que se perpetuaram nas edições posteriores e que sumarizam a obra: a primeira repousa sobre a dedicatória do livro, a segunda, sobre o subtítulo pouco reconhecido como integrante do título.

A dedicatória é destinada aos filhos do autor: Affonso Celso de Ouro Preto, Carlos Celso de Ouro Preto e, a partir da segunda edição, também em memória a João Paulo de Ouro Preto, filho falecido aos quatro anos de idade¹¹¹. O endereçamento é reforçado no primeiro dos quarenta e dois capítulos do livro, denominado “Para quem e para que foi composto este opúsculo”, do qual parte replico a seguir:

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A dança das cadeiras**: Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Unicamp: CECULT, 2001.

¹⁰⁸ CELSO, Affonso. **Porque me ufano do meu país**: right or wrong, my country. 4. ed. Edição revista. Rio de Janeiro: H. Garnier: Livreiro-Editor, S/D.

¹⁰⁹ BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra *Porque me ufano do meu país*, de Affonso Celso (1900). **Educar**, UFRP, Curitiba, n. 20, p. 245-260. 2002.

¹¹⁰ *Ibid.*

¹¹¹ *Ibid.*

As paginas que ahi vão — escrevi-as para vós, meus filhos, ao celebrar a nossa Pátria o quarto centenário do seu descobrimento. Sorri-me a esperança de que encontrareis nellas prazer e proveito. Consiste a minha primordial ambição em vos dar exemplos e conselhos **que vos façam úteis á vossa família, á vossa nação** e á vossa espécie, tornando-vos fortes, bons, felizes. Si de meus ensinamentos colherdes algum fructo, descançarei satisfeito de haver cumprido a minha missão.

Entre esses ensinamentos, avulta o do patriotismo. Quero que consagreis sempre illimitado **amor á região onde nascestes**, servindo-a com dedicação absoluta, destinando-lhe o melhor da vossa intelligencia, os primores do vosso sentimento, o mais fecundo da vossa actividade, — **dispostos a quaisquer sacrificios por ella, inclusive o da vida.**

[...]

Que a vossa geração exceda a minha e as precedentes, sinão em semelhante amor ao menos nas occasiões de o comprovar. Quando disserdes: “Somos brasileiros!” levantai a cabeça, transbordantes de nobre ufania. Convençei-vos de que deveis agradecer quotidianamente a Deus o haver Elle vos outorgado por berço o Brazil.¹¹²

Os filhos de Celso prefiguram, portanto, como alegorias dos filhos da pátria-nação, condensando a imagem da geração vindoura. Notemos a escolha dos pronomes possessivos; Celso inicia com “nossa pátria” e logo deixa de utilizar a primeira pessoa do plural para privilegiar os pronomes possessivos da segunda pessoa do plural – “vossa nação”, “vossa família”, “vossa geração”. Os conselhos não são para os homens contemporâneos de Celso. O opúsculo é uma cartilha, com “função moralizadora e intenção educativa”, daí a adoção da obra como uma das leituras escolares obrigatórias, ao lado de *Através do Brasil* (1910), de Olavo Bilac e Manoel Bonfim.¹¹³

De tal modo, vemos que a ambição primordial de Celso, nessa obra, resume-se a um objetivo: conseguir ensinar a próxima geração a ufanar-se do Brasil, ou seja, para que em um futuro não distante, ela exista enquanto nação. Notem: a nação ainda não existe, não sem o culto do sentimento de pertencimento, bem aos moldes de Ernst Renan, citado inclusive no interior da obra como uma das referências para se pensar o assunto¹¹⁴.

¹¹² CELSO, Affonso. **Porque me ufano do meu paiz**: right or wrong, my country. 4. ed. Edição revista. Rio de Janeiro: H. Garnier: Livreiro-Editor, S/D. p. 1-3. Grifo meu.

¹¹³ BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra *Porque me ufano do meu país*, de Affonso Celso (1900). **Educar**, UFRP, Curitiba, n. 20, p. 245-260. 2002. p. 3.

¹¹⁴ CELSO, *op. cit.*, p. 195.

Ao longo do livro, Celso menciona alguns autores sem indicações precisas, mas destaca alguns autores, em nota final, que foram importantes para a composição do livro. São eles: Elisée Reclus, Southey, Porto Seguro, Wappaeus, João Francisco Lisboa, Barão do Rio Branco, João Ribeiro.¹¹⁵ No caso de Ernst Renan, o autor é citado apenas por Renan, da seguinte maneira:

Superior às coacções da força — diz Renan, — o que une e constitue as nações é o sentimento do passado, a posse em *commun* de um rico legado de tradições, o desejo de viver juntos e a incessante vontade de manter e continuar a fazer valer indivisa a herança recebida. Depende simplesmente dos brasileiros unir e constituir assim o Brasil.¹¹⁶

Ora, podemos facilmente supor que o Renan citado é Ernst Renan, isso porque, em seu texto *Qu'est-ce qu'une nation?* ("O que é uma nação?"), ele apresenta a ideia de nação como sendo mais um princípio do espírito do que uma entidade política ou étnica, ou, grosso modo, a nação não é definida por laços territoriais, linguísticos ou raciais, mas é antes de tudo uma comunidade de sentimentos e de memórias compartilhadas. Renan destaca que o elemento unificador de uma nação é o desejo comum de se viver em conjunto e a disposição de se aceitar um destino compartilhado, de se traçar o mesmo horizonte.

Renan argumenta que a nação é uma construção diária que requer o esquecimento de certas diferenças e a ênfase em elementos comuns, especialmente no que diz respeito ao passado, ou, como coloca Celso, à "herança histórica". O autor francês sugere, portanto, que o esquecimento seletivo de eventos passados é essencial para a coesão nacional, e, que a criação constante da nação está vinculada à escolha ativa de compartilhar certos aspectos do passado no presente. Por conseguinte, os laços territoriais, linguísticos ou raciais não seriam outra coisa senão fruto dessa escolha ativa.

Atualmente, sabemos que qualquer historiador contemporâneo, ao menos aqueles que tangenciam a tópica "nação", reconhece Renan, de forma que os parágrafos acima, provavelmente, ou os deixaram entediados ou raivosos pelas simplificações. Se alguém diz apenas "Renan" para esses historiadores, todos sabem

¹¹⁵ CELSO, Affonso. **Porque me ufano do meu paiz**: right or wrong, my country. 4. ed. Edição revista. Rio de Janeiro: H. Garnier: Livreiro-Editor, S/D. p. 204.

¹¹⁶ *Ibid.*, p.195.

de que se trata do escritor, filósofo, teólogo, filólogo e historiador francês Joseph Ernest Renan (1823-1892), e, todos reconhecem a máxima dos parágrafos acima. A questão é que Celso, citando-o apenas por “Renan”, produz duas mensagens contíguas: um autor de conhecimento de seus leitores e/ou um autor que, necessariamente, deve-se conhecer, bem como sugere que a ideia de nação, operante na obra, é um consenso e uma obviedade.

Em suma, em *Porque ufano do meu país a matéria* existe, mas a *nação* necessita ser construída no sentimento mútuo de seus filhos – irmãos – dispostos a quaisquer sacrifícios e é esta geração vindoura disposta à morte pelo país que, para Celso, teria a capacidade de cumprir a promessa de grandeza e posicionar o Brasil dentre as maiores nações, consumando assim os planos de Deus.

Se focarmos na ideia do sacrifício, percebemos que o chamamento do opúsculo não é distante do chamamento que já vimos anteriormente, há algumas páginas dessa tese, no manifesto de 1925 da Legião do Cruzeiro do Sul.

Entretanto, quando em março de 1920 Affonso Celso utiliza a palavra *brazilidade*¹¹⁷ em um artigo no *Jornal do Brasil*, ou seja, vinte anos depois do trecho de *Porque me ufano do meu país* analisado acima, é a mesma urgência de educar para a construção da nação que se impõe. Vejamos:

Sem uma doutrina e um methodo de trabalho, a acção do homem, por energia que se mostre, jamais consegue resultados fecundos e duradouros.

A acção, – conforme ensinam a observação e a experiencia, – toma a diretriz que lhe imprime o espírito, cujos pensamentos e imagens se projetam ante os desejos e as paixões.

A intelligencia analysa e elucida o mundo, a imaginação engendra vivas fórmulas, a vontade determina a acção.

A campanha nacionalista, cumpre, antes de tudo, formular uma doutrina inspiradora de acção conjunta, operante e efficiente.

É simples essa doutrina: consiste no amor sincero e profundo do Brazil, na convicção do grande papel que elle deve e pôde representar no mundo, na certeza dos benefícios delle provenientes para o planeta, na consciencia das obrigações que lhe incumbem.¹¹⁸

A tópica do amor, motriz do livro de 1901, repete-se. A necessidade de formular ações conjuntas para que a construção da nação se efetive, aos moldes de Renan,

¹¹⁷ Esse é o primeiro caso que encontrei do uso do termo na imprensa. Nesse artigo a palavra é grafada com “z”.

¹¹⁸ CELSO, Affonso. Base do nacionalismo: A família nacional – É preciso saturar a de brazilidade. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 71, 12 mar. 1920. p. 5.

também. Vemos, na verdade, essa necessidade ainda mais radicalizada. Uma diferença, em relação ao livro, é que o termo *patriotismo* se encontra suprimido em favor do termo *nacionalismo* que, na obra, inexistia. Embora observemos tal substituição, a *mátria* – e lembremos novamente dos estudos de Catroga – não sai de cena, ecoando em significantes como o já citado *amor*, no uso de expressões como *veneração devotada*, e, na retomada da imagem de *filhos*, dispostos no trecho seguinte.

Com essa ideia e este sentimento deve-se delicadamente agir.

Agir como?

Primeiro que tudo, submettendo a vontade própria áquelles principios e buscando angariar para o serviço delles a vontade dos outros.

Assim, pois, propaganda tenaz, ardente, indefesa, do indicado nacionalismo, **propaganda por palavras**, atos, ensinamentos, exemplos.

Propaganda em prol das tradições nacionaes, das características nacionaes, das qualidades nacionaes, das vantagens nacionaes, das superioridades nacionaes, propaganda que assinale, registre, realce, accentue, radique nos espíritos e nos corações que o Brazil, nos pontos de vista histórico, geográfico, ethnographico, economico, religioso, social, **merece a veneração devotada de seus filhos** e se impõe não só á sympathia e á estima, como ao respeito das maiores nações, e que no Brazil existem, acima de possibilidades, – probabilidades segura de gloriosíssimo destino. [...]

É preciso coordenar, concatenar, canalizar, conduzir: é preciso organizar o programa e os meios de aparelhar-lhe a realização, como o alto commando de um exercito prepara o plano estrategico e as marchas tácticas, á luz do ideal a attingir, deixando, embora, ás nuidades [sic] as indispensaveis e valiosas iniciativas.¹¹⁹

Affonso Celso expõe com clareza que a campanha nacionalista se faz com propaganda de tudo quanto é nacional, ou ao menos, de tudo o que é nacional e realce a veneração ao país, e, que a propaganda por palavras tem um papel importantíssimo. Celso não economiza nos verbos: a estratégia é coordenar, concatenar, canalizar, conduzir o simbólico. E é então que Celso propõe um símbolo para ser dominado estrategicamente – a família – e, assim como um bom marqueteiro que traz um produto antigo no mercado repaginado com novas cores, a família é acompanhada de uma palavra nova.

A ação nacionalista deve pôr seu início e seu fundamento na família.
[...]

¹¹⁹ CELSO, Affonso. Base do nacionalismo: A família nacional – É preciso saturar-a de brasilidade. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 71, 12 mar. 1920. p. 5.

O poder do Estado, imposto, no correr dos tempos, às sociedades de famílias, prolonga e expande o patrio poder.

Na família, conseqüentemente, concentre-se o primordial empenho dos nacionalistas, **afim de se constituir a genuína família brasileira, impregnada de brasilidade**, destinada a formar a sólida base, a forte célula-mãe da comunhão nacional.

[...]

Envolvam, dominem a família brasileira um ambiente devéras brasileiro, bons costumes brasileiros, objectos brasileiros, tradições brasileiras, a permanente preocupação a obsessão superior de tudo envia para elevar a pátria e nada permitir susceptível de deprimil-a.

[...]

Nascidos, criados, nutridos, educados dessa maneira, respirando desde o berço, uma atmosfera de tal natureza, **só ouvindo palavras tendentes a estimular a brasilidade**, recebendo conselhos, vendo exemplos, consagrados à conquista de idêntico escopo, evidente é que os filhos do Brasil terão uma alma visseralmente brasileira e serão dignos possuidores e aperfeiçoadores da magnífica porção do globo terraqueo a eles outorgada pelo Supremo Doador de graças e benefícios, e ao mesmo tempo, inflexível Juiz das responsabilidades de cada um.

Mas o problema da família é complexo e exige exame, sob múltiplos aspectos.

Procuramos estudá-lo, sob o prisma do nacionalismo.¹²⁰

A tópica família é outra novidade em relação ao livro de dezenove anos atrás; decorrência também de uma maior aproximação de Celso ao discurso católico, mas, esse problema da família é complexo e o que nos interessa é estudá-lo sob o prisma do nacionalismo. A questão é que essa cadeia de significantes – Deus, pátria, família – retornará em outros períodos, e, sabemos que essa rede de associações será comum nos discursos da ultradireita nacionalista brasileira cujos historiadores, inclusive, costumam identificar como discursos ufanistas. Essa mesma cadeia, colada à ideia de *brasilidade*, penetrará a propaganda varguista.

Mas nesse evento específico, nesse texto de Celso, encontramos o termo *brasilidade* ocupando uma posição de destaque, simultaneamente exercendo a função de um dispositivo vazio. Saturar a família de *brasilidade*, como proposto na chamada do artigo, é enchê-la de tudo o que é nacional, sem predicar o que é o nacional. Ademais, saturá-la de *brasilidade* é a ação para transformá-la em símbolo nacional. Transformando-a em símbolo nacional, o próximo passo seria, portanto, saturar a família de mais família, numa retroalimentação.

¹²⁰ CELSO, Affonso. Base do nacionalismo: A família nacional – É preciso saturá-la de brasilidade. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 71, 12 mar. 1920. p. 5.

Seguindo nesta análise comparativa dos dois escritos de 1900 e 1920, além das alterações já destacas acerca do campo semântico, é possível percebermos que, embora a ação de orgulhar-se do país continue como uma ação unificadora passível de ser ensinada, ela não está mais em primeiro plano, e, já não se encontra embutida no termo “ufanar-se”, mas, é tida como fruto da saturação de *brasilidade*.

Porém, em algum momento houve uma bifurcação. O léxico em torno de *ufano* – ufanismo, ufanar-se –, lançado por Celso, ganhou conotações de exagero maléfico, associado ao enaltecimento excessivamente positivo do nacional, a um orgulho que encobre, minimiza, intencionalmente ou não, problemas e críticas. Por outro lado, não há quem reclame de excesso de *brasilidade*.

A respeito desse bifurcamento, lembrei-me que ainda não discorri sobre a “segunda consideração icônica” acerca da primeira edição de *Porque me ufano do meu país*: o intrigante subtítulo em língua inglesa, “right or wrong, my country”¹²¹, provavelmente, inspirado em uma frase que é atribuída a um político e militar norte-americano. Não há qualquer explicação no livro sobre a escolha deste subtítulo, o que me leva a crer que o subtítulo foi mantido para apontar a construção nacional patriótica norte-americana – nação apontada como protagonista no cenário mundial – como um modelo a seguir. A tradução – “Certo ou errado, meu país” – é autoexplicativa no sentido de contribuir com a conotação do exagero irrefletido.

Contudo, isso é só uma especulação. O termo *ufanar* necessita de outra pesquisa com um olhar mais apurado. O que posso afirmar é que, nos trabalhos historiográficos, *ufanismo* virou conceito operatório para designar determinados discursos políticos¹²² em trabalhos historiográficos, especialmente àqueles ligados à propaganda e à manipulação da opinião pública pelo Estado. Enquanto isso, a

¹²¹ A frase é construída em ordem diferente: “My Country, Right or Wrong!” (em português, “Meu país, certo ou errado!”). Atribui-se essa frase a Stephen Decatur, um comodoro da Marinha dos Estados Unidos no início do século XIX. A frase é frequentemente citada fora de seu contexto original, que ocorreu durante um brinde em um jantar de oficiais em 1816. A versão completa da citação é: “Our country! In her intercourse with foreign nations, may she always be in the right; but right or wrong, our country!”. A frase, em sua versão reduzida, foi apropriada por outras figuras públicas, como o senador Carl Shurz, em 1871, e, ainda tem sido usada nos EUA com a intenção de exprimir um forte patriotismo e lealdade à nação, independentemente das circunstâncias. A frase pode ser facilmente encontrada em manifestações e reuniões *trumpistas*.

KHURANA, Simran. The History of “My Country, Right or Wrong!”. **ThoughtCo**. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/my-country-right-or-wrong-2831839>. Acesso em: 7 dez. 2023.

¹²² Um período notório em que o “discurso ufanista” tem sido identificado recorrentemente pelos historiadores é o período da ditadura cívico-militar que teve início em 1964.

brasilidade seguiu como vocábulo inofensivo, do tipo que embeleza textos de exposições de arte. Entretanto, seguindo na temática família, são vocábulos com parentesco; talvez tenham a mesma *mátria* e quiçá o mesmo pai.

Mas esse escritor pouco explorado ainda nos oferece mais algumas pérolas. Uma das máximas de *Porque me ufano do meu paíz* é a pátria predicada por sua imensidão, exuberância e características ímpares, predicada pelas belezas e riquezas do território que não são senão outra coisa que uma providência, uma dádiva divina que deve ser honrada. Essa mesma visão aparece no final do artigo supracitado de Celso com a finalidade de concluir seu argumento sobre a necessidade de saturar a família com *brasilidade*: como se a *brasilidade* fosse o único meio possível para honrar a dádiva divina.

Por fim, o que notou Mônica Pimenta Velloso é que o pensamento de Celso foi atualizado pelo verde-amarelismo, e, dispõe de “um ponto nevrálgico da questão da brasilidade = espaço, território, geografia.”

Em pleno modernismo, os verde-amarelos atualizam o pensamento de um autor que fora estigmatizado pelo movimento: Afonso Celso. Dele retomam a identificação entre nacionalismo e território. A extensão territorial do país aparece como fator determinante de sua história, que será sempre grandiosa porque deve reeditar a epopéia das Bandeiras.¹²³

Porque não se sai de um *cul-de-sac* senão pela mesma rua, é aí que, enfim, chegamos noutro tecido que analisaremos mais de perto, voltamos aos modernistas, mas, um grupo específico de modernistas, geralmente retirados desse predicado, tidos como os perdedores do movimento.

¹²³ VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993. p. 101.

PARTE 2
DOS EMBATES
E DA INEXPRIMÍVEL BRASILIDADE NA VITÓRIA DOS QUE PERDERAM

2.1 Ainda da emergência?

Em primeiro lugar, retomo rapidamente uma ideia de páginas atrás: origem são origens, começo são começos – pois nessa segunda parte darei continuidade a esses começos. Aqui Foucault ainda vive.

Como pretendi demonstrar na primeira parte, não somente é difícil precisar o nascimento de uma palavra, como apenas a datação do surgimento de um signo e o ineditismo de um vocábulo, pouco nos diz efetivamente sobre a sua significação dentro da conversação¹, isso porque a emergência não é linear, nem no tempo e nem em suas cadeias de significados. Assumindo essa não linearidade é que encontrei o advento dessa nova palavra em meio a um campo lexical muito caro aos historiadores: nalgum lugar entre as ideias de pátria, nação e, como pontuei mais ao final, o “me ufano”².

Entretanto, a identificação das primeiras vozes que, em suas elaborações, necessitaram da inserção do novo vocábulo para tornarem seus discursos mais eficazes, pode nos revelar outras nuances, especialmente no sentido de entendermos que pátria e que nação estavam em disputa. Isso porque, especialmente nos primeiros anos de seu uso na imprensa, a *brasilidade* exerceu função nessa disputa, por vezes sendo o centro dela, particularmente, nos discursos que interseccionaram o papel político da literatura e a ideia de um Brasil a ser construído. Sem dúvida, acredito que essa é uma das descobertas mais importantes do mapeamento realizado nessa pesquisa.

É com a intenção de mostrar a *brasilidade* nesses embates que prossigo, primeiramente, situando o leitor sobre o *Correio Paulistano*, veículo que se apresenta importante na emergência e no advento dos primeiros usos de *brasilidade*, tendo em vista que, coincidentemente ou não, concilia os primeiros usos do vocábulo na imprensa com o maior número de citações na década de 1920. Em comparativo com outros jornais do período, é também no *Correio Paulistano* que encontramos os textos

¹ Empréstimo a ideia de Flusser de que a produção de conhecimento se dá na conversação.

² Reforço que, para tratar de uma exacerbação de sentimentos pátrios, optei por “me ufano” ao invés de “ufanismo”, tendo em vista que “ufanismo” é um conceito operatório no campo da História, cujo uso refere-se, sobretudo, a um patriotismo exagerado que concatena manobras políticas e participação popular em décadas posteriores àquelas majoritariamente abordadas nas próximas páginas, a saber, décadas de 1920 e 1930. Em outras palavras, a opção por utilizar o mesmo termo no formato que aparece no livro de Affonso Celso, de 1901, deu-se a partir de especulações sobre os imbricamentos possíveis de “ufanar-se” com outros discursos além dos já marcados pela historiografia.

mais alongados, nos quais a *brasilidade* é a tópica e onde há certo esforço de colaboradores do jornal para tentar uma demarcação de sentidos para esta nova palavra.

Veremos que a *brasilidade* registrada no periódico paulista decorreu na década em que foi divulgador da Semana de Arte Moderna, apoiador de uma mocidade literária e porta-voz oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Nele, em grande parte das vezes, o vocábulo aparece associado a palavras que formam uma cadeia de sentidos extremamente ampla – de “sentimento” a “espírito” – tateando o indizível e o inexprimível que circunda *Brasil*, ao mesmo tempo que postula a criação literária como seu fomento e sustentáculo.

Embora seja possível demonstrar por meio da análise isolada do *Correio Paulistano* os vários lados que tencionam a disputa por *brasilidade*, para expô-los de maneira mais explícita e dimensionar melhor a densidade dos embates no final da década de 1920, trarei outros dois periódicos: o carioca *O Paiz*, que assim como o *Correio Paulistano* apoiou abertamente a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República e aproximou a *brasilidade* dessa figura; e o *Diário Nacional*, uma escolha óbvia na composição de antagonismos, porém, rica. Sendo este jornal um órgão do Partido Democrático, clássico opositor do PRP, veremos que o *Diário Nacional* não descarta a *brasilidade* da qual o Partido Republicano “vivía a falar”³, mas, a reivindica na defesa de seu posicionamento político durante a campanha presidencial e a tomada do governo provisório. Por ele também podemos ver os traços de uma associação entre *brasilidade* e unidade nacional que será muito forte nos anos subsequentes.

No decorrer dos anos de 1930 e no adentrar dos anos de 1940, a incidência da *brasilidade* será impulsionada pelo seu uso a serviço de uma política de Estado. A alta incidência se tornará um platô até pulverizar-se, disseminar-se para incontáveis vozes. Para explorar essa movimentação, contarei não mais com veículos de imprensa específicos, mas, com a ajuda de Cassiano Ricardo.

Antes de prosseguirmos, sublinho um ponto importante: com a retomada de alguns pontos da primeira parte e com esse resumo do que está por vir, espero ter marcado a diferença entre emergência e primeiros usos. Outro grifo: o platô em

³ “O Partido Republicano **vive a falar em brasilidade**; e é elle mesmo que conspira contra o nosso são nacionalismo, porque revela um desprezo immensuravel pelos cidadãos de sua terra.”

Reforma da Constituição do Estado. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 369, 16 set. 1928. p. 11. Grifo meu.

relação à incidência e a seguida disseminação da palavra não excluiu a problematização dos usos dados a ela em determinadas vozes, pois foi isso o que vimos no exemplo da *Careta*. Se houvesse apenas cristalização de um sentido (e isso não acontece nem mesmo com palavras), se não houvesse polissemia, se não houvesse o constante desacordo, *brasilidade* não seria um conceito, pois

O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito seja também associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais esta palavra é usada, se agrega a ela.⁴

Ou ainda, dizendo de outra forma:

Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. [...] “Todos os conceitos nos quais se concentra o desenrolar de um processo de estabelecimento de sentido escapam às definições. Só é passível de definição aquilo que não tem história” (Nietzsche). O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.⁵

E não é que Koselleck também continua entre nós?

2.2 Pelo país inteiro sob o belo nome de *brasilidade*

O *Correio Paulistano* foi um jornal de vida longa, o primeiro diário da então província de São Paulo. Estabelecido pelo tipógrafo Joaquim Roberto de Azevedo Marques⁶, o jornal manteve circulação diária de 1854 até 1930, e após quatro anos de interrupção, circulou até 1963.

⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006. p. 109.

⁵ *Ibid.*, p. 109.

⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Memória da Imprensa. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_05/secao_correio_paulistano.php. Acesso em: 03 maio 2024.

Dentre as inovações editoriais que introduziu na imprensa brasileira estava a contribuição de artigos por parte dos seus leitores. Ressalto essa inovação advinda do XIX porque ela será mantida pelas equipes editoriais do século XX e, em relação mais especificamente à *brasilidade*, porque encontramos várias das primeiras aparições da palavra nos escritos destes leitores e colaboradores esporádicos, o que é um indicativo de circularidade do vocábulo em determinado nicho.

Em seus primeiros anos, alinhou-se ao liberalismo, associou-se ao Partido Conservador e, em seguida, ao Partido Republicano Paulista, tornando-se seu órgão oficial após ser adquirido por Leôncio de Carvalho em 1874. Entre os anos de 1920 e 1930, período em que se situam as fontes citadas a seguir, mantinha-se como porta voz do mesmo partido. Tal relação com o PRP fez do *Correio Paulistano* um periódico ávido e extremamente ativo nas campanhas para algumas candidaturas, especialmente presidenciais.

Em relação à campanha de Eptácio Pessoa, por exemplo, o *Correio* enalteceu abertamente as qualidades e as habilidades políticas do candidato, retratando-o como um líder competente e capaz de garantir estabilidade política e econômica. Durante o processo eleitoral, destacou as realizações do candidato e fez ecoar os seus discursos públicos, enfatizando suas propostas de governo e suas promessas de desenvolvimento nacional, sempre baseadas no discurso do progresso paulista que deveria ser estendido ao restante do país.

Em 1928, a pauta editorial foi a ordem, a tranquilidade e o bom trabalho realizado em São Paulo, bem como os atributos de lideranças como Washington Luís e Júlio Prestes. É pelo ano de 1928 e de 1929 que retorno ao mapa, sendo 1929 o ano em que o *Correio Paulistano* apoiou abertamente a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República e que o jornal completava “75 janeiros”⁷.

2.2.1 Grifando sentidos pela grafia

Muitos foram os nomes mencionados na *Parte 1*; o nome de Adauto Castello Branco não recebeu qualquer investida na primeira parte pois tencionava explorá-lo aqui. Talvez seu nome não soe estranho ao leitor dessa tese justamente porque ele

⁷ CASTELLO BRANCO, Adauto. 75 janeiros. **O Paiz**. Rio de Janeiro, n. 16320, 26 jun. 1929. p.1 e p.4.

apareceu, páginas atrás, em um dicionário de 1939. Segundo o *Dicionário da Terra e da Gente no Brasil*, Adauto Castello Branco teria publicado “interessantes artigos no “Correio Paulistano”” sobre o termo *brasilidade*, aludindo “às formas por outros recomendadas, ou sejam *brasiliidade*, *brasilianidade*”.⁸

Embora os textos de Castello Branco que foram publicados na imprensa sejam de fácil acesso, o mesmo não ocorre em relação a outras informações sobre o autor; não consegui localizar qualquer pesquisa dedicada a ele ou que o cite. Em suma, o que posso afirmar sobre o personagem é que ele fora um tenente que colaborou com artigos em alguns jornais.

Isso porque a patente de “tenente” era mencionada em algumas aparições suas na imprensa, como na edição do *Correio Paulistano* de 05 de março de 1929, onde Adauto é citado entre os aniversariantes do dia, seguido da informação “nosso prezado colaborador e ajudante de ordens do sr. General Pantaleão Telles, comandante da terceira Brigada Militar de Infantaria”⁹, e no texto de Jackson de Figueiredo de 1925, “Hoje como ontem”, presente no livro *A Columna de Fogo*, que reproduz a seguir por condensar temas que o autor costumava abordar em seus artigos:

Se as vibrantes palavras do Sr. ministro da Guerra, ahi estão profligando na turbulancia das suas paixões pessoais, não são menos dignas de nota as que neste mesmo jornal publicou o tenente Adauto [sic.] Castello Branco, por exemplo: “A autoridade acima de tudo!” diz ele. “E para manter essa autoridade é que fomos creados. O militar não veio para servir de constante ameaça á ordem, ao governo, á lei, ao princípio democrático que sustenta a Republica. O militar não tem outra missão além da de mantenedor – pela coação legal de sua força, subordinada conscientemente ao poder executivo – das instituições que garantem, no interior, cada cidadão do livre exercício da liberdade constitucional, e, no exterior, a soberania inviolável da Patria.”¹⁰

No jornal *O Paiz* (RJ), seu nome foi na maioria das vezes citado precedido pela patente, ao contrário do que ocorreu no *Correio Paulistano* (SP). No jornal carioca a sua participação deu-se principalmente devido a trechos de um livro de autoria de Adauto publicado em 1926, intitulado *Prestes e Lampeão*, de forte crítica aos

⁸ SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. 4.^a Edição da “Onomástica Geral da Geografia Brasileira”. Brasil: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 58.

⁹ *Correio Paulistano*. São Paulo, n. 23493, 5 mar. 1929. p. 7.

¹⁰ FIGUEIREDO, Jackson de. *A Columna de Fogo*. 1926. p. 31-32.

“revolucionários”. No anúncio feito pelo *O Paiz* sobre o livro, Castello Branco é descrito como um dos tenentes combatentes¹¹.

Com base na existência desses textos, é possível supormos que o personagem referido não tenha participado dos movimentos tenentistas de 1924, tendo em vista sua oposição na imprensa ao movimento e sua pública oposição à interferência do exército no executivo. Aliás, a minha incursão sobre Castello Branco iniciou-se nessa dúvida, pois o apoio do autor aos movimentos tenentistas ressignificaria sua aproximação com *Correio Paulistano* e seu posicionamento elogioso à *brasilidade*, consequentemente, me remeteria para a inclusão de mais um grupo em destaque nos embates que envolvem o uso do conceito. Entretanto, o compilado dos escritos de Castello Branco é mais uma voz que furta a possibilidade de associação do tenentismo ao termo.

Pois bem, embora Castello Branco seja um personagem de difícil acesso, seus textos estão facilmente acessíveis, inclusive aqueles citados pelo dicionário de 1939, então, vamos a eles!

Os artigos levam o título bem sucinto de “Brasilidade”. Na verdade, é o mesmo artigo dividido em duas partes, a primeira publicada em 11 de agosto de 1928 e a segunda em 18 de agosto de 1928.

Na primeira parte percebemos que o artigo foi elaborado em resposta a outra publicação de uma “Pessoa, que escreve sob pseudonymo” que teria vindo a público “para condenar a criação e adoção, hoje generalizadíssima, do bello, sonoro e palpitante vocabulo – “brasilidade””¹².

Embora em 1928 já fosse o sétimo ano de utilização da nova palavra pelo jornal e o terceiro de forma mais contundente¹³, os editores ainda entendiam que havia a necessidade de justificar a adoção de uma nova palavra em detrimento de outras já existentes e, portanto, justificar a escolha da grafia para seus leitores. Sobre o funcionamento do sufixo “dade”, o texto de Castello Branco traz uma abordagem

¹¹ CASTELLO BRANCO, Adauto. Prestes e Lampeão. *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 15288, 29 ago. 1926. p.4 e p.6.

¹² *Correio Paulistano*. São Paulo. n. 23317. 11 ago. 1928. p. 5

¹³ Abordarei essa questão a seguir.

semelhante à da dissertação da pesquisadora Lisângela Simões¹⁴, citada anteriormente:

Vindo apontar erros, praticou uns tantos que só lhe commendam mal os fóros de mestre ou simples estudante da nossa língua.

Disse, por exemplo, de entrada, que – “idade” é o sufixo usado na formação dos substantivos vernáculos chamados “qualitativos”, com muita propriedade, na sua maioria.

“Dade” é que é o sufixo, e vem de “tate”, latino.

Em seguida, fazendo porvir o exótico – “idade” do latim (sic), dil-o destinado a formar aqueles substantivos, mas unicamente mediante junção com adjetivos qualitativos portugueses.¹⁵

Através de exemplos, Castello Branco demonstra que nem todos os substantivos em “dade” eram adjetivos qualificativos lusitanos. Toma como principal exemplo “sociedade”, termo originário diretamente de nomes latinos que não significariam “qualidade de coisa alguma”. E é aí que encontramos uma definição interessante do termo. Para Castello:

Brasilidade está na ordem do substantivo em que “dade” indica estado, e estado naturalmente de espirito. **O estado psychologico do brasileiro na hora em que elle tudo empenha pela grandeza do Brasil.** Vale assim brasilidade mais do que brasileirismo. Porquanto – brasileirismo pressupõem o que o seu sufixo – “ismo” esclarece: pressupõem: -escola, systema philosophico, opinião, seita, etc. Invoca idéa de partido, de facção, como florianismo, monroismo, contismo, sebastianismo. Tem porconsequente significação estreita, acanhada, mesquinha até. Susceptível mesmo de uso no acobertamento de exclusivismo odioso. Tanto assim que ha quem o empregue no sentido desse nacionalismo de vistas curtas que decreta odio implacavel contra os estrangeiros, decreta a sua execração, o seu exterminio.

Brasilidade, não. Brasilidade foge ao sectarismo, tacanhismo da clan, para estender-se largamente na elevada intuição humana de um sentimento nacional, visceralmente brasileiro e profundamente affectivo para com as demais nações.

Dahi não ter havido erro philosophico da parte de quem creou o termo brasilidade, para o emprego que ele tem tido no convívio dos que o comprehenderam exactamente. Nem tampouco, erro morphologico. Vindo de um substantivo ele não veio errado.¹⁶

¹⁴ SIMÕES, Lisângela. **Estudo semântico e diacrônico do sufixo ‘-dade’ na língua portuguesa.** Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009. p. 152.

¹⁵ **Correio Paulistano.** São Paulo, n. 23317, 11 ago. 1928. p. 5.

¹⁶ CASTELLO BRANCO, Adauto. **Brasilidade.** **Correio Paulistano.** São Paulo, n. 23317, 11 ago. 1928. p. 5. Grifo meu.

Na segunda parte, publicada dias depois, Castello Branco segue sua argumentação em defesa da morfologia do vocábulo apresentando o exemplo de “voluptuosidade”, sendo este um termo oriundo de um galicismo que alguns dicionaristas operavam com ressalvas:

Bluteau, repelindo voluptuosidade, oferece em substituição “voluptade”. C. Figueiredo parece seguir a pista de Bluteau. [...]. O mesmo não fazem Moraes e Aulette.

Agora me diga o leitor: será possível a um christão de bom gosto, a um christão, sobretudo, brasileiro, que tanto tem contribuído para rebarbar, aveludar, melodizar o idioma que nos veio cheio de arestas agudas, precha de rudezas prosodicas, trocar “voluptuosidade”, palavra sonora, rica de expressão, traduzindo exactamente a qualidade do voluptuoso, pela outra “voluptade”, inexpressiva, pêrra, cujo numero menor de syllabas bem mostra a atrophia no crescimento, o desenvolvimento incompleto, inacabado da forma?

Seria o mesmo que trocar o “brasilidade”, lepido e fluente, pelo tropego e suporifero “brasiliedade”... ou “brasilianidade”.¹⁷

Assim, o autor chama a atenção para a questão da sonoridade da língua e do vocábulo como uma escolha estética que viria contribuir para seu significado. Na continuidade do artigo, seu pensamento segue em direção a possibilidade de “brasil” se tornar um “substantivo adjetivado” como nos exemplos “verde-esmeralda” e “verde mar”, onde o “esmeralda” e o “mar” qualificam o verde. Nas suas reflexões finais, Aducto escreve:

A semantica opera, subterraneamente, subtilmente, transformações por vezes radicais no sentido das palavras, dando-lhes um sentido novo, o pratico, o usual, que é, não raro, uma antithese perfeita do etymológico.

Assim acontecendo não é de admirar que brasil, já podendo apresentar-se hoje como nome adjetivado, venha ser de futuro um perfeito adjectivo sem necessitar de nenhuma alteração na sua graphia e sem se relacionar em cousa alguma com braza, mas exclusivamente com o nosso paiz, com tudo o que pertence á maior pátria sul-americana que ele presentemente intitula.¹⁸

Estendi-me um pouco nas citações diretas desses escritos porque elas compõem um claro exemplo em que a discussão da grafia de *brasilidade* tacitamente demarca sentidos, mas, também é manejada para demarcar esses sentidos

¹⁷ CASTELLO BRANCO, Aducto. Brasilidade. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 23324, 18 ago. 1928. p. 6.

¹⁸ *Ibid.*, p. 6.

explicitamente. É por meio da questão semântica envolvendo o sufixo que Adauto admite e defende que para a “intuição humana de um sentimento nacional, visceralmente brasileiro” não há nenhum termo mais adequado. A implicação desse argumento é que a resistência ao sufixo “dade” não é apenas um desconhecimento do funcionamento da língua portuguesa, mas, um desconhecimento das ideias para as quais a palavra veio a servir e para aquilo que ela não fora designada. Para o “nacionalismo tacanho”, segundo Adauto, usa-se *brasileirismo*.

Ademais, numa tentativa de valorizar o seu uso por sua amplitude, nesses trechos o autor lança a mão de vários significantes – sentimento, espírito, estado psicológico, visceralmente, afetivo, lépido, fluente – todavia, esses significantes ao mesmo tempo que marcam a *brasilidade* como um vocábulo não limitante (pois parte da sua função é não restringir a “grandeza” inerente a *Brasil*), a estremam pela passionalidade pátria.

Outra razão pela qual me ative a essas citações relaciona-se a um detalhe ainda não apresentado: as páginas escolhidas para a publicação desse artigo.

A primeira parte do artigo foi publicada na página cinco, ao lado da transcrição da 18ª sessão ordinária do Senado, realizada em 10 de agosto, e pela transcrição da 20ª sessão ordinária da Câmara dos Deputados Estaduais. Ambas as transcrições ocupam quase por completo a página do periódico, restando apenas espaço para o artigo de Castello Branco. Já a segunda parte do texto dividiu a sexta página com a notícia “O inquérito policial na capital da República”, que consistia na notícia seguida da transcrição do discurso do deputado Marcondes Filho proferido na sessão da Câmara Federal, em 8 de agosto.

Ao longo dos vários anos em que o jornal esteve ativo, o *Correio Paulistano* mudou diversas vezes a disposição de suas seções, entretanto, no ano de 1928, a constância era que as páginas cinco e seis fossem destinadas às transcrições de sessões do legislativo estadual e federal, especialmente nas tiragens mais comuns que obtinham entre doze e catorze páginas totais. Quando essas duas páginas não eram preenchidas por essas transcrições, inseria-se pequenos artigos ou notícias curtas, acontecimentos ocorridos em dias próximos e propagandas, exceto em alguns casos como o da publicação do artigo “Brasilidade” de Castello Branco.

Sob esse título, um artigo dedicado a uma palavra, com um cunho tão específico acerca de sua aplicação na língua, poderia estar desajustado em meio a conteúdos escancaradamente políticos que muito interessavam ao PRP.

Contudo, em 1928, a *brasilidade* no *Correio* era um problema escancaradamente político de alto interesse do PRP, mas sem deixar de ser uma questão estética; daí a língua, daí a grafia. No delineamento do seu entorno, houve um esforço que envolveu vários colaboradores, o qual tentarei remontar a seguir, seguindo diacronicamente a incidência do vocábulo – para visualizarmos mais facilmente essa crescente de importância – e correlacionando os textos com a composição/diagramação do *Correio*, pois isso coopera também para entendermos a relevância do tema para o jornal e sua posição política no cenário nacional.

2.2.2 Da Ação Social Nacionalista para os Verde-Amarelos ou o aval de Menotti

Quatro anos antes do artigo de Aducto Castello Branco, em 6 de dezembro 1925, em uma edição de domingo, temos outro artigo sob o mesmo curto título “Brasilidade”. Nessa edição de número 22403, a primeira página é dedicada aos valores da bolsa de café e do algodão e às atualizações em relação ao câmbio de moedas estrangeiras. Ainda nessa primeira página, há uma notícia sobre o Senado Federal contendo a transcrição da fala do senhor Sampaio Corrêa acerca da revista do Supremo Tribunal Federal. Na primeira página ainda se encontra o início da seção de telegramas, que continua na oitava página.

Da segunda página à quinta página temos, mais uma vez, o expediente legislativo. A sessão ordinária de 5 de dezembro do Senado, sob presidência do senhor Dino Bueno, e a transcrição da sessão ordinária de 5 de dezembro da Câmara dos Deputados, sob presidência do senhor Almeida Prado; uma longa sessão cuja principal tópica era o controle patológico e parasitológico da pecuária, incluindo normas para o transporte de animais. Na sexta página, encontramos dois textos em destaques, próximos ao cabeçalho do jornal. À direita, “Dr. Washington Luis: Embarque de S. Exc. para São Paulo. Pessoas presentes na estação “D. Pedro II””: um texto que praticamente listava todos os nomes notáveis presentes que estariam dando apoio ao senador candidato à presidência da república, começando pelos nomes dos deputados Julio Prestes, Heitor Penteado e Cesar Vergueiro. Ao lado esquerdo, “Brasilidade”, assinado por Menotti Del Picchia. É esse texto que parece inaugurar uma guinada no uso do vocábulo pelo jornal, cuja diagramação coloca a *brasilidade* em equidade de urgência no cenário político.

Anterior à publicação desse texto, o uso de *brasilidade* pelo *Correio* havia sido inexpressivo, e não me refiro apenas à quantidade de ocorrências. Até o número de 6 de dezembro de 1925, desde sua primeira aparição no periódico em setembro de 1920, encontramos apenas nove ocorrências do termo. A primeira, já apresentada anteriormente, consistiu numa menção em um telegrama da Ação Social Nacionalista, descrevendo a entidade para o rei Alberto da Bélgica, ou melhor, utilizando a ocasião da visita do rei para apresentar a instituição a um público maior e aos paulistas. A segunda, a terceira e a quarta menção à *brasilidade* também são externas à redação, as descreverei a seguir.

Na edição de 05 de dezembro de 1920, há uma única menção dentro da publicação de uma conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo pelo Dr. Sampaio Doria, diretor geral da instrução pública, sobre a reforma do ensino.¹⁹

No número publicado em fevereiro de 1922, ou seja, mais de um ano após a última menção, o termo aparece em um manifesto da Legião Republicana do Rio, um manifesto dirigido aos eleitores que votariam nas eminentes eleições presidenciais. A palavra é utilizada para tecer um elogio a Epitácio Pessoa, sendo ele um “paladino da brasilidade”. Ao final do manifesto, a Legião Republicana, “orgam do pensamento político da Ação Social Nacionalista” apela ao “sentimento de civismo e amor á Patria” solicitando o voto nos candidatos da “grande Convenção Nacional” como forma de “dignificar a Republica e, ao mesmo tempo, elevar o Brasil á altura dos seus gloriosos destinos”.²⁰

Também associada a Epitácio Pessoa, a quarta menção, em 18 de fevereiro de 1923, ocorre no contexto de um aviso de um evento, um almoço promovido pelo

¹⁹ A reforma do ensino. O seu nacionalismo perante a Constituição federal – A brilhante conferencia do dr. Sampaio Doria no Instituto Histórico. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 20629, 05 dez. 1920. p. 3.

²⁰ Manifesto da Legião Republicana do Rio. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 21067, 26 fev. 1922. p. 4.

“grupo de catholicos e nacionalistas” para o lançamento de um livro de Alcebiades Delamare²¹ intitulado *O momento nacionalista – Epitacio e a brasilidade*.²²

²¹ Delamare foi secretário de governo de Epitácio Pessoa durante todo o mandato (1919-1922). Além desse livro, em 1924, publicou outro que também carregava *brasilidade* no subtítulo “As Duas Bandeiras: Catolicismo e Brasilidade”. Para que o leitor tenha um maior entendimento para onde caminha os usos de *brasilidade* nos textos de Delamare, o autor associou-se posteriormente à Ação Imperial Patrianovista Brasileira, uma organização católica e monarquista. À guisa de prefácio do livro *Introdução ao Integralismo*, de 1936, assumiu-se patrianovista, porém, simpatizante ao integralismo, confessando sua “sincera e entusiástica solidariedade pessoal” e convencido de que um Estado Integralista seria também a “alvorada do advento” de um Estado Patrianovista. Pouco tempo depois, Delamare ingressou na Ação Integralista Brasileira, e, após seu término, integrou o Partido de Representação Popular que reagrupou parte dos integrantes da AIB. Tal partido esteve ativo entre 1945 e 1965 utilizando as mesmas simbologias do integralismo – como a letra sigma em sua bandeira e a divisa “Deus, pátria e família” – além do acrônimo idêntico ao Partido Republicano Paulista, ou seja, PRP.

Em ocasião de morte de Delamare, em 1951, nos Anais da Câmara Municipal de São Paulo, a justificação para as dispensas de formalidades regimentais para a publicação de profundo pesar ressalta tais agremiações como louváveis, sendo o requerimento concedido: “O emérito intelectual paulista, católico convicto, foi um dos líderes do movimento encabeçado por Jackson de Figueiredo, no Centro Dom Vital. Grande amigo de Epitácio Pessoa, serviu-lhe de Secretário do Governo no respectivo quadriênio, tendo escrito livro ainda inédito daquele presidente, sob cujas ordens serviu na Conferência de Paz de Versalhes. Foi dos primeiros aderentes ao movimento renovador de Ação Integralista, e, com seus antigos componentes passou a pertencer ao Partido de Representação Popular.”

ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Requerimento n. 1770-51. 31 ago. 1951. p. 111.

²² Segundo a nota do jantar de lançamento, publicado no *Correio Paulistano*, o livro incluía o subtítulo “Epitacio e a brasilidade”, entretanto, em outros meios, o título foi divulgado apenas como *O momento nacionalista*. Em textos biográficos sobre Delamare, o livro é sempre mencionado sem o subtítulo.

Uma interessante resenha sobre este livro, que compila os artigos publicados no *Gil Blas*, foi publicada no *A Rua* (RJ) em 1 de março de 1923, que reproduz parte a seguir com grifos, pois são construções semelhantes àsquelas que encontramos coladas à *brasilidade* em outros textos. Também destaco, em grifo, a tentativa de desvincular o nacionalismo de Delamare das acusações de jacobinismo e xenofobia.

“E isto é o que nem todos puderam ou souberam ou quiseram ainda compreender, o que não deixa do ser uma cruel injustiça, porque não póde constituir crime ou censura, a quem quer que seja, sentir dentro d'alma pulsar um coração patriótico, dentro do qual **a Pátria é um altar**, e ter a franqueza pura e rara de o proclamar, olhos fitos **na grandeza de sua terra, na formosura do seu passado e na magnificencia infallivel do seu porvir**.

E o sr. Delamare é profundamente sincero no seu nacionalismo, e, o que é mais, dentro do que constitue o seu ideal brasileiro, nativista, elle apresenta também uma **bella modalidade de espirito**, que é a coragem de saber sustentar a sua opinião pessoal.

Ha, infelizmente, quem lhe tenha querido desvirtuar o pensamento e adulterar o sentido real do seu nacionalismo, emprestando-lhe odios e paixões contra outrem ou desejos de malquerença, **jacobinismo e xenophobia que elle não tem**.

Nada disso existe, porém, em “O Momento Nacionalista”, que, **substituidas que fossem nelle todas as palavras “brasileiro” por outras de outra nacionalidade qualquer**, nada mais seria do que uma Bíblia de Reerguimento Nacional, que honraria a qualquer paiz do mundo.” (*A Rua*, p. 2)

Correio Paulistano. São Paulo. n. 21414. 18 fev. 1923. p. 1.

Bibliographia: momento nacionalista por Alcebiades Delamare. **A Rua.** Rio de Janeiro, ano 10, n. 51, 1 mar. 1923. p. 2. Grifos meus.

Assim, o que temos nessas primeiras menções são os ecos dos usos efetuados pela rede de sociabilidade que vimos no panfleto *Gil Blas*, cuja entrada da *brasilidade* coincide com a tentativa de amenizar o discurso lusófono e xenófono do qual a ASN e seu principal veículo de divulgação eram associados, afirmando que a suposta aversão ao estrangeiro ou ao elemento português nunca existira e sempre fora uma questão de *brasilidade* e tomando essa *brasilidade* como principal bússola para escolha de representantes internos à instituição e relativos à política nacional.

A quinta menção difere dessas anteriores. Não é uma nota e nem um texto creditado a uma instituição; é um texto assinado que inicia uma primeira associação do elemento “São Paulo” ao campo lexical de *brasilidade*. O autor – revelado apenas pela inicial H – noticia um grupo de escoteiros que se dirigiam do Rio Grande do Norte para São Paulo. Sob o título de “Patriotismo” a *brasilidade* aparece ao final do texto exercendo uma função de elogio aos escoteiros que se dispuseram a essa jornada, “irmãos do norte que ahí vêm, empoeirados, gloriosamente rôtos, queimados pela soalheira dos tropicos, mas valentes e valorosos”. A mocidade paulista, “educada no civismo, elevado e magnífico” deveria recebê-los com homenagens, pois a disposição para tal deslocamento só poderia advir do “genio intrépido da brasilidade”. Para a construção de gênio, H. faz uma breve história de um Brasil de povo bravio, mas, não antes de posicionar São Paulo como a lendária cidade das bandeiras e concluir sua imagem como pioneira no escoteirismo, prefigurando no texto um exercício patriótico.²³ Em 1924, não há nenhuma menção ao termo.

Depois do ano sem ocorrências, o termo emerge em textos assinados por colonistas assíduos, colaboradores que recebiam os dividendos do jornal e que se projetavam no campo literário. O primeiro deles é de autoria de Cassiano Ricardo e, sob o título “O individualismo dos “novos””, *brasilidade* aparece dentro de uma argumentação sobre o regionalismo na literatura.

Cassiano Ricardo Leite (1894-1974) terá uma relação intrincada com o regionalismo²⁴ e será, dentro do grupo verde-amarelo, um dos principais articuladores entre regionalismo e unidade nacional. O artigo publicado em 11 de agosto de 1925

²³ H. Patriotismo. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 21593, 19 ago. 1923. p. 4.

²⁴ Conforme Mônica Pimenta Velloso aponta em vários de seus trabalhos e no artigo que destaquei anteriormente “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”, o enfoque espacial será defendido por Cassiano em artigos, será substrato de sua poesia e culminará na obra *Martim Cererê*, publicada em 1928, que consistirá em uma narrativa ficcional toda articulada no que Velloso observa como “geografização da realidade”.

pode ser enquadrado, inclusive, dentro duma série de rebates às acusações de que os autores envolvidos com o *Correio* – ou *verde-amarelistas* – estavam reproduzindo uma literatura regionalista e passadista, portanto, não alinhada às propostas de renovação literária. Tais rebates não abandonaram o termo “regionalismo”, mas o retomaram na diferenciação entre o novo regionalismo, por eles realizado, e, num primeiro momento, o regionalismo romântico.

Além disso, outro ponto importante da argumentação verde-amarelista em relação ao regionalismo é a sua eficácia enquanto ferramenta de acesso à *brasilidade*, fornecendo um manancial produtivo e tornando-se a escolha mais assertiva no combate às permanências de influências estrangeiras.

Contrariamente ao regionalismo “moderno”, o regionalismo romântico invocaria um sentimentalismo – diferentemente do sentimento pátrio – que tenderia a uma idealização das tradições sob um cenário bucólico e nostálgico, onde a tragédia e a morbidez criariam uma visão idealizada, impossível de ser reatualizada e projetada para o futuro. A valorização do passado e das tradições encontradas nesse passado seriam refúgio da modernidade e uma resistência às mudanças sociais e econômicas. Nesse sentido, a exaltação das tradições regionais seria uma forma de preservar a identidade brasileira frente à industrialização e à urbanização, vistas como ameaças.

Para os autores da década de 1920, o novo regionalismo concebia as regiões brasileiras sem lirismos, de maneira mais realista e crítica, pois ao invés de idealizar o passado, se preocupava em representar as especificidades sociais e culturais de cada região, desbravando as diferenças regionais como partes de uma totalidade que compunham a nação brasileira. Com esse novo regionalismo, a intenção seria conseguir extrair do particular os elementos capazes de informar o conjunto, promovendo uma unidade subjacente na diversidade regional.

Ademais, como propulsor da unidade nacional, o regionalismo contribuiria para o progresso da nação rumo ao futuro – uma nação industrializada, urbanizada, posicionada economicamente entre as grandes nações e protagonista no cenário mundial. Logo, o regionalismo não estaria em contraste com a unidade nacional e nem em contraponto ao universal. Articular todos esses elementos não seria tarefa simples, tornando-se a principal tópica dos artigos de opinião dos verde-amarelistas durante o período. Isso porque

Entre 1925 e 1926, os verde-amarelos rompem com os grupos Terra Roxa e Pau Brasil. Desencadeia-se a partir de então uma verdadeira polêmica que tem como pano de fundo a questão da relação regionalismo-nacionalismo. Para os verde-amarelos, as demais correntes modernistas cometem um erro fundamental: encaram o regionalismo como motivo de vergonha e de atraso. Isto acontece, segundo seu ponto de vista, porque esses intelectuais teimam em ver o Brasil "com olhos parisienses", o que leva, em decorrência, a que qualquer manifestação de brasilidade seja reduzida a regionalismo.²⁵

É nessa empreitada, da reversão do regionalismo como “defeito” para a principal qualidade, que situo o artigo de Cassiano Ricardo. As primeiras linhas exibem a suposição de que o Brasil padeceria do problema de não ter uma literatura própria pela falta de unidade – étnica, racial, moral – por conta de sua ostensiva grandeza territorial e que o regionalismo seria mais uma consequência dessa falta de unidade:

Tem-se o “regionalismo” como consequência inevitável dessa falta de unidade, quanto a grandeza territorial do país. É necessário fecundar essa grandeza, em toda a sua extensão maravilhosa, pelo contato do **sentimento de brasilidade**, que ha de ser a unidade moral e afetiva de que carecemos dentro da nossa existência total. Tem-se o “indianismo” como consequência, assignalada em nossa literatura, dessa falta de unidade, quanto ao problema racial.²⁶

Vemos nesse trecho que, para Cassiano, a grandeza territorial não deveria ser encarada como problema. O indianismo, como “fonte exclusiva de motivos estheticos”²⁷, seria insuficiente para interpretar a grandeza territorial e limaria essa grandeza que, ao invés disso, deveria ser fecundada. Também vemos que Cassiano expõe imediatamente a solução para a fecundação: o contato com o *sentimento de brasilidade*. Em suma, a questão de fundo do artigo é como efetivar esse contato convertendo-o em influxo sobre produtos estéticos realizados sob a égide do regionalismo.

Na continuidade, Cassiano insiste enfatizando que a falta de unidade e a ostensiva extensão do território em nada impediriam o Brasil de ter uma literatura própria, pois ambas as características seriam prenúncios de uma pátria grandiosa. A

²⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993. p. 96-97.

²⁶ RICARDO, Cassiano. O individualismo dos “novos” – III. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 22285, 11 ago. 1925. p. 5. Grifo meu.

²⁷ *Ibid.*, p. 5.

insistência reforça tanto o axioma verde-amarelista de que tudo aquilo que engrandece a pátria também engrandece a produção artística, quanto robustece a retórica de admissão e subversão, semelhante àquela operante em *Porque ufano do meu país*.

Admite-se os problemas e limitações e os subverte em características e potencialidade. É a retórica que sustenta positivamente o “right or wrong, my country”²⁸ e que extrai desta dinâmica os quesitos da unidade nacional.

Esses motivos parecem claros e terminantes. Sugerem, contudo, algumas reflexões em contrário. Quero dizer que tais motivos não poderão constituir impecilho a que a literatura brasileira adquira fisionomia própria. Allegar-se, como é costume, que o mal do “regionalismo” é uma consequência da nossa extensão territorial, está certo; mas allegar-se, em forma de conclusão, que essa grandeza territorial é violenta demais, para se reflectir na literatura brasileira, quero crer que é um contrasenso. A mim me parece **que a própria grandeza territorial do Brasil é um motivo esthetico, não é um motivo de dispersão**; não obscurece, de nenhum modo a fisionomia física e moral da pátria. Muito ao contrário, é uma afirmação prophetica do seu destino. Faz pensar nesse destino. Eleva o espírito brasileiro a uma grande compreensão do seu próprio futuro. Sim; de um futuro grandioso, que corresponda a tamanha beleza insólita. Porque esta patria miraculosa, com todos os erros políticos que a identificam, não deixa de ser, mau grado a prophesia aterradora de offensivos arúspices nacionaes, não deixa de ser para todos nós, uma grande patria.²⁹

A seguir, tendo em vista que a grandeza territorial não poderia ser negada, Cassiano Ricardo começa a esboçar qual é o tipo de regionalismo capaz de se tornar o caminho para apreendê-la.

O regionalismo ao contrário do que se pensa, é toda uma fonte de nacionalismo exaltado. Nisto é que não concordo, absolutamente, com o lindo artigo recentemente publicado na imprensa diária e em que Guilherme de Almeida combate o regionalismo como prejudicial ao nosso **espírito de brasilidade**. O indispensável seria, ao meu vêr, que esse regionalismo não se encartasse numa concepção rachitica de localismo grosseiro. O localismo, esse sim; tem que morrer em si mesmo, sem outra repercussão possível, se não a que lhe permitem os horizontes fechados, muito azues mas muito estreitos, que descem pela montanha. **A concepção da patria é mais alta, mais abstrata,**

²⁸ Subtítulo do livro de Affonso Celso. Para maior entendimento dessa questão, conferir o final da primeira parte dessa tese.

²⁹ RICARDO, Cassiano. O individualismo dos “novos” – III. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 22286, 11 ago. 1925. p. 5. Grifo meu.

mais espiritual. O indispensável seria, ainda, que esse regionalismo não reflectisse, como tem acontecido, os traços inferiores da nossa paisagem moral, a semelhança do “caipirismo”, do “capoeirismo” e dos outros cacoetes moraes ou físicos, que não a traça parasitária de uma nacionalidade alvorescente.³⁰

Nesse caso, a caracterização do regionalismo é realizada na alteridade com a ideia de localismo, explanada de forma extremamente negativa. Na sequência do artigo, Cassiano Ricardo dá como exemplo claro de localismo o personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato. Um personagem que depreciava o tipo brasileiro, sendo “demasiado grosseiro para ser nacional” e, portanto, incompatível com a unidade. O que não ocorria com as obras “cheias de tintas tropicais” de Humberto Carneiro, Ildefonso Albano, entre outros, que pelo regionalismo dos pampas transparecia o brasileiro de “alma rebelde, sedenta de liberdade e horizontes largos”, consistindo numa veemente “exaltação á consciência patria”.³¹

A valer, o rechaço do localismo não se configurava exatamente como rechaço do local como substrato para a criação, mas, do modelo o qual ele atendia. Mais uma vez a retórica da admissão e subversão, presente no discurso verde-amarelista, faz do local (suposto problema) como um riquíssimo manancial, contanto que ele atenda ao propósito de elevação da pátria. Quando isso ocorre, ele passa a ser considerado um regionalismo porque pode ser admitido como nacional. Como coordenadas do modelo, embora a menção decorra em textos posteriores, emerge a figura do bandeirante da qual a historiografia paulista já havia criado e testado sua elasticidade para o nacional.

No mês subsequente, em 15 de setembro de 1925, a *brasilidade* aparece mais uma vez em um texto de autoria de Cassiano Ricardo versando sobre o espírito de *brasilidade* na poesia brasileira. O artigo intitulado “O espírito do moderno e da patria, na poesia brasileira”, dá continuidade e reforça as ideias do artigo anterior. A palavra é citada na conclusão que articula a primazia do espaço sobre o tempo:

[...] não lhes basta reflectir o espirito universal, no que elle tem de veloz e de libertario. É necessário aproveitall-o, para que cada artista se liberte do tempo e do espaço e se colloque, imediatamente, na posse do seu thesouro de criação. Libertar-se do seu tempo quer dizer: ser do seu tempo. Libertar-se do espaço quer dizer: ser da sua terra.

³⁰ RICARDO, Cassiano. O individualismo dos “novos” – III. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 22286, 11 ago. 1925. p. 5. Grifo meu.

³¹ *Ibid.*, p. 5.

Não nego, de modo algum, a influencia do espírito novo em nosso país. Esse espírito, que é a “alma do tempo”, póde ser generico. É necessario conjugal-o com a alma da patria que é local. Todos “vivem”, dentro deste minuto; este minuto commocional é de todos nós, porque é universal. É cosmopolita. Ubiquo. Instantaneo. A alma da pátria, comtudo, vindo tem uma physionomia tão peculiar que identifica a consciencia de um mesmo destino em determinado espaço ou determinada história. O que determina o **espírito de brasilidade**, no actual momento, é menos a característica do tempo, que é a do espaço; menos a rapidez criadora da síntese, do que a noção do limite, que constitui o horizonte moral ou espiritual da patria.³²

Em 14 de outubro, a ocorrência do termo é título de uma conferência de Guilherme de Almeida³³ a ser realizada em São Paulo³⁴. Guilherme de Almeida, embora apresentasse algumas discordâncias em relação ao regionalismo, será muito próximo do grupo dos verde-amarelos. Independentemente das discordâncias, a notícia de uma conferência intitulada “Brasilidade” por um autor com larga produção mantinha o tema aquecido.

A penúltima menção à *brasilidade* antes da ocorrência no texto de Menotti Del Picchia é assinada por Motta Filho, que discorre sobre a importância da crítica literária para a criação literária, não restringindo-se ao caso brasileiro. Contribuindo com as argumentações de Cassiano Ricardo, afirmará que até o momento a história da literatura brasileira, aturdida pela fascinação pelo pensamento estrangeiro, seria a história do nosso idealismo negativista, cujo instinto de nacionalidade ficava numa linha indecisa. Entretanto, a crítica literária estaria um passo à frente.

Ao tratar de críticos como Silvio Romero, Araripe Júnior e Machado de Assis, Motta Filho dirá que “todos sabemos dos defeitos dos nossos velhos críticos. Mas podemos, todos nós, justificá-los plenamente”, isso porque esses críticos teriam lutado

³² RICARDO, Cassiano. O espírito do momento e da patria, na poesia brasileira. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 22321, 15 de set. 1925. p. 5. Grifo meu.

³³ Guilherme de Almeida não esteve filiado a nenhum grupo específico, entretanto, segundo a pesquisadora Marlúcia Alves Rios, há uma grande proximidade do autor com os verde-amarelistas e a “representação do Brasil, feita por G. A. é ufanista, muito próxima do Nacionalismo representado pelo grupo Verde-amarelo.” (p. 94). Ademais, embora Guilherme de Almeida não se afilie ao integralismo, publicou em 1933, no jornal *O Imparcial* da Bahia, um artigo intitulado “Defesa do Integralismo”: um indicativo de sua simpatia por esse movimento também.

RIOS, Marlúcia Alves. **O discurso da tradição presente na obra poética modernista de Guilherme de Almeida**. Dissertação (Mestrado em Letras). UNESP. São José do Rio Preto, 2024. 104 p.

ALMEIDA, Guilherme de. Defesa do Integralismo. **O Imparcial**. Salvador, ano XIII, n. 727, 5 ago. 1933.

³⁴ Guilherme de Almeida proferirá essa conferência também em Recife, como noticiado no Diário de Pernambuco.

Diário de Pernambuco. Recife, n. 255, 3 nov. 1925. p. 2.

contra a falta de materiais, e, ao fazerem isso, teriam contribuído para o espírito de *brasilidade*. Isso posto, a crítica literária teria sido mais nacional que a própria literatura. E notem, mais uma vez o termo é precedido de “espírito de”:

[...] todo homem que conhece o esforço cultural brasileiro tem, forçosamente, de reconhecer a obra fecunda de nossos críticos, em prol do **espírito de brasilidade**. Desde a escola de Recife, com Tobias Barreto, até José Veríssimo, estudioso da vida amazonica. Acredito, pois que, com este novo calor da mocidade, que anima a intellectualidade nacional, a crítica retome o seu prestígio real, para com os nossos artistas, anunciar ao mundo o grau de nossa sensibilidade, a força de nossa intelligencia e a profundidade de nossa cultura, com a impetuosidade sonora e magnífica das trombetas de Jericó.³⁵

Com isso, Mota Filho exalta e justifica o trabalho do *Correio Paulistano*, que em todos os seus números dedicava parte de seu conteúdo à crítica literária e às reflexões de tudo o que cabia aos literatos, cedendo, na maioria das vezes, os espaços mais nobres de suas páginas.

Em suma, entre o uso por “terceiros” e o texto de Menotti, que atuava como um chefe de redação do *Correio* naquele momento, o termo aparece em textos que planeiam o estado da literatura de seus dias e o propósito do trabalho literário. O texto de Menotti, publicado em dezembro de 1925, é um ponto de viragem.

A nova palavra, que intitula o texto, é exposta como objeto e objetivo da literatura, mas não só. Menotti eleva o *status* da *brasilidade* ao propô-la como peça necessária a um Brasil vitorioso em todas as esferas. Vejamos como Menotti inicia o artigo, impresso na sexta página da publicação, com letras em negrito, mais “cheias” que as fontes normalmente utilizadas para a seção e dividindo o destaque da página com a notícia do retorno do candidato à presidência da República, Dr. Washington Luis, a São Paulo.

O que ha de bello, de juvenil, de crente na campanha modernista, é seu desabusado **espírito de brasilidade**. Nas nossas insignias, nos nossos poemas, na nossa prosa barbara, ha cheiro de terra brasileira, vaidade da sua grandeza e belleza, um petulante orgulho até dos seus erros. [...] Nossos versos reflectirão as paisagens da nossa terra e a commoção da nossa gente. Queremos iluminar-os com o espírito racial.

³⁵ MOTTA FILHO. A crítica literária. *Correio Paulistano*. São Paulo, n. 22364, 28 out. 1925. p. 2. Grifo meu.

Desejamos ser directos e sinceros. Tudo ha de resultar dos nossos usos, da nossa ambiencia, nos nossos processos de vida. Acostumados a medir nosso céu com o metro minguado do céos outonaes, não lhe descobrimos a vibração solar, o calor, a vasta luminosidade tropical.³⁶

Percebam como Menotti sustenta a ênfase da terra e o signo da grandeza. Em prol dessa sustentação, dedica mais linhas à paisagem tropical. Na continuidade, Menotti toca a ideia do *Brasil-Criança* que, como explica Pimenta Velloso, embora pareça contraditória à ideia de grandeza, converge para a mesma matriz da potencialidade: “Quando o gigante acordar, quando a criança crescer...”³⁷.

Precisamos traçar fronteiras que demarquem “**brasilidade**” do “narcisismo nacionalista”. Nós não somos panegiristas líricos e lunares da nossa natureza e do nosso povo, a erguer dythirambos incondicionaes a todas as nossas cousas.

Não temos pruridos românticos, asceses civicas, transfigurações patrióticas. Nada disso. Sabemos o que somos. Conhecemos as nossas virtudes e defeitos. Exaltamos as primeiras e assumimos a sorridente responsabilidade dos segundos. **Defeitos de criança nova e peralta. Traquinices lépidas de povo agil e adolescente.** [...].

Adolescencia loira de sol tropical; peraltice vertiginosa de saltos e cachoeiras dynamicas e millionarias; mocidade verde de lavouras novas; ingenuidade florestal de selvas immensas; thesouros ocultos de sub-solo inexplorado; gente epopeica que fez uma nacionalidade num territorio que abrange quase um continente; povo que assimila, por um milagre de intelligencia, tudo o que é conquista mecânica e progresso cultural... Brasil! Phenomeno economico e ethnico desnorteante, democracia ultra-liberal conquistada em curtas e ardentes etapas; mercado de trabalho aberto á actividade de todas as raças...

A “**brasilidade**” dos novos é um senso exacto de realidades. Não tem platonismo, nem lyrismo. É pratico e exacto. Dá ao brasileiro o sentido de si mesmo. Integra-o no seu valor racial. Personaliza-o. Caracteriza-o. **Dá-lhe o orgulho nobre e viril da sua tradição e do seu presente.**³⁸

Alguns destaques acerca desse trecho: em primeiro lugar, a *brasilidade* aparece sem o acompanhamento usual do “espírito de” e é apresentada como algo além do “narcisismo nacionalista” e das “transfigurações patrióticas”, e ela também

³⁶ DEL PICCHIA, Menotti. *Brasilidade*. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 22403, 6 dez. 1925. p. 6. Grifo meu.

³⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993. p. 101.

³⁸ DEL PICCHIA, *op. cit.*, p. 6. Grifo meu.

não é qualquer *brasilidade*, é a *brasilidade* dos novos! Em segundo lugar, há uma repetição muito interessante de adjetivos fundindo espaço e civilização brasileira, ou melhor, explicando o Brasil pelo espaço e que também se relacionam ao *Brasil-Criança*.

Segundo Pimenta Velloso, desde o final do século XVII a tradição filosófica ocidental teria associado o fator tempo à ideia de aperfeiçoamento, bem como às “noções de evolução, civilização e progresso”. Segundo essa perspectiva, o Brasil se qualificaria como um povo primitivo por ainda viver a “infância do civilizado”. A imagem do Brasil como uma nação infantil penetrou as elites intelectuais, tornando-se uma vertente significativa da tradição política brasileira. O grupo verde-amarelo teria subvertido essa visão invertendo o tempo pelo fator espaço.³⁹

Assim, como no caso do regionalismo, os verde-amarelistas absorveram e consagraram a imagem, ao mesmo tempo em que modificaram os valores que sustentavam a imagem. Ou seja, ao invés de o fator temporal servir como um indicador de superioridade na história das civilizações, agora o espaço assumia esse papel. O tempo passa a ser associado à ideia de esgotamento, crise e passado, enquanto o espaço é identificado como potencialidade, riqueza e futuro – é a criança peralta, ágil, que tem toda a capacidade de aprender e experimentar o novo. “Se o critério temporal serviu até então para explicar a evolução das civilizações antigas, o *espacial* vai definir o Brasil, garantindo a sua originalidade no contexto internacional”.⁴⁰

O que Velloso notou ao analisar o discurso verde-amarelista foi que, por essa reordenação do espaço e do tempo somada à articulação da potencialidade brasileira pelo viés da grandeza territorial e do *Brasil-Criança*, os autores envolvidos atualizaram o pensamento de Affonso Celso no sentido de retomarem “a identificação entre nacionalismo e território”. E isso já havíamos visto claramente nos textos de Cassiano Ricardo.⁴¹

Entretanto, entendo que o texto de Menotti permite visualizar outras duas consequências geradas pela reordenação e a articulação supramencionada: 1) a atualização de Celso foi também uma atualização do *ufanar-se*, inserindo-o dentro da *brasilidade* – e não à toa a *brasilidade* é descrita como uma outra coisa para além do

³⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993. p. 101.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 101.

⁴¹ *Ibid.*, p. 101.

patriotismo e do nacionalismo; 2) a respeito mais especificamente do tempo, não só o coloca alguém do espaço, mas o congela no futuro, absorvendo uma outra imagem – a do *país do futuro*.⁴²

A palavra *brasilidade* ainda aparece mais uma vez neste artigo de Menotti associada ao orgulho de ser brasileiro em amplitudes muito semelhantes ao *ufanar-se*:

E o orgulho de assumir a responsabilidade das cousas nossas – da capoeiragem, do arroz-doce, do Géca, do banqueiro urbano, do agricultor simples, do elegante futurista, do Cresus improvisado – afinal, de todas as formulas da nossa vida social é que exprime “brasilidade”.⁴³

E Menotti conclui o artigo asseverando o caminho dos novos – descrito como o caminho da *brasilidade* ao longo de todo o texto – como o caminho da vitória: “Os novos – inquieta ala de sinceros e corajosos independentes – trouxeram, com gargalhada e arrojo, esse sentido para as cousas de arte: ser brasileiro, bem brasileiro antes de mais nada. Essa é a nossa senha! Dentro della é que está a nossa victoria.”⁴⁴

Como eu havia antecipado, este artigo é um ponto de viragem no uso do vocábulo *brasilidade* pelo *Correio Paulistano*, isso porque a *brasilidade* passar a condensar várias ideias importantes do discurso verde-amarelista e ela torna-se protagonista na discussão dessas ideias. Menotti faz com que ela cruze a linha dos textos dedicados à tópica da literatura, dando o aval para que ela adentre o centro da discussão política e de tudo o que diria respeito ao futuro do país.

A diferença entre os usos dados ao longo do ano de 1925 e após dezembro do mesmo ano, mês de publicação de “Brasilidade” de autoria de Menotti, é gritante. Em 1926, as cinco tímidas ocorrências⁴⁵ do ano anterior passam a ser vinte e seis: o vocábulo aparece em um comentário de uma entrevista efetuada com Affonso Pena, em notícia de evento ocorrido no Museu Paulista, em resenhas de livros, intitulando

⁴² Sobre outros matizes discursivos que produzem a imagem de Brasil como país do futuro ver: SEIXAS, Jacy Alves. Brasil, país do futuro: políticas do esquecimento e imagens identitárias da denegação. **Impulso**, Piracicaba, p. 161-178, set./dez. 2015.

⁴³ DEL PICCHIA, Menotti. Brasilidade. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 22403, 6 dez. 1925. p. 6. Grifo meu.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 6. Grifo meu.

⁴⁵ Estou considerando aqui como ocorrências o número de materiais (textos, artigos, notas, notícias) que citam o termo e não quantas vezes a palavra é mencionada.

uma conferência sobre São Paulo, em texto sobre o separatismo gaúcho, em transcrições de sessões do Senado, em notícia de sarau, e assim por diante.⁴⁶

Menotti, e principalmente seu pseudônimo Helios, se agarraram ao vocábulo para tecerem seus artigos de opinião – esses artigos que costumeiramente apareciam em destaque na lateral esquerda das páginas cinco e seis do *Correio*. Cassino Ricardo continuará se aprofundando na *brasilidade* e Mota Filho também. Plínio Salgado será o primeiro a engrossar a trupe dos escritores assíduos do jornal que assumiam o novo termo nas suas articulações.

Em 1927, há um pequeno aumento de ocorrências, mas vemos que este aumento é impulsionado pelas falas da Câmara de Deputados transcritas no jornal, ou seja, em 1927 a *brasilidade* já está na boca do PRP. Em 1928, as ocorrências duplicam e são, em primazia, textos notadamente de temas políticos. É em 1928 que encontramos os textos já analisados de Aducto Castello Branco e que também encontramos o *Diário Nacional* contestando a *brasilidade* do PRP e do *Correio*.

Em 1929, em ocasião dos setenta e cinco anos do *Correio Paulistano*, o *O Paiz* publica uma homenagem ao jornal assinada por Aducto Castello Branco:

Póde dizer-se mesmo, sem receio de errar, que o movimento nacionalista, hoje irradiado pelo paiz inteiro sob o bello nome de brasilidade, partiu do Correio Paulistano. A' custa do seu incessante repisar no thema da nossa nacionalização, da necessidade de se arrancar o Brasil da influencia estrangeira que o aniquilava mentalmente, foi que se conseguiu despertar em nós esse amor que agora todos sentimos pelas coisas que nos pertencem.⁴⁷

Ficarei desapontada se o leitor dessa tese não tiver sentido falta de uma nota específica sobre o *verde-amarelismo*.

Dei preferência para a utilização da nomenclatura *verde-amarelistas* ao invés de *verde-amarelos* considerando como o próprio grupo referiu a si mesmo no *Correio Paulistano* (geralmente grafado com duas letras “l”, ou seja, *verdamarellistas* e

⁴⁶ Em 1926 também podemos encontrar um aumento de ocorrências em outros jornais como o *O Paiz* que dava suporte ao Partido Republicano no Rio de Janeiro.

⁴⁷ CASTELLO BRANCO, Aducto. 75 janeiros. *O Paiz*. Rio de Janeiro, n. 16320, 26 jun. 1929. p. 4.

verdamarellismo) e como Cassiano Ricardo engendrou o grupo em um texto posterior à sua dissolução e é por meio de Ricardo que acrescentarei algumas informações sobre o grupo e quem foram seus integrantes.

O texto ao qual me refiro foi publicado em 1939 na *Revista Anual do Salão de Maio*, onde Cassiano é apresentado como signatário do “Manifesto verde-amarelo” de 1924, cofundador do movimento Bandeira, de 1936, e membro da Academia Paulista e da Academia Brasileira de Letras. Para contextualizar o *verdamarellismo*, Cassiano retorna ao ano de 1922 escrevendo que:

Todos sabem o que foi o movimento de renovação intelectual iniciado em S. Paulo em que sedento de modernidade, vinha da Europa Graça Aranha. No Rio, onde estava o grande autor de ‘CANNAN’, romperam algumas escaramuças literárias, tomando Ronald Carvalho o patido mestre. Tal fato levou os paulistas a estabelecer ligação com o academico rebelde.⁴⁸

Do crédito a Graça Aranha e aos vários encabeçadores do evento da Semana de Arte Moderna, obviamente citando todos os *verdamarellistas*, Cassiano Ricardo passa para a explicação geográfica de onde derivará toda a justificação de São Paulo como sede:

Somente S. Paulo poderia ser a matriz originaria desse movimento e o palco para a sua realização. Não se trata de uma disputa de prioridade por amor-próprio, nem de uma determinação de data. Fatores vários terão influído em tudo isso. Interveiu aí a geografia (o maior isolamento de S. Paulo quanto á infecção cultural européa e a sua reação nativista em face das correntes imigratórias); interveiu a "bandeira" (aquela desobediência histórica como condição de autonomia); interveiu o "clima humano" criado terra a dentro e não no litoral (o homem avesso á literatura e, portanto, mais inclinado a reduzir a literatura a um mínimo literário para que a vegetação das palavras não escondesse, sob a sua folhagem ilustre, a água pura de nossa originalidade); interveiu o individualismo tradicional do paulista, apto a proclamar que cada um passasse a realizar-se a seu modo (personalidade creadora). O fator "tempo próprio" entrou com o seu contingente.⁴⁹

⁴⁸ RICARDO, Cassiano. *Verdamarellismo*. **Revista Anual do Salão de Maio**, São Paulo, n. 1, 1939. p. 34.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 35.

Em sequência, Cassiano Ricardo ressalta que a primeira discussão fomentada pelos eventos iniciais repousou sobre passadismo e futurismo, seguido pelo combate ao parnasianismo. Os *verdamarelistas* teriam passado incólumes a essas discussões:

Substituir parnasianismo por futurismo, simbolismo por expressionismo, tradicionalismo por cubismo era apenas trocar o figurino mais velho pelo mais novo. A denuncia partiu de Alceu Amoroso Lima quando demonstrou, por a mais b, que os novidadeiros do primitivismo nada mais faziam, em seus manifestos, do que repetir André Breton. [...]

Foi então que o nosso grupo se opoz a cubismo, futurismo, dadismo, expressionismo, surrealismo e inventou o "verdamarelismo". Como a própria denominação o diz, tomava a campanha o seu verdadeiro caminho. Adquiria um sentido brasileiro (reunindo primitivismo ao moderno) e um sentido social e político (troca de uma mentalidade contemplativa, lunática, choromingona e anárquica, por uma mentalidade sadia, vigorosa, destinada á solução brasileira dos problemas brasileiros).⁵⁰

Cassiano diz que seria muito longo resumir as questões rebatidas pelo grupo e é então que ele relembra o leitor da “coleção ‘verdamarela’”, uma série de livros publicados, começando por *O Currupira e o Carão*, reunião de textos assinados por ele, por Plinio Salgado e Menotti Del Picchia, e encerrando com *Martim Cererê*, obra também do autor.

Para a conclusão do artigo, dividido em vários tópicos, Cassiano traz dois subtítulos interessantes que contribuem para enriquecer questões levantadas nessa segunda parte da tese. Em “literatura e política”, revela:

Como previam, com raro espírito de adivinhação, os animadores do movimento inicial, a Semana de Arte Moderna **superfetava numa revolução espiritual de ordem política. Aliás, tudo quanto é revolução política nasce de programas literários**. O fascismo, como se sabe, nada mais é do que o reflexo do movimento de idéias levado a efeito pelos escritores da modernidade italiana. Mussolini assinou o manifesto futurista de 1909, ao lado de Marinetti e de outros revolucionários. Coisa idêntica, embora com outra finalidade, teria que ocorrer em outros países, bem como entre nós. A reforma literária iniciada pela Semana de Arte Moderna traduzia e prenunciava, em 1922, qualquer coisa de mais sério e de mais profundo na vida mental do país.⁵¹

⁵⁰ RICARDO, Cassiano. Verdamarelismo. *Revista Anual do Salão de Maio*, São Paulo, n. 1, 1939. p. 35.

⁵¹ *Ibid.*, p. 37.

No último tópico, “de 1922 a 1939”, conclui que “Todos os movimentos políticos e literários de hoje em dia, no Brasil, só podem ser explicados á luz da Semana de Arte Moderna e dos grupos intelectuais em que ela se dividiu, logo depois”. As últimas linhas do texto são o curto “epílogo”: “Do grupo verdamarelo nascem o “Integralismo” e a “Bandeira”. E pronto”⁵². Considerando as permanências simbólicas que involucram *brasilidade*, minha maior ressalva ao panorama realizado pelo autor sobre o grupo verde-amarelista é este “e pronto”.

E agora estamos prontos para irmos à *brasilidade* bandeirante.

2.3 Disputas em diluição

2.3.1 *Diário Nacional: destituir e diluir*

Ao contrário do *Correio Paulistano*, o *Diário Nacional* (SP) foi um periódico de vida muito mais curta (1927-1932). Fundado em 14 de julho de 1927, foi criado como um órgão oficial do Partido Democrático (PD) de São Paulo e, desde seu primeiro número, foi abertamente anunciado como uma ferramenta política. Os principais nomes envolvidos no projeto foram: Amadeu Amaral (redator-chefe), Sergio M. Da Costa e Silva (gerente do jornal), José Adriano Marrey Júnior e Paulo Nogueira Filho, que dividiam a direção do periódico. Além disso, o jornal cumpriria a função de congregar formas dispersas de opinião em torno do programa do partido, criado apenas um ano e meio antes do periódico, em maioria por dissidentes do Partido Republicano Paulista.

Esse é um ponto importante para entendermos a linha editorial do jornal: os dissidentes, que haviam experienciado o exemplo do PRP com o *Correio*, sabiam da importância de um periódico para circulação de ideias, conformação discursiva interna (pois o partido nasceu com quase 600 inscritos, que assinaram o seu manifesto inicial), além, obviamente, da propaganda política em busca de votos e novas adesões. Em grande medida, a redação inspirava-se no exemplo do principal partido de que era opositor, mas, o *Diário Nacional* era um jornal mais simples em muitos

⁵² RICARDO, Cassiano. Verdamarelismo. *Revista Anual do Salão de Maio*, São Paulo, n. 1, 1939. p. 50.

aspectos. Enquanto o *Correio Paulistano* pretendia manter-se como uma referência na imprensa nacional – com colunas e seções diversas, com pautas e notícias variadas, sempre assegurando um lugar privilegiado para questões de literatura e estética e dando destaque às colunas de opinião – o *Diário*, embora também se ocupasse de questões para além da agenda do partido, era muito mais panfletário.

A linha editorial do jornal, alinhada às diretrizes do PD, empenhava-se em construir a imagem de uma organização que lutava contra as oligarquias dominantes e a favor da democratização do processo político. Não sem razão, para apresentar o periódico, o subtítulo escolhido foi “A democracia em marcha”, exibido em grandes letras na primeira página do primeiro número, acompanhado de uma ilustração – uma alegoria – da figurinha feminina da democracia caminhando em primeiro plano e um grupo volumoso de homens a seguindo.

Era sob a tópica da democracia, ou da falta dela, que repousavam grande parte dos textos que criticavam o governo paulista. Pautas como o voto secreto e a anistia aos revolucionários de 1924⁵³ ganharam destaque nas páginas do jornal, porém, na maioria das vezes em que a redação denunciava o controle político das elites tradicionais, era ao Partido Republicano Paulista (PRP) e seus integrantes mais proeminentes a quem a redação se referia e culpabilizava. Outra recorrência era que estes textos, de cunho acusatório, não eram assinados (e é por isso que digo “redação” e não nomeio redatores específicos), ou seja, nesses casos falava-se em nome do PD, como se ao final do texto assinassem mais do que os redatores, mas o corpo inteiro do partido.

Ademais, de acordo com a pesquisadora Cássia Chrispiniano Adduci, o jornal também foi pensado para atingir o interior do estado, mantendo uma linguagem mais acessível às classes médias e de menor poder aquisitivo, numa dicção que pudesse ser mais acessível aos paulistas de “cultura mínima”⁵⁴.

⁵³ A também chamada Revolta Paulista ou Movimento de 1924, foi um conflito com características de guerra civil, deflagrado por militares tenentistas para derrubar o governo federal de Artur Bernardes. Iniciado na cidade de São Paulo em 5 de julho, o movimento expandiu-se e inspirou levantes no interior e em outros estados. O combate urbano concluiu numa vitória legalista em 28 de julho.

⁵⁴ Adduci endossa esse parecer com base nos trabalhos de Maria Lígia Prado, que comparou a atuação do *Diário Nacional* com o jornal *O Estado de São Paulo*, um apoiador não oficial do Partido Democrático no período de sua criação.

ADDUCI, Cássia C. O reforço da “mística paulista” nas páginas do *Diário Nacional*. **Lutas Sociais**, PUC/São Paulo, n. 7, p. 101-114, 2001. DOI: <https://doi.org/10.23925/ls.v0i7.18780>

Nesse mesmo artigo, Adduci destaca outra função importante assumida pelo veículo: a construção e disseminação do que a pesquisadora nomeou de "mística paulista"⁵⁵, quer dizer, um ideário que exaltava São Paulo como símbolo de modernidade, progresso e liderança no Brasil. Assim, embora, a elite paulista fosse um dos principais alvos de crítica do jornal, principalmente por meio da imagem do PRP como o partido das elites, como bem observou Adduci, a presença dessas ideias nas páginas do *Diário Nacional* refletia também os interesses políticos da elite paulista⁵⁶. Pois embora com algumas tônicas diferentes, como o próprio significante democracia, e com uma linguagem um pouco menos rebuscada, a "mística paulista" do *Diário* em muito se assemelhava à mítica bandeirante propagada no *Correio*⁵⁷.

A "mística", a qual eu adequo aqui para "mítica" paulista, era reforçada por meio da repetição de várias imagens. A primeira delas é o retrato de São Paulo como o berço dos eventos históricos mais importantes. Tais eventos seriam aqueles que teriam possibilitado ao Brasil adentrar a modernidade: a independência, a abolição da escravidão e a República. A segunda imagem em repetição é a "vocação para o trabalho" dos paulistas e a sua capacidade de liderança, atribuindo ao estado a qualificação necessária para guiar a construção de uma nação moderna⁵⁸. Esse tipo de discurso reforçava um conjunto de ideias que consolidava a imagem de São Paulo como a "capital moral"⁵⁹ do Brasil.

Outra imagem recorrente, especialmente nos dois primeiros anos de publicação, é a oposição "Rio de Janeiro, cidade do atraso" versus "São Paulo, cidade do progresso". Essa proposição exaltava a superioridade de São Paulo em relação a outras regiões, particularmente em relação a então capital federal. A cidade de São Paulo, com seus arranha-céus e intenso desenvolvimento industrial, era equiparada

⁵⁵ ADDUCI, Cássia C. O reforço da "mística paulista" nas páginas do *Diário Nacional*. **Lutas Sociais**, PUC/São Paulo, n. 7, p. 101-114, 2001. DOI: <https://doi.org/10.23925/ls.v0i7.18780>

⁵⁶ Ainda relacionando-se a isso, não podemos perder de vista que os nomes mais importantes do Partido Democrático como José Adriano Marrey Junior, Waldemar Ferreira, Francisco Morato, Paulo Nogueira Filho, Paulo Moraes Barros, dentre outros, eram ou profissionais liberais ou filhos de fazendeiros de café, provenientes, quase todos, de famílias tradicionais de São Paulo.

⁵⁷ Cito mais um texto do *Correio Paulistano* em que há uma ocorrência de *brasildade* e que reforça essa mítica, sendo também escrito por Cassiano Ricardo:

RICARDO, Cassiano. Bandeirismo economico. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 23277, 26 jul. 1928. p. 2.

⁵⁸ Alguns artigos claros que elogiam a consciência política e a cultura cívica do povo paulista podem ser encontrados em textos publicados em julho de 1927, ou seja, logo no primeiro mês de lançamento do jornal.

⁵⁹ ADDUCI, *op. cit.*

às novas metrópoles norte-americanas; já a antítese Rio de Janeiro era comumente descrita como uma cidade decadente e estagnada, compondo um cenário perfeito para sediar uma política de atrasos. Galvanizando todas essas imagens, está a figura do bandeirante, de cujo espírito o Partido Democrático apresentava-se como um legítimo herdeiro.

São muitos os textos que concatenam e condensam essas imagens no bandeirante. O exemplo que trago a seguir, assinado por Mario Pinto Serva⁶⁰, outro fundador do PD, aparece em uma edição importante do jornal que anuncia o candidato à presidência da república apoiado pelo partido, indicando os motivos para não apoiar Julio Prestes⁶¹.

Os partidarios da candidatura Julio Prestes, imposta pelo presidente da Republica, a sustentam em virtude de um espirito estreito de bairrismo, por uma politica mesquinha de campanario.

Nós paulistas e democraticos, mas essencial e fundamentalmente patriotas, devemos combater esse espirito estreito de campanario e sustentar o mais fervoroso culto á Patria Grande e Unida.

O brioso Estado do Rio Grande do Sul, atalaia vigilante da Patria, berço fecundo de tantos brasileiros notaveis, nunca deu um presidente da Republica e é de toda justiça que o faça como parte integrante do Brasil, com iguaes direitos a S. Paulo e a todos os demais Estados.

É uma exploração impatriotica e destruidora da unidade nacional, essa que se faz em favor da candidatura Julio Prestes sob pretexto de que S. Paulo por bairrismo deve dar todos os presidentes. Esse criterio aldeão ou provinciano, se fôr adoptado por todos os Estados, produz a desintegração da Patria.⁶²

O *bairrismo*, no argumento de Serva, desintegraria a pátria pois colocaria em risco a unidade nacional. Não vou adentrar nos sentidos de *bairrismo*, entretanto, o uso desse termo no *Diário Nacional*, na maioria das vezes, foi em notícias esportivas, como crítica a condutas duvidosas que defendiam interesses restritos de algum grupo, para se referir a algum time ou seus torcedores. É interessante que o autor utiliza esse termo ao invés de *regionalismo* ou *localismo*. Podemos suspeitar que a escolha tenha

⁶⁰ Foi deputado eleito para a Constituinte de 1934 e autor das leis do voto secreto e da alfabetização obrigatória. Esteve implicado na criação da Liga Nacionalista e na fundação do Partido Democrático e do Partido Constitucionalista. Grande parte de sua vida atuou como jornalista na imprensa paulista, sobretudo no jornal *O Estado de S. Paulo*. Mario Pinto Serva também ficou conhecido por ser um pensador da educação, sobre este assunto ver:

SIMÃO, Alexandre. **Mario Pinto Serva: o intelectual e as fronteiras do campo educacional (1915-1928)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. *E-book*.

⁶¹ As três primeiras páginas, bem como a última, são destinadas a esse feito.

⁶² SERVA, Mário Pinto. O pretexto do bairrismo. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 644, 7 ago. 1929. p. 3.

sido para fazer-se entender pelos leitores das classes mais populares que tinham acesso ao jornal. Considerando, inclusive, o Jeca Tatu que aparece no trecho a seguir, o *bairrismo* de Serva dialoga fortemente com o *localismo* de Cassiano Ricardo.

[...] fundamentalmente, o pretexto bairrista é uma calúnia ao caracter, á intelligencia e á historia dos paulistas.

Nós paulistas orgulhamo-nos do nosso passado, constituimos a grande raça dominadora do Brasil, temos esse soberbo papel na historia nacional, exactamente porque nunca fomos bairristas, nem jamais possuímos o espirito de campanario, aldeão ou provinciano, de Jeca Tatu, mas, ao contrario, sempre tivemos a concepção da Patria grande e unida, e no passado historico, com as bandeiras, não fizemos senão dilatar o mais possivel as fronteiras nacionaes, alargando-as até os Andes, para além do Amazonas e ás extremas do Prata.

E mais tarde como patriotas que eramos, essencialmente, fizemos a Independencia, a propaganda e a Republica. Se fossemos bairristas, não teríamos feito nem as Bandeiras, nem a Independencia, nem a propaganda, nem o Abolicionismo, nem a Republica. Se tivessemos sido bairristas no passado não teríamos sido bandeirantes, mas teríamos ficado como miseros Jecas provincianos a vegetar na obscuridade de qualquer aldeia.

Não esqueçamos que a campanha nacionalista foi aqui em S. Paulo que se definiu e pelejou com os mais amplos ideaes de educação, amplamente diffundida, e liberdade eleitoral.

Sejamos todos bons brasileiros e patriotas. Como descendentes de bandeirantes, como autores e principaes responsaveis da unidade nacional, devemos despir-nos completamente de qualquer resaibo de espirito bairrista.⁶³

Há a composição de um discurso que opõe claramente o “espírito bairrista” dos espíritos descendentes dos bandeirantes, sendo estes últimos o “principais responsáveis da união nacional”, nas palavras do próprio autor. Logo, Serva evoca o passado de São Paulo tornando-o o palco principal da história nacional e creditando todas as grandes façanhas aos paulistas que teriam sido patriotas desde as suas primeiras ações, desde as bandeiras, como se o objetivo maior sempre tivesse sido a união pátria. Notem o quanto é a pátria sobreposta à nação que prefigura quando a finalidade do discurso é a ideia de união: isso ocorre tanto nos escritos do órgão oficial do Partido Democrático quanto do órgão oficial do Partido Republicano Paulista.

Ocorre que essas formulações são muito mais “didáticas” nos textos do *Diário*, ao contrário do *Correio Paulistano* cujos textos eram elaborados sob uma maior

⁶³ SERVA, Mário Pinto. O pretexto do bairrismo. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 644, 7 ago. 1929. p. 3. Grifo meu.

preocupação estética, justamente porque no *Correio* a estética cumpria um papel importante nesta união pátria. No discurso do *Diário* a mítica bandeirante é fato consumado, no *Correio* ela é assumida como uma criação poética e é a poética que tem a responsabilidade de sua manutenção em prol da união. É como se no *Correio* a missão do poeta fosse a própria missão bandeirante, ou melhor, é como se o poeta se travestisse de bandeirante, passando a ser o bandeirante motor da história a ser feita no presente.

E onde entra a *brasilidade* em tudo isso?

Em 1927, ano de criação do jornal, há apenas uma única menção à palavra *brasilidade* no número 136. Esta primeira aparição ocorre em um texto que problematiza a entrada de empresas estrangeiras na Amazônia, em um daqueles textos não assinados. Este é o último parágrafo:

Os Estados Unidos já se interessavam muito pelo Amazonas⁶⁴. Com a vinda de Ford é bem possível que essa aspiração se renove. Tratem-se, pois, de evitar esta renovação de ambição política, não repelindo as firmas americanas que querem estabelecer-se no Amazonas, mas criando ali **um ambiente de brasilidade**, que absorva o estrangeiro.⁶⁵

O uso, nesse caso, está associado à ideia de uma nação forte que se impõe sobre o elemento estrangeiro: culturalmente, politicamente e, principalmente, economicamente – e é a palavra e o conceito de “nação” que opera nesse texto. Acerca disso, uma nuance que é perceptível no conjunto de fontes *Diário-Correio* (aliás, mais uma semelhança) é a proximidade da *brasilidade* à ideia de nação quando o texto aponta para o campo econômico. Quando o texto flerta com a cultura ou aponta para o campo político, na maioria das vezes, é a ideia de pátria que está operante no uso de *brasilidade*.

A segunda ocorrência está no texto assinado por Macrobio⁶⁶, publicado no ano seguinte e intitulado “As pequenas pátrias: concepções políticas que se esboroam”. O

⁶⁴ A crítica recai sobre experiências recém ocorridas nos estados do Pará e Amazonas, chamando atenção para os casos da América Central e de Cuba, que seriam “colonias dominadas pelo capricho do dinheiro de Wall Street”.

⁶⁵ Não só Ford virá para a Amazonia. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 136, 18 dez. 1927. p. 3. Grifo meu.

⁶⁶ Há alguns textos assinados por esse pseudônimo ao longo dos anos de 1927 e 1928. Não foi possível localizar o ortônimo correspondente. No *Diário Nacional*, o termo *macrobrio* (grafado atualmente como

texto condena ideias separatistas que percorriam o território e aprecia as vantagens das nações que permanecem grandes, indivisíveis. O “sentimento de brasilidade” aparece ao final, como uma “obrigação de todos os brasileiros” para conservar e desenvolver as afinidades que ligam “os brasileiros dos Pampas até o Acre”⁶⁷. Novamente o uso de *brasilidade* emprega-se em defesa da ideia de união nacional.

A próxima menção à *brasilidade* emerge em um elogio ao Rio Grande do Sul. “Lá se sentiria palpar uma brasilidade intensa!”⁶⁸ Nos dois anos seguintes, entre 1929 e 1930, essas mensagens elogiosas ao rio-grandenses foram intensificadas. Ocorre que, antes mesmo das disputas presidenciais, os elogios ao Rio Grande do Sul serviram para engrossar o apreço às movimentações tenentistas. A figura de Luís Carlos Prestes, inclusive, obteve presença significativa no jornal, porém, a simpatia tecida à figura foi quebrada após a manifestação explícita do apoio de Luís Carlos Prestes ao comunismo. Os holofotes implantados no estado ali permaneceram, porém, sendo direcionados ao novo protagonista que dali provinha: Getúlio Vargas. A *brasilidade* não poderia estar em *Bogatyr*.

Acerca dos patriotas do Rio Grande do Sul, a mesma estrutura de elogios tecida aos paulistas lhes é estendida: honestidade administrativa, afeição pelo trabalho, claros sinais de progresso econômico em andamento e um cenário de grande patriotismo; tudo, obviamente, explicado por um passado bravio, de quem um dia teve que lutar e vencer o mar⁶⁹. Em suma, tornando-os também bandeirantes, transcodificando suas ações – do passado e do presente – em aspirações pátrias⁷⁰.

macróbio) foi empregado várias vezes como substantivo masculino referindo-se a uma pessoa que chegou à idade muito avançada; estando presente nas notícias e obituários de centenários.

⁶⁷ MACROBIO. As pequenas pátrias: concepções políticas que se esboroam. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 163, 19 jan. 1928. p. 8.

⁶⁸ Texto redigido por Rodrigo Octavio Filho (Rodrigo Otávio de Langgaard Meneses Filho), filho de um dos fundadores da ABL, Rodrigo Octavio de Laggaard Meneses. Seu livro de estreia foi uma obra de poemas, *Alameda noturna*, publicado em 1922, geralmente descrito como um exemplo do penumbrismo literário. Colaborou com artigos nas revistas *Fon-Fon* e *Atlantida*, além de vários jornais, sobretudo no *Correio da Manhã* (RJ). Foi presidente da ABL em 1955, o mesmo posto que seu pai ocupou em 1927.

⁶⁹ OCTAVIO FILHO, Rodrigo. De volta do Rio Grande do Sul. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 207, 11 mar. 1928. p. 8.

⁷⁰ A quarta menção ao termo no *Diário Nacional* também aparece num texto elogioso ao Rio Grande do Sul. Ao tratar da cidade de Bagé, um professor entrevistado narra sua impressão: “População sadia e jovial: gaúchos nos gestos e na alma. Grandeza moral. Regionalismo sereno, feito de patriotismo e de brasilidade. Anseios pelo Rio Grande do Sul, mas anseios pelo Brasil.”

À margem do Congresso de Bagé: uma palestra com os membros da caravana paulista. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 215, 21 mar. 1928. p. 1.

Ao lado do texto supracitado, no primeiro ano do jornal, ou seja, entre julho de 1927 e julho de 1928, há apenas mais sete menções à *brasilidade*, sem grande expressão, em um jornal que era de publicação diária⁷¹. Em contraposição, em 1927, no *Correio Paulistano* o termo não só havia passado por uma defesa, como já havia sido assimilado pelos principais redatores. Ademais, a *brasilidade* também aparecia nos discursos dos congressistas do PRP com certa frequência, como podemos ver nas próprias transcrições contidas no periódico.

Ocorre que no *Diário Nacional* não houve uma necessidade de defesa do termo e, assim como o discurso *bandeirante*, ele entra como fato consumado. O termo não é objetado, porém, seu uso inicia-se tímido. Entretanto, a palavra foi ganhando espaço na medida em que as disputas eleitorais se aproximavam, e, na medida em a *brasilidade* recebia maior destaque na fala de deputados do PRP, como Plínio Salgado e Menotti Del Picchia e, o ainda não citado, Alfredo Ellis Júnior.

Ellis Júnior (1886-1974) foi deputado estadual pelo PRP de 1925 a 1930, entretanto, começou a contribuir como articulista no *Correio Paulistano* antes disso, em 1923. Ainda na década de 1920, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Sua produção como historiador foi, sobretudo, dedicada à história de São Paulo. Suas duas primeiras obras de história foram: *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano* (1924), dedicada a Washington Luís e sendo em grande parte resultado de seus artigos publicados no *Correio Paulistano* e na edição paulista do *Jornal do Comércio*, e *Raça de Gigantes* (1926). Suas elaborações foram cruciais na composição da mítica bandeirante propagada pelo *Correio* e pelo PRP.

Em 1927, Alfredo Ellis Jr. incorpora a *brasilidade* em suas falas como deputado, como consta na edição do *Correio* de 20 de setembro de 1927 em uma fala proferida na sessão na Câmara dos Deputados, onde elogia o discurso de um colega “saturado

⁷¹ A quinta e a sexta menção à *brasilidade*, aparecem respectivamente em uma resenha do livro de Ascenso Ferreira, *Catimbó* (não para descrever o livro, mas, numa crítica ácida dirigida aos escritores oportunistas, que seguiriam na direção contrária do autor em questão) e intitulando um dos artigos em destaque da revista *Ceres* de maio, descrita pelo diário como uma revista interessantíssima.

Já a sétima menção, encontra-se numa carta do Dr. Oswaldo Chateaubriand, que menciona o sentimento de *brasilidade* presente nas vítimas da seca do nordeste. O documento transcrito anuncia que os proventos do jantar, proposto para homenageá-lo, seriam destinados a essas vítimas.

M. DE A. Livros. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 225, 1 abr. 1928. p. 6.

Publicações. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 287, 14 jun. 1928. p. 6.

Uma homenagem que se transforma em acto de patriotismo. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 297, 26 jun. 1928. p. 4.

de patriotismo e sã brasilidade”⁷², e em 14 dezembro 1927, em um discurso sobre a reforma da instrução pública, pontuando a importância do ensino da história de São Paulo, para “maior **grandeza da nossa nacionalidade**, e para maior **firmeza da brasilidade**”, tendo em vista a fixação dos imigrantes, a fim de que eles “se transformassem o mais cedo possível em bons brasileiros”⁷³.

Apesar da *brasilidade* aparecer em seus textos falados, o mesmo não ocorreu em sua produção acadêmica. No livro de 1924, por exemplo, não há a inserção do vocábulo. Isso poderia ser justificado pela recém emergência da palavra, mas, em produções posteriores, também não há ocorrências. Em *Populações Paulistas* (1934) e *Meio Século de Bandeirismo* (1939), tese dedicada à sistematização da história bandeirante que permitiu a ele inclusive ocupar a cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia de São Paulo, não há ocorrências. Em seus textos publicados no *Correio*, também não há a presença do termo até 1930.

Essas diferenças de linguagem demonstram como, a depender do meio/mídia, posicionamentos políticos semelhantes são conjecturados de formas diferentes, inclusive dentro de um agrupamento de textos dado por um nome de autor.

Algo semelhante acontece com Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958), outro integrante do PRP, articulista do *Correio Paulistano*, historiador com larga produção sobre história de São Paulo, membro dos mesmos institutos que Alfredo Ellis Jr. (IHGB e IHGSP) e que, assim como ele, propôs um passado paulista como o passado do Brasil. Afonso E. Taunay não utiliza o vocábulo em suas produções para o IHGSP, entretanto, ainda que em poucas ocasiões, faz o uso da *brasilidade* no *Correio*.

A propósito, até o volume de número 38 da *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, publicado em 1940, há apenas duas menções ao termo *brasilidade*. Uma delas está no volume 36 e é apenas uma referência à revista *Brasilidade*, publicada em Santos, e outra está no volume 29, em um texto produzido para ser falado.

⁷² CAMARA DOS DEPUTADOS. 41ª Sessão Ordinaria. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 23040, 20 set. 1927. p. 5.

⁷³ CAMARA DOS DEPUTADOS. 96ª Sessão Ordinaria. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 23113. 14 dez. 1927. p. 6. Grifos meus.

O texto ao qual me refiro foi proferido pelo engenheiro e arquiteto Ricardo Severo (1869-1940) no primeiro dia de conferências “Vicentinas”, organizadas em celebração do quarto centenário da fundação de São Vicente. As conferências foram transcritas e publicadas na revista. Segundo José Torres de Oliveira, presidente do instituto no período, as conferências teriam por finalidade elevar o grande fato histórico de 1532, que teria marcado o início da formação nacional e despertar, na memória da geração atual, os feitos gloriosos e as figuras brilhantes dos heróis. A conferência “Origens e factos da expansão portuguesa no Brasil até 1530”, de Ricardo Severo, será a primeira dessas conferências. É muito simbólico que as conferências tenham sido iniciadas por um autor português que se exilou no Brasil por participar de movimentações contra a monarquia portuguesa. A *brasilidade* insere-se em meio a significantes como “culto patriótico”, “patria grandiosíssima”, ou seja, em sua aproximação com o “me ufano”, e dentro de uma fala que anuncia a epopeia paulista como epopeia nacional. Vejamos:

Vae para quatrocentos annos que o fidalgo e capitão-mór portuguez Martim Affonso de Souza arribou com a sua fróta á pequena abra de São Vicente. Este feito, que representa o primeiro passo na colonisação do Brasil, é origem da sua historia, embryão da sua nacionalidade, symbolo consagrado do seu culto patriotico.

A formosa praia de São-Vicente vae enfeitar-se com as mais festivas galas para esse arraial de consagração, que será o ajuntamento de todas as jornadas de peregrinação até esse «logar sagrado» - sagrado porque, no sopé da terra brasileira, ahi jaz o primeiro degrau do majestoso altar de uma patria grandiosissima.

O Instituto Historico e Geographico de São Paulo inaugura hoje, com uma série de lições; uma temporada de doutrina, de catecismo civico e commemoração historica, a preparar os devotos para esta solemne romaria, de geito a levarem no coração o puro sentimento deste culto nacional, na mente o espirito superior – racial e historico – da sua inteira brasilidade.⁷⁴

Voltando às questões do *Diário Nacional*, é quando a palavra ganha presença nas falas da Câmara nas vozes de figuras como Alfredo Ellis Júnior que, daí sim a *brasilidade* será contestada, ou melhor, reivindicada. No *Diário* não haverá celeuma em relação à grafia ou polêmica em torno dos sentidos que poderiam ser atribuídos ao vocábulo. A animosidade em relação à *brasilidade* estará vinculada ao PRP, principalmente no que fere ao ponto mais extremado desta constelação e que foi

⁷⁴ SEVERO, Ricardo. Origens e factos da expansão portuguesa no Brasil até 1530. **Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo**, São Paulo, v. XXIX, 1932. p. 15.

assumido desde o início no uso pelo *Diário*: o de cerzir a *brasilidade* com a união pátria. É nesse sentido que as ocorrências esparsas passam a ser assíduas, nas denúncias de o PRP não ser digno da *brasilidade* que apregoava, ou ainda, por ela ser apenas elemento discursivo e ausência em suas ações e políticas públicas.

Estreando a série de usos que envolvem a reivindicação da *brasilidade* na forma de crítica ao PRP está o comentário feito pelo *Diário* em relação a um discurso do líder da maioria na Câmara, o deputado Armando Prado. Assim como no *Correio*, o *Diário* também transcrevia alguns expedientes da Câmara Estadual, porém, eles eram menos frequentes e com um *design* gráfico diferente, geralmente ocupando uma página inteira. Como ferramentas para direcionar uma possível interpretação de seus leitores, os expedientes eram acompanhados por títulos provocativos e contavam com subtítulos temáticos.⁷⁵ Ao centro, o jornal destacava um quadro com comentários, não assinados, acerca das palavras proferidas na Câmara. O comentário específico a que me refiro, sob essas mesmas características, é o seguinte:

[...] As palavras do leader da maioria precisam ter larga divulgação, para que o povo paulista verifique até que ponto vae a capacidade sophistica dos paredros do Partido Republicano Paulista. Na ansia de encontrar argumentos novos, precipitou-se para um terreno movediço, e atolou-se, afinal, em incoherencias fundamentaes, que brigam até com o **patriotismo sincero da nossa gente**. As várias theses, por s. exa. defendidos, attentam contra a intelligência e a dignidade dos habitantes. O Partido Republicano **vive a falar em brasilidade**; e é ele mesmo que **conspira contra o nosso são nacionalismo**, porque revela um desprezo incommensuravel pelos **cidadãos da sua terra**.⁷⁶

As palavras acima parecem pouco dizer. No entanto, o trecho é muito pertinente às questões levantadas até aqui. Além de ser um primeiro exemplo da tentativa de destituição da *brasilidade* operada pelo *Correio*, quando destacamos novamente os significantes *patriotismo*, *nacionalismo* e a territorialidade presente na sentença “cidadãos de sua terra”, temos um discurso que une a *brasilidade* à terra de igual maneira ao que ocorre no *verdamarelismo*. É nesse sentido que a *brasilidade* do *Diário Nacional* não corresponderia à *brasilidade* tão falada pelo partido de situação,

⁷⁵ Na transcrição em questão encontramos subtítulos como: “O ‘leader’ queimou as pestanas...”, “O catecismo do Sr. Julio Prestes...”, “Ainda o catecismo de Itapetininga”, entre outros.

⁷⁶ A decadência da mentalidade que nos governa: a reforma da Constituição do Estado. *Diário Nacional*. São Paulo, n. 369, 16 set. 1928. Grifos meus.

pois esta adviria de um nacionalismo desprovido de amor pelos cidadãos da terra a qual os *perrepistas* pertenciam. Embora a presença do signo “nacionalismo”, é um pertencimento pelo solo, é o nacionalismo como espelho de patriotismo vigorando.

Se considere a articulação de Del Picchia como o ponto de viragem do *Correio* em relação à *brasilidade*, o ponto de viragem que avolumou as ocorrências do termo e dilatou os usos no *Diário* se dá em 1928, após a sessão da Câmara de 28 de setembro, noticiada em ambos os jornais na manhã seguinte. Porém, recuemos mais um dia no tempo, em 27 de setembro de 1928, para entendermos melhor os ânimos dessa sessão.

No dia 27, a matéria de capa do *Diário* estampou o título "As graves consequências da acção fascista no Brasil"⁷⁷ e contemplava os desdobramentos do caso do jornal *Il Piccolo*⁷⁸ após a participação dos estudantes no empastelamento do periódico ítalo-brasileiro. A ênfase da matéria estava na desmedida repressão policial aos estudantes que continuavam se manifestando contra a presença de uma imprensa fascista no Brasil, de claro apoio a Mussolini. O reavivamento da situação havia sido impulsionado pela circulação gratuita, no dia 26 de setembro, de uma folha com o título “L’Italia Nova”, e, abaixo do título, “Patria, Religione, Famiglia”, destinada

⁷⁷ As graves consequências da acção fascista no Brasil. **Diário Nacional**. São Paulo, ano II, n. 377, 27 set. 1928. p. 1.

⁷⁸ Em julho de 1928, dois aviadores italianos realizaram um voo transatlântico entre a Itália e o Brasil, por encomenda do governo de Mussolini, como o intuito de estreitar as relações entre Brasil e Itália e divulgar os avanços tecnológicos promovidos pelo regime. O evento foi amplamente celebrado pelo governo brasileiro e pela imprensa. No entanto, durante sua estada no Rio de Janeiro, ambos os pilotos sofreram um acidente em um voo de exibição, que resultou na morte de Carlo Del Prete poucos dias depois. Segundo o historiador René Gertz, o êxito inicial do feito aeronáutico logo foi substituído por uma grande comoção pública. O corpo de Del Prete foi conduzido pelas ruas da cidade antes de ser embarcado para a Itália, e, de acordo com a imprensa, aproximadamente 30 mil pessoas acompanharam o cortejo fúnebre. Durante semanas, missas foram celebradas em sua memória, e os periódicos publicaram poesias e textos de exaltação ao aviador.

Em meio ao clima de homenagens, a escritora Maria Lacerda de Moura se destacou por sua postura crítica, ao publicar, no jornal paulista *O Combate*, um artigo que considerava as honras prestadas a Del Prete excessivas. Lacerda de Moura lamentava o silêncio em torno do desaparecimento do explorador polar Amundsen, estabelecendo um contraste entre a atenção dada a ambos os casos. Seus três artigos, intitulados "De Amundsen a Del Prete", provocaram a indignação de dois jornais de língua italiana publicados em São Paulo, o *Fanfulla* e o *Il Piccolo*, sendo que este último teria pesado nas ofensas a escritora e estendido as ofensas às mulheres brasileiras.

GERTZ, René E. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Humanas da UFSC**, Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 43-60, out. de 1998. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>

a pugnar claramente a “política dominante na Itália, a elogiar esses princípios, a propagal-os no seio da colônia italiana domiciliada” no país⁷⁹.

Segundo o *Diário*, havia um comício organizado para o dia 27 cujo objetivo seria dar por encerrado o incidente do empastelamento, manifestar publicamente que a mocidade acadêmica estaria vigilante para não permitir manifestações políticas estrangeiras no território brasileiro, bem como não permitir a presença de fascistas de camisas pretas nas ruas. Também protestariam “contra a attitude do *Correio Paulistano*” que teria se mostrado “pouco digno da sympathia do povo brasileiro”⁸⁰, provavelmente, se referindo a forma como o *Correio* noticiou os eventos⁸¹.

Entretanto, houve uma ordem proibindo o comício. O policiamento na cidade foi reforçado e houve uma distribuição de contingentes de infantaria e cavalaria em frente de algumas redações, como as do *Il Moscone*, do jornal *Fanfulla*, das redações de *La Difesa* e de *Italia Nuova*, além do consulado italiano, da residência do cônsul italiano, da residência do diretor do *Il Piccolo*, das residências do Conde Matarazzo e do conde Crespi, da sede do *Fascio*, do Esplanada Hotel e de outros pontos públicos. Por volta das vinte horas, “mais uma vítima da polícia”: um senhor de 60 anos teria sido agredido pelos policiais em frente à redação de *Italia Nuova*. Listando o contingente, o jornal colocava uma pergunta em voga: por que tanto suporte aos veículos fascistas?⁸²

Na segunda parte da matéria, o jornal destacou o apoio dos professores de Direito à conduta dos jovens, citando os professores Alcântara Machado e Rafael Sampaio. Publicou também vários telegramas que o Centro Acadêmico dos Estudantes de Direito havia recebido, entre eles um telegrama da seção universitária do Partido Democrático do Distrito Federal que, “interpretando o sentimento unanime de 1.500 universitarios democraticos”, oferecia apoio e solidariedade por considerar as movimentações uma pujante demonstração de *brasilidade* da mocidade paulista.⁸³

Para reforçar a ideia de um Estado truculento, especialmente para com os estudantes, e expor um perfil de Estado que estaria seguindo em direção ao

⁷⁹ As graves consecuencias da acção fascista no Brasil. **Diário Nacional**. São Paulo, ano II, n. 377, 27 set. 1928. p. 1.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 1.

⁸¹ Empastellamento do “Il Piccolo”. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 23356, 25 set. 1928. p. 4.

⁸² As graves consecuencias da acção fascista no Brasil. **Diário Nacional**. São Paulo, ano II, n. 377, 27 set. 1928. p. 1.

⁸³ *Ibid.*, p. 1.

autoritarismo, e, portanto, se distanciando da democracia, publicou-se uma matéria, dividindo a capa, que também relatava uma atitude agressiva da polícia contra estudantes no Rio de Janeiro em um outro evento não relacionado aos incidentes de São Paulo.

Vale salientar que o periódico era um consistente opositor ao fascismo desde o primeiro número. Como sempre tecia críticas ao regime da Itália como às influências do fascismo em território brasileiro, esse tipo de cobertura era esperado diante do caso *Il Piccolo* e das manifestações dos estudantes, assim como era esperado que a conjuntura propiciasse uma série de críticas ao Partido Republicano Paulista e ao *Correio*, já criticado em outras situações por sua aproximação com o fascismo. Aliás, uma das hipóteses que considero como justificativa da adoção tardia e tímida do termo *brasilidade* pela redação do *Diário Nacional* é a aproximação de *brasilidade* e *italianità* que vimos na *Parte 1*. É então que entra em cena o deputado Zoroastro Gouveia, eleito pela legenda do PD no início daquele ano.

Em 28 de setembro de 1928, Zoroastro Gouveia aborda a questão após o discurso do líder da maioria na Câmara, Armando Prado, que havia enaltecido o nacionalismo do PRP antes do início dos trabalhos, utilizando reiteradamente o termo *brasilidade* para esse propósito. Em sua argumentação, Zoroastro sugere que o PRP não atendia aos interesses de São Paulo nem aos interesses nacionais, mas, ao contrário, servia a interesses estrangeiros. Zoroastro recorre ao termo *brasilidade* nesse contexto: seria essa a *brasilidade* do PRP? O uso de uma palavra que ocupava um lugar tão destacado no discurso nacionalista e *perrepista*, associando-a a interesses estrangeiros, representava a maior provocação que o deputado poderia fazer. Mencionar “estrangeiro”, ainda mais tendo em vista os eventos envolvendo estudantes nos dias anteriores, insinuava de forma contundente que o PRP estaria alinhado ao fascismo.

Na contra-argumentação, intervieram Menotti⁸⁴ e Plínio. No dia seguinte, tanto o *Diário Nacional* quanto o *Correio Paulistano* publicaram transcrições do expediente da Câmara. Em uma inversão de papéis, o *Correio* seguiu o exemplo do *Diário Nacional* e destacou a sessão com uma manchete de grande impacto. Naquela manhã, os dois partidos claramente disputavam, nas páginas de seus respectivos

⁸⁴ Na sessão seguinte, Menotti Del Picchia que faz um discurso de abertura, também repetindo o termo.

órgãos oficiais, o controle da narrativa em torno do acalorado debate ocorrido no dia anterior.

O *Correio Paulistano*, mais experiente no meio jornalístico, publicou, na mesma data, uma manchete de destaque sobre o nacionalismo do Partido Democrático, evitando, no entanto, adentrar no debate sobre a *brasilidade*. Já o *Diário Nacional*, com uma redação voltada para um público mais amplo, adotou um tom humorístico, destacando de forma irônica passagens que buscavam desmontar, pelo deboche, as incoerências do PRP. Um exemplo disso foi a ênfase na frase: “Não confunda a bandeira verde e amarela com a fralda de Washington Luís”, que teria sido proferida por Zoroastro.

No dia 30 de setembro, o *Diário Nacional* publicou um artigo intitulado “A brasilidade do *Correio Paulistano*”⁸⁵. Poucos dias depois, outro texto foi divulgado, sob o título “A brasilidade do PRP”, focalizando suas críticas no deputado Plínio Salgado.

A partir desse ponto, o *Diário Nacional* deu um novo direcionamento à noção de *brasilidade*. Ela passou a ser vista como uma necessidade imperativa, e o *espírito de brasilidade* tornou-se a característica mais importante para os representantes do povo, especialmente em relação à liderança máxima da nação. Em setembro de 1929, a *brasilidade* é descrita como a qualidade que fazia de Getúlio Vargas o líder mais apto para governar o país⁸⁶.

Em outubro de 1930, o *Diário Nacional* declarou sua total adesão ao movimento que depôs o presidente Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder. O jornal apoiou a nomeação de João Alberto Lins de Barros como interventor federal em São Paulo, alinhando-se ao novo governo, ainda que inconstitucional e antidemocrático. Continuar com o lema “a democracia em marcha” seria subestimar a inteligência do leitor; havia uma clara necessidade de substituição dessa retórica. Assim, a democracia passou a ocupar um papel secundário, enquanto a união nacional, já presente no discurso do *Diário*, tornou-se a urgência primordial. Como ocorre na edição de 05 de outubro de 1928, que menciona a importância de “despertar a brasilidade” no ensino infantil⁸⁷.

⁸⁵ A Brasilidade do “Correio Paulistano”. **Diário Nacional**. São Paulo, ano II, n. 381, 30 set. 1928. p. 3.

⁸⁶ O deputado Antonio Feliciano historia a acção do Partido Democrático e sua attitude na sucessão presidencial. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 674, 11 set. 1929. p. 5.

⁸⁷ Inicia-se domingo a Semana de Educação. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 385, 5 out. 1928. p. 4.

É nesse contexto que a *brasilidade* se transforma no elemento que unifica tanto a incoerência da unidade pela diversidade do país quanto a rede de associações que não abandonava, em nenhum momento, a figura do bandeirante paulista como herói.

A *brasilidade* atuava, assim, como o "pó mágico" da união entre o nacional e o regionalismo. Ela falava por todo o país, mas se referia, em especial, ao modelo representado por São Paulo. Tinha o poder de suprimir o elemento estrangeiro sem cair na xenofobia. Era, ao mesmo tempo, o princípio que a democracia defendia e o fundamento pelo qual o golpe se justificava. Ademais, a *brasilidade* legitimava a tomada do poder, porém, diferenciada, no entanto, da italianidade, conforme a visão apresentada pelo *Diário Nacional* e pelo PD. Em suma, a *brasilidade* havia sido nutrida como ferramenta de articulação do indizível, do que não podia ser dito e do inarticulável, embora vestisse a roupagem da simplificação.

Contudo, a aliança do Partido Democrático com o governo Vargas deteriorou-se ao longo de 1931, culminando no rompimento em janeiro de 1932, após a substituição de João Alberto na interventoria paulista. A partir de então, o *Diário Nacional* passou a defender a autonomia do estado de São Paulo, reivindicando a reconstitucionalização do país e o retorno à democracia.

A ruptura definitiva entre o Partido Democrático e Vargas, seguida da adesão à Frente Única Paulista (FUP), marcou o início de uma campanha sistemática do jornal em defesa dos interesses paulistas em oposição ao governo federal. Porém, o desdobramento dessa oposição não foi tão diferente das consequências enfrentadas pelo jornal opositor: a última edição do *Diário Nacional* foi publicada em 30 de setembro de 1932, logo após a derrota das forças paulistas na Revolução Constitucionalista, tendo sido vários dirigentes exilados ou presos. Dois anos após o jornal fechar as portas, o PD encerrou suas atividades se fundindo a outros grupos, dando origem ao Partido Constitucionalista de São Paulo, que também foi extinto no período do Estado Novo.

Entretanto, o novo governo havia aprendido com a experiência, quer dizer, já havia apreendido o vocábulo em disputa e a simplificação realizada pelo *Diário*, extraindo a centralidade poética da tópica e não se ocupando de tentar desvendar o indizível que circundava (e ainda circunda) o termo, já havia produzido efeitos.

Assim, a sequência de derrotas políticas sofridas tanto pelo PD quanto pelo PRP – no sentido estrito do campo político, referente à perda de cargos no Estado – não refletiu na derrota dos discursos propagados por ambos os jornais.

As linhas do *Diário Nacional* reverberaram em *Congressos de Brasilidade*, as linhas do *Correio Paulistano* ganharam outras linhas.

2.3.2 A Manhã: diluir para difundir

Em 9 de agosto de 1941, a cidade do Rio de Janeiro viu o lançamento de um novo diário matutino: o *A Manhã*. Dirigido por Cassiano Ricardo, o periódico estava vinculado à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, ou seja, um órgão do Estado Novo. Além de supervisionar outro jornal carioca, o *A Noite* (RJ) – que havia sido incorporado ao controle estatal após o golpe de 1930 – a Superintendência regulava a Rádio Nacional e a folha paulistana também intitulada *A Noite* (SP), dirigida por Menotti Del Picchia⁸⁸.

Tanto o jornal dirigido por Menotti como o dirigido por Cassiano poderiam ser utilizados para pensar a dinâmica daquilo que reconheço como diluição e difusão, já não mais de uma palavra, mas de um termo. Entretanto, Cassiano Ricardo nos oferece em exemplo mais didático, por atuar de uma forma mais explícita, no *A Manhã* (RJ), na justificação do regime instaurado, e por possuir publicações mais claras de cunho ideológico. Ademais, com o *A Manhã* temos um exemplo de difusão da “mítica bandeirante” para leitores externos ao estado de São Paulo, em um jornal que se propunha veículo de distribuição nacional e que possuía investimento para tal⁸⁹.

De igual maneira, ambos os periódicos fazem parte do projeto propagandístico do governo de Getúlio Vargas que visava a criação de novos veículos de comunicação para propagar suas ideias. Jornais em formato *standard*⁹⁰ estavam entre esses

⁸⁸ BRASIL, Bruno. *A Manhã* (Rio de Janeiro, 1941). **Site da Biblioteca Nacional Digital**. 28 out. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manha-rio-de-janeiro-1941/>. Acesso em: 21 set. 2024.

⁸⁹ Até o início de 1944, embaixo do cabeçalho do jornal que ocupava apenas a metade esquerda, aparecia em destaque o título “Notícias de todo o Brasil”, com notícias curtas de todo o território e anunciando outras que estariam no corpo do jornal. A metade direita da capa, dedicava-se a notícias internacionais a respeito da guerra.

⁹⁰ O termo “*standard*”, em relação à diagramação e à impressão gráfica na imprensa jornalística, se refere ao formato tradicional (ou padrão) de publicação de jornais. Esse formato é maior em comparação, por exemplo, ao *tabloide*, e mede aproximadamente 600mm de altura por 380mm de largura. Esse formato foi amplamente utilizado por jornais de grande circulação no século XX, pois permitia a inclusão de mais conteúdo (como notícias, artigos e anúncios, numa mesma página), além de ser conhecido por ser o formato adotado por jornais profissionais. Era, portanto, um formato escolhido para transmitir credibilidade e qualidade.

veículos, ou seja, jornais em formato semelhante àqueles que haviam sido fechados após entrada de Vargas no poder. O coronel Luiz Carlos da Costa Netto, que estava à frente das Empresas Incorporadas, e André Carrazzoni, diretor de *A Noite*, foram encarregados de sugerir nomes para dirigir o novo jornal carioca. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, no *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro Pós-1930*, o nome de Cassiano Ricardo foi escolhido porque atendia a todas as exigências do governo. Isso porque, em sua obra *O Brasil no original*, Ricardo defendia a ideia de uma democracia social como terceira solução, sem comunismo nem fascismo, o que estava em sintonia com os princípios do regime varguista.⁹¹ Porém, na engenharia dessa terceira via, Ricardo não deixava de posicionar os movimentos literários no centro da discussão política:

movimento antropofágico, feito de um roussoniano retorno ao primitivismo da natureza, ou comunismo de tribo, devia-se fatalmente colorir-se de esquerdismo bolchevista. O movimento “verdeamarelo”, vivamente nacionalista, disciplinador, era uma firme e ousada marcha para a direita e, com Plínio, devia integrar-se numa forma fascista e, com Menotti e Candido Motta Filho no original nacionalismo da “Bandeira”⁹²

Ou seja, nem direita e nem esquerda, mas um governo “original”, pautado no nacionalismo do movimento “Bandeira” do qual ele havia sido cofundador e líder, e cujo manifesto⁹³, diferentemente do manifesto *verdamarelo*, fazia uso do termo *brasilidade* se definindo, nas últimas linhas, como um programa de *brasilidade*:

Tendo em vista a realização do item 2.º, a “Bandeira envidará todos os seus esforços para que, sob a denominação que melhor reviva os

⁹¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Dicionário histórico e biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 3534 *apud* BRASIL, Bruno. *A Manhã* (Rio de Janeiro, 1941). **Site da Biblioteca Nacional Digital**. 28 out. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manha-rio-de-janeiro-1941/>. Acesso em: 21 set. 2024.

⁹² RICARDO, Cassiano. **O Brasil no original**. 1937. p. 161 *apud* COELHO, G. L. S. “O Brasil no original” (1937): Ensaio sobre o negacionismo da violência bandeirante do século XVII e XVIII. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, 2023. ISSN 1982-4718.

⁹³ De acordo com George Leandro Seabra Coelho, o manifesto do movimento bandeira foi assinado em 1935 pelas seguintes figuras: Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Mário de Andrade, Alcântara Machado, Guilherme de Almeida, Paulo Setúbal, Monteiro Lobato, Almeida Prado, Fonseca Teles, Reynaldo Porchat, Guilherme de Almeida, Plínio Barreto, Rubens do Amaral, Valdomiro Silveira, Vicente Ráo, Paulo Prado e Affonso Taunay. Porém, o documento que consultei foi uma versão publicada na *Revista São Paulo*, em 1936. Na versão da revista não constam assinaturas. COELHO, G. L. S. “O Brasil no original” (1937): Ensaio sobre o negacionismo da violência bandeirante do século XVII e XVIII. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, 2023. ISSN 1982-4718. p. 6.

motivos de orgulho e o colorido histórico peculiares a cada região, se fundem identicas organizações em outros Estados, todas no sentido de pugnar pelo objetivo máximo – fixação e defesa do pensamento brasileiro em sua originalidade – e pelos demais objetivos imediatos e collaterais que constituem o presente **programma de brasilidade**⁹⁴

O item segundo referido no trecho acima, menciona como um dos “objetivos colaterais” o federalismo, por ter a capacidade, segundo o movimento, de interpretar e defender a realidade brasileira, refletindo sua história e sua grandeza geográfica, além de assegurar a união nacional.

Aliás, a ideia de interpretar a história é um ponto muito importante do programa do “Bandeira” tendo em vista que o objetivo máximo, exposto pelo grupo, é a “organização do pensamento original do paiz”. Para atingi-lo, são expostos alguns meios, entre eles, interpretar o sentido da história brasileira para, a partir de suas conclusões, fazer “instituições e iniciativas adherirem plenamente á nossa realidade economica e physica”. Entre os outros meios para atingir o grande objetivo, também estão “coordenar toda acção intelectual de São Paulo fixada nos princípios da disciplina hierarquia e culto da tradição Bandeirante”; realizar uma “revisão de conceitos” para desenraigar concepções forasteiras; e dar uma “função social á arte e á literatura utilizando-as como o processo de integração nacional”, ou seja, “organizar bandeiras de penetração intelectual”⁹⁵.

Dessa forma, em 24 de maio de 1941, Cassiano Ricardo foi oficialmente convidado para assumir a chefia do novo periódico⁹⁶, entretanto, defender uma forma de governo nacionalista e autoritário era só um dos pontos de conveniência, como veremos a seguir.

É em *O Brasil no original* que Cassiano estrutura, de maneira mais alongada, as ideias do “Bandeira”. Seguindo o programa do grupo, Ricardo valoriza as tradições populares brasileiras, defendendo que a autenticidade cultural deve ser encontrada nas raízes nacionais, e não em modelos estrangeiros. O autor aborda ainda a crítica à dependência cultural do Brasil em relação à Europa, refletindo um nacionalismo

⁹⁴ “Bandeira” o que pretende a nova organização de cultura e nacionalismo. **Revista São Paulo**, São Paulo, ano 1, n. 9, out. 1936. p. 2.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 2.

⁹⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. Dicionário histórico e biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 3534 *apud* BRASIL, Bruno. A Manhã (Rio de Janeiro, 1941). **Site da Biblioteca Nacional Digital**. 28 out. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manha-rio-de-janeiro-1941/>. Acesso em: 21 set. 2024.

cultural que visa gerar uma cultura original. É nesta obra também que Ricardo transforma em prosa as ideias contidas na poesia de *Martim Cererê*, como revelou o próprio Ricardo no prefácio da segunda edição: “nada mais é do que a interpretação social e política do ‘Martim Cererê’, aparecido em 1927”.⁹⁷

Em vista disso, é nela que ele desenvolve as suas ideias raciais, valorizando a miscigenação entre os três grupos formadores da nação brasileira: indígenas, africanos e europeus. Cassiano propõe uma formação que parece harmoniosa, embora os elementos que a constituem possuam diferentes pesos. É exatamente o que ocorre na trama do herói do poema.

Sacy, nascido de ventre indígena, é cuidado nos primeiros anos por uma mãe preta, que posteriormente delega sua criação a um professor branco, responsável por lhe atribuir um novo nome. Essa é a sinopse das três primeiras partes de *Martim Cererê*. Como observam Maria José Campos⁹⁸ e Luiza Franco Moreira⁹⁹, apenas o branco desempenha um papel ativo no nascimento do protagonista. Ademais, nenhuma das raças, isoladamente, parece definir a identidade do menino e nenhum dos personagens consegue ajudá-lo completamente a seguir seu curso, embora todas estejam impressas em Cererê.

A transição de Cererê, de menino a herói da narrativa – como aquele que resistirá à opressão colonial e buscará o território que garantirá a autonomia de sua comunidade –, só se concretiza com o encontro e consecutiva ajuda dos gigantes. Seu encontro com essas figuras mitológicas, de imensa estatura e provenientes de outros tempos, faz de Cererê, em perspectivas com elas, ainda ser como um menino.

O efeito disso é que esses seres mitológicos, originários da “Terra de Tanga” com o “dia marítimo”¹⁰⁰, atuam como os heróis do herói que contém dentro de si os personagens anteriores: o índio, o negro liberto e o luso. E assim consuma-se as duas principais alegorias construídas no livro: Cererê como uma alegoria de Brasil e os gigantes como alegoria dos bandeirantes paulistas.

⁹⁷ RICARDO, Cassiano. **O Brasil no original**. Bandeira, 1937. p. 5 *apud* CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento. **Revista USP**. São Paulo, n. 68. p.140-155, dez./fev. 2005-2006. p. 145.

⁹⁸ CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p.140-155, dez./fev. 2005-2006. p. 145.

⁹⁹ MOREIRA, Luiza Franco. **Meninos, poetas e heróis**: aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo. São Paulo: EDUSP, 2001. Prefácio de Antonio Candido.

¹⁰⁰ RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê** (O Brasil dos meninos, dos poetas e dos heroes). São Paulo: SEP Editora LTDA, 1928. p. 36.

O ensaio *O Brasil no Original* (1937) é uma das obras que referi como "pedagógicas" e "ideológicas" de Cassiano Ricardo. Além dela, destaco mais duas publicações significativas do autor: *Martim Cererê* (1928) e *Marcha para Oeste* (1940), um ensaio histórico. Todos trazem em suas capas os bandeirantes de tabuco¹⁰¹.

Marcha para Oeste apresenta um subtítulo muito esclarecedor em relação ao seu tema central, embora pouco lembrado: "A influência da 'Bandeira' na formação social e política do Brasil". A obra celebra a expansão territorial para o interior, do passado ao presente, destacando seu potencial econômico e social, e enaltece os bandeirantes como protagonistas dessa empreitada. A obra oferecia o argumento necessário para a campanha do governo Vargas que promovia a interiorização e ocupação de áreas inexploradas do Brasil, com o objetivo de aproveitar seus recursos naturais e usufruir da grandeza do Brasil.

A questão das três raças formadoras da nação é retomada, mas a desproporção de suas contribuições é mais evidente nessa obra. Além disso, a marcha para o oeste, como uma herança deixada pelos bandeirantes, é apresentada como um símbolo da unificação nacional e da integração das regiões menos desenvolvidas.

Dividida em dois volumes, a obra discute a conquista do sertão, exaltando, mais uma vez, o papel dos bandeirantes, aos quais o autor atribui características de coragem e espírito desbravador de forma superlativa. Não à toa, no início da obra, Ricardo adverte que a narrativa poderia ser uma fábula, mas, as páginas que se seguiam eram fruto de pesquisas históricas profundas. Com a finalidade de manter a narrativa heroica, Ricardo omite aspectos problemáticos, como a exploração e o aprisionamento de populações indígenas, quer dizer, os menciona como causalidades inevitáveis perante desafios maiores, e o próprio território impõem-se como este grande desafio. Como argumento central, vê-se a expansão territorial – no sentido de

¹⁰¹ George Leonardo Seabra Coelho faz uma breve análise sobre as capas da segunda edição de *Martim Cererê*, ilustrada por Di Cavalcante, e da segunda edição de *O Brasil no original*, ilustrada por Lívio Abramo, no seguinte trabalho:

COELHO, George Leonardo S. Capítulo 5 - literatura, história e revisionismo: os "novos bandeirantes" e as disputas políticas na década de 1930. In: MARTONI, Alex; ARRAES, Marcos A.; DE OLIVEIRA, Vitor A. (org.). **Dilemas contemporâneos: Tecnologias, Negacionismos, Memória**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2023. p. 55-73.

integração e desenvolvimento das áreas periféricas – como o meio de garantir a coesão e o desenvolvimento do país¹⁰².

Embora não mencionasse explicitamente o nome de Getúlio Vargas, a narrativa alinhava-se às iniciativas que já estavam em curso durante seu governo. Quero dizer, não mencionava até a década de 1970. Na quarta edição organizada pela Editora José Olympio e pela Editora da Universidade de São Paulo, houve a inclusão de dois novos capítulos nos quais aparecem referências diretas a Vargas.

Assim, um ponto muito importante para entendermos o que ocorre com o termo *brasilidade* no *A Manhã* é vê-lo em contraponto com o que ocorre nas obras de destaque de Cassiano Ricardo.

Em *Martim Cererê*, obra que eleva e consagra Ricardo como poeta, não há qualquer menção. Nos dois volumes de *Marcha para Oeste* que somam mais de 680 páginas – produção em que Ricardo esforçou-se para se lançar como ensaísta, historiador e intérprete do Brasil – a palavra *brasilidade* é utilizada apenas cinco vezes, sempre embutida nas falas de terceiros e, na maioria das vezes, nos capítulos adicionados na edição revista e atualizada de anos depois da atividade de Ricardo no *A Manhã*. Dentre as poucas vezes que a palavra aparece, a vemos numa declaração de Getúlio Vargas que afirmava que o “sentido da *brasilidade* está na marcha para o Oeste”¹⁰³. Porém, a *brasilidade* estava lá no programa do grupo “Bandeira”, amarrando a finalização de um texto curto, igualmente significativa na trajetória de Ricardo.

No *A Manhã*, embora o editorial tendesse a conteúdos políticos e econômicos, o jornal possuía seções variadas¹⁰⁴. Daí a palavra *brasilidade* estar presente nas

¹⁰² RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil (Vol. 1 e Vol. 2). 4. ed. Ilustrada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. 681 p.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 644.

¹⁰⁴ Em vistas de sua inserção cultural, *A Manhã* lançou dois suplementos em formato tabloide durante a direção de Ricardo: “Autores e Livros”, dedicado à literatura brasileira e dirigido por Múcio Leão, e “Pensando da América”, coordenado por Ribeiro Couto. Apesar de desentendimentos iniciais entre Cassiano Ricardo e a Superintendência quanto à formação da equipe do jornal (FERREIRA, 2015), o diretor teve uma relativa liberdade para compor sua redação. Barros Vidal, Jorge Lacerda, Álvaro Caldas, Cecília Meireles, Múcio Leão e Gilberto Freyre, entre outros intelectuais de destaque, integraram a equipe. Como esperado, Menotti Del Picchia também foi um colaborador. O corpo de colaboradores incluía ainda nomes como José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Oliveira Vianna, Afonso Arinos de Mello Franco e Vinícius de Moraes, o que conferiu ao jornal prestígio no campo cultural. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Dicionário histórico e biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 3534 *apud* BRASIL, Bruno. *A Manhã* (Rio de Janeiro, 1941). **Site da Biblioteca**

notícias de esporte, nos eventos sociais e nas notas sobre eventos culturais. A *brasilidade* surge para definir qualquer ação admirável em diferentes áreas, como na educação e na saúde pública, mas, sobretudo, para destacar figuras consideradas importantes pelo jornal na construção da história nacional¹⁰⁵, mas a *brasilidade* prefigura principalmente nos textos em que ela se associa com a “Marcha para o Oeste”¹⁰⁶.

Entre 1941 e 1º de julho de 1945, para me ater apenas ao período em que Ricardo foi diretor do jornal, o termo não foi tema de dissertações específicas nem assunto central dos artigos de opinião de Ricardo¹⁰⁷. No entanto, como diretor, ele

Nacional Digital. 28 out. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manha-rio-de-janeiro-1941/>. Acesso em: 21 set. 2024.

¹⁰⁵ Um dos primeiros nomes que recebe destaque no jornal é Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias, que ficou conhecido como “O Pacificador” e recebeu seu primeiro título de nobreza após pacificar a revolta conhecida como “Balaiada” na cidade de Caxias. Na seção “Nomes do Dia”, a figura do Duque é destacada por ser “no século passado, a ordem e a unidade nacional”, ou seja, por seu trabalho militar na contenção de revoltas, sobretudo separatistas. O texto afirma que “Caxias não se contentou em encher seu século, passou para os séculos seguintes num resplendor de *brasilidade* e de glória, ultrapassou a condição humana, tornando-se um símbolo do Exército Brasileiro”. Na edição de 22 de agosto de 1941, além de Caxias, foram mencionadas as figuras de Henry Lewis Stimson e Oliveira Salazar. A seção “Nomes do Dia” não era assinada, assim como muitas outras no periódico. Na edição de 26 de agosto do mesmo ano, foram noticiadas as comemorações da “Semana de Caxias”, com títulos como “Caxias – símbolo da unidade nacional”. O termo *brasilidade* aparece, nessa ocasião, na conferência comemorativa proferida por Belisário de Souza no Departamento de Imprensa e Propaganda. A representação do Duque de Caxias no jornal pode ser interpretada tanto como um exemplo de reinterpretação histórica a serviço do presente, conforme proposto por Ricardo, quanto como um reforço da *brasilidade* vinculada à ideia de união nacional, como observado em textos de outras naturezas.

Caixias – símbolo da unidade nacional. **A Manhã.** Rio de Janeiro, ano I, n. 15. 22 ago. 1941. p. 16. Nomes do dia. **A Manhã.** Rio de Janeiro, ano I, n. 15, 26 ago. 1941. p. 2.

¹⁰⁶ Mantive “Marcha para o Oeste” entre aspas para sinalizar também que esta foi uma das seções diárias do jornal. Nela, além de exaltação da administração estatal, eram expostas ações práticas que se relacionavam com o desenvolvimento do interior do Brasil. A palavra *brasilidade* aparece algumas vezes nessa seção, como ocorre no número 10, publicado em 26 de agosto de 1941, onde ela é colocada em paralelo com a ideia de reservas naturais e a importância de sua exploração para a riqueza do país, para o futuro do Brasil e para uma possível ampliação de fronteiras: “Há, ainda, inúmeras realizações que estão sendo projetadas, inclusive uma política decisiva de orientação econômica, política educacional capaz de transformar os indivíduos em fatores de progresso regional e aproveitamento dos recursos naturais, pelo incremento da agro-pecuária. Uma dessas, entretanto, concretiza a verdadeira marcha: a organização dos territórios de fronteira. Eles não serão simplesmente, com os seus batalhões avançados, as barreiras vigilantes de nossa integridade territorial, os marcos vivos de nossas linhas limítrofes, **mas grandes reservas de brasilidade e as mais poderosas células de nossa civilização futura.**” Essa seção, geralmente, não era assinada. Marcha para o Oeste. **A Manhã.** Rio de Janeiro, ano I, n. 10, 26 ago. 1941. p. 8. Grifo meu.

¹⁰⁷ Na minha incursão por vários textos de Cassiano Ricardo (publicações até a década de 1940), pude perceber que este autor tinha uma preocupação em mostrar que seus escritos, produzidos em períodos

aprovava uma redação na qual o termo estava diluído e pulverizado em todos os assuntos e seções do jornal.

É como se seu uso servisse para abarcar tudo o que estava sendo feito, para dizer de tudo o que defendiam. Nesse sentido, a dinâmica que encontramos em *A Manhã* para o uso de *brasilidade* se assemelha muito ao programa do movimento "Bandeira".

Embora exista uma associação entre a marcha para o oeste e a *brasilidade* neste periódico, o que representa uma variação da territorialidade que o termo havia adquirido desde suas primeiras ocorrências na imprensa, *brasilidade* vai se tornando cada vez mais um conceito identitário. Não se trata apenas de uma identidade nacional, embora isso também ocorra diante da pulverização para diferentes áreas temáticas e tantas partes distintas do território, mas, no sentido de um termo que se refere a si mesmo.

Outra observação interessante sobre os usos de *brasilidade* em Ricardo é o fato de ele priorizar o uso do termo na imprensa, em detrimento de suas obras mais longas, nas quais articula suas ideias de forma mais elaborada, não vendo necessidade de sua aplicação nessas articulações.

Diante disso, conjecturo que a *brasilidade* ocupa três funções principais no discurso, funções que coincidem com a forma como o termo era desenvolvido na redação e composição do *A Manhã*: de síntese — como se resumisse e condensasse suas ideias; de envio extratexto, enviando os seus leitores para suas produções externas à imprensa — e de apelo propagandístico. Como chefe da redação do *A Manhã*, abusava da *brasilidade* como uma palavra para elevar os ânimos e de comover o público, contribuindo para tornar o termo ainda mais popular e vendável na década de 1940 do que havia sido na década anterior.

No primeiro ano do jornal, os usos em proveito do apelo comercial foram intensificados pelos *Congressos de Brasilidade*, amplamente noticiados em *A Manhã*.

diferentes, compunham um todo coerente e a isto ele dedicava várias linhas, referenciando, sempre que possível, obras anteriores.

Encontrei percepção semelhante sobre o autor no estudo de Luiza Franco Moreira, que se dedica ao mesmo período da produção de Ricardo.

MOREIRA, Luiza Franco. **Meninos, poetas e heróis: aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo**. São Paulo: EDUSP, 2001. Prefácio de Antonio Candido.

2.3.3 Congressos de Brasilidade: do difundir ao cristalizar

Os *Congressos de Brasilidade* foram organizados entre 1941 e 1944, com financiamento federal¹⁰⁸ e o apoio de instituições não estatais, como a Liga de Defesa Nacional, o Centro Cívico Carioca e o Sindicato dos Educadores.¹⁰⁹ A intenção era que o *Congresso* ocorresse simultaneamente em várias cidades do país, principalmente nas capitais. A escolha das datas coincidia com o aniversário do Estado Novo, comemorado no dia 10 de novembro, e o Dia da Bandeira, comemoração instituída desde 1889 por decreto de Benjamin Constant.

Segundo o regulamento geral, o 1º *Congresso* deveria acontecer entre 10 e 19 de novembro¹¹⁰, e o mesmo período foi planejado para os anos seguintes¹¹¹.

O Primeiro Congresso de Brasilidade, a realizar-se de 10 a 19 de Novembro de 1941, no Distrito Federal, no Território do Acre, nos Estados e nos Municípios do Brasil, é um movimento intensivo de exaltação cívica, em todas as esferas de atividades brasileiras, dentro do espírito do Estado Nacional.¹¹²

¹⁰⁸ O crédito especial de 50:000\$0 (cinquenta contos de réis) para atender as despesas do Ministério da Educação e Saúde, decorrentes da realização do 1º Congresso de Brasilidade foi aprovado em 4 dezembro de 1941, pelo decreto de nº3.877, assinado por Vargas, Gustavo Capanema e A. de Souza Costa.

No ano seguinte, repetiu-se o valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para o mesmo ministério para atender os custos de serviços e encargos do 2º Congresso de Brasilidade. O decreto de 1º de dezembro de 1942 foi assinado pelas mesmas figuras acima citadas.

DECRETO-LEI Nº 3.877, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1941. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Rio de Janeiro. 6 dez. 1941. p. 22745.

DECRETO-LEI Nº 5.015, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1942. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Rio de Janeiro. 3 dez. 1942. p. 17537.

¹⁰⁹ Primeiro Congresso de Brasilidade. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 42, 26 set. 1941. p. 12.

¹¹⁰ Em algumas notícias, o período é descrito como de 10 a 20 de novembro (como ocorre na menção da *Gazeta de Notícias* de 9 de novembro de 1941). Nesta matéria, há uma entrevista com o delegado incumbido de organizar as festividades no estado do Ceará.

I Congresso de Brasilidade. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, n. 262, 9 nov. 1941. p. 6.

¹¹¹ Confirmando a repetição, há uma publicação no jornal *Minas Jornal* anunciando o 3º Congresso de Brasilidade e informando que as matérias para as palestras, a serem realizadas entre os dias 10 e 19 de novembro de 1943, no estado de Minas Gerais sob organização dos municípios, seguiriam o espírito geral do programa, disposto em uma lista: “Unidade Política”, “Unidade Geográfica”, “Unidade Histórica”, “Unidade Moral e Social”, “Unidade Étnica”, “Unidade Cultural”, “Unidade Econômica e Financeira”, “Unidade Jurídica”, “Unidade Americana” e “Unidade Patriótica”. Outro destaque dado a programação do evento era a visita às jazidas mineiras e às “grandes oficinas industriais, agora tão perto ligadas aos grandes propósitos das nações civilizadoras”.

Terceiro Congresso de Brasilidade. **Minas Jornal**. Ano VI, n. 295, 21 out. 1943. p. 1.

¹¹² LIGA DA DEFESA NACIONAL. Congresso de Brasilidade – Regulamento Geral. 1941 *apud* CARVALHO, Luiz Felipe de. **Educação e unidade nacional no estado novo: o primeiro Congresso**

No entanto, algumas notícias do *A Manhã* indicam que o cronograma não foi seguido à risca em todas as cidades¹¹³ e que também determinadas programações adotaram uma agenda diferente, como o Salão Fluminense de Pintura, que foi anunciado como parte da programação do 1º Congresso e foi realizado entre os dias 11 de novembro e 5 de dezembro de 1941¹¹⁴.

Conforme se pode deduzir da divulgação feita por *A Manhã*, esses congressos tinham como objetivo atingir um público amplo, tornando-os acessíveis à maior parte da população. Contudo, não deixaram de buscar também uma classe mais elitizada, mantendo algumas conferências em instituições de destaque. Como observa Neide Almeida Fiori acerca da participação ativa desses grupos: “no que diz respeito ao povo, os eventos de brasilidade visavam apontar o rumo que as massas deviam seguir, este caminho era tornado público em solenidades cívicas como conferências desfiles militares e escolares”, já em relação à elite “havia à sua disposição duas vias de participação: como ‘seleta assistência’ ou como a ‘detentora do poder da palavra’”¹¹⁵.

Mais especificamente sobre a cobertura do 1º Congresso de *Brasilidade* na imprensa, temos o seguinte cenário: No *A Manhã*, que, como vimos, era um veículo de imprensa com pretensões de ser nacional, há apenas informações mais detalhadas sobre os eventos realizados na cidade do Rio de Janeiro. Menções à futura realização do Congresso começaram ainda em setembro de 1941, com a publicação de fotos dos encontros entre as autoridades públicas envolvidas na organização¹¹⁶.

de Brasilidade (1941). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2010. p. 19.

¹¹³ Como ocorreu na cidade de Santo Amaro, na Baía, onde festividades foram registradas no dia 19 de novembro, com um missa campal, celebrada no Altar da Pátria, “erguido especialmente para esse fim, no parque da Purificação.”

Notícias de todo o Brasil. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 96, 28 nov. 1941. p. 1.

¹¹⁴ Encerrado pelo interventor federal o Salão Fluminense de Pintura. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 42, 6 dez. 1941. p. 2.

¹¹⁵ FIORI, Neide Almeida. Religiosidade e civismo entrelaçados: os congressos de brasilidade. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 30, p. 43-65, out. 2001.

¹¹⁶ Primeiro Congresso de Brasilidade. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 42, 26 set. 1941. p. 12.

O Ministro da Viação recebeu a comissão diretora do 1º Congresso de Brasilidade. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 46, 1 out. 1941. p. 11.

O jornal *A Noite*, também do Rio de Janeiro, apresentou uma divulgação e cobertura semelhantes em 1941, embora o *A Manhã* tenha publicado mais notas comentando as atividades realizadas em outras capitais.

A *Gazeta de Notícias* (RJ), que não era controlada pelo Estado, mas apoiava o Estado Novo e se mostrava abertamente favorável a Vargas, também dedicou considerável atenção à cobertura do 1º Congresso, e, foi o periódico que mais dedicou espaço em suas páginas nos anos seguintes em que ocorreram as outras edições. Ademais, apresentou uma técnica diferente de propaganda e criação de expectativas em seus leitores: pequenas inserções de frases de efeito, distribuídas em páginas diferentes e em meio a outros textos de temáticas completamente díspares, sendo na maioria das vezes frases de Getúlio Vargas¹¹⁷.

Em suma, os periódicos que mais noticiaram o evento foram os cariocas apoiadores do governo instaurado. Em decorrência do quadro descrito quanto à presença dos Congressos nos periódicos, somente temos ciência sobre como se processou a primeira edição na capital federal e não nas demais cidades do país. Para uma melhor compreensão dos Congressos, creio que o caminho mais profícuo é cruzar esses periódicos com documentações locais, tendo em vista que as programações eram delegadas às comissões estaduais, mas principalmente organizadas em nível municipal. Incursão que não foi possível realizar nessa pesquisa.

Nada obstante, os três únicos trabalhos que analisam esses congressos de forma mais aprofundada referem-se à experiência em Santa Catarina¹¹⁸. A

¹¹⁷ Essas inserções, de cerca de trinta palavras, dispostas em um quadro semelhante a um pequeno anúncio, começou a ser aplicada logo após o 1º Congresso, ainda em 1941, e apareceram em muitas edições ao longo de todos os anos de 1942 a 1944. Para citar apenas um dos exemplos, menciono o da edição de 4 de janeiro de 1942. Nesta edição foram publicadas duas frases diferentes, postas lado a lado. Na página em que elas se encontram há vários conteúdos destinados ao público feminino, comentando modelagens de vestidos, um novo aparelho utilizado na Alemanha que proporcionada uma silhueta esbelta e uma coluna intitulada “Para donas de casa”. Entre o anúncio do bar e restaurante “Buenos Aires” e do “Hotel Lutecia”: “A língua é um nobre mstrumento [sic] de afirmação da soberania nacional. – Getúlio Vargas. (1º Congresso de Brasilidade)” e “Não há trabalho eficiente sem disciplina. Seja uma força viva construtora do Brasil Novo. (1º Congresso de Brasilidade)”.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, ano 68, n. 3, 4 jan. 1942. Suplemento. p. 5.

¹¹⁸ Em outros trabalhos acadêmicos há apenas menções sobre a existência dos Congressos de Brasilidade, sem qualquer desenvolvimento sobre os Congressos como objeto.

dissertação de Luís Filipe de Carvalho¹¹⁹ discute a relação do congresso com pedagogias eugenistas, enquanto o artigo de Tânia Regina da Rocha Unglaub¹²⁰ focaliza o canto orfeônico, destacando a conexão dos congressos com a ideia de união nacional e a comoção cívica. Ambos os estudos reconhecem a diversidade temática e o caráter pedagógico dos eventos.

Já o texto de Fiori observa como os *Congressos de Brasilidade* fundiam religiosidade e civismo, tendo em vista a participação do arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Fiori oferece uma síntese eficiente do que unia os eventos nesse contexto.

[...]. Desenvolviam-se em diferentes níveis da vida político social: a instância federal com a presença pessoal de Vargas e chefes militares; a instância estadual envolvendo os interventores e prefeitos municipais com eventos que ocorriam nas mais diversificadas cidades, das capitais até os pequenos núcleos interioranos [...]. Os congressos de brasilidade apresentavam algumas semelhanças estruturais: 1) na perspectiva da diacronia (nos diversos anos em que se realizaram de 1941 a 1944), a Programação Geral que emanava da Comissão Central, na cidade do Rio de Janeiro, manteve a mesma estrutura básica. 2) De acordo com a perspectiva da sincronia (num dia considerado em qualquer ponto do território nacional), a Programação desenvolvia-se em torno do mesmo tema geral. Nesse sentido, o Brasil podia ser considerado um imenso auditório onde os eventos de Brasilidade tratavam do mesmo assunto cívico no mesmo tempo/dia; assim se pretendia difundir emoções nacionalistas semelhantes, que estimulavam o sentimento de unidade.¹²¹

Embora sua pesquisa se concentre mais no caso de Santa Catarina, e em cidades como Jaguaruna, São Joaquim e Florianópolis, seu trabalho, publicado em 2001, é o único que oferece uma visão mais abrangente sobre a programação, pensando os quatro congressos como um conjunto.

Em diversos momentos desta tese, manifestei descontentamento com a escassez de trabalhos dedicados a alguns dos nomes que introduzi como fundamentais para o entendimento da *brasilidade* e de seus diferentes usos. No

¹¹⁹ CARVALHO, Luiz Felipe de. **Educação e unidade nacional no estado novo**: o primeiro Congresso de Brasilidade (1941). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

¹²⁰ UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. A prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. **Linhas**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UDESC. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 105-127, jan./jun. 2009.

¹²¹ FIORI, Neide Almeida. Religiosidade e civismo entrelaçados: os congressos de brasilidade. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 30, p. 43-65, out. 2001. p.44-45.

entanto, essa escassez é ainda mais evidente quando se trata da falta de estudos sobre os *Congressos de Brasilidade*. É um fato intrigante os pesquisadores não terem se interessado sobre o tema, principalmente considerando que o congresso foi amplamente divulgado em seu primeiro ano e que abrangeu desde as cidades do extremo Sul até Manaus¹²² e Belém¹²³.

Todavia, essa divulgação não se destacou pela qualidade das informações ou pela clareza sobre a natureza do evento, mas sim pela recorrência de suas menções nas páginas dos jornais. Hoje diríamos que houve uma "divulgação ineficaz". As informações eram pouco claras quanto à programação dos eventos, quanto às cidades que participariam do congresso e ao que aconteceria em cada localidade, mas, pouco clara também nas notícias após os eventos. O que só despertou ainda mais minha curiosidade sobre as realizações desses congressos.

Sabemos que o Estado Novo prezava por uma propaganda eficiente e utilizava os meios de comunicação de forma sofisticada (sobre isso temos vários estudos). Isso me leva a especular que tal abordagem possa ter sido estratégica: sendo eventos gratuitos e realizados em espaços para grandes públicos, talvez o objetivo fosse criar burburinho sem fornecer muitos detalhes, atraindo assim diversos tipos de pessoas, além de se confundir com uma festa cívica. Outra hipótese que corrobora com a ideia de que essa "propaganda ineficaz" foi uma opção premeditada, é a própria escolha do termo *brasilidade* para estampar as atividades. Os órgãos de propaganda confiaram no termo, naquilo em que haviam agregado a ele – sua capacidade de condensação – e na sua potencialidade como tela de projeção para abarcar diferentes assuntos.

Questões como raça, educação, cultura e saúde compuseram a maioria das conferências noticiadas. Os eventos não se restringiam apenas a conferências; também envolviam cerimônias cívicas, como o hasteamento de bandeiras, desfiles e o entoar de hinos, além de atividades educacionais e culturais.¹²⁴ Escolas públicas foram usadas como locais-chave para essas programações, reforçando seu papel como instrumento de disseminação dos ideais do regime¹²⁵.

¹²² Notícias de todo o Brasil. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 90, 21 nov. 1941. p. 1.

¹²³ Encerramento do Congresso de Brasilidade – Belém. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 90, 21 nov. 1941. p. 7.

¹²⁴ UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. A prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. **Linhas**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UDESC. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 105-127, jan./jun. 2009.

¹²⁵ FIORI, Neide Almeida. Religiosidade e civismo entrelaçados: os congressos de brasilidade. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 30, p. 43-65, out. 2001.

Além das escolas¹²⁶, outros locais de formação tornaram-se parte dos espaços onde os *Congressos de Brasilidade* aconteciam¹²⁷, para não dizermos das próprias folhas dos jornais como locais desses eventos. É preciso lembrar que os *Congressos* foram também realizados em praças públicas, num misto de atividades cívicas – que eu prefiro apelidar de "educação patriótica" ou "exercícios de ufanar-se" – e iniciativas voltadas para o desenvolvimento nacional, alinhadas à "Marcha para o Oeste", que abrangia todas as esferas da vida brasileira. Era uma tentativa de "organização do pensamento nacional", semelhante ao programa do grupo "Bandeira".

Em 1941, a *brasilidade* – enquanto um conceito – estava presente nos jornais e, talvez, até havia um jornal inteiro a ela dedicado. Ao mesmo tempo, estava também nos coretos das praças do interior, ao som das fanfarras das pequenas cidades¹²⁸. Nesta altura a *brasilidade* já era pronunciada pelos caipiras, já de certa forma corrompidos pelas academias.

Na primeira parte da tese, muitas páginas atrás, pedi aos leitores que deixassem ressoar certas palavras de uma citação direta — uma epígrafe — de uma fala de Tarsila, exibida em 2019 por ocasião da exposição *Tarsila Popular*. Essa fala foi escolhida entre muitas para representá-la na maior exposição de suas obras no território nacional, realizada no MASP, e até então uma das exposições de maior sucesso de público em São Paulo.

A fala é curta e sucedida por um texto da curadoria. Não há qualquer contextualização em relação à frase, e foi justamente isso que me interessou. Não vou contextualizá-la aqui também, pois considero importante mantê-la como está para refletirmos sobre os usos da *brasilidade* no presente e sobre a forma como o passado ainda é inscrito. No entanto, pontuarei algumas questões sobre Tarsila.

¹²⁶ No Rio de Janeiro, algumas solenidades ocorreram no salão nobre do Colégio Pedro II, como a sessão de encerramento com a fala de Gustavo Capanema.

O Ministro da Educação no Colégio Pedro II. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 89, 20 nov. 1941. p. 11.

¹²⁷ Na capital, um dos locais que também sediou o 1º Congresso foi o salão nobre da academia Fluminense de Letras, instalada no edifício do Arquivo Público.

Notícias de todo o Brasil. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 88, 19 nov. 1941. p. 2.

¹²⁸ UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. A prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. **Linhas**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UDESC, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 105-127, jan./jun. 2009. p. 109.

Tarsila não teve vinculação com o grupo “Bandeira”. Ao contrário de muitos modernistas que participaram da Semana de 1922, ela não se alinhou à figura de Getúlio Vargas ou ao Estado Novo, passando ao longe de *Intelectuais à brasileira*.¹²⁹ Simpatizante do comunismo, foi presa em 1933, após a pintura de “Os Operários” e sua exibição em Moscou. Tarsila foi enquadrada como inimiga do Estado!

Entretanto, em algum momento de sua vida — que não sabemos qual, nem exatamente quando —, ao falar sobre sua obra, Tarsila começou a se descrever como profundamente brasileira. E, para ser profundamente brasileira, segundo ela, era preciso percorrer o caminho em direção ao interior, ao Oeste. Replico novamente o trecho aqui:

Sou profundamente brasileira e vou estudar o gosto e a arte dos nossos caipiras. Espero, no interior, aprender com os que ainda não foram corrompidos pelas academias.¹³⁰

Na sequência dessa fala, a curadoria explica que a exposição tem seu enfoque no popular, uma noção complexa que Tarsila explorou de diferentes maneiras. Contudo, na tentativa de discutir esse “popular” associado aos debates sobre uma arte ou identidade nacional, os autores recorrem à invenção ou construção de uma *brasilidade*.

Ao falar desse “popular” em Tarsila, afirmam que ele se manifesta por meio das paisagens do interior ou do subúrbio, da fazenda ou da favela, para só então mencionarem as figuras brasileiras humanas que ela pintou. Territorializaram as obras antes de humanizá-las.

¹²⁹ Refiro-me a conhecida publicação de Sergio Micelli, *Intelectuais à brasileira*, que me auxiliou a entender algumas agremiações de intelectuais, ditos de vanguarda, ao governo de Vargas, e que possui um tom de denúncia em relação às permanências da Primeira República no Estado Novo. Entretanto, em outros trabalhos de Micelli, como em *Vanguardas em retrocesso* e *Nacional Estrangeiro*, Micelli chega a mencionar Tarsila e problematizar a movimentação da artista diante do mecenato artístico e membra da elite paulista, embora de maneira mais positiva em comparativo com outros artistas do mesmo círculo.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹³⁰ Tarsila do Amaral *apud* PEDROSA, Adriano; OLIVA, Fernando. **Tarsila Popular**. Folheto de divulgação da exposição “Tarsila Popular”, 2019.

Nesse pequeno texto de Tarsila, em que não há distinção clara entre passado e presente, a *brasilidade* aponta para o caminho das bandeiras, e Tarsila é mais um componente dessa mística. “Pátria una no espaço e no tempo.”¹³¹

¹³¹ Frase que se tornou lema do *1º Congresso de Brasilidade*, extraída do discurso de Gustavo Capanema na sessão de encerramento.

O dia de ontem em todos os ministérios. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 96, 28 nov. 1941. p. 8.

PARTE 3
DAS CRISTALIZAÇÕES E ESTEREÓTIPOS

Esta terceira parte reúne as incursões que fiz em diferentes materiais com a finalidade de reconhecer, sobretudo nos usos do presente, cristalizações e/ou estereótipos no emprego de *brasilidade*. Para compartilhar essas incursões – leitor, imagine uma pesquisadora que passa alguns anos com uma palavra em mente! Eis que a palavra começa aparecer em todos os lugares: na música que tocará no bar, nos comerciais de restaurantes e saboaria, no programa de rádio sintonizado despretensiosamente no carro, nas indicações de amigos que já lembram de ti pela palavra, conquanto que virei a Andrea da *brasilidade*, e assim por diante – agrupei esses materiais em três tecidos principais: 1) dispositivos concebidos para exercerem funções lexicográficas; 2) textos acadêmicos; 3) meios que registram aplicações do uso corrente do termo.

Embora desde o início da pesquisa eu havia incluído dicionários e textos acadêmicos como tecidos pertinentes e tenha feito, em um primeiro momento, uma pesquisa sistematizada, a verdade é que acabei me deparando de forma inusitada com esses materiais ao longo da pesquisa. Sobre os materiais no/do uso corrente, sempre foram encontros inusitados, incluindo o texto da curadoria da exposição “Tarsila Popular”. Em suma, o que estou querendo expor é que o que se sucede é uma tentativa de sistematização de encontros – com a *brasilidade* – que ocorreram de forma não sistematizada. Seria uma brutalidade não expor essa incursão, tendo em vista que eles também foram atravessamentos que direcionaram meu olhar aos materiais trabalhados nas duas partes anteriores.

Acerca do primeiro grupo, selecionei dicionários de língua portuguesa publicados em épocas distintas, bem como alguns dicionários etimológicos e enciclopédias. Esse agrupamento também me auxiliou na confirmação da inexistência do vocábulo *brasilidade* em períodos anteriores ao século XX, além de ter proporcionado um endereçamento para Affonso Celso e Adauto Castello Branco, como foi exposto na *Parte 1*. Começarei por esse tecido, pois ele configura-se num material considerado “clássico” dentro dos estudos ou da história dos conceitos.

Em relação ao segundo agrupamento que se dedica à exploração dos usos da *brasilidade* na produção acadêmica, elenquei títulos em áreas predominantemente atreladas às Ciências Humanas, porém, focalizei aqueles que teriam um diálogo maior com o campo da história. Sobre esse tecido, divido-o em outros dois grupos: livros e demais publicações.

Quanto aos meios que registram aplicações do uso corrente é importantíssimo registrar que eles são muitos e que geraram um levantamento extenso. Não sendo o foco desta tese, selecionei apenas poucos materiais como amostra e optei por produtos culturais de apelo comercial que assumem o vocábulo como chamariz com o intuito de aprofundar a discussão acerca dos estereótipos.

Daqui em diante, os leitores encontrarão um texto em tom diferente da primeira e da segunda parte, por vezes, sugerindo uma listagem, noutras, beirando um relatório que se queria um diário de viagens, mas, de uma viagem com índices de mapa em mãos: onde o destino *brasilidade* está entre pátria, nação e “me ufano”, mas também já em meio a “mítica bandeirante” e a “Marcha para Oeste”. Ora, forma e conteúdo compõe o discurso, e, se apreendi algo com os modernistas: formas diferentes para conteúdos diferentes e para um tempo diferente.

Entretanto, os usos de *brasilidade* em cada tecido – ou agrupamento – poderiam transformar-se em um trabalho único, seja numa pesquisa mais extensa ou num artigo.

Se possível não percam de vista a alegoria do mapa, mas, desta vez, ao invés de irem traçando-o comigo, sugiro que caminhem como um *flâneur*, experimentando uma imagem mais ou menos *panorâmica*, composta pelos escombros de vários usos do passado, empilhados. E não é que Benjamin continua conosco também?

Vocês não encontrarão uma revisão sistemática, nem uma meta análise combinando resultados quantitativos, mas, uma certa revisão crítica de um processo de pesquisa abrangente e híbrido, ou seja, um primeiro desempilhamento, visando alguma síntese dos usos de *brasilidade* no tempo presente de onde, na verdade, sempre é o verdadeiro início da pesquisa.

Quando o historiador mergulha no passado [...] ele se confronta primeiramente com vestígios que se conservam até hoje [...]. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos.¹

E não é que ainda estamos conversando sobre começos?

¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305.

3.1 A *brasilidade* nos dicionários e em materiais lexicográficos

Os dicionários têm integrado o *corpus* documental de diversas pesquisas em história que se dedicam ao entendimento das linguagens em outros tempos. São peças fundamentais para a *História das Ideias*, e, sobretudo para aqueles que se dedicam a historiar conceitos. No campo específico da *História dos Conceitos*, são peça-chave no sentido de compor, principalmente, uma primeira análise sincrônica.

Como nos ensina Koselleck, essa primeira sincronia, talvez mais facilmente observada em dicionários, comporta também uma diacronia. Isso porque, Koselleck “se afasta de um certo tipo de historicismo que preconiza o exercício de registrar experiências originárias e singulares como se fossem únicas, desconsiderando a continuidade e a sucessão”². Diante dessas duas posições, de sincronia e diacronia,

a existência dos conceitos se manifesta por meio de três operações análogas à da produção de experiências: conceitos podem ser registrados em seu surgimento original, podem ser continuados por meio de sua reprodução ou reescritos.³

Em outras palavras, a emergência de um conceito, que pode ou não estar vinculada ao momento de emergência de um vocábulo, pode ser reproduzida e reescrita na experiência de outras gerações⁴. E foi isso o que vimos no exemplo da *brasilidade*: momentos de desconexão entre suas emergências, ao mesmo tempo em que havia reproduções e reescrituras. Assim, os dicionários são um bom aporte para continuarmos explorando esse tipo de fenômeno. Ademais, como nos elucida José Horta Nunes sobre as especificidades discursivas dos dicionários:

O dicionário não é a língua fluida, e sim uma língua imaginária, e sua história tem a especificidade de sua materialidade. Se o texto lexicográfico é constituído por meio de retomadas, cortes, reformulações, reorganizações, transferências, etc., o jogo da memória e da atualidade aí se dá de modo singular. A **memória do dicionário é uma memória institucionalizada** e pelo texto do dicionário ou fragmentos dele, **como um verbete**, uma acepção, um exemplo, a memória é transferida de uma língua a outra, de um país

² BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Dimensões*, v. 24, p. 114-134, 2010. ISSN 1517-2120. p. 126.

³ *Ibid.*, p.126.

⁴ KOSELLECK, R. *Estratos del tiempo*. Barcelona: Paidós, 2003.

a outro, de uma instituição a outra, de uma disciplina a outra, e a cada vez é reconfigurada, esquecida, reorganizada, silenciada etc.⁵

De acordo com a colocação acima, os dicionários não comportam a fluidez da língua e são peças de uma memória institucionalizada⁶. Isso explica, em parte, a latência entre o aparecimento da palavra *brasilidade* nos dicionários em relação à emergência da palavra nos jornais, tendo em vista que a imprensa comporta um pouco mais da fluidez da língua.

O paradoxo reside no fato de que, embora os dicionários sejam instrumentos de preservação e cristalização da língua, destinados a administrar o que é considerado permanente, é fundamental lembrar que eles também atuam como fontes para novas elaborações. Assim, exercem influência sobre novas criações, novas imagens. A partir dessas novas criações, surgem novas cristalizações, que, por sua vez, levam a reedições, demonstrando que há uma constante troca ou tensão entre a estabilidade e a fluidez da língua.

Hoje, talvez tenhamos uma falsa impressão de que estas tensões se esgarçaram e que a importância dos dicionários na linguagem, incluindo a linguagem corrente, esvaiu-se. Entretanto, os dicionários estão cada vez mais acessíveis, à distância de um toque na tela do celular, e, fazendo parte da base de dados de qualquer site de busca ou inteligência artificial. Além disso, novas palavras e conotações têm a possibilidade de serem incorporadas mais rapidamente.

O dicionário *Michaelis*, que já era conhecido por liderar no mercado de dicionários escolares há mais de década, atualmente, é um dos dicionários *online* de língua portuguesa mais acessado no Brasil e em Portugal, como a própria marca se orgulha de divulgar em seu site. A sua versão revista, atualizada e ampliada, que recebeu o nome de *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, está disponível para consulta apenas em formato digital. Além da interface simples e gratuita, oferece um bom conteúdo, incluindo definições, sinônimos, antônimos, e

⁵ NUNES, José Horta. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. *Revista argentina de historiografia linguística*. v. 2, p. 159-172, 2013. ISSN 1852-1495. p. 163. Grifos meus.

⁶ Nesse mesmo artigo supracitado, José Horta o autor enfatiza que os dicionários são invenções intrínsecas às noções de língua e povo, ou seja, podemos entendê-los como fontes importantes na discussão de construções acerca da identidade nacional brasileira.

exemplos de uso⁷. Porém, em relação ao termo *brasilidade*, são essas definições que ele apresenta, sem exemplos de usos:

brasilidade

bra·si·li·da·de

sf

Qualidade ou condição do que ou de quem é brasileiro; brasileirismo, brasilianismo.

2 Sentimento de amor pelo Brasil.

ETIMOLOGIA

der do top Brasil+i+dade.⁸

Descrição muito semelhante aparece nas buscas *Google*, que na verdade é um dicionário de português proporcionado pela *Oxford Languages*, que contém mais de 146.000 vocábulos da língua portuguesa⁹. Assim como o *Michaelis*, fornece exemplos, expressões idiomáticas, etimologias, além de pronúncias. A descrição de *brasilidade* fornecida pela *Google* é a seguinte: “1. caráter ou qualidade peculiar, individualizadora, do que ou de quem é brasileiro. 2. **sentimento de afinidade ou de amor pelo Brasil**.”. Ao sugerir palavras semelhantes inclui “brasilismo”, “brasilianismo”, “brasilismo”. Nas informações sobre a etimologia é acrescido “(1930)”, ou seja, uma estimativa do período de origem¹⁰.

No caso da *Infopédia*, um serviço português desenvolvido pela Porto Editora que inclui, atualmente, trinta e sete dicionários em seu banco de dados e que é mais

⁷ SITE MICHAELIS. Sobre o dicionário. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 30 set. 2024.

⁸ BRASILIDADE. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Online. Editora Melhoramentos Ltda, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/brasilidade/>. Acesso em: 30 set. 2024. Grifo meu.

⁹ OXFORD LANGUAGES AND GOOGLE. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 30 set. 2024.

¹⁰ Não é gerada uma página específica para a definição citada, o conteúdo aparece no início das buscas sugeridas pela empresa *Google* quando se digita “brasilidade significado” no campo de procura, ou seja, é sempre a primeira definição apresentada ao usuário do serviço. O link gerado é, portanto, o link do resultado geral da busca pelo significado da palavra. Disponível em: https://www.google.com/search?q=brasilidade+significado&sca_esv=8e2615eba92645e6&sca_upv=1&sxsrf=ADLYWJyZdPcuKpwFCn8OXiiLbtcehCFQ%3A1727779008514&ei=wND7ZqyMH4f9ptQPwLqzkAI&oq=brasilidade&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcniAIC2JyYXNpbGlkYWRlKGIATiKECMYgAQYJxiKBTiKECMYgAQYJxiKBTiKECMYJzIFEAAyYgAQYBRAAGIAEMgUQABiABDIFEAAyYgAQYBRAAGIAEMgUQABiABDIFEAAyYgARlpSdQ8QZYixRwAXgAkAEAmAF-oAHkCaoBAzUuN7gBA8gBAPgBAZgCDKACzQnCAgoQABiWAXjWBBhHwglINEAAyYgAQYsAMYQxiKBcICChAAGIAEGEMYigXCAgoQLhiABBhDGIoFwglILEC4YgAQY0QMYxwHCAgUQLhiABMICCBauGIAEGMsBwglIEAAyYgAQYyHCAgoQLhiABBgKGMsBwglIOEC4YgAQYxwEYyEYrwGYAwCIBgGQBggSBwM1LjegB6mjAQ&sclient=gws-wiz-serp. Acesso em: 30 set. 2024. Grifo meu.

popular em Portugal do que no Brasil, além do termo "amor", acrescenta-se a palavra "dedicação", não como "dedicação ao Brasil", mas sim como "dedicação à pátria brasileira":

Brasilidade

bra.si.li.da.de · brezili'dad(ə)

nome feminino

1. conjunto de traços considerados distintivos da cultura e condição brasileira

2. **amor e dedicação à pátria brasileira**

De *Brasil*, topónimo +-i-+-dade¹¹

Para citar apenas mais três exemplos de dicionários populares na internet com disponibilidade gratuita, temos o *Aulete Digital*, o *Priberam* e o *Dicio*.

O *Aulete*, que também possui versão impressa, define *brasilidade* como: "1. Qualidade ou caráter do que ou de quem é brasileiro" e "2. **Sentimento patriótico em relação ao Brasil**". Todavia, o site oferece acesso ao "verbete original", antes das atualizações, nesse caso, *brasilidade* é definida como "s. f. || (Bras.) expressão distintiva do brasileiro e do Brasil. || **Amor ao Brasil**, brasileirismo. F. *Brasil*."¹²

Já o *Dicionário Priberam* apresenta a definição de *brasilidade* em três ítems: "1. Qualidade própria do que é brasileiro. 2. Caráter específico da cultura ou da história do Brasil. 3. **Sentimento de amor ou de grande afeição pelo Brasil**". Um ponto interessante sobre o *Priberam* é que ele foi um dos primeiros dicionários consultados para a elaboração do projeto de pesquisa que deu origem a esta tese. Consultado pela primeira vez em outubro de 2018¹³ e novamente em 2020 e 2024, não apresentou alterações em suas definições. O *Priberam* oferece em seu site a opção de consulta em português do Brasil ou de Portugal, sendo que, em ambas as versões, a definição de *brasilidade* permanece a mesma¹⁴.

¹¹ BRASILIDADE. In: **Infopédia** – Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/brasilidade>. Acesso em: 29 set. 2024. Grifo meu.

¹² BRASILIDADE. In: **Aulete Digital**, Dicionário Caldas Aulete de língua portuguesa. Lexikon Editora Digital. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/brasilidade>. Acesso em: 30 set. 2024. Grifo meu.

¹³ BRASILIDADE. In: **Priberam** – Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/brasilidade>. Acesso em: 08 out. 2018.

¹⁴ BRASILIDADE. In: **Priberam** – Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/brasilidade>. Acesso em: 30 set. 2024. Grifo meu.

O *Dicio – Dicionário Online de Português*, último exemplo de dicionário *online* que comentarei, apresenta uma definição um pouco mais extensa de *brasilidade*: “Característica de quem é brasileiro, de quem nasceu no Brasil, geralmente se refere ao que é considerado típico do Brasil, seus costumes, cultura ou gente”. Além disso, inclui: “Natureza do que ou daquilo que é brasileiro. Sentimento de simpatia e amor pelo Brasil.”¹⁵ Esse dicionário faz parte do projeto da 7Graus¹⁶, uma produtora de conteúdos *online* gratuitos que abrange vários sites nas áreas de educação, línguas, jogos, tecnologia, religião, entre outros. Os verbetes são revisados por uma equipe de pesquisadores, sendo que a revisão do verbete *brasilidade* foi realizada por Débora Ribeiro¹⁷.

O conteúdo do *Dicio* conquistou certa popularidade, em parte, porque o site oferece a possibilidade de gerar imagens com o significado das palavras sob um fundo quadrado para compartilhamento em redes sociais. Entre os dicionários *online*, o *Dicio* é o único que fornece exemplos de uso da palavra *brasilidade*, extraíndo sentenças de artigos do jornal *Folha de São Paulo* publicados entre 2010 e 2020. É também o único que registra o plural: *brasilidades*. Os exemplos com a palavra *brasilidade* são:

Ele também divulga um conjunto de princípios da Globo, entre os quais **brasilidade**, otimismo, inovação, respeito à diversidade e liderança.

Folha de S.Paulo, 18/10/2014

E foi nesse espírito de **brasilidade** que o povo do Facebook se manifestou, propondo os seguintes nomes para a nossa bola:

Folha de S.Paulo, 10/07/2010

Uma das pioneiras foi a Colorado, de Ribeirão Preto, ao produzir estilos clássicos com um toque de **brasilidade** ao adicionar produtos regionais.

Folha de S.Paulo, 05/12/2012¹⁸

Quanto aos exemplos de uso do verbete no plural:

No sábado (25), as **brasilidades** da Calefação Tropicaos dividem espaço com o "ciganismo" da Venga, Venga no Baile do Turbante.

¹⁵ BRASILIDADE. In: **Dicio**, Dicionário Online de Português. 7Graus, 2004-2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/brasilidade/>. Acesso em: 30 out. 2024.

¹⁶ 7GRAUS. Nosso site. Disponível em: <https://www.7graus.com/nossos-sites/>. Acesso em: 30 out. 2024.

¹⁷ Lexicógrafa e professora de português formada pela Universidade Federal de Ouro Preto, com mestrado pela Universidade do Porto.

¹⁸ BRASILIDADE. In: **Dicio**, Dicionário Online de Português. 7Graus. 2004-2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/brasilidade/>. Acesso em: 30 out. 2024.

Folha de S.Paulo, 24/10/2014

Coletivos artísticos, bandas e VJs se reúnem para um megaevento neste sábado (2), que também tem balada de **brasilidades**.

Folha de S.Paulo, 01/08/2014

Já na terça-feira (29), a banda Toró Instrumental leva seu som funkeado, com pitadas de "afrobeat" e **brasilidades**, ao clube Berlin.

Folha de S.Paulo, 25/06/2010¹⁹

Em suma, todos os dicionários *online* citados acima trazem registros muito semelhantes. Quanto à morfologia, a palavra é registrada em todos como substantivo feminino. Em relação à denotação, embora alguns apresentem três possibilidades, todos dividem a *brasilidade* em duas vertentes denotativas, sendo a primeira a da “qualidade”, ou seja, *brasilidade* como característica intrínseca de Brasil e de brasileiro, dando ênfase ao que sugere o sufixo e seu topônimo, e, numa segunda via, a do sentimento, geralmente manifestada pelo significante “sentimento” seguido de “amor”.

O registro dessa permanência *brasilidade*/sentimento, acompanhado por amor e, sendo em certos casos, “amor patriótico” e “amor à pátria” e não somente “amor pelo Brasil”, envia a *brasilidade* para os seus primeiros usos na década de 1920, para a *brasilidade* como dobra de “me ufano”, dobra que foi reforçada nos anos de 1940, como vimos nos *Congressos de Brasilidade*.

No último caso, do *Dicio*, em que há exemplos de usos do vocábulo, as frases apontam, sobretudo, para a primeira vertente, e, no caso de *brasilidades*, ou seja, do verbete no plural, os exemplos de uso estão somente dentro da temática musical, descrevendo certas expressões e performances de grupos musicais. A exceção é o caso da frase que, provavelmente, trata-se de futebol, onde a palavra vem precedida de “espírito”.

O efeito desse uso *brasilidade*/qualidade produz um discurso aproximado do *verdamarellismo*, cuja *brasilidade* atesta e justifica a produção artística. Neste sentido, o valor da arte se dá na medida em que se aproxima da *brasilidade*, ou se foi por ela gerada.

Vejamos, então, se fenômenos semelhantes ocorrem nos dicionários impressos.

¹⁹ BRASILIDADES. In: **Dicio**, Dicionário Online de Português. 7Graus, 2004-2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/brasilidades/>. Acesso em: 30 out. 2024.

Minha primeira intenção com o levantamento do *corpus* de dicionários impressos foi auxiliar na localização de um período de emergência para, então, em um segundo momento, analisar possíveis cristalizações. Para confirmar a inexistência do vocábulo *brasilidade* em períodos anteriores ao século XX, consultei acervos disponibilizados *online*, como o *Corpus Lexicográfico do Português* e a *Brasílica Digital*.

O *Corpus Lexicográfico do Português* (CLP) é, provavelmente, o acervo *online* mais abrangente em relação a dicionários de língua portuguesa até o século XVIII. Nele, encontramos obras como o dicionário de português-latim de Jerônimo Cardoso, datado do século XVI, e o de Pedro Fonseca, publicado no final do século XVIII.²⁰ Ao realizar a pesquisa pelo vocábulo *brasilidade* no CLP, não encontrei nenhuma ocorrência, o que me permitiu concluir que a palavra não existia formalmente até o século XVIII.

A *Brasílica Digital*, face *online* da *Biblioteca Brasileira Mindlin*, permite a consulta de outros dicionários, como o *Vocabulário Portuguez e Latino* de Rafael Bluteau, publicado entre os anos de 1712 e 1728²¹, o *Diccionario da lingua portugueza* de Antonio de Moraes Silva, publicado em Lisboa em 1813²², e, um dos primeiros dicionários elaborados especificamente para o público brasileiro, o *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832²³. Com base nessas fontes,

²⁰ No *Corpus Lexicográfico do Português* também encontramos publicações de tipo para-lexicográfico, incluindo os textos meta-ortográficos e as coletâneas de provérbios. O CLP é um projeto de investigação da Universidade de Aveiro e do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, que se debruça sobre o texto antigo, mais, particularmente, sobre o texto dicionarístico, promovendo a sua edição, transcrição e o tratamento em base de dados. O portal inclui artigos, inclusive, que versam sobre a história dos dicionários. Disponível em: <<http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>>. Acesso em: 01 out. 2024.

²¹ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 8, 1712-1728.

²² SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

²³ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto**, natural da Provincia de Goyaz. Typographia de Silva, 1832.

suspeitei que o termo *brasilidade* não circulava no Brasil até meados do século XIX, pois não encontrei ocorrências do vocábulo nos dicionários consultados²⁴.

No entanto, ao comparar essas informações com os registros da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, que contém acervos de periódicos, percebi que a ausência do termo *brasilidade* no território nacional foi mantida até o século XX²⁵. Por isso, direcionei minha investigação ao século XX, pois seria improvável que o termo existisse antes da virada do século.

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido Figueiredo, por exemplo, cuja quarta edição fora publicada em 1925, não inclui o vocábulo²⁶. O primeiro registro encontrado, diante dos dados colhidos²⁷, foi apenas em 1928, enquanto a palavra aparece na imprensa já em 1920. Esta ocorrência de 1928 é justamente aquela que citei que trazia Affonso Celso como um exemplo de uso na imprensa. Cito-a novamente:

BRASILIDADE s. f. propriedade distintiva do Brasileiro e do Brasil. “Sem duvida, como Bispos catholicos e brasileiros, cultivaremos, sempre, o verdadeiro espirito da Egreja e a lidima *brasilidade* dos nossos jurisdicionados...” (D. João Becker, Resoluções do Episcopado da Provincia Eccl. de Porto Alegre, tomadas na I.

²⁴ BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. Dicionários. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>. Acesso em: 6 out. 2024.

²⁵ Ao pesquisarmos a palavra *brasilidade* por década entre os periódicos da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional* (BNDigital), temos o seguinte panorama: entre os anos de 1900 e 1909 não há nenhuma ocorrência; o mesmo acontece entre 1910 e 1919. Entre 1920 e 1929 encontramos 1539 ocorrências; entre 1930 e 1939 este número subiu para 11.607, e, entre 1940 e 1949 este número se manteve em mais de onze mil citações, decaindo para pouco mais de três mil ocorrências na década seguinte.

Para dizermos ao certo a porcentagem do aumento da recorrência destas menções ao termo *brasilidade*, é necessário considerar outras variáveis. Se colocarmos o número de páginas digitalizadas em relação às ocorrências, embora o maior número de citações se concentre na década de 1930, sendo o acervo da década de 1940 menor, temos na verdade uma assiduidade maior da palavra nas publicações da década de 1940. Enquanto na década de 1930 temos a cada 416,74 páginas uma menção à *brasilidade*, na década de 1940 temos uma citação a cada 382,37 páginas. O *Correio Paulistano*, que encerra suas atividades em 1942, proporcionalmente, tem uma assiduidade maior da palavra nas publicações dos dois anos em que se manteve aberto na década de 1940, sendo uma menção a cada 29,96 páginas e na década anterior, uma menção a cada 59,91 páginas. Os dados acima apresentados baseiam-se em buscas realizadas no ano de 2020.

²⁶ FIGUEIREDO, Cândido. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 4. ed. 1925.

²⁷ Além dos acervos digitais referidos, foram consultados os dicionários do acervo da Biblioteca da UNESP do *Campus* de Franca e da Biblioteca da UNESP do *Campus* de Araraquara. Porém, alguns dicionários consultados pertencem a acervos privados. Os dicionários impressos consultados encontram-se listados ao final da tese em uma tabela sinalizando a presença ou ausência do verbete *brasilidade* (APÊNDICE A). A tabela exclui os dicionários digitais *online* e os dicionários do acervo do *Corpus Lexicográfico do Português*, pois a pesquisa restringiu-se a ferramenta de busca do CLP.

Conferencia de São Leopoldo, 1920). “Propugnamos... o que achamos a *brasilidade*, isto é, a preservação, a defeza, o exalçamento integraes dos supremos direitos e interesses materiaes e moraes do Brasil.” (Affonso Celso, *Jornal do Brasil*, Rio, 27-2-1921, pg. 4).²⁸

Embora o termo tenha sido incluído nesse dicionário, ele não reverberou em outras publicações nos anos seguintes. Por exemplo, o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de Antenor Nascentes, publicado no Rio de Janeiro em 1932, não contém o vocábulo nem qualquer menção lexicográfica relacionada ao topônimo Brasil.²⁹ Outro dicionário homônimo, também de 1932 e editado por Francisco Alves no Rio de Janeiro³⁰, igualmente não inclui *brasilidade*. O mesmo ocorre no *Diccionario Analógico: Thesouro de Vocabulos e Phrases da Lingua Portuguesa*, publicado em 1936 em Porto Alegre, sem menção ao termo.³¹

Em 1939 e 1940, a palavra foi incluída em algumas publicações lexicográficas.³² Entretanto, adentrando a década de 1940, período de aumento de circulação do vocábulo nos periódicos paulistas e cariocas, também não há o verbete em muitas das publicações. Exemplo disso é *Dicionário Complementar da Língua Portuguesa* de Augusto Moreno. Essa publicação, de 1941, é a terceira edição do dicionário referido, anunciada como a “3ª edição melhorada e aprovada oficialmente”, sendo um dicionário que propunha cumprir as funções de “ortoépico, ortográfico e etimológico”. Na contracapa, anuncia que inclui um glossário de arcaísmos e uma lista das principais locuções estrangeiras aplicadas ao português, ou seja, dizia-se completo. Porém, nenhuma menção à *brasilidade*.³³ O mesmo ocorre ao longo da década de 1950.

²⁸ BRASILIDADE. In: TESCHAUER, Carlos S. J. **Novo Dicionario Nacional**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928. p. 144.

²⁹ NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro, 1932.

³⁰ ALVES, Francisco. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 1932.

³¹ **Diccionario analogico**: thesouro de vocabulos e phrases da lingua portuguesa. Porto Alegre: Globo. 1936.

³² **Dicionário da terra e da gente do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.

NASCENTES, Antonio (*et al.*). **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: A Noite, 1940.

³³ BRASILIDADE. In: MORENO, Augusto. **Dicionário Complementar da Língua Portuguesa** (ortoépico, ortográfico e etimológico) com um Glossário de Arcaísmos e uma Lista das principais locuções estrangeiras, aplicáveis em português. 3. ed. Livraria Editora Educação Nacional, 1941.

É a partir da década de 1960 que a maioria das publicações apresentam alguma definição do termo e a denotação “amor ao Brasil”, já presente em dicionários de 1939, 1949 e 1953, tona-se constante.

Começemos com o exemplo do *Grande Dicionário Etimológico* por Francisco da Silveira Bueno (catedrático de filologia portuguesa da universidade de São Paulo), cujo segundo volume foi publicado em 1964. Nele, *brasilidade* é definida como “cunho próprio do que é brasileiro; sentimento de nacionalidade; patriotismo”³⁴, já o *Dicionário Brasileiro Contemporâneo Ilustrado*, segunda edição publicada em 1965, apresenta os seguintes significados para *brasilidade*: “qualidade ou sentimento característico do brasileiro; amor ao Brasil”³⁵. Em 1967, na terceira edição do *Dicionário De Sinônimos da Língua Portuguesa*, a palavra *brasilidade* é descrita de forma bem sucinta como “amor ao Brasil; brasileirismo”³⁶. Curiosamente, “brasileirismo” é definido por uma única palavra: *brasilidade*.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o verbete *brasilidade* tornou-se mais comum e as definições mantiveram-se semelhantes às da década de 1960, com quase todos os dicionários incluindo a frase “amor ao Brasil” em suas definições.

Para não ficarmos apenas em dicionários, na impressão da *Enciclopédia Universal* organizada pela Editora Pedagógica Brasileira em 1969 e reeditada em 1980, temos uma definição interessante: *brasilidade* aparece como “expressão criada há muitos anos para indicar o sentimento de fidelidade e amor a grande pátria brasileira”, ou seja, temos ainda o “sentimento de amor” ligado à noção de pátria, além do adjetivo elogioso, pois não é uma pátria, mas sim a “grande” pátria. Há ainda a impossibilidade de identificar o tempo, pois, “há muitos anos” pode indicar tanto um passado recente quanto longínquo, que reforça a noção de permanência no tempo e de uma ligação emocional com o Brasil. Essa definição é sucedida pelas designações comuns nos outros dicionários: “qualidade característica do brasileiro e do Brasil; amor ao Brasil”³⁷.

³⁴ BRASILIDADE. In: BUENO, Francisco da Silveira. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa**. Vocábulos, Expressões da Língua Geral e Científica-sinônimos Contribuições do Tupi-Guarani. São Paulo: Edição Saraiva, 1964.

³⁵ BRASILIDADE. In: **Dicionário Brasileiro Contemporâneo Ilustrado**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, Edições Melhoramentos, 1965.

³⁶ BRASILIDADE. In: **Dicionário de sinônimos e locuções da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, São Paulo: Fundo de Cultura, 1967.

³⁷ BRASILIDADE. In: SOVERAL, Arnaldo Batista Marques de (ed.). **Enciclopédia EPB Universal**. São Paulo: Editora Pedagógica Brasileira S/A, 1969. Reimpressão, 1980.

Entre as décadas de 1990 e 2000, os dicionários impressos consolidaram o verbete *brasilidade*, e as definições que apontam para a qualidade e o sentimento em relação ao Brasil tornaram-se dominantes, com o significante “amor” figurando em quase todas as obras.

3.2 A *brasilidade* nas produções acadêmicas e em títulos de livros

Como amostragem, portanto, não compreendendo todo montante de obras que trazem prontamente o termo *brasilidade* em seus títulos, selecionei cinco livros de historiadores e/ou livros com temas de grande interesse ou que dialogam com o campo da história. Dois deles, os de autoria de Marcelo Ridenti e, principalmente, de Jeffrey Lesser, são publicações consideravelmente conhecidas entre os historiadores atuais.

Em *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*, publicado em 2010, Marcelo Ridenti dedica o primeiro parágrafo da introdução a dispor essa *brasilidade*. Expõe de antemão ao leitor que sua significação é difícil de ser verbalizada e que o “termo brasilidade, corrente para os brasileiros, talvez não seja facilmente compreensível do ponto de vista de um estrangeiro”³⁸; talvez, analogamente, soasse familiar para outros países da América Latina que também teriam se firmado “nacionalmente nos últimos duzentos anos”³⁹, e daí o fato de encontrarmos vocábulos semelhantes na língua espanhola como: *argentinidad*, *peruanidad*, *mexicanidad*.

Para Ridenti, o termo significa, no sentido corrente, “a propriedade distintiva do brasileiro e do Brasil”⁴⁰, porém, para tal definição, é ao dicionário *Aurélio* que recorre. Adentrando o texto, comenta que seria possível, inclusive, encontrar “elementos de brasilidade ao menos desde o século XIX”⁴¹, mas, que teria sido a partir dos anos

³⁸ RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: UNESP, 2010. 192 p.

³⁹ Pergunto-me se este “firmar-se” nacionalmente neste período relatado seria algo específico da América Latina; acredito que não, e talvez nem Ridenti, já que uma das bibliografias mais citadas na obra é *Comunidades Imaginadas* de Benedict Anderson que pontua o século XIX e XX como decisivos na construção do nacionalismo europeu.

⁴⁰ RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 9.

⁴¹ *Ibid.*, p. 9.

1930 que ela teria se desenvolvido no pensamento social brasileiro, nas artes, em políticas de estado e na vida cotidiana. A utilização, de “elementos de brasilidade” parece complicar ainda mais a tentativa de elucidação.

Compondo uma miscelânea, ainda nas primeiras linhas da introdução, Ridenti cita nomes de autores - Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Antônio Candido, Darcy Ribeiro etc. – que teriam criado tradições diversificadas de pensamentos sobre o Brasil. Assim, além do paralelo entre o uso corrente e o uso do dicionário, da analogia de *brasilidade* com semelhantes vocábulos da América Latina, do alerta quanto à imprecisão de um termo que envolve sentimentos, *brasilidade* poderia ser entendida como forma de se interpretar o Brasil. A conclusão apresentada pelo autor é a seguinte:

então o título deste livro *Brasilidade Revolucionária* não é explicativo por si só. Cabe explicitar que ele tem um caráter provocativo e se refere a aspectos de uma vertente específica de **construção de brasilidade**, aquela identificada com ideias, partidos e movimentos de esquerda – e presente também de modo expressivo em obras e movimentos artísticos.⁴²

Assim, depois a associação de *brasilidade* com os intérpretes do Brasil, ele migra a *brasilidade* para outro grupo distinto do primeiro.

Em meio a análise da atuação do jornalista Everardo Dias (1883-1966), importante nome do movimento operário e da greve geral de 1917; de reflexões sobre produções de artistas e intelectuais comunistas no auge da Guerra Fria; explanações sobre a questão da terra no cinema e nas canções dos anos de 1960 e 1970; e observações sobre a “influência” de Marshall Berman no público brasileiro; é possível verificar que o uso efetivo de *brasilidade* nesta obra pode ser condensado em: figurações de Brasil sob o viés de um grupo específico – intelectuais e artistas ditos “de esquerda”.

O segundo exemplo que trago é o livro *A construção da brasilidade: Gilberto Freyre e sua geração* de Vamireh Chacon. Nessa publicação, o vocábulo parece enviar para um sentido mais limitado pelo próprio autor, como um instrumento

⁴² RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 10. Grifo meu.

heurístico. A *brasilidade* aponta para a ideia de *identidade brasileira construída*, uma construção racionalizada, pensada e escrita por determinados atores⁴³.

Para Chacon, a *brasilidade* seria uma construção efetuada a partir de um “processo de autoconsciência”, derivada de uma “epistemologia histórica do Brasil”⁴⁴, e, Gilberto Freyre seria o “influenciador” direto da construção realizada por sua geração, assim como das gerações seguintes.

Um ponto em comum entre as obras de Chacon e a de Ridenti, é que ambas estabelecem conexão desses grandes ensaístas, conhecidos como intérpretes do Brasil, com o termo *brasilidade*, embora isso ocorra em menor medida na obra de Ridenti. Entretanto, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Oliveira Vianna, Manoel Bomfim e Florestan Fernandes não fazem uso de *brasilidade* de forma sistematizada e ou mesmo de forma despretensiosa em suas principais obras. Darcy Ribeiro, considerado um intérprete de segunda geração, é o único que menciona a *brasilidade* em *O Povo Brasileiro*⁴⁵, mas, muito de passagem e a *brasilidade* não ocupa grande relevância na composição de seu discurso. Todos esses nomes fizeram parte do mapeamento, pois havia uma desconfiança que poderia haver algum uso específico dado por esses autores, o que não se confirmou.

Entretanto, tais associações, ou melhor, o empréstimo da *brasilidade* a esses autores é um lugar comum em muitas interpretações. Para citar um caso, antes de irmos para a terceira publicação selecionada, menciono o prefácio a obra de *O Brasil na América*⁴⁶, de Manoel Bomfim, onde Cecília Costa Junqueira expõe num primeiro trecho:

sua leitura nos permite redescobrir nosso país de forma totalmente nova, devido à originalidade da visão sociológica e histórica de Bomfim, um dos pensadores da chamada condição brasileira ou “brasilidade” mais respeitado pelo antropólogo e educador Darcy Ribeiro.⁴⁷

⁴³ CHACON, Vamireh. **A construção da brasilidade** – Gilberto Freyre e sua geração. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001. p. 23.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 32.

⁴⁵ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴⁶ JUNQUEIRA, Cecília Costa. Prefácio: Redescobrimos o Brasil com Manoel Bomfim. In: BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**. Rio de Janeiro / Brasília: Biblioteca Nacional: Fundação Darcy Ribeiro: Editora UnB, 2014.

⁴⁷ *Ibid.*, p. XVII.

Ao comentar mais propriamente o conteúdo da obra, Junqueira associa a *brasilidade* às ideias de união nacional, de pátria e de expansão do território:

Com isso, o Brasil bem cedo adquiriria uma consciência de unidade nacional, ao contrário da América espanhola, que ficaria toda ela fracionada. O prematuro sentimento de pátria ou nação da população miscigenada brasileira possibilitaria a expulsão dos franceses, no Rio de Janeiro, e também a dos holandeses, no Nordeste, mesmo sem apoio militar significativo do Portugal restaurado. **E também a epopeia de expansão territorial, empreendida pelos paulistas com o auxílio de indígenas**, teria sido, a seu ver, realizada a partir desse **nascente sentimento de brasilidade**. Ou seja, teve origem na vontade indômita do povo recém-formado de ampliar seus horizontes, desrespeitando a linha do Tratado de Tordesilhas, que havia beneficiado mais a Espanha do que Portugal.⁴⁸

A prefaciadora associa o empreendimento dos paulistas ao “sentimento de brasilidade”. Entretanto, o uso se restringe ao prefácio, não se encontra nas letras de Bomfim. Essa é uma oportunidade para pontuar, mais uma vez que, embora os ecos da “mítica bandeirante” possam estar colados ao termo *brasilidade*, algumas amarrações na linguagem parecem ser mais propícias em alguns meio/mídia. Lembremos do caso de Cassiano Ricardo que, em seus livros dispensava o uso do termo. Seguindo essa lógica, no caso de Bomfim os sentidos de *brasilidade* estão operantes na obra supracitada, mas, não seu uso.

O terceiro exemplo que integra a amostragem, é o estudo *Em busca da brasilidade: teatro brasileiro na Primeira República*⁴⁹. Nele, Claudia Braga recupera a discussão do início de século XX que buscava responder o que poderia ser considerado um teatro brasileiro.

Segundo a pesquisadora, para alguns homens letrados do período a dramaturgia brasileira não existia. Todavia, Braga demonstra que havia sim um teatro ativo e de qualidade na Primeira República, porém, observa que a dramaturgia passa a ter o próprio Brasil como tema, de forma mais intensa, com a eclosão da Grande Guerra. A procura por um teatro que seria “genuinamente” brasileiro, independente dos modelos europeus, emerge como uma necessidade na e com a República. Numa

⁴⁸ JUNQUEIRA, Cecília Costa. Prefácio: Redescobrimdo o Brasil com Manoel Bomfim. In: BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**. Rio de Janeiro / Brasília: Biblioteca Nacional: Fundação Darcy Ribeiro: Editora UnB, 2014. p. XIX. Grifos meus.

⁴⁹ BRAGA, Cláudia. **Em busca da brasilidade: teatro brasileiro na Primeira República**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: FAPEMIG; Brasília: CNPq, 2003. 122 p.

tradução, *brasilidade*, nesta pesquisa, é a questão nacional – uma medida de “nacionalismo” – nas construções estéticas e linguagens artísticas.

Em *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*⁵⁰ de Eduardo Jardim, do mesmo modo como na publicação citada anteriormente, o conceito liga-se a uma produção cultural e artística específica, no entanto, desta vez, uma produção pouco posterior às primeiras duas décadas de experiência republicana: a produção modernista. Para análise destes artistas modernistas, Jardim divide o movimento em dois grandes momentos, o primeiro – de 1917 a 1924 – cuja preocupação concentrava-se, principalmente, sobre uma questão formal das artes, e o segundo momento, após 1924, em que a “questão da brasilidade”⁵¹ estaria propriamente colocada. Para Jardim,

[...] a **vocação nacionalista** do modernismo que se manifesta *grosso modo* a partir de 1924 é o ponto de chegada de uma linha de indagações sobre o ingresso da produção artística brasileira na ordem da modernidade. E que, ao ser colocada em toda a sua complexidade, a **questão da brasilidade** possibilitou, da parte daqueles que defendiam o projeto modernizador, a própria definição do conceito de modernidade para o caso brasileiro.⁵²

Nesse sentido, a *brasilidade* prefigura em paralelo com termos como modernidade, nacionalismo, e uma proposta de universalismo dotado de preocupações concernentes ao papel que o Brasil deveria ocupar no cenário internacional.

O último exemplo intitula-se *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade, e políticas de imigração*⁵³ cujo título original em inglês é *Immigration ethnicity and National identity in Brazil: 1808 to the presente*⁵⁴. Na escolha da

⁵⁰ O livro citado é uma versão revisada e atualizada de 2016 da dissertação de Eduardo Jardim defendida em 1976 e que foi publicada pela primeira vez em livro em 1978. O artigo citado a seguir deriva-se do mesmo trabalho.

JARDIM, Eduardo. **Brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ponteiro, 2016. 142 p.

⁵¹ Sentença repetida por inúmeras vezes no decorrer do livro juntamente com “problemática da brasilidade”.

⁵² JARDIM, Eduardo. Modernismo revisitado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988. p. 222. Grifo nosso.

⁵³ LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: UNESP, 2015.

⁵⁴ Que podemos traduzir, de uma forma mais direta, como “Imigração, etnia e identidade nacional no Brasil: de 1808 ao presente”.

tradução, *brasilidade* mais uma vez é equiparada à ideia de identidade nacional ou identidade brasileira. Lesser, nessa obra, apresenta a construção da identidade do brasileiro contemporâneo, do que seria este “ser brasileiro”, como uma construção forjada na relação com a imigração e os sujeitos imigrantes.

A *brasilidade* é lançada como um processo de autorreconhecimento como brasileiro. Interessantemente, Lesser observa que o imigrante, ao mesmo tempo que é incorporado ao Brasil e se assume enquanto um brasileiro, não deixa de identificar-se como imigrante, mesmo após várias gerações e descendências, como se esta identidade – este “ser brasileiro” – fosse sempre externa e estranha. Fator importante é que o vocábulo *brasilidade* não opera propriamente no estudo deste autor, mas, é uma demanda da publicação brasileira.

Em suma, estes cinco exemplos demonstram que cada obra trouxe a *brasilidade* em um emaranhado de significados. Entretanto, estas obras apresentam pontos de encontro para além da simples adoção de um termo “nebuloso”: todas as obras, de alguma maneira, versam sobre a identidade nacional; todas condensam seus estudos em um recorte temporal aproximado (na passagem do século XIX, início do século XX ou até meados do século XX), e ainda, com exceção de Jeffrey Lesser, todas as obras trazem, como parte ou como seus próprios objetos de estudo, produções culturais, em especial, artísticas – produções cujo substrato seria o nacional – e, por fim, é possível enxergarmos o uso de *brasilidade* como termo alternativo para *nacionalismo* e, principalmente, como sinônimo para *identidade nacional*.

Minha percepção, ao avaliar trabalhos acadêmicos levantados – artigos, dissertações, teses etc. – em que há usos de *brasilidade* é que a palavra tem sido atraente para composição de títulos, assim como foi para os editores e tradutores de Lesser no Brasil. Creio que isso ocorra, em parte, por ainda exercer função de tela de projeção e condensação, além de seu efeito propagandístico.

Em vários casos, a *brasilidade* aparece nos títulos, mas, não é o foco central das pesquisas. Seu uso atribui uma localização ao objeto de estudo, como no caso do texto de 2014 de Christian Ingo Lenz Dunker, “Conflito entre psicanalistas e

impasses fálicos da brasilidade”⁵⁵, ou serve para dizer de características que seriam próprias de Brasil e que estariam impressas nesses objetos: quase sempre diferentes manifestações culturais, sociais e políticas ligadas à identidade nacional brasileira.

Seguindo essa lógica, temos o uso de *brasilidade* para se referir a uma visualidade específica como no artigo “O conceito de brasilidade nos produtos moveleiros: O diferencial competitivo que falta”⁵⁶ e em “Por uma biografia das coisas: a vida social da marca Havaianas e a invenção da brasilidade”⁵⁷.

Na dissertação *A construção da brasilidade: uma análise cultural midiática de brasilidade no Programa Esquenta – TV Globo*, por exemplo, Rogério Saldanha Corrêa está preocupado como a “brasilidade” que é representada no programa, quer dizer, quais imagens de Brasil e de brasileiros são ali transmitidas⁵⁸. Já no caso do texto de “A imagem de Carmen Miranda como representação da brasilidade: questionamentos e interpretações a partir de seus filmes na Boa Vizinhança”⁵⁹, vê-se a mesma preocupação. É o uso de *brasilidade* como representação do nacional.

Uma recorrência notável é que o termo apresenta uma forte presença nos estudos voltados para o campo da música e da história da música, especialmente no que diz respeito à música popular. Cito alguns títulos dentre muitos, todas publicações recentes: “A ‘estética do frio’ no país da tropicália: brasilidade e regionalismo em Ramilonga, de Vitor Ramil”⁶⁰, publicado em 2021; “A equação da brasilidade em “Alegria, alegria”: panorama e aspectos formais”⁶¹, publicado em 2021; e “Brasilidade

⁵⁵ DUNKER, Christian. I. L. Conflito entre psicanalistas e impasses fálicos da brasilidade. **Revista De Psicanálise Stylus**, n. 29, p. 67-84, 2014.

⁵⁶ LOPES, Ana Carolina; CRUZ, Demetrius Vasques. O conceito de brasilidade nos produtos moveleiros: O diferencial competitivo que falta. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, v. 9, p. 83-89, 2017.

⁵⁷ RIBEIRO, Magda dos Santos. Por uma biografia das coisas: a vida social da marca *Havaianas* e a invenção da brasilidade. **Etnográfica**, v. 17 (2), 2013.

⁵⁸ CORRÊA, Rogério Saldanha. **A construção da brasilidade: uma análise cultural midiática de brasilidade no Programa Esquenta – TV Globo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2016.

⁵⁹ MACEDO, Kárita Bernardo de. A imagem de Carmen Miranda como representação da brasilidade: questionamentos e interpretações a partir de seus filmes na Boa Vizinhança. **Modapalavra e periódico**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 257–296, 2020.

⁶⁰ COELHO, A. P.; SERAFIM, L. de S. A “estética do frio” no país da tropicália: brasilidade e regionalismo em Ramilonga, de Vitor Ramil. **Cadernos de Comunicação**, v. 24, n. 3, 2021. DOI: 10.5902/2316882X55399. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/55399>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁶¹ MARTINS, Pedro Henrique. A equação da brasilidade em “Alegria, alegria”: panorama e aspectos formais. **Orfeu**, Florianópolis, v. 6, n. 1, 2021. DOI: 10.5965/2525530406012021e0020. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/20084>. Acesso em: 5 out. 2024.

na música de Almeida Prado"⁶², também publicado em 2021.

O termo reverbera até mesmo em trabalhos publicados em revistas internacionais, onde permanece sem tradução, como nos casos do artigo "Samba, *brasilidade* e a expansão da cidadania popular no Rio de Janeiro, 1937-1945"⁶³, de 2018, e "Multiple *Brasilidades*: Musician-Market Negotiations within the Brazilian Midstream"⁶⁴, publicado em 2023.

Na tese de Mário David Frungillo, *Nacionalismo musical e brasilidade: uma revisão*, de 2014, defendida no Programa de Música da UNESP, o termo *brasilidade* é utilizado de forma peculiar. O pesquisador se propôs a investigar o "nacionalismo musical no Brasil" na música erudita entre o início do século XX e a década de 1960, principalmente através da análise de manifestos musicais. Contudo, Frungillo recorre majoritariamente a Mário de Andrade para explorar o conceito de *brasilidade* nas fontes analisadas, tomando o *Ensaio sobre Música Brasileira*⁶⁵ como referência central. Curiosamente, nessa obra de 1928, Mário de Andrade menciona *brasilidade* apenas uma vez⁶⁶. Ademais, Frungillo reafirma a Semana de Arte Moderna de 1922 como marco, utilizando-a como ponto de partida para discutir o conceito.

Como era esperado, a *brasilidade* é um tema recorrente nos estudos atuais

⁶² BARANCOSKI, I. *Brasilidade na música de Almeida Prado*. **ouvirOUver**, v. 17, n. 1, p. 99–115, 2021.

⁶³ DAFLON, C. Samba, *brasilidade*, e a expansão da cidadania popular no Rio de Janeiro, 1937-1945. **El Taller de la Historia**, v. 10, n. 10, p. 183-210, 2018.

⁶⁴ WOLBERT, Jacob. Multiple *Brasilidades*: Musician-Market Negotiations within the Brazilian Midstream. **Journal of Popular Music Studies**, v. 35, n. 3, p. 102-127, sep. 2023.

⁶⁵ ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre música brasileira**. São Paulo: I. Chiarato & Cia Editores, 1928.

⁶⁶ Transcrevo o trecho de Mário a seguir, pontuando que essa é uma das poucas exceções em que Mário utiliza o termo:

"Está claro que o artista deve selecionar a documentação que vai lhe servir de estudo ou de base. Mas por outro lado não deve cair num exclusivismo reacionário que é pelo menos inútil. A reação contra o que é estrangeiro deve ser feita espertalhonamente pela deformação e adaptação dele. Não pela repulsa.

Si de fato o que já é caracteristicamente brasileiro deve nos interessar mais, si é preconceito útil preferir sempre o que temos de mais característico: é preconceito prejudicial repudiar como estrangeiro o documento não apresentando um grau objetivamente reconhecível de *brasilidade*. A marchinha central dos admiráveis Chôros nº5 de Vila Lobos (Alma Brasileira ed. Vieira Machado, Rio) foi criticada por não ser brasileira. Quero só saber porquê. O artista se utilizou dum ritmo e dum tema comuns, desenvolvidos dum elemento anterior da peça, tema sem caracter imediatamente étnico nenhum, tanto podendo ser brasileiro como turco ou francês. Não vai em nada contra a musicalidade nacional. Portanto é também brasileiro não só porquê o pode ser como porquê sendo inventado por brasileiro dentro de peça de caracter nacional e não levando a música pra nenhuma outra raça, é necessariamente brasileiro."

ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre música brasileira**. São Paulo: I. Chiarato & Cia Editores, 1928. p. 9.

que focalizam a literatura, especialmente aqueles que abordam o modernismo. No entanto, não se trata do modernismo *verdamarelista*, derrotado no campo literário. Quando se discute modernismo e *brasilidade*, a obra que vem à mente dos pesquisadores não é *Martim Cererê*, mas *Macunaíma*. E no contexto dos movimentos literários, é a antropofagia que se sobressai.

É difícil não reconhecer certa ironia ao comparar os títulos de artigos atuais com as análises de obras da década de 1920, publicadas no *Correio Paulistano*, como "a *brasilidade* de *Martim Cererê*" ou "a *brasilidade* de Guilherme de Almeida". Títulos contemporâneos como "a *brasilidade* de Maria Bethânia"⁶⁷ ou "a *brasilidade* nas crônicas de Manuel Bandeira"⁶⁸ parecem ecoar essa busca por uma definição singular e pura; há uma ideia subjacente de capturar algo essencial e original.

Em vez de citar apenas títulos de artigos, apresento um breve comentário de dois textos que selecionei cuidadosamente. Aliás, ao longo da pesquisa, realizei levantamentos em diferentes momentos, o primeiro em 2020 e o mais recente em 2024. Durante esse tempo, busquei periodicamente por novos títulos. O resultado dessa busca foi a conclusão de que o uso do termo *brasilidade* em pesquisas acadêmicas, que diante do primeiro levantamento parecia ser constante, não perdeu força. Sempre surgem novos artigos, embora poucos se dediquem à exploração do conceito.

O primeiro artigo, que integrou o levantamento inicial, é de Jorge Coli, um renomado historiador da arte no Brasil. Em "Fabricação e promoção da brasilidade: arte e questões nacionais"⁶⁹, a *brasilidade* é abordada como uma identidade em construção, refletindo a visão de um Brasil em processo de formação e nesse contexto destacando a importância de Mário de Andrade.

Coli começa o artigo com uma afirmação que ele mesmo diz ser simples e genérica, mas que revelaria "características fundamentais da produção artística brasileira". A afirmação é a seguinte: "ao longo de sua história, a cultura artística formada no Brasil sempre recusou a observação. Nas artes plásticas e na literatura,

⁶⁷ FLORÊNCIO, R. R.; TRAPIÁ FILHO, J. de S. A.; BATISTA DOS SANTOS, C. A. A brasilidade de Maria Bethânia em uma breve análise da estética antropofágica de brasileiro. **Revista Intersaberes**, v. 16, n. 38, p. 670–686, 2021.

⁶⁸ MOSCAL, Nayamim dos Santos. **Andorinha andorinha... passei a vida à toa à toa**: a brasilidade nas crônicas de Manuel Bandeira. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPGA, 2015.

⁶⁹ COLI, Jorge. Fabricação e promoção da brasilidade: arte e questões nacionais. **Perspective**, n. 2, 2013.

artistas, intelectuais e escritores fecham-se em um mundo imaginário, cegos diante daquilo que os envolve”⁷⁰. Destarte, o historiador remonta ao século XVII para defender que todas as expressões artísticas até Mário produziram uma arte a serviço de mitos ideológicos.

Para Coli, o projeto teórico de Mário de Andrade implicava uma revisão teleológica da história da arte, segundo a qual as produções artísticas que se distanciavam dos modelos europeus eram consideradas as mais autênticas. Nesse sentido, Mário teria reduzido a criação artística a um critério ideológico do nacionalismo, que teria resultado inclusive na valorização de deficiências técnicas como sinais de autenticidade.

O evolucionismo histórico presente nas ideias de Mário de Andrade, segundo Coli, frequentemente se misturava com uma concepção de antropologia atemporal, na qual o retorno às raízes, ao tradicional e ao primitivo, era visto como fundamento da modernidade artística. Coli também ressalta que o nacionalismo de Mário de Andrade encontrou um terreno fértil durante o governo de Getúlio Vargas, um momento em que o Estado buscava consolidar uma identidade nacional coesa. Ao final de sua análise, Coli conclui que o legado de Mário de Andrade é ambíguo. De um lado, ao promover a *brasilidade* e buscar uma essência nacional, Mário de Andrade teria contribuído para a construção de uma ideologia que excluía a diversidade e privilegiava uma narrativa que negava influências externas. De outro, teria fornecido bases importantes para o desenvolvimento da modernidade artística no Brasil, ainda que isso tivesse ocorrido ao custo de uma simplificação e rigidez na definição do que seria considerado “brasileiro”.

Escolhi comentar esse artigo por três razões: em primeiro lugar, porque o uso da *brasilidade* não aparece somente como uma identidade em construção, mas, como uma construção a serviço de mitos ideológicos. A meu ver, essa era parte da argumentação de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia acerca da importância do termo no *Correio Paulistano*. O que me leva a questionar por que Jorge Coli escolhe Mário para tal demonstração. Embora Mário apareça no texto como uma voz isolada, é no ponto de confluência entre os *verdamarelistas* e Mário que a *brasilidade* aparece no texto de Coli. Ou o historiador não se deu conta ou omitiu. A segunda razão é

⁷⁰ COLI, Jorge. Fabricação e promoção da brasilidade: arte e questões nacionais. **Perspective**, n. 2, 2013. p. 1.

porque esse “descuido” não pode ser atribuído apenas a jovens pesquisadores. Se ele aparece em textos com pesos diferentes, é porque aí há uma recorrência de uso.

Em terceiro lugar, porque nesse artigo Coli divide a produção artística em duas categorias “uma que constrói a partir do imaginário e outra que se baseia na observação”. Seu diagnóstico é que “na cultura brasileira, a primeira é consideravelmente dominante”⁷¹, categoria da qual Mário de Andrade estaria mais próximo.

Porém, segundo Eduardo Jardim, a apropriação do conceito pelo movimento modernista seria diversa. A *brasilidade* teria sido abordada por duas vertentes do modernismo dos anos 20: a vertente analítica, cujo principal representante teria sido Mário de Andrade; e a vertente intuitiva. No caso da primeira, defendia-se que a “entidade nacional” precisava ser definida a partir do levantamento e da análise dos traços que compunham o acervo cultural do país, ou seja, a partir da observação. O resultado mais derradeiro desta vertente seria a corrente de pensamento, embasada pelas ciências sociais, com o propósito de compor um retrato do Brasil. Assim, a vertente analítica teria dado o tom das produções nos âmbitos da sociologia, da antropologia e dos estudos folclóricos dentro dos centros universitários iniciados nos anos 30 e 40.

No caso da segunda, defendia-se

[...] uma apreensão sentimental da entidade nacional. Para essa orientação, a intuição é a faculdade que possibilita captar uma totalidade, a alma brasileira, vista em seus traços psicológicos profundos. A intuição foi entendida como uma forma imediata de apreensão do real, que dispensa vias muito abstrata dos saberes analíticos. Ao mesmo tempo, ela foi identificada a uma forma de “senso divinatório”, atribuído a personalidades especiais. Certamente, havia um componente político autoritário nessa definição. Aqueles que fossem dotados dessa faculdade, sendo capazes de adivinhar o destino do país, também poderiam reivindicar para si o papel de chefe ou de enviado [...].⁷²

A essa segunda vertente pertenceria o *verdamarelismo*, mas dela também teria nascido o antropofagismo.

⁷¹ COLI, Jorge. Fabricação e promoção da brasilidade: arte e questões nacionais. **Perspective**, n. 2, 2013. p. 1.

⁷² JARDIM, Eduardo. **Brasilidade modernista**: sua dimensão filosófica. Edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pontio, 2016. p. 92-93.

Assim, ao comparar a articulação de Jorge Coli com as observações de Jardim, cujo trabalho traz maior refinamento em relação à ideia de *brasilidade*, percebemos que o principal desdobramento do uso irrefletido desse termo no tratamento da produção modernista é a *brasilidade* operando como uma insígnia que homogeneíza e agrupa o modernismo, suprimindo tanto a existência de modernismos diversos quanto as próprias interpretações plurais de *brasilidade*.

O segundo artigo que utilizo como exemplo para destacar o uso da *brasilidade* no trato com a literatura é mais recente, não é assinado por nomes de destaque e chamou minha atenção por apresentar uma proposta de ensino multidisciplinar, descrita pelos autores como decolonial; o título do artigo: “Obras modernistas e a botânica: a construção de uma brasilidade e suas possibilidades de ensino decolonial”⁷³. Os dois pesquisadores, com formação na área de Ciências Biológicas, sugerem uma abordagem distinta em relação ao currículo escolar vigente, propondo o ensino da botânica em conexão com o ensino das artes. Compartilho a seguir o resumo do artigo, que contém diversos elementos passíveis de questionamento:

O ensino interdisciplinar de arte e botânica pode fazer a ponte para a construção da formação cidadã e científica. Desta forma, nosso objetivo é apresentar obras de artistas do modernismo brasileiro, em especial, participantes da Semana de Arte Moderna como mote para o ensino de etnobotânica decolonial em sala de aula. Mais do que uma breve exposição do histórico e de obras em ciência e arte, este trabalho traz o manifesto antropofágico como ferramenta para (re)pensar o ensino. Após análise de obras do modernismo brasileiro com referenciais botânicos, e com base nas 13 categorias cognitivas para a promoção da criatividade, selecionamos 3 espécies vegetais, abacaxi, cacto e café que serviram como integralizador etnobotânico, mostrando as potencialidades e riqueza das telas, literatura e arquitetura da semana de 22 e seu processo antropofágico frente a biodiversidade nacional. Sugerimos a utilização das ações artístico-educativas nacionais para construções de conhecimentos plurais, críticas e decoloniais na promoção de ciência e arte.⁷⁴

O resumo apresenta tantos elementos que se torna difícil dividi-los em partes claras. Vou concentrar-me apenas no que se refere à *brasilidade*. Primeiramente, este é mais um artigo que reitera a Semana de 1922 como marco fundador do modernismo

⁷³ MORAES, Vinícius dos Santos. PORTUGAL, Anderson dos Santos. Obras modernistas e a botânica: a construção de uma brasilidade e suas possibilidades de ensino decolonial. **Vitruvian Cogitationes**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 74-87, 2021. ISSN 2675-9616.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 74.

e faz uso da *brasilidade* para se referir à Semana. A ideia da botânica e da terra como elementos integradores reforça a ideia de união nacional pela terra. Consequentemente, o efeito dos paralelos entre decolonialidade e *brasilidade*, por muitos significantes, faz com que a proposta de “ensino decolonial” se aproxime discursivamente da educação para a *brasilidade* do Estado Novo.

Entendo que há dois pontos principais que amarram todos esses textos de naturezas e qualidades diferentes. O primeiro não é novidade, é o uso de *brasilidade* como sinônimo de identidade nacional. O segundo ponto diz respeito às ideias de representação, imagem, construção, invenção, que são significantes comuns em praticamente todos esses textos citados, ou seja, indicadores de uma *brasilidade* que é sempre entendida e mantida como construto.

Por fim, um registro importante nos estudos acadêmicos é o uso de *brasilidade* quando ela está dentro de uma composição por aglutinação, formando sintagmas, como nos casos de *luso-brasilidade* e *afro-brasilidade*; sendo comum ocorrências da grafia no plural: *afro-brasilidades* e *luso-brasilidades*.

No caso de *luso-brasilidades* o uso mais frequente é para se referir à relação entre literatos brasileiros e portugueses, ou seja, o uso vem para evidenciar diálogos e estabelecer comparações entre as produções literárias dessas duas nacionalidades.

O primeiro artigo no qual observei essa construção foi há alguns anos, no mestrado: “A luso-brasilidade e o projeto da revista *Atlântida*” de Lucia Maria Paschoal Guimarães⁷⁵, publicado em 2009. Como ele, não são tantos. A lista de trabalhos que adotam essa aglutinação é muito menor que a de *brasilidade*. Porém, nos últimos três anos a equipe de pesquisa do Real Gabinete Português de Leitura tem promovido, mensalmente, encontros e mesas-redondas com pesquisadores, professores, profissionais de instituições de memória etc. intitulados “Luso Brasilidades: práticas e trânsitos”. Os vídeos são transmitidos via internet de forma ao vivo pelo *YouTube* e funcionam como um espaço de divulgação da literatura e cultura portuguesas no Brasil, bem como um espaço de diálogo interinstitucional e interdisciplinar em torno dos estudos literários de língua portuguesa⁷⁶.

⁷⁵ Lucia Maria Paschoal Guimarães. A luso-brasilidade e o projeto da revista *Atlântida*. **Cultura**, v. 26, p. 51-70, 2009.

⁷⁶ REAL GABINETE – YOUTUBE. Luso Brasilidades: práticas e trânsitos. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?app=desktop&list=PLLtMnlkeE_N3FmK5a2a0ctHI2DljFHK13.

Quanto à *afro-brasilidade* e às *afro-brasilidades* são vários artigos que as adotam: “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade”⁷⁷ (2009), “Identidade e afro-brasilidade em becos da memória de Conceição Evaristo”⁷⁸ (2016) e “Ancestralidade e afro-brasilidade”⁷⁹ (2023).

Entretanto a paridade entre *africanidade* e *brasilidade* é ainda mais recorrente do que a aglutinação, como podemos ver no artigo “Africanidades e brasilidades: desafios da formação docente”⁸⁰ de Neusa Maria Mendes de Gusmão, resultante de uma fala na Mesa Redonda “Africanidades e Brasilidades na Literatura”, no *I Congresso Nacional de Africanidades e Brasilidades - Ensino, Pesquisa e Crítica* que ocorreu Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2012. O congresso, inclusive, chegou a sua quinta edição como III Congresso Internacional e V Nacional Africanidades e Brasilidades em Educação em 2021⁸¹. Outro exemplo é a coletânea de artigos publicada em livro em 2018, *Africanidades e Brasilidades: literatura e linguística*⁸² cuja organizadora, Jurema Oliveira, professora da UFES nas áreas de Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa, foi também encabeçadora na organização dos congressos supracitados.

Nesses usos parece haver um entendimento de que o elemento africano, as africanidades, não estão contempladas na *brasilidade*. O que na trajetória do conceito faz todo o sentido, tendo em vista o discurso racial que a inaugurou. E não à toa isso ocorre também com a ideia de negritude. Quando há o uso de *brasilidade* em meio a estudos da cultura negra, a *brasilidade* é marcada como um outro, como ocorre em “Ballet folclórico Mercedes Baptista: entre brasilidade e negritude no Rio

⁷⁷ EVARISTO, C. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, v. 13, n. 25, p. 17-31, 17 dez. 2009.

⁷⁸ PONCE, E. S.; GODOY, M. C. de. Identidade e afro-brasilidade em becos da memória de Conceição Evaristo. **Identidade!** São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 18-32, jan./jun. 2016. ISSN 2178-437X.

⁷⁹ OLIVEIRA, Jurema. Ancestralidade e afro-brasilidade. **Revista Mosaico**, v. 16, p. 108-124, 2023. ISSN 1983-7801.

⁸⁰ GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Africanidades e brasilidades: desafios da formação docente. **Realis – Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**. v. 2, n. 1, jan./jun. 2012.

⁸¹ **Anais do III Congresso Internacional e V Nacional Africanidades e Brasilidades em Educação**, v. 1, n. 5, 2021. ISSN 2358-3061.

⁸² O livro, na verdade, reúne os textos apresentados no I Congresso Internacional e III Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Literaturas e Linguística, promovido em 2016, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Africanidades e Brasilidades (Nafricanab), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), sob a coordenação da Profa. Dra. Jurema Oliveira.

OLIVEIRA, Jurema (org.). **Africanidades e Brasilidades: literatura e linguística**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. 129 p.

de Janeiro das décadas de 1950 e 1960”⁸³.

3.3 A *brasilidade* no atual uso corrente

Serei mais breve ao elencar exemplos neste último item, mas isso não significa que o agrupamento que chamo de “brasilidade no uso corrente” seja de menor importância ou volume. Pelo contrário. Aliás, “uso corrente” pode indicar muitas coisas, e é exatamente isso que indica: uma miscelânea de materiais. Mais uma vez trabalharei com amostragem.

Começo com aqueles de maior divulgação e alcance – em termos de número de pessoas – que são os produtos de consumo no sentido mais restrito da expressão.

Porém, antes que eu seja acusada de negligência, assumo desde já que, dentro da teoria da comunicação, cada produto mereceria um estudo próprio. A análise do discurso publicitário demanda atenção e destreza em várias frentes, afinal...

A enunciação publicitária, portanto, é apreendida como atividade da comunicação cultural, de natureza 'linguageira' (manifesta-se no cotidiano), hibridizada e sincrética - apresentando suas constantes e normas específicas de coesão estilística - o que permite identificá-la como tal, sendo exercida por aqueles que possuem competências para constitui-la nos diferentes níveis da emissão, nos momentos/espacos em que os diversos sujeitos da enunciação na emissão exercem seus papéis; nos enunciados que estabelecem suas mediações, [...]; mas também por aqueles sujeitos da enunciação nos diferentes níveis do processo de recepção, nos momentos/espacos que esses sujeitos da enunciação na recepção interagem com os enunciados, que os estimulam à aceitação de valores e que, por seu intermédio levam, às mercadorias/bens materiais e simbólicos.⁸⁴

Com efeito, a enunciação publicitária é “um espetáculo semiótico” que comporta diversas linguagens, o que explica a necessidade de uma metodologia

⁸³ VILLEROY, Erika. Ballet folclórico Mercedes Baptista: entre brasilidade e negritude no Rio de Janeiro das décadas de 1950 e 1960. **Arte e Ensaios**. Cânones em rotação, v. 27, n. 41, 2021.

⁸⁴ BARBOSA, I. S.; TRINDADE, Eneus. Por uma enunciação publicitária. **II Congresso Latino-Americano de Estudos do Discurso**. Puebla: Universidad Autónoma Benemérita de Puebla/ALED, 2003. p. 10.

interdisciplinar⁸⁵, que demanda grandes esforços e certamente não pode ser resumida em poucos parágrafos.

Pinçarei, portanto, alguns traços mais evidentes das mensagens geradas. Após todo o nosso percurso até aqui, vocês verão comigo que tais elementos parecem ainda mais exagerados do que já são. Isso porque a publicidade é um meio particularmente propício à criação de estereótipos, já que sua função primordial é a comunicação persuasiva. Os estereótipos, na publicidade, incorporam referências destinadas a criar identificação entre os atores sociais, e quanto mais conhecidas forem essas referências, maior será a eficácia em termos de captação e persuasão do público-alvo⁸⁶. Esses estereótipos são construídos a partir de referências coletivas e genéricas, especialmente quando voltados para um público abrangente. Além disso, a publicidade reforça e, ao mesmo tempo, atualiza essas referências. Oferecem, portanto, terreno fértil para a compreensão de como os estereótipos se consolidam.

Iniciarei com três produtos: uma linha de capas de cadernos, uma linha de sabonetes comum nas prateleiras de supermercados e um menu oferecido por tempo limitado em uma rede de restaurantes, relacionando-os com suas respectivas propagandas.

A linha de cadernos da Jandaia, intitulada *brasilidade*, é uma das coleções permanentes da empresa brasileira, que começou sua produção como uma pequena gráfica em 1956.⁸⁷ Essa linha de cadernos é uma das mais acessíveis em comparação com outras linhas da empresa. Não consegui determinar desde quando essas capas temáticas começaram a ser produzidas, mas sei que estão disponíveis há pelo menos vinte anos, pois tive um desses cadernos no Ensino Médio. E o que uma capa de caderno com o título *brasilidade* no canto inferior direito nos apresenta? Paisagens. Fotografia de paisagens.

A maioria das capas traz paisagens tropicais que exibem um majestoso litoral. As edições mais antigas apresentam esses cenários sem identificar os locais representados. As capas mais recentes, por outro lado, já incluem essa informação.

⁸⁵ BARBOSA, I. S.; TRINDADE, Eneus. Por uma enunciação publicitária. **II Congresso Latino-Americano de Estudos do Discurso**. Puebla: Universidad Autónoma Benemérita de Puebla/ALED, 2003. p. 10.

⁸⁶ FRANÇA, Eduardo. Estereótipos: as representações sociais na publicidade. In: FRANÇA, Eduardo. **Androginia e publicidade**: representações sociais da ambiguidade. Tese (Doutorado em Comunicação Social). PUC-Rio, 2019. p. 87.

⁸⁷ SITE JANDAIA. A Jandaia. Disponível em: <https://jandaia.com/sobre/>. Acesso em: 5 out. 2024.

Recentemente, também foram incorporadas algumas paisagens não litorâneas, como as Cataratas do Iguaçu, o Rio Amazonas e a ponte estaiada da cidade de São Paulo.

Em algumas capas, lê-se a frase: “Beleza natural do Brasil”. A verdade é que essa linha de cadernos transmite uma mensagem bastante simples de *brasilidade*, vinculada à riqueza natural. Uma *brasilidade* latente de exportação, reforçando o caráter paradisíaco do país. No entanto, quando se escolhe uma ponte de ferro e concreto para representar São Paulo — onde há um dos fluxos de trânsito mais intensos do país — que imagem é essa da capital paulista? Não seria a imagem de uma cidade voltada para o trabalho, em contraposição às ideias de descanso e prazer sugeridas pelas outras capas? Notem, a empresa Jandaia está sediada em São Paulo.

Os sabonetes Francis *brasilidades*,⁸⁸ com o termo grafado no plural, trazem o slogan “Inspire-se e renove-se” ao final de sua propaganda audiovisual. Trata-se de uma marca popular, de valores acessíveis, com grande penetração nos supermercados em todo o território brasileiro. Como o exemplo anterior, toda a campanha de divulgação da linha explora a ideia do “Brasil tropical”, promovendo fragrâncias inspiradas nas frutas brasileiras. As embalagens, por sua vez, exibem as cores da paleta de Tarsila do Amaral — um rosa violáceo, verdes e amarelos vibrantes.

Contudo, se nesses dois primeiros casos há uma ideia de grandeza e beleza pautadas no território, embora não siga toda a cartilha do cenário ideal apregoado pelo Estado Novo⁸⁹, o próximo exemplo é pautado escancaradamente numa ideia de união nacional. Foi com o slogan “Vamos juntar o Brasil com Outback?” que a rede de restaurantes norte-americana⁹⁰ lançou um cardápio sazonal “Brasilidades Outback” no ano de 2023, com um menu que incluía churrasco e bebidas à base de cachaça. A campanha foi lançada no dia 04 de setembro, numa data próxima ao dia em que se comemora oficialmente a Independência do Brasil, ou seja, na “Semana

⁸⁸ FRANCIS BRASILIDADES. Disponível em: <https://www.francis.com.br/sabonetes/sabonetes-em-barra-francis-brasilidades/>. Acesso em: 5 out. 2024.

⁸⁹ Sobre esse assunto, recomendo um texto que, inclusive, faz um uso bem pertinente de *brasilidade* em seu título:

NICODEMO, Thiago Lima. **Brasiliade de Exportação**: apresentação dos caminhos de uma pesquisa em curso. 1º Encontro do Fórum de Teoria da História e História da Historiografia. [S. l.: s. n.], 2021.

⁹⁰ O Brasil é o principal mercado em número de vendas e o segundo maior em número de restaurantes, perdendo apenas para os Estados Unidos da América. A rede está presente em dezessete estados brasileiros mais o Distrito Federal.

da Pátria”.

Saindo um pouco dos exemplos de produtos de consumo para abordar produtos culturais de consumo, mas ainda no âmbito da publicidade, encontramos outro discurso que se inspira na ideia de união nacional para renovar sua marca: trata-se da Novabrasil FM⁹¹, uma rede de rádio brasileira com sede na cidade de São Paulo e afiliadas em outras regiões, como o Nordeste, Centro-Oeste e demais localidades do Sudeste. A emissora tem sua programação musical voltada para a MPB. Seguindo a tendência de outras rádios contemporâneas, a Novabrasil também oferece conteúdos em suas redes sociais.

O discurso de união ao qual me refiro foi apresentado em um material institucional intitulado “Manifesto Novabrasil 2024”, com versões em áudio e vídeo. Nesse “manifesto”, a emissora lançou o novo jargão “*Brasilidade* direto da fonte”, que se repete em suas programações. Transcrevo a seguir o conteúdo da narração:

Somos uma plataforma de brasilidade
Disseminamos a cultura que une e transforma a nossa identidade
 Somos ponte na ligação de norte a sul do Brasil
 Vamos de Gil a Gilsons
 da Marisa ao monte
 do pretinho à serrinha
 entre a Vanessa a mata
 até em legião urbana
 na rua, na chuva e onde mais for preciso.
 Somos ponto de encontro e **território de TODOS os brasileiros**
 Fazemos jornalismo com borogodó,
 festas e shows cheios de ginga,
 e ainda te contamos tudo nos podcasts
 tocando músicas que te tocam e com muita informação o dia todo
Encontramos o passado no presente
 atentos que o novo sempre vem:
 em vídeo, na rádio e no aplicativo
 a Nova sempre vem
 então chega mais gente aberta e ouça as canções
 enquanto a gente vai caetaneando sob medida
 Fonte de informação,
 fonte de cultura,
 fonte de inspiração e criatividade
Brasilidade direto da fonte.
Novabrasil, mais moderna mais brasileira⁹²

⁹¹ NOVABRASIL. Site oficial. Disponível em: <https://novabrasilfm.com.br/>.

⁹² O texto, juntamente com o vídeo, pode ser encontrado no canal do YouTube da Novabrasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FVDjvKNY3es>. Acesso em: 06 out. 2024. Grifos meus.

O texto, descontraído e que esboça um tom poético, aproxima a *brasilidade* de uma ideia de cultura funcional, que se propaga em prol de uma união, num processo que transforma a identidade nacional. A rádio se posiciona como uma plataforma de *brasilidade*, mas também como um território capaz de comportar todos os brasileiros. Há, no discurso, a evocação de uma ideia de continuidade entre passado e presente. Contudo, o próprio nome da rádio já direciona o foco para o futuro, para um “novo” que está por vir. A emissora parece querer resolver a busca pela *brasilidade* ao se colocar como a própria solução.

Para concluir, o aspecto mais intrigante do discurso é o fechamento, quando afirma que a rádio é “mais brasileira por ser mais moderna”.

Diante disso, o texto sugere uma ruptura temporal de onde emerge um conglomerado de significantes que me faz duvidar se foi elaborado estrategicamente para provocar tais reflexões, ou seja, se a rádio estaria se colocando no lugar do poeta como único capaz de elaborar a construção da união nacional ou se são apenas estereótipos em reprodução para o mercado.

CONCLUSÕES

As primeiras conclusões que quero salientar dizem respeito aos significados de *brasilidade* que foram encontrados no mapeamento de seus usos. A primeira parte da tese mostrou como a *brasilidade*, sem significar nação nem significar pátria, emergiu entre as ideias de ambas. Entretanto, quando esse “entre” tendeu mais para a pátria do que para a nação, seus primeiros usos posicionaram o vocábulo em meio a uma terceira marcação, o “me ufano”, a ação de ufanar-se, ou seja, de orgulhar-se do Brasil em todas as suas características. Esse orgulho, reforçava ainda mais a ideia de Brasil como potencialidade e porvir, que teriam a ver com a grandeza e riqueza da terra. Essa exaltação colocava inclusive a história a serviço do potencial do Brasil de se tornar uma grande nação e corresponder ao seu destino, já anunciado por sua natureza.

No segundo momento da minha demonstração, vimos que o uso empregado pelos *verdameleiros* extraiu elementos desse ufanar-se, fazendo com que a *brasilidade* adentrasse a discussão estética. Nesse processo, observamos a aproximação da *brasilidade* com a mítica bandeirante e o termo apontando para a ideia de união nacional, e, que embora tenha havido disputas pelo protagonismo de seu uso, tanto a mítica bandeirante – especialmente numa dicção relacionada à marcha para o oeste – quanto a ideia de união nacional seguiram no uso de grupos diversos.

Vale ressaltar que não foi possível definir a *brasilidade* de forma estática, ou seja, encerrar a *brasilidade* em conotações fixas, embora tenha havido permanências em seu uso. Esse é um dado importante, pois isso é o que contribui para seu enquadramento como um conceito. Outra consideração importante é o esvaziamento do conceito em tempos em que houve disputa pelo protagonismo de seu uso. Para que algumas permanências avançassem entre grupos, alguns significados foram extraídos e outros elementos ocuparam esses espaços: o exemplo mais evidente foi a remoção do poeta como agente da *brasilidade*, no trânsito do termo entre o *Correio Paulistano* e o *Diário Nacional* e o seu reaparecimento como poeta/político no *A Manhã*.

Nessas ditas “passagens” fruto de embates entre grupos políticos, houve sempre uma nebulosidade que acompanhou o termo. Porém, a nebulosidade está nas

fontes de 1920, mas também em textos posteriores, nas obras acadêmicas, e inclusive em obras que analisaram essas mesmas fontes, incluindo os casos em que os autores foram cuidadosos com o termo, como Eduardo Jardim, Mônica Pimenta Velloso e Daniel Faria, embora sigam caminhos distintos. Tal cuidado implicou tratar o termo como algo sensível, um terreno escorregadio, que merece atenção redobrada. O caminho escolhido por Jardim para abrandar a nebulosidade foi, por exemplo, organizar o modernismo em fases e vertentes segundo uma métrica da *brasilidade*, o que permitiu, por exemplo, aproximar grupos que pareciam distintos, como o movimento antropofágico e o movimento verde-amarelo.

Nos casos de Velloso e Faria, realizou-se um trabalho minucioso de análise discursiva que, em vez de tentar abrandar a nebulosidade, buscou-se entender de que elementos essa névoa era composta. No meu entendimento, o maior aporte de Velloso para entender a *brasilidade* foi a identificação do território como um componente importante que incide sobre a ideia de tempo, e na identificação do *verdamearelismo* como protagonista dessas elaborações. Quanto à Faria, foi a descoberta da *brasilidade* como um *baixo contínuo* na centralidade do artista, do poeta-missionário e porta-voz das massas, e, portanto, na própria forja do mito modernista.

Ademais, essa falta de clareza pode advir, em parte, de fenômenos próprios à natureza de todo conceito. Por serem polissêmicos, muitos conceitos atuam no discurso apontando para mais de um significado ou para mais de uma rede de significados. Entretanto, multiplicidade de significados não é o mesmo que indefinição ou falta de clareza. Assim foi necessário ir atrás de grupos de textos, analisar antônimos, verificar se algum termo próximo deixou de ser aplicado em detrimento de um novo, e cumprir a cartilha de Koselleck para que parte da aparente névoa pudesse se esvaír. Contudo, como vimos, no caso da *brasilidade* há uma nebulosidade que não pode ser dissolvida, pois foi preciso que ela fosse mantida para que somente a *brasilidade* pudesse identificar-se a si mesma. Ou seja, para que *brasilidade* fosse um conceito que apontasse para si próprio.

Se recorrermos a Flusser, convém perguntar se essa impossibilidade de correspondência não ocorre com toda palavra que surge na língua, um não acesso ao “dado bruto”. Concordando Flusser, a resposta é sim. Entretanto, nem sempre isso se manifesta no discurso, nem sempre isso pode ser vislumbrado no uso de uma palavra, como foi o caso da *brasilidade*. Acrescento, no caso de *brasilidade* a impossibilidade

de correspondência, o funcionamento da língua que é só acessado pela própria língua, fomentou textos iniciais sobre o termo e acirrou sua disputa, e da disputa a sua proliferação.

Todavia, além desses aspectos, há outros fenômenos que intensificam o efeito de nebulosidade nos usos da década de 1920 e que continuam a perseguir o conceito: a *brasilidade* também aponta para algo em construção, sendo ela a *dynamis* dessa construção. Ou, dizendo de outra forma, ela é apresentada como um termo em construção, utilizado para identificar algo a ser construído (lembremos dos textos de Aducto Castelo Branco). Noutras vezes, soma-se a ideia de que ela é algo a ser descoberto, algo que ainda não se sabe o que é, mas que se sabe ser essencial para o Brasil moderno (lembremos os casos das primeiras ocorrências no *Correio Paulistano*, nas tintas de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia).

A *brasilidade* revelou-se um conceito em uma constelação cheia de extremos. Nas primeiras décadas do surgimento do vocábulo, a disputa por seu uso convergiu com a disputa por um futuro político para o Brasil. Sua associação com o orgulho nacional, a estética modernista e a mítica bandeirante integra as tentativas de criar e definir uma identidade brasileira. Entretanto, a *brasilidade* é um conceito ainda em fluxo, embora cristalizações que se reportam aos primeiros anos da elaboração da palavra continuem a exercer força sobre ele. Apesar das cristalizações e estereótipos que marcam o termo, mantém-se certa indefinição, também presente em sua emergência, que confere maleabilidade aos usos no presente. Essa indefinição parece ser uma característica essencial do conceito, cuja riqueza e impasses residem justamente em sua capacidade de se autorreferir e de apontar para um futuro sempre em construção.

Antes de colocar o último ponto final, e, para não repetir o lugar-comum entre os pesquisadores e dizer que “essa pesquisa não pretendeu esgotar o tema”, aprofundo o tom confessional que recorri em muitos momentos do texto para inclusive falar dele.

Quando propus os usos de *brasilidade* como objeto eu não tinha a dimensão do quanto a pesquisa desses usos seria uma experimentação, tanto em relação ao arcabouço teórico quanto em relação à busca por tecidos que poderiam apresentar

ocorrências desses usos. O experimento com os tecidos produziu uma longa série de investidas e descartes.

Sobre esses descartes um deles relacionava-se com os intérpretes do Brasil, cuja inspiração foi despertada pelo livro de Vamireh Chacon. Outros materiais que descartei após investidas foram: revistas modernistas e correspondências entre escritores. Nesse segundo caso, isso deu-se após a leitura das correspondências organizadas entre Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade.¹ Inicialmente, acreditei que elas poderiam saciar minha curiosidade sobre as manifestações de *brasilidade* na voz de Mário de Andrade, já que, de certa forma, ele fazia parte do desconforto inicial que impulsionou o projeto de pesquisa. No entanto, seria um trabalho monumental agregar correspondências aos periódicos, algo que só parece viável diante da inexperiência de uma jovem pesquisadora.

Recordo-me de uma conversa com meu cunhado, doutor, professor e pesquisador na área de Zootecnia. Comentei com ele que grande parte do tempo da pesquisa foi dedicado a diagnosticar a ausência de evidências do uso da *brasilidade*. Em um estudo das ciências exatas e biológicas isso já seria considerado um resultado: “nas amostras de Gilberto Freyre, os usos de *brasilidade* não foram significativos”; “nas correspondências de Carlos e Mário, não houve resultados expressivos”; “nas amostras de revistas modernistas, o padrão se repetiu”; e assim sucessivamente. Durante nossa conversa, lembrei-me de uma antiga leitura que fiz ao final da minha primeira graduação, *As Duas Culturas: Uma Segunda Leitura*, de Charles Percy Snow. Li-o na mesma época em que estudei *A Ordem do Discurso*, de Michel Foucault, período em que decidi retomar os estudos. A escolha? História.

De algum modo, essa discussão inconclusa, a qual eu havia interpretado como uma não *conversação* a princípio, contribuiu para a decisão de trazer ou insistir em alguns materiais ao invés de descartá-los pela baixa incidência do uso de *brasilidade*. Optei pela revista *Careta*, pois nela o silêncio também se manifestava como uma forma de uso. Através desse silêncio, consegui identificar a ausência de determinadas vozes. Evidentemente, não de todas.

¹ Isso deu-se após a leitura das correspondências organizadas entre Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade.

ANDRADE, Carlos Drummond de; SANTIAGO, Silvano. **Carlos e Mário**: Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Editora, 2003. 618 p.

Acontece que grande parte da pesquisa no campo da história se transforma em subtexto, tem morada nas entrelinhas, mas não se consubstancia em parágrafos. O tom confessional foi pensado também para atender essas questões, para poder indicar empreitadas malsucedidas e critérios de descarte que contribuíram na composição do mapa, ou seja, tentei fazer meu exercício de escrita também um experimento.

Que estas palavras confortem alguns historiadores, especialmente aqueles que escolhem estudar uma única palavra, um vocábulo, um conceito (ah, como apenas uma palavra me fez sentir saudades de Graça Aranha!), e que confortem antes a mim mesma. Que outros historiadores se sintam incomodados e transformem esses “textos não ditos” em parágrafos, pois há ainda muito por fazer... Mapas e constelações não têm sentido se não servirem para o deslocamento, para nos levar a novos destinos, pois aqui se encerra uma – apenas uma – travessia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“Bandeira” o que pretende a nova organização de cultura e nacionalismo. **Revista São Paulo**, São Paulo, ano 1, n. 9, out. 1936.

7GRAUS. Nosso site. Disponível em: <https://www.7graus.com/nossos-sites/>. Acesso em: 30 out. 2024.

A Brasilidade do “Correio Paulistano”. **Diário Nacional**. São Paulo, ano II, n. 381, 30 set. 1928. p. 3.

A decadência da mentalidade que nos governa: a reforma da Constituição do Estado. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 369, 16 set. 1928.

À margem do Congresso de Bagé: uma palestra com os membros da caravana paulista. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 215, 21 mar. 1928.

A Noite. Rio de Janeiro, ano XV, n. 5062, 23 dez. 1925. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_02/16141.

A reforma do ensino. O seu nacionalismo perante a Constituição federal – A brilhante conferencia do dr. Sampaio Doria no Instituto Histórico. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 20629, 5 dez. 1920. p. 3.

ABL. Perfil no site oficial da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/afonso-celso/biografia>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ADDUCI, Cássia C. O reforço da “mística paulista” nas páginas do Diário Nacional. **Lutas Sociais**, PUC/São Paulo, n. 7, p. 101–114, 2001.

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor W. **Notas de Literatura I**. Rolf Tiedemann (org. da edição alemã). Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34. (Coleção Espírito Crítico). p.15-46.

ALMEIDA, Guilherme de. Defesa do Integralismo. **O Imparcial**. Salvador, ano XIII, n. 727, 5 ago. 1933.

ALVES, Francisco. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 1932.

ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Requerimento n.1770-51. 31 ago. 1951. p. 111.

Anais do III Congresso Internacional e V Nacional Africanidades e Brasilidades em Educação. v. 1, n. 5, 2021. ISSN 2358-3061.

ANDRADE, Carlos Drummond de; SANTIAGO, Silvano. **Carlos e Mário: Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Editora, 2003. 618 p.

ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre música brasileira**. São Paulo: I. Chiarato & Cia Editores, 1928.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, 2006.

_____. História dos conceitos e História da Historiografia: um percurso brasileiro. In: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César (org.). **Escrever história: historiadores e historiografia Brasileira nos Séculos XIX e XX**. Serra/ES: Editora Milfontes, 2017. p.37-63.

_____. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**, Juiz de Fora, v. 12, p. 79-94, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Memória da Imprensa. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_05/secao_correio_paulistano.php. Acesso em: 03 maio 2024.

Artigo de Fundo. **Careta**. Rio de Janeiro, n. 1, 6 jun. 1908. p. 9.

As graves consecuencias da acção fascista no Brasil. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 377, 27 set. 1928. p. 1.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CEDEM. Fanfulla está on-line no site do CEDEM, repercute Acervo Estadão: Jornal da comunidade italiana no Brasil é procurado por pesquisadores. **Site do Centro de Documentação e Memória da UNESP**. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/431/fanfulla-esta-on-line-no-site-do-cedem-repercute-acervo-estadao>. Acesso em: 25 mai. 2022.

BARANCOSKI, I. Brasilidade na música de Almeida Prado. **ouvirOUver**, v. 17, n. 1, p. 99–115, 2021. DOI: 10.14393/OUV-v17n1a2021-53124. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/article/view/53124>. Acesso em: 5 out. 2024.

BARBOSA, I. S.; TRINDADE, Eneus. Por uma enunciação publicitária. **II Congresso Latino-Americano de Estudos do Discurso**. Puebla: Universidad Autónoma Benemérita de Puebla/ALED, 2003.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra *Porque me ufano do meu país*, de Affonso Celso (1900). **Educar**, UFRP, Curitiba, n. 20, p. 245-260, 2002.

BATISTA, Monique Mendes Silva. **Brasilidade e modernidade: folclore e sensibilidade romântica em Mário de Andrade (1920-1945)**. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/145027>.

BENJAMIN, Walter. **O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão**. Tradução, introdução e notas de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras: EDUSP, 1993. (Coleção Biblioteca Pólen).

_____. Prefácio epistemológico-crítico. In: BENJAMIN, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. Edição, apresentação e tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

_____. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas – Volume I. São Paulo: Brasiliense. 7. ed. 14 reimpressão. p. 22-32.

BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, v. 24, 2010, p. 114-134. ISSN: 1517-2120.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 85-105, 2001.

Bibliographia: momento nacionalista por Alcebiades Delamare. **A Rua**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 51, 1 mar. 1923. p. 2.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. Dicionários. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>. Acesso em: 6 out. 2024.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 8, 1712-1728.

BOAVENTURA, Maria Eugênia (org.). **22 por 22**: a semana de arte moderna vista pelos seus contemporâneos. 2. ed. Revista e ampliada. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOGATYR. Certos nomes... **Careta**. n. 1222, 21 nov. 1931. p. 3.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**. Rio de Janeiro / Brasília: Biblioteca Nacional: Fundação Darcy Ribeiro: Editora UnB, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2008.

Brabos não sejam! **Careta**. Rio de Janeiro, n.158, 10 jun. 1911. p. 22-23.

BRAGA, Cláudia. **Em busca da brasilidade**: teatro brasileiro na Primeira República. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: FAPEMIG; Brasília: CNPq, 2003. 122 p.

BRANDALISE, Carla. Fascismo italiano na América Latina: entre romanità e latinità. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 199-233, jul. 2016.

BRASIL, Bruno. A Manhã (Rio de Janeiro, 1941). **Site da Biblioteca Nacional Digital**. 28 out. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manha-rio-de-janeiro-1941/>. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASILIDADE. In: **Aulete Digital**, Dicionário Caldas Aulete de língua portuguesa. Lexikon Editora Digital. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/brasilidade>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASILIDADE. In: BUENO, Francisco da Silveira. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa**. Vocábulos, Expressões da Língua Geral e Científica-sinônimos Contribuições do Tupi-Guarani. São Paulo: Edição Saraiva, 1964.

BRASILIDADE. In: **Dicio**, Dicionário Online de Português. 7Graus. 2004-2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/brasilidade/>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASILIDADE. In: **Dicionário Brasileiro Contemporâneo Ilustrado**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, Edições Melhoramentos, 1965.

BRASILIDADE. In: **Dicionário de sinônimos e locuções da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editôra Fundo de Cultura, 1967.

BRASILIDADE. In: **Infopédia** – Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/brasilidade>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASILIDADE. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Online. Editora Melhoramentos Ltda, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/brasilidade/>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASILIDADE. In: MORENO, Augusto. **Dicionário Complementar da Língua Portuguesa** (ortoépico, ortográfico e etimológico) com um Glossário de Arcaísmos e uma Lista das principais locuções estrangeiras, aplicáveis em português. 3. ed. Livraria Editora Educação Nacional, 1941.

BRASILIDADE. In: **Priberam** – Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/brasilidade>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASILIDADE. In: **Priberam** – Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/brasilidade>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASILIDADE. In: SOVERAL, Arnaldo Batista Marques de (editor). **Enciclopédia EPB Universal**. São Paulo: Editora Pedagógica Brasileira S/A, 1969. Reimpressão, 1980.

BRASILIDADE. In: TESCHAUER, Carlos S. J. **Novo Dicionário Nacional**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928. p. 144.

BRASILIDADES. In: **Dicio**, Dicionário Online de Português. 7Graus. 2004-2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/brasilidades/>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRAVA. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [online]. 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/brava>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BURKE, Peter. **A Arte da conversação**. São Paulo: UNESP, 1995.

BURKE, Peter; PORTER, Roy. (org.). **História social da linguagem**. São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, Peter; PORTER, Roy. (org.). **Linguagem, Indivíduo e Sociedade**. São Paulo: UNESP, 1993.

Caixias – símbolo da unidade nacional. **A Manhã**. Rio de Janeiro, ano I, n. 15, 22 ago. 1941. p.16.

CALDEIRA NETO, Odilon. “Adeus, verde esperança!”: integralismo e a morte de Plínio Salgado. **Locus**: Revista de história, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 1-19, 2019. ISSN 2594-8296.

CAMARA DOS DEPUTADOS. 41ª Sessão Ordinaria. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 23040, 20 set. 1927. p. 5.

CAMARA DOS DEPUTADOS. 96ª Sessão Ordinaria. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 23113, 14 dez. 1927. p. 6.

CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p.140-155, dez./fev. 2005-2006.

Careta. Rio de Janeiro, n.1269, 15 out. 1932.

CARVALHO, Luiz Felipe de. **Educação e unidade nacional no estado novo: o primeiro Congresso de Brasilidade (1941)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRJ). Rio de Janeiro, 2010.

CASTELLO BRANCO, Aducto. 75 janeiros. **O Paiz**. Rio de Janeiro, n. 16320, 26 jun. 1929.

_____. Brasilidade. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 23324, 18 ago. 1928.

_____. Prestes e Lampeão. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 29 ago. 1926.

CATROGA, Fernando. Pátria e nação. *In*: DORÉ, Andrea; SANTOS, A. C. (org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2009, p. 13-34.

_____. Pátria, nação, nacionalismo. *In*: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando T.; SOUSA, Julião S. (coord.). **Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

CELSONO, Affonso. Base do nacionalismo: A família nacional – É preciso saturar a de brasilidade. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 71, 12 mar. 1920. p. 5.

_____. Carta. A Palavra do Mestre. **Gil Blas**: Pamphleto nacionalista. Rio de Janeiro, ano 2, n. 62, 15 abr.1920. p. 2.

_____. **Porque me ufano do meu paiz**: right or wrong, my country. 4. ed. Edição revista. H. Garnier, Livreiro-Editor. Rio de Janeiro, S/D.

CEZAR, Temístocles. Historia magistra vitae. Ensaio sobre a (in)definição do *topos* nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX. *In*: PROTÁSIO, Daniel Estudante. (org.). **Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém**. Lisboa: Editora do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, p. 21-44.

CHACON, Vamireh. **A construção da brasilidade** – Gilberto Freyre e sua geração. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001.

COELHO, A. P.; SERAFIM, L. de S. A “estética do frio” no país da tropicália: brasilidade e regionalismo em Ramilonga, de Vitor Ramil. **Cadernos de Comunicação**, v. 24, n. 3, 2021. DOI: 10.5902/2316882X55399. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/55399>. Acesso em: 5 out. 2024.

COELHO, G. L. S. “O Brasil no original” (1937): Ensaio sobre o negacionismo da violência bandeirante do século XVII e XVIII. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, 2023. ISSN 1982-4718.

COELHO, George Leonardo S. Capítulo 5 - literatura, história e revisionismo: os “novos bandeirantes” e as disputas políticas na década de 1930. *In*: MARTONI, Alex; ARRAES, Marcos A.; DE OLIVEIRA, Vitor A. (org.). **Dilemas contemporâneos: Tecnologias, Negacionismos, Memória**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2023. p. 55-73.

COLI, Jorge. Fabricação e promoção da brasilidade: arte e questões nacionais. **Perspective**, n. 2, 2013.

CONTI, Viviane Ferreira. “**Republicano no Império, Monarquista na República**”: a trajetória intelectual de Afonso Celso (1892-1938). Dissertação (Mestrado em História). UNESP, 2023.

CORRÊA, Rogério Saldanha. **A construção da brasilidade**: uma análise cultural midiática de brasilidade no Programa Esquenta – TV Globo. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2016.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9371, 15 ago. 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_03/21914.

Correio Paulistano. São Paulo, n. 23317, 11 ago. 1928.

Correio Paulistano. São Paulo, n. 21414, 18 fev. 1923.

Correio Paulistano. São Paulo, n. 23493, 5 mar. 1929.

D’ANNUNCIAÇÃO, Tiburcio. Cartas de um Matuto. **Careta**. Rio de Janeiro, n. 40, 6 mar. 1909.

DAFLON, C. Samba, brasilidade, e a expansão da cidadania popular no Rio de Janeiro, 1937-1945. **El Taller de la Historia**, v. 10, n. 10, p. 183–210, 2018. DOI: 10.32997/2382-4794-vol.10-num.10-2018-2224. Disponível em: <https://revistas.unicartagena.edu.co/index.php/eltallerdelahistoria/article/view/2224>. Acesso em: 5 out. 2024.

DE JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. **Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Campus Assis, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2011. 202 p.

DE MAGALHÃES, Basílio. “Gil Blas”: sempre jovem, sempre ardente e sempre intrépido. **Gil Blas**: Pamphleto de Combate. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 13 fev. 1919. p. 3.

DE OLIVEIRA, Rachel Cecília; SELIGMANN-SILVA, Márcio. Editorial. **ARTEFILOSOFIA**, Revista do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFOP, n. 26, jul. 2019. ISSN 2526-7892. Disponível em: <http://www.artefilosofia.ufop.br/>.

DECRETO-LEI Nº 3.877, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1941. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Rio de Janeiro. 6 dez. 1941. p. 22745.

DECRETO-LEI Nº 5.015, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1942. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Rio de Janeiro. 3 dez. 1942. p. 17537.

DEL PICCHIA, Menotti. Brasilidade. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 22403, 6 dez. 1925.

Diário de Pernambuco. Recife, n. 255, 3 nov. 1925.

Diccionario analogico: thesouro de vocabulos e phrases da lingua portuguesa. Porto Alegre: Globo. 1936.

Dicionário da terra e da gente do Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 4 ed. 1939.

DUNKER, Christian. I. L. Conflito entre psicanalistas e impasses fálicos da brasilidade. **Revista De Psicanálise Stylus**. n. 29. p. 67–84. 2014.

E. RIEFE. Contribuição Vocabular para Organização de um léxico político de emergência. **Careta**. Rio de Janeiro, n. 1269, 15 out. 1932. p. 20-21.

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Empastellamento do “Il Piccolo”. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 23356, 25 set. 1928. p. 4.

Encerrado pelo interventor federal o Salão Fluminense de Pintura. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 42, 6 dez. 1941. p. 2.

Encerramento do Congresso de Brasilidade – Belém. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 90, 21 nov. 1941

EVARISTO, C. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, v. 13, n. 25, p. 17-31, 17 dez. 2009.

FARIA, Daniel. **O mito modernista**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

FENERICK, José Adriano. A literatura anarquista dos anos 1900/20: um estudo da recepção em dois quadros críticos. **Mneme** – Revista de humanidades, Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 5, n. 10, abr./jun. 2004.

FERREIRA, Marcos Francisco Nery. **A metáfora do bogatyr**: o corpo acrobata e a cena russa no início do século XX. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. São Paulo, 2011. 182 f.

FIGUEIREDO, Cândido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed., 1925.

FIGUEIREDO, Jackson de. **A Columna de Fogo**. 1926.

FIORI, Neide Almeida. Religiosidade e civismo entrelaçados: os congressos de brasilidade. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, n. 30, p. 43-65, out. 2001.

FLORÊNCIO, R. R.; TRAPIÁ FILHO, J. de S. A.; BATISTA DOS SANTOS, C. A. A brasilidade de Maria Bethânia em uma breve análise da estética antropofágica de brasileiro. **Revista Intersaberes**, v. 16, n. 38, p. 670–686, 2021.

FLUSSER STUDIES. ISSN 1661-5719. Disponível em: <http://www.flusserstudies.net/>. Acesso em: 05 maio 2022.

FLUSSER, Vilém. **A escrita** – Há futuro para a escrita? São Paulo: Annablume. 2010.

_____. **Comunicologia**: reflexões sobre o futuro. As conferências de Bochum. Tradução de Tereza Maria de Souza Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2015. (Publicado originalmente em alemão).

_____. **Fenomenologia do Brasileiro**. Tradução e organização de Gustavo Bernardo. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

_____. **Filosofia da Caixa Preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Língua e realidade**. São Paulo: Annablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. O Que é um autor? *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FRANÇA, Eduardo. Estereótipos: as representações sociais na publicidade. *In*: FRANÇA, Eduardo. **Androginia e publicidade**: representações sociais da ambiguidade. Tese (Doutorado em Comunicação Social). PUC-Rio, 2019.

FRANCIS BRASILIDADES. Disponível em:
<https://www.francis.com.br/sabonetes/sabonetes-em-barra-francis-brasilidades/>. Acesso em: 5 out. 2024.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Do conceito de *darstellung* em Walter Benjamin ou verdade e beleza. **KRITERION**, Belo Horizonte, n. 112, p. 183-190, dez. 2005.

_____. Memória, história, testemunho. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (org.). **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, ano 68, n. 3, 4 jan. 1942.

GERTZ, René E. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Humanas Florianópolis**, v. 16, n. 24, p. 43-60, out. de 1998.

Gil Blas: Pamphleto de Combate. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 13 fev. 1919.

Gil Blas: Pamphleto nacionalista. Rio de Janeiro, ano 2, n. 59, 25 mar. 1920.

Gil Blas: Pamphleto nacionalista. Rio de Janeiro, ano 2, n. 62, 15 abr. 1920.

GLOTÓFILO. Gramática a varejo. **Careta**. Rio de Janeiro, n. 2199, 19 ago. 1950.

GONÇALVES, Osmar. Estética da Fotografia: um diálogo entre Benjamin e Flusser. **Flusser Studies**, n. 15. Texto apresentado no Simpósio Flusser em Fluxo, que aconteceu nos dias 24 e 25 de maio de 2012, na Universidade Federal do Ceará, UFC.

Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: A Noite, 1940.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Por uma história ultramontana: Afonso Celso. Rio de Janeiro: **Intellèctus**, v. 2, n. 1, 2003.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Africanidades e brasilidades: desafios da formação docente. **Realis** – Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais, v. 2, n. 1, jan./jun. 2012.

H. Patriotismo. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 21593, 19 ago. 1923. p. 4.

IHGB. Perfil dos Sócios Falecidos. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acdconde.html>. Acesso em: 26 nov. 2023.

I Congresso de Brasilidade. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, n. 262, 9 nov. 1941. p. 6.

Inicia-se domingo a Semana de Educação. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 385, 5 out. 1928. p. 4.

JARDIM, Eduardo. **Brasilidade modernista**: sua dimensão filosófica. Edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ponteio, 2016. 142 p.

JONATHAN. Nacionalização intensiva. **Careta**. Rio de Janeiro, n. 657, 21 fev. 1921. p. 40.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 71, 12 mar. 1920.

KHURANA, Simran. The History of "My Country, Right or Wrong!". **ThoughtCo**. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/my-country-right-or-wrong-2831839>. Acesso em: 7 Dez. 2023.

KOSELLECK, R. **Estratos del tiempo**. Barcelona: Paidós, 2003.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. Entrevista concedida a Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (org.). **História dos Conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

_____. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR., João (org.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

KRAUSE, Gustavo Bernardo. **A dúvida de Flusser**: filosofia e literatura. São Paulo: Globo, 2002.

_____. Prefácio. In: FLUSSER, Vilém. **Língua e realidade**. São Paulo: Annablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

L'ultima impresa fascista. **Fanfulla**. São Paulo, ano XXX, n. 10047, 21 f ev. 1922.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: UNESP, 2015.

LINS, Vera. Em revistas, o simbolismo e a virada do século. In: OLIVEIRA, Cláudia de, VELLOSO, Mônica Pimenta, LINS, Vera (org.). **O Moderno em revistas**:

Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2010.

LOPES, Ana Carolina; CRUZ, Demetrius Vasques. O conceito de brasilidade nos produtos moveleiros: O diferencial competitivo que falta. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, v. 9, p. 83–89, 2017.

LOPES, Auristela Rafael. **Um riso carnavalesco na belle époque carioca**: as crônicas barretianas, sob pseudônimos, e seu diálogo com os deserdados da cidade. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2018. 191 f.

Lucia Maria Paschoal Guimarães. A luso-brasilidade e o projeto da revista *Atlântida*. **Cultura**, v. 26, p. 51-70. 2009.

M. DE A. Livros. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 225, 1 abr. 1928. p. 6.

MACEDO, Kárita Bernardo de. A imagem de Carmen Miranda como representação da brasilidade: questionamentos e interpretações a partir de seus filmes na Boa Vizinhança. **Modapalavra e-periódico**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 257–296, 2020.

MACROBIO. As pequenas pátrias: concepções políticas que se esboroam. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 163, 19 jan. 1928. p. 8.

MALATIAN, Teresa. Imprensa italiana em São Paulo e o fascismo: o *Fanfulla* (1921-1942). **História (São Paulo)**, v. 34, n. 1, p. 195-215, jan./jun. 2015. ISSN 1980-4369.

Manifesto da Legião Republicana do Rio. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 21067, 26 fev. 1922. p. 4.

Marcha para o Oeste. **A Manhã**. Rio de Janeiro, ano I, n. 10, 26 ago. 1941. p. 8.

MARTINS, Angela Maria R.; DE LIMA, Mariana da S. Rodrigues. Uma voz libertária na revista *Careta*: Domingos Ribeiro Filho e a crônica como literatura útil. **Revista de História da UEG**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9647>.

MARTINS, Pedro Henrique. A equação da brasilidade em “Alegria, alegria”: panorama e aspectos formais. **Orfeu**, Florianópolis, v. 6, n. 1, 2021. DOI: 10.5965/2525530406012021e0020. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/20084>. Acesso em: 5 out. 2024.

MENEZES, José Eugênio de O.; KÜNSCH, Dimas A. O terraço é o mundo: Vilém Flusser e o pensamento da compreensão. **Galaxia** (São Paulo, *online*), n. 35, p. 119-131, mai./ago. 2017. ISSN 1982-2553. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554129036>.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MIRANDA, Luciana Lilian de. Nacionalismos e nativismos nos anos de 1920: João de Barros e a aproximação luso-brasileira. **Patrimônio e Memória**, São Paulo: UNESP, v. 11, n. 2, p. 21-51, jul./dez. 2015. ISSN 1808–1967.

MONNA LISA. Os três 'saraus' futuristas (nossa colaboração particular). *In*: AMARAL, Aracy A. **Artes plásticas na semana de 22**. 5. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 280-282.

MORAES, Vinícius dos Santos. PORTUGAL, Anderson dos Santos. Obras modernistas e a botânica: a construção de uma brasilidade e suas possibilidades de ensino decolonial. **Vitruvian Cogitationes**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 74-87, 2021. ISSN 2675-9616.

MOREIRA, Luiza Franco. **Meninos, poetas e heróis**: aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo. São Paulo: EDUSP, 2001. Prefácio de Antonio Candido.

MOSCAL, Nayamim dos Santos. **Andorinha andorinha... passei a vida à toa à toa**: a brasilidade nas crônicas de Manuel Bandeira. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPGA, 2015.

MOTTA FILHO. A crítica literária. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 22364, 28 out. 1925. p. 2.

Não só Ford virá para a Amazonia. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 136, 18 dez. 1927. p. 3.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro, 1932.

NASCENTES, Antonio (*et al.*). **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

NICODEMO, Thiago Lima. **Brasilidade de Exportação**: apresentação dos caminhos de uma pesquisa em curso. 1º Encontro do Fórum de Teoria da História e História da Historiografia. [S. l.: s. n.], 2021.

Nomes do dia. **A Manhã**. Rio de Janeiro, ano I, n. 15, 26 ago. 1941. p. 2.

Notícias de todo o Brasil. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 88, 19 nov. 1941. p. 2.

Notícias de todo o Brasil. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 90, 21 nov. 1941. p. 1.

Notícias de todo o Brasil. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 96, 28 nov. 1941. p. 1.

NOVABRASIL. Site oficial. Disponível em: <https://novabrasilfm.com.br/>.

NUNES, José Horta. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. **Revista argentina de historiografia linguística**, v. 2, p. 159-172, 2013. ISSN 1852-1495.

O deputado Antonio Feliciano historia a acção do Partido Democrático e sua attitude na sucessão presidencial. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 674, 11 set. 1929. p. 5.

O dia de ontem em todos os ministérios. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 96, 28 nov. 1941.

O ideal de renovação cívica no Brasil. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XV, n. 5063, 24 dez. 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/16149.

O Ministro da Educação no Colégio Pedro II. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 89, 20 nov. 1941. p. 11.

O Ministro da Viação recebeu a comissão diretora do 1º Congresso de Brasilidade. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 46, 1 out. 1941. p. 11.

OCTAVIO FILHO, Rodrigo. De volta do Rio Grande do Sul. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 207, 11 mar. 1928. p. 8.

OLIVEIRA, Jurema (org.). **Africanidades e Brasilidades**: literatura e linguística. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. 129 p.

OLIVEIRA, Jurema. Ancestralidade e afro-brasilidade. **Revista Mosaico**, v. 16, p. 108-124, 2023. ISSN 1983-7801

OTTE, Georg; VOLPE, Miriam Lídia. Um olhar constelar sobre o pensamento de Walter Benjamin. **Fragmentos**, Florianópolis, n. 18, p. 35-47, jan./jun. 2000.

OXFORD LANGUAGES AND GOOGLE. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 30 set. 2024.

PEDROSA, Adriano; OLIVA, Fernando. **Tarsila Popular**. Folheto de divulgação da exposição “Tarsila Popular”, 2019.

PEREIRA, Astrojildo. Domingos Ribeiro Filho. **Tribuna Popular**, 15 jul. 1945, p. 10.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. Introdução: A emergência da palavra update/atualização. In: PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. 2. ed. Vitória: Editora Milfontes; Mariana: Editora da SBTHH, 2019.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Pós-estruturalismo e Desconstrução nas Américas. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). **Do positivismo à desconstrução**: ideias francesas na América. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 213-236.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto**, natural da Provincia de Goyaz. Typographia de Silva, 1832.

PONCE, E. S.; GODOY, M. C. de. Identidade e afro-brasilidade em becos da memória de Conceição Evaristo. **Identidade!** São Leopoldo, v. 21. n. 1, p. 18-32. jan./jun. 2016. ISSN 2178-437X.

Primeiro Congresso de Brasilidade. **A Manhã**. Rio de Janeiro, n. 42, 26 set. 1941. p. 12.

PROST, Antoine. Cap. XII – A história se escreve. In: PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Publicações. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 287, 14 jun. 1928. p. 6.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento** – Política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

REAL GABINETE – YOUTUBE. Luso Brasilidades: práticas e trânsitos. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?app=desktop&list=PLLtMnlkeE_N3FmK5a2a0ctHI2DijFhk13.

Reforma da Constituição do Estado. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 369, 16 set. 1928. p. 11.

REIS, José. O tempo em Heidegger. **Revista Filosófica de Coimbra**, n. 28, p.369-414, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Magda dos Santos. Por uma biografia das coisas: a vida social da marca *Havaianas* e a invenção da brasilidade. **Etnográfica**, v. 17 (2), 2013.

RICARDO, Cassiano. Bandeirismo economico. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 23277, 26 jul. 1928. p. 2.

_____. **Marcha para Oeste**: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil (Vol. 1 e Vol. 2). 4. ed. Ilustrada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. 681 p.

_____. **Martim Cererê** (O Brasil dos meninos, dos poetas e dos heroes). São Paulo: SEP Editora LTDA, 1928.

_____. O espírito do momento e da patria, na poesia brasileira. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 22321, 15 de set. 1925. p. 5.

_____. O individualismo dos “novos” – III. **Correio Paulistano**. São Paulo, n. 22286, 11 ago. 1925. p. 5

_____. Verdamarelismo. **Revista Anual do Salão de Maio**, São Paulo, n. 1, 1939.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: UNESP, 2010. 192 p.

RIOS, Marlúcia Alves. **O discurso da tradição presente na obra poética modernista de Guilherme de Almeida**. Dissertação (Mestrado em Letras). UNESP. São José do Rio Preto, 2024. 104 p.

RODRIGUES, Beatriz. **Do Brasil que escreve**: língua portuguesa em debate (c. 1880-1930). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/204629>.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A dança das cadeiras**: Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: UNICAMP, CECULT, 2001.

RUOCCO, Andrea R. **As formulações de nação na trajetória de Graça Aranha**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2017. 173 f. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152518>.

SEIXAS, Jacy Alves. Brasil, país do futuro: políticas do esquecimento e imagens identitárias da denegação. **Impulso**, Piracicaba, p. 161-178, set./dez. 2015.

_____. Formas identitárias e estereótipo: o brasileiro jecamacunaímico e a gestão do esquecimento. In: NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virginia (org.). **Conceitos e**

linguagens: construções identitárias. São Paulo: Intermeios; CAPES, 2013, p. 235-256.

_____. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTTIÉRREZ, H.; NAXARA, M.; Lopes, M.A de S. (org.). **Fronteiras – paisagens, identidades**. São Paulo: Olho d'Água, 2003, p.161-183.

SERVA, Mário Pinto. O pretexto do bairrismo. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 644, 7 ago. 1929. p. 3.

SEVERO, Ricardo. Origens e factos da expansão portuguesa no Brasil até 1530. **Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo**, São Paulo, v. XXIX, 1932.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Evaneide Araújo da. As faces do realismo: Gil Blas e a tradição realista do século XVIII. **Revista Lettres Françaises**, n. 9, 2008.

SILVA, Evaneide Araújo da. O realismo popular de Historie de Gil Blas de Santille. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3018>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SIMÃO, Alexandre. **Mario Pinto Serva: o intelectual e as fronteiras do campo educacional (1915 – 1928)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. *E-book*.

SIMÕES, Lisângela. **Estudo semântico e diacrônico do sufixo ‘-dade’ na língua portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.

SITE JANDAIA. A Jandaia. Disponível em: <https://jandaia.com/sobre/>. Acesso em: 5 out. 2024.

SITE MICHAELIS. Sobre o dicionário. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 30 set. 2024.

SOUZA, Bernardino José de. **Dicionário da Terra e da Gente do Brasil**. 4.^a Edição da “Onomástica Geral da Geografia Brasileira”. Brasil: Companhia Editora Nacional. p. 58, 1939.

Terceiro Congresso de Brasilidade. **Minas Jornal**. Ano VI, n. 295, 21 out. 1943. p. 1.

TESCHAUER, Carlos S. J. **Novo Diccionario Nacional**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1928.

The Editors of Encyclopaedia Britannica. "bogatyry". **Encyclopedia Britannica**, 9 jul. 2015. Disponível em: <https://www.britannica.com/art/bogatyry>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Uma homenagem que se transforma em acto de patriotismo. **Diário Nacional**. São Paulo, n. 297, 26 jun. 1928. p. 4.

UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. A prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses.

Linhas, Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UDESC, Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 105-127, jan./jun. 2009.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

_____. As modernas sensibilidades brasileiras: uma leitura das revistas literárias de humor na Primeira República. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Débats, 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1500>. DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.1500>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. Falas da cidade: conflitos e negociações em torno da identidade cultural no Rio de Janeiro. **ArtCultura**, Uberlândia, v.7, n.11, jul./dez. 2005.

VILLEROY, Erika. Ballet folclórico Mercedes Baptista: entre brasilidade e negritude no Rio de Janeiro das décadas de 1950 e 1960. **Arte e Ensaios**. Cânones em rotação, v. 27, n. 41, 2021.

Walter Benjamin: O legado e a ‘cultura da memória’ na América Latina. Entrevista com Márcio Seligmann-Silva. **Jornal da Unicamp**. Campinas, 2 a 8 ago. 2010.

WOLBERT, Jacob. Multiple *Brasilidades*: Musician-Market Negotiations within the Brazilian Midstream. **Journal of Popular Music Studies**, v. 35, n. 3, p. 102-127, sep. 2023.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder**: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma, SC: UNESC; EDIPUCRS, 2012.

APÊNDICE A

Levantamento de Dicionários

APÊNDICE A - LEVANTAMENTO DE DICIONÁRIOS

Data de publicação e/ou criação:	Título:	Informações editoriais: (Local, editora, editor, autor)	Edição:	Possui o vocábulo <i>brasilidade</i> ?
1712 - 1728	Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico [...]	Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus	8 v.	☐
1813	Diccionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado [...]	Lisboa: Typographia Lacerdina	2. ed.	☐
1832	Diccionario da Lingua Brasileira	Ouro Preto: Na Typographia de Silva		☐
1868	Diccionario da lingua portugueza: para uso dos portuguezes e brasileiros; seguido do Diccionario de synonyms: com reflexões críticas	Lisboa: Francisco Arthur da Silva	2. ed.	☐
1871 - 1874	Grande dictionario portuguez, ou, Thesouro da lingua portuguesa	Porto: Ed. E. Chardron e B. H. de Moraes	Inteiramente rev. e consideravelmente augmentado.	☐
1877	Diccionario da lingua portugueza	Lisboa: Joaquim Germano de Souza Neves	7. ed. melhor, e muito acrescentada: com grande numero de termos novos usados no Brasil e no portuguez da Índia.	☐
1881	Diccionario contemporaneo da lingua portugueza: feito sobre um plano inteiramente novo	Lisboa: Imprensa Nacional		☐
1884	Novo dictionario critico e etymologico da lingua portugueza...	Paris: E. Belhatte	12. ed.	☐
1895	Diccionario das palavras que se contém	São Paulo: Espindola, Siqueira		☐
1899	Novo dictionario da lingua portuguesa	Lisboa: Liv. Ed. Tavares Cardoso & Irmão		☐

APÊNDICE A - LEVANTAMENTO DE DICIONÁRIOS

1911	Dicionario contemporaneo da lingua portugueza	Lisboa: Livraria do Editor Antonio Maria Pereira		☐
1911	Repertorio lexicographico da língua portugueza, ou, Dictionario dos dictionarios	São Paulo: Empresa Editora de São Paulo		☐
1925	Novo Dicionário da Língua Portuguesa	Cândido de Figueiredo	4. ed.	
1926	Através do dicionário e da gramática	Rio de Janeiro: Civilização Brasileira	2. ed.	☐
1928	Dicionário etymológico, prosódico e orthographico da lingua portugueza	Lisboa: Parceria António Maria Pereira	2. ed.	☐
1928	Dicionário prático ilustrado: novo dicionário encyclopédico luso-brasileiro	Porto: Chardron; Lello & Irmão	2. ed. rev.	☐
1928	Novo dictionario nacional	Porto Alegre: Globo	2. ed. (das tres series de vocabulos brasileiros) muito augmentada.	☒
1932	Dicionário etimológico da língua portuguesa	Rio de Janeiro: Francisco Alves		☐
1932	Dicionário etimológico da língua portuguesa	Rio de Janeiro: Antenor Nascentes	1. ed.	☐
1936	Dicionario analogico: thesouro de vocabulos e phrases da lingua portugueza	Porto Alegre: Globo		☐
1939	Dicionário da terra e da gente do Brasil	São Paulo: Cia. Ed. Nacional	4. ed.	☒
1939	Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa	Rio de Janeiro: Civilização Brasileira	2. ed. rev. e aum. / por Antonio Nascentes ... (et al.).	☒
1940	Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa	Rio de Janeiro: A Noite		☒
1941	Dicionário Complementar da Língua Portuguesa (ortográfico, ortográfico e etimológico)	Porto: Educação Nacional	3. ed. melhorada	☐
1944	É: (definições: meu dicionário)	Rio de Janeiro: W. M. Jackson		☐

1944	Novo dicionário da língua portuguesa	Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: W. M. Jackson	6. ed. atualizada na grafia e copiosamente ampl.	☒
1948	Dicionário de idéias afins	Rio de Janeiro: Jornal do Brasil		☐
1949	Dicionário básico do português do Brasil	São Paulo: Martins		☐
1949	Dicionário da língua portuguesa de Cândido de Figueiredo	Lisboa: Bertrand	14. ed. atualizada segundo as regras do acordo ortográfico luso-brasileiro de 1945 e em perfeita harmonia com o vocabulário resumido de 1947 da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras.	☒
1949	Grande dicionário da língua portuguesa	Lisboa: Confluência	10. ed., rev. corr. aum. e actual.	☒
1950	Dicionário analógico da língua portuguesa: idéias afins	São Paulo: Cia. Ed. Nacional		☐
1952	Dicionário etimológico da língua portuguesa - Tomo II	Rio de Janeiro		☐
1952-59	Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e reconhecida de muitos dos vocábulos estudados	Lisboa: Confluência		
1953	Dicionário analógico da língua portuguesa: tesouro de vocábulos e frases da língua portuguesa	Porto Alegre: Globo	3. ed.	☐
1953	Dicionário de sinônimos e locuções da língua portuguesa: suplemento	Rio de Janeiro: s.n.	2. ed.	☒
1953	Dicionário prático da língua nacional	Rio de Janeiro: Globo	3. ed.	☐

APÊNDICE A - LEVANTAMENTO DE DICIONÁRIOS

1954	Dicionário gramatical	Barcelona: R. Sopena		☐
1954	Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa	Rio de Janeiro: J. Olympio	2. ed.	☐
1955	Dicionário enciclopédico Salvat.	Barcelona: Salvat Editores		☐
1955	Dicionário brasileiro da língua portuguesa: elucidário etimológico crítico das palavras e frases [...] (1875-1888)	Rio de Janeiro: MEC/INL		☐
1955	Dicionário gramatical	Rio de Janeiro: Globo	2. ed.	☐
1956	Novo dicionário da língua portuguesa: para os estudantes e para o povo	Porto: Domingos Barreira		☐
1957	Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa	Porto Alegre: Globo	2. ed.	☐
1957	Dicionário enciclopédico brasileiro ilustrado	Rio de Janeiro: Globo	6. ed.	☒
1959	Vocabulário da língua portuguesa: onomástico e de nomes comuns: com esquema de conjugação dos verbos irregulares	Lisboa: Confluência		☐
1960	Dicionário brasileiro contemporâneo	Rio de Janeiro: Globo	2. ed.	☒
1961	Novo Michaelis, dicionário ilustrado	São Paulo: Melhoramentos		☐
1962	Dicionário da língua portuguesa	Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa		☐
1962	Novo Michaelis, dicionário ilustrado	São Paulo: Melhoramentos; Wiesbaden: F. A. Brockhaus	2. ed.	☒
1963	Dicionário de gramática e noções básicas de gramática	Rio de Janeiro: Spiker	6. ed. aum. e atual.	☐
1964	Dicionário popular brasileiro	Rio de Janeiro: Civilização Brasileira	36.ed.	☒
1964	Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa: vocábulos, expressões da língua geral e científica-sinônimos: contribuição do tupi-guarani	Sao Paulo: Ed. Saraiva		☒
1965	Dicionário Brasileiro Contemporâneo Ilustrado	Porto Alegre: Editora Globo / Edições Melhoramentos	2. ed.	☒
1966	Enciclopédia luso-brasileira de cultura	Lisboa: Verbo	4. ed.	☐
1967	Dicionário gramatical da língua portuguesa	Porto Alegre: Globo		☐
1967	Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa	Rio de Janeiro: Civilização Brasileira	11. ed.	☒

APÊNDICE A - LEVANTAMENTO DE DICIONÁRIOS

1967	Dicionário de sinônimos e locuções da língua portuguesa	Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Fundo de Cultura	3. ed.	☒
1968	Dicionário contemporâneo da língua portuguesa	Rio de Janeiro: Delta	2. ed. brasileira, novamente rev., atual. e aum. pela introdução de termos da tecnologia recente, pelo exaustivo registro dos vocábulos usados no Brasil e pela extensão dos apêndices / por Hamílcar de Garcia.	☐
1968	Novo dicionário brasileiro Melhoramentos: ilustrado	Sao Paulo: Melhoramentos	4. ed., rev.	☐
1969	Dicionário literário brasileiro ilustrado	São Paulo: Saraiva		☐
1969	Enciclopédia EPB universal	Sao Paulo: Editora Pedagógica Brasileira		☒
1969	Pequeno dicionário da língua portuguesa	Sao Paulo: Editora Civilização Brasileira / Companhia Editora Nacional	11. ed.	☒
1971	Dicionário brasileiro de gramática (de acôrdo com a Nomenclatura gramatical brasileira)	São Paulo: Cultrix		☐
1971	Dicionário prático ilustrado Graci: guia ortográfico da língua portuguesa	São Paulo: Consórcio Gráfico Editorial		☒
1972	Dicionário de Termos e Expressões Populares, Tomé Cabral.	Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará		☐

1975	Novo dicionário da língua portuguesa	Rio de Janeiro: Nova Fronteira	2. ed revisada e aumentada.	☒
1976	Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa	São Paulo: Mirador Internacional		☒
1981	Dicionário de sinônimos	Rio de Janeiro: Nova Fronteira	3. ed. rev. / por Olavo Anibal Nascentes.	☐
1982	Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa	Rio de Janeiro: Nova Fronteira		☒
1986	Dicionário escolar da língua portuguesa	Rio de Janeiro: FAE	10. ed.	☐
1986	Dicionário escolar da língua portuguesa	Rio de Janeiro: FAE	11. ed.	☒
1988	Dicionário morfológico da língua portuguesa	São Leopoldo: UNISINOS	2. ed.	☐
1994 - 1995	Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa	Editora Nova Fronteira		☐
1995	Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.	Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Folha de S. Paulo. Editora Nova Fronteira		☒
1999	Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa	Rio de Janeiro: Nova Fronteira	3. ed., rev. e ampl.	☐
1999	Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa	Rio de Janeiro: Nova Fronteira	3. ed.	☒
2001	Dicionário Houaiss da língua portuguesa	Rio de Janeiro: Objetiva	1. ed.	☒
2004	Miniaurélio: O Dicionário da Língua Portuguesa	Curitiba: Positivo	6. ed. revisada e atualizada.	☒
S/D - 19--?	Dicionário da Língua Portuguesa	Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras		☒
S/D - 19--?	Dicionário dinâmico da língua português	São Paulo: Formar		☒
S/D - 19--?	Novo dicionário da Língua Portuguesa: redigido em harmonia com os modernos princípios da ciência da linguagem [...]	Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: W. M. Jackson	8. ed. atualizada na grafia e copiosamente ampl.	☒
S/D - 19--?	Pequeno dicionário da Língua Portuguesa	s.l. : s.n.		☒
S/D	Dicionário mor da língua portuguesa ilustrado	São Paulo: Livro'mor editora LTDA / E.P.B. Editora pedagógica brasileira LTDA.		☐

S/D - 1925?	Novo dicionário da língua portuguesa	Lisboa: Sociedade Editora	4. ed. corrigida e copiosamente ampliada	☐
S/D - 1975?	Novo dicionário da língua portuguesa	Rio de Janeiro: Nova Fronteira	1. ed.	☒

Obs.: Foram levantados 85 dicionários impressos. Os dicionários online não foram incluídos na tabela.